

REVISTA

(TRIMESTRAL)

DO

INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO

FUNDADO NO RIO DE JANEIRO EM 1838

VOLUME 251

ABRIL - JUNHO

1961

Hoc facit ut longos durent bene gesta per annos
Et possim sera posteritate frui.

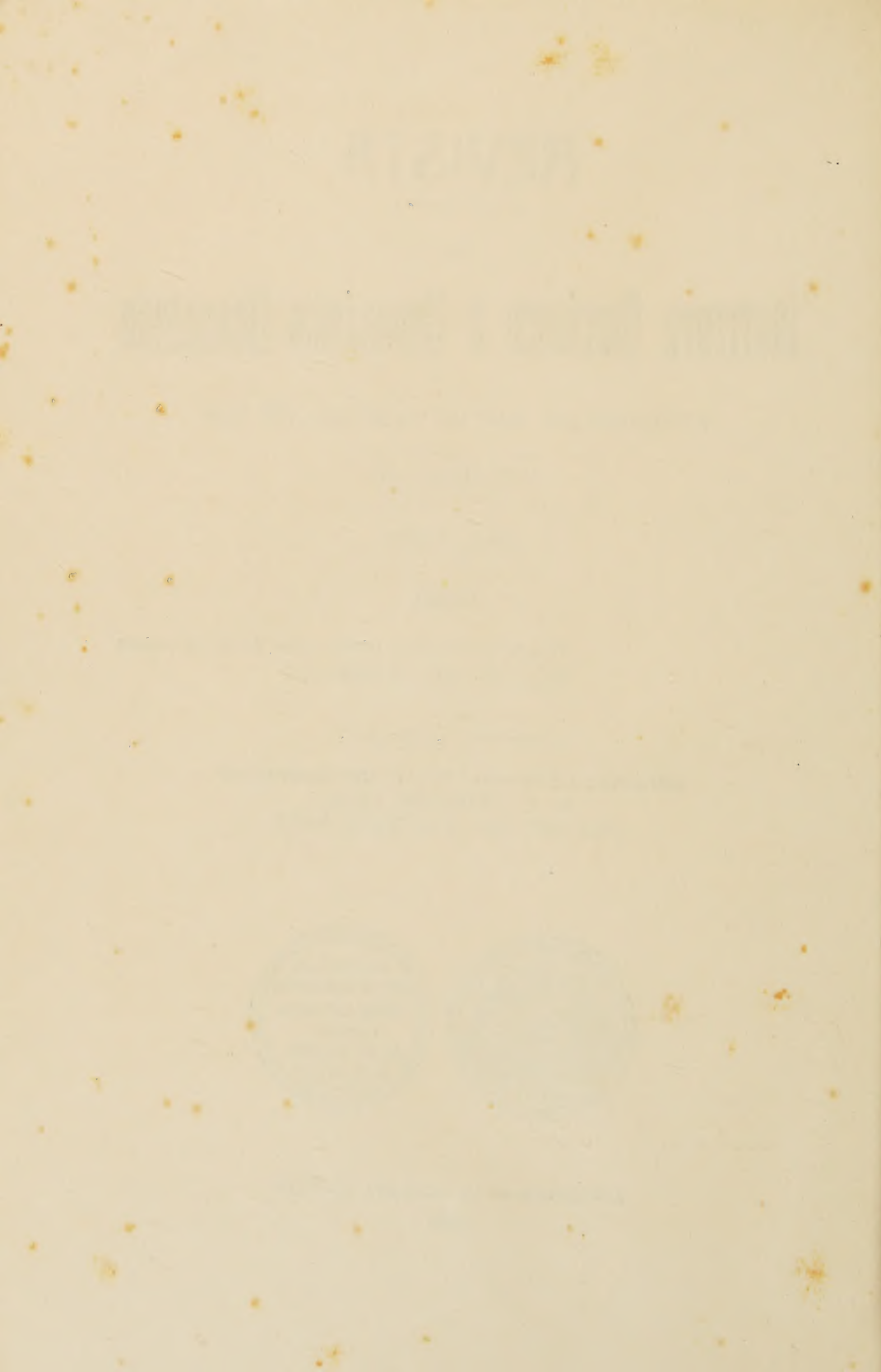
COMISSÃO DIRETORA

GENERAL ESTEVÃO LEITÃO DE CARVALHO
A. C. FERREIRA REIS
CEL. REF. EX. J. B. MAGALHÃES



DEPARTAMENTO DE IMPRENSA NACIONAL

1962



TRABALHOS ORIGINAIS

O CAMINHO DO MATO GROSSO E AS FORTIFICAÇÕES POMBALINAS DA AMAZÔNIA

MARCOS CARNEIRO DE MENDONÇA

O tema aqui focalizado parece-me da maior significação, porque se prende a um dos períodos mais importantes da fixação das nossas fronteiras do norte e noroeste do Brasil, no decorrer do século XVIII. (1)

Não se diga que o alertamento dêsse problema terá nascido com Francisco Xavier de Mendonça Furtado, e assim com o primeiro gabinete de D. José I; que teve na figura de Sebastião José de Carvalho e Melo a sua mais alta expressão. Porque nas magnificas instruções passadas no ano de 1749, ao primeiro governador da nova Capitania de Mato Grosso, já se encontra

(1) Antes desta nossa aula-palestra de hoje, será bom darmos uma vista d'olhos sobre o mapa n.º 1 que organizei para tornar mais simples e acessível a todos os assuntos de que vamos tratar.

O «Caminho do Mato Grosso», via rio Amazonas, Madeira e Guaporé, começava em Belém do Pará e terminava em Vila Bela, fundada no ano de 1752 para ser capital da nova capitania então criada de Mato Grosso. Antes disso, para se chegar em maior tempo e não menor dificuldade às regiões auríferas e diamantíferas de Mato Grosso e de Cuiabá, partiam as expedições do Rio de Janeiro para S. Paulo, por terra ou por mar, via Santos. De S. Paulo as expedições transformadas em monções, partiam de Ararituaba — depois Pôrto Feliz — do rio Tieté, e ao chegarem à sua foz tomavam o rio Grande, hoje Paraná, à esquerda; baixavam este rio até a embocadura do rio Pardo, que subiam até as suas nascentes, vencendo inúmeras cachoeiras, do qual pela descoberta dos irmãos Leme, pelo varadouro do Camapuan, passavam para o rio Coxim e dêste para o Taquari até encontrarem o rio Paraguai, que os levava até Cuiabá, seguindo pelo seu afluente S. Lourenço, e depois pelo próprio rio Cuiabá.

Eram meses de lutas e de sofrimentos sem conta, inclusive os decorrentes das permanentes ameaças e dos ataques que lhes vinham dos índios Paiaguás, tremendos aliados dos castelhanos.

Neste nosso mapa, as partes mais escuras correspondem às terras da Amazônia que só deixaram de ser terra de ninguém a partir do reinado de D. José I, pela ação fecunda e decisiva do Gabinete Pombal, ao qual ficamos a dever, além de muitas outras coisas, mais, o projeto e construção de todo o sistema de fortificações constituído pelos fortes e fortalezas mencionados no mapa.

nítidamente esboçada a importância que o governo português emprestava à margem oriental do rio Aporé ou Guaporé, para a fixação dessas fronteiras e para a conservação das terras que lhes eram afins.

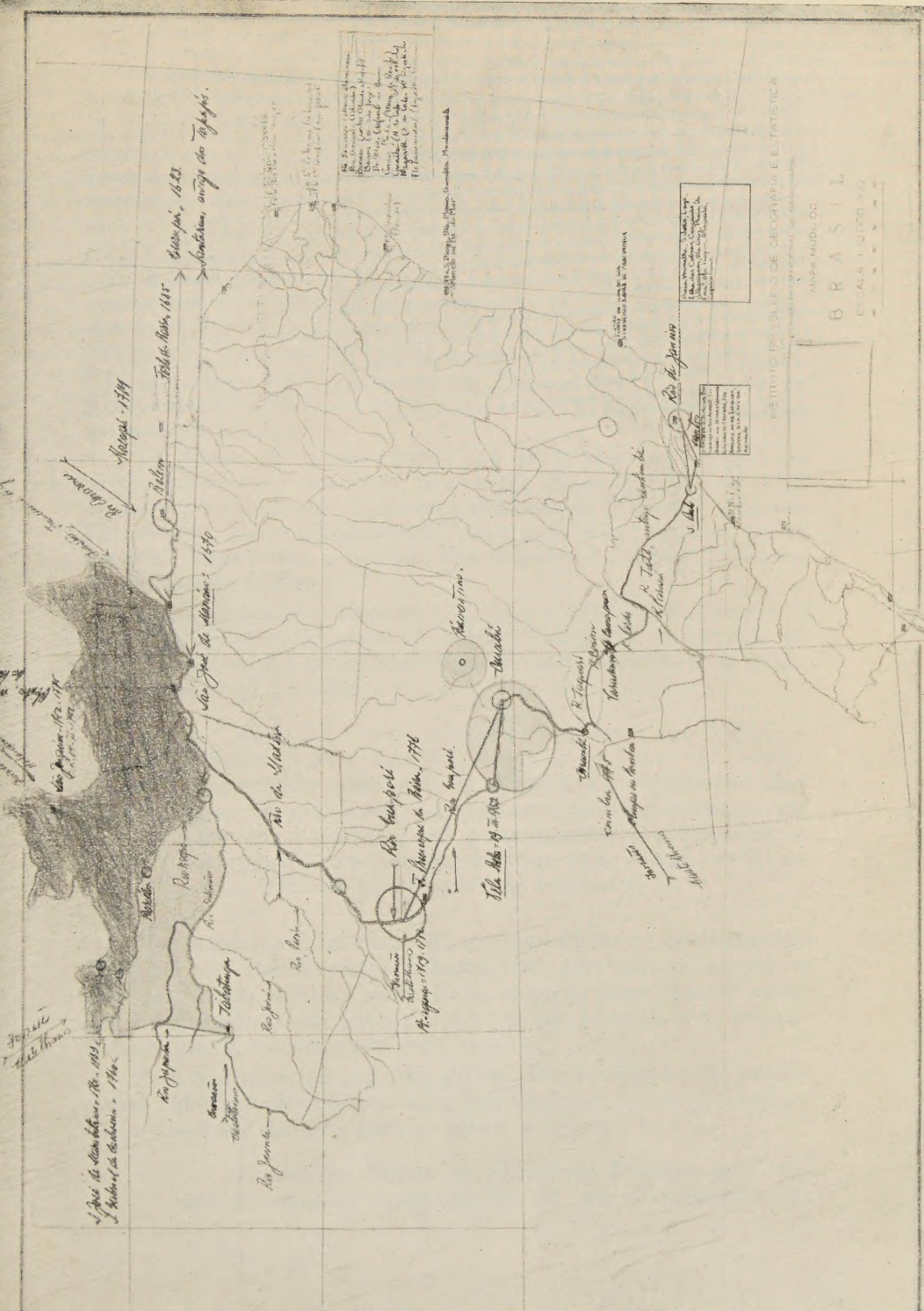
Mas isso não era tudo. Necessário se tornava também estabelecerem-se condições próprias à conservação das comunicações entre a nova Capitania, então criada, com as duas mais velhas do Grão Pará e do Maranhão pela via fluvial do Guaporé, do Madeira e do Amazonas. E isso, sem dúvida, se passou a dever à ação firme, esclarecida e objetiva do governador Mendonça Furtado, sempre apoiado pelo Gabinete de que fazia parte, em prestígio ascendente o seu irmão materno, Sebastião José de Carvalho, depois Conde de Oeiras e mais tarde, Marquês de Pombal.

Não sendo de esquecer a valiosa participação que nesse mesmo caso tiveram o primeiro governador e capitão general da capitania de Mato Grosso, D. Antônio Rolim de Moura e os dois famosos práticos daquela navegação: José Gonçalves da Fonseca e João de Sousa de Azevedo, sobretudo a deste último, tida pelo Governador Mendonça Furtado como bem superior à do primeiro. (2)

O rei D. José e o já então quase Conde de Oeiras, sentiram, no decorrer dos primeiros anos do seu governo, de tal modo a importância da abertura e conservação da navegação dos rios Madeira e Guaporé, feita por brasileiros e portugueses — João de Souza Azevedo era paulista e os remeiros e timoneiros ou jacumaúbas, todos índios — que, para emprestar a essa navegação maior ênfase e maior segurança, resolveram criar a Capitania de S. José do Rio Negro, que é hoje, praticamente, o Estado do Amazonas, tirando o seu território das terras da do Grão Pará. Criaram a referida Capitania como sendo realmente aquela segurança um dos objetivos mais importantes da sua criação.

Só a partir do conhecimento integral da correspondência de Francisco Xavier de Mendonça Furtado, que tenho em mão; em parte já publicada aqui e ali e em maior escala no segundo volume dos Anais do IV Congresso de História Nacional, reunido nesta cidade do Rio de Janeiro em 1949, é que, na verdade, se poderá conhecer a extensão e o valor das contribuições do Governador Mendonça Furtado às terras da Amazônia e ao seu denodado povo. Só então, os que não a conhecem, poderão se inteirar do número de leis pombalinas referentes àquela importantíssima região do país, e ao seu povo, leis que nasceram das suas apreciações e das suas oportunas sugestões.

(2) João de Souza de Azevedo e José Gonçalves da Fonseca. Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Tomo XXIX, 369 a 376.



INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATISTICA

BRASIL
ESCALA 1:500,000

AMPA MIDL. 00

1:500,000

1. O Rio de Janeiro é a capital do Brasil.
2. O Rio de Janeiro é a maior cidade do Brasil.
3. O Rio de Janeiro é a mais bela cidade do Brasil.
4. O Rio de Janeiro é a mais saudável cidade do Brasil.
5. O Rio de Janeiro é a mais agradável cidade do Brasil.

1. O Rio de Janeiro é a capital do Brasil.
2. O Rio de Janeiro é a maior cidade do Brasil.
3. O Rio de Janeiro é a mais bela cidade do Brasil.
4. O Rio de Janeiro é a mais saudável cidade do Brasil.
5. O Rio de Janeiro é a mais agradável cidade do Brasil.

1. O Rio de Janeiro é a capital do Brasil.
2. O Rio de Janeiro é a maior cidade do Brasil.
3. O Rio de Janeiro é a mais bela cidade do Brasil.
4. O Rio de Janeiro é a mais saudável cidade do Brasil.
5. O Rio de Janeiro é a mais agradável cidade do Brasil.

1. O Rio de Janeiro é a capital do Brasil.
2. O Rio de Janeiro é a maior cidade do Brasil.
3. O Rio de Janeiro é a mais bela cidade do Brasil.
4. O Rio de Janeiro é a mais saudável cidade do Brasil.
5. O Rio de Janeiro é a mais agradável cidade do Brasil.

1. O Rio de Janeiro é a capital do Brasil.
2. O Rio de Janeiro é a maior cidade do Brasil.
3. O Rio de Janeiro é a mais bela cidade do Brasil.
4. O Rio de Janeiro é a mais saudável cidade do Brasil.
5. O Rio de Janeiro é a mais agradável cidade do Brasil.

1. O Rio de Janeiro é a capital do Brasil.
2. O Rio de Janeiro é a maior cidade do Brasil.
3. O Rio de Janeiro é a mais bela cidade do Brasil.
4. O Rio de Janeiro é a mais saudável cidade do Brasil.
5. O Rio de Janeiro é a mais agradável cidade do Brasil.

1. O Rio de Janeiro é a capital do Brasil.
2. O Rio de Janeiro é a maior cidade do Brasil.
3. O Rio de Janeiro é a mais bela cidade do Brasil.
4. O Rio de Janeiro é a mais saudável cidade do Brasil.
5. O Rio de Janeiro é a mais agradável cidade do Brasil.

1. O Rio de Janeiro é a capital do Brasil.
2. O Rio de Janeiro é a maior cidade do Brasil.
3. O Rio de Janeiro é a mais bela cidade do Brasil.
4. O Rio de Janeiro é a mais saudável cidade do Brasil.
5. O Rio de Janeiro é a mais agradável cidade do Brasil.

1. O Rio de Janeiro é a capital do Brasil.
2. O Rio de Janeiro é a maior cidade do Brasil.
3. O Rio de Janeiro é a mais bela cidade do Brasil.
4. O Rio de Janeiro é a mais saudável cidade do Brasil.
5. O Rio de Janeiro é a mais agradável cidade do Brasil.



Digitized by the Internet Archive
in 2024

Antes de tomarmos o caminho do Mato Grosso, convém lembrar que o motivo preponderante que levou D. João V a proibir as comunicações entre as duas regiões, amazônica e matogrossense, se encontrava no propósito deliberado de impedir que pelas vias do Guaporé e do Madeira se dessem os «descaminhos» do ouro e dos diamantes do Cuiabá, e, ao mesmo tempo, se impedisse que os habitantes do Grão Pará e do Maranhão, levados pela idéia enganadora da conquista fácil daquelas riquezas, se passassem de uma para a outra região, esquecidos de que, assim o fazendo, iam a caminho da morte; já então sempre atenta na região das inúmeras e perigosíssimas cachoeiras do rio Madeira, onde o perigo das febres era tal que superava ao das próprias cachoeiras. Podendo disso dar testemunho os construtores da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré, feita para evitar o obstáculo daquelas mesmas cachoeiras.

Já agora, parece-me tempo de se render homenagem ao jovem historiador brasileiro que antes do Congresso de 1949 andou a pesquisar nos riquíssimos arquivos de Portugal; colhendo documentos, saber e experiência, para a obra que aqui no Brasil passaria desde então a realizar, com o brilho e a beleza peculiares ao seu talento e cultura.

Estou a sentir a emoção com que a Sra. Berta Leite terá lido, perante os seus pares do grande Congresso de História de 1949, a Introdução da sua tese sobre a Correspondência de Francisco Xavier de Mendonça Furtado, que assim começa :

«Quando Pedro Calmon freqüentou em Lisboa, e assiduamente, o Arquivo Nacional da Torre do Tombo, despertando como sino de Aleluia, em assombroso cântico, os estudiosos portugueses; gentilissimamente me convidou a publicar, com a sua inestimável colaboração, a Correspondência inédita de Francisco Xavier de Mendonça Furtado ao Marquês de Pombal.»

Não estou assim a tratar de assunto alheio ao conhecimento de quem, ao presidir êstes Estudos, faz perenemente ressoar o sino de Aleluia que, em assombroso cântico, torna sempre agradável o trabalho nesta grande Casa, em que o estudo e os ensinamentos andam sempre muito bem casados.

Pelo que disse em sua tese a Dra. Berta Leite, e pelo excepcional valor dos documentos nela apresentados, assim se manifestou a comissão que deu parecer sobre a mesma :

«Francisco Xavier de Mendonça Furtado, pelo menos é o que se pode concluir da sua Correspondência,

foi homem honesto, de bons princípios e de atitudes decisivas. Reto como a retidão. Justo com a Justiça. «Eles sabem, escreveu êle em carta de 17 de novembro de 1753, eles sabem muito bem que eu não sou propício às suas conveniências», acrescentando ainda linhas adiante «aquêlê fato justo e certo efeito em que costumam acabar os homens de honra quando se vêem obrigados a não poderem executar as ordens que se lhes expedem.»

«Eles sabem», os jesuítas.

«Em que costumam acabar os homens de honra»: seria o recurso ao suicídio; porque sendo pobre, caso não pudesse conseguir os recursos necessários para receber os delegados castelhanos, condignamente, em nome do Rei, assim o faria.

A comissão do IV Congresso encerrou o seu parecer opinando pela publicação da tese; o que foi feito. Mas de que modo! Dir-se-ia ter havido dente de coelho a alterar o significado de muitos dos seus períodos. Há mesmo uma das páginas, a de n.º 244, do segundo volume dos Anais, que pode desafiar a argúcia do mais requintado amator do «puzzle», isto é, do jôgo dos enganós.

Mas, de tudo, o que temos a constatar é o fato de que só com esta correspondência que nos foi trazida pela Dra. Berta, não nos seria possível tratar com acêrto do assunto de nossa aula — palestra de hoje.

A primeira carta que tenho em mão do governador Francisco Xavier, que trata da abertura do caminho do Mato Grosso, é a escrita por êle ao Secretário de Estado Diogo de Mendonça Côrte Real, no dia 20 de Janeiro de 1752, de Belém do Pará, aonde chegara no mês de setembro do ano anterior. Assim começa:

«Ilmo. e Exmo. Sr. Em execução da real ordem de S. Majestade, expressada no § 30 da minha Instrução ostensiva, chamei particularmente aquelas pessoas que me pareceu poderiam ter algumas notícias dêstes sertões, para me informar com elas e ouvir o juízo que faziam do Tratado de Limites.»

O Tratado era o de 13 de janeiro de 1750, assinado em Madrid; e os têrmos do § 30 os seguintes:

«Recomendo-vos muito que por ora proibais absolutamente a comunicação do caminho dêste Estado para as Minas, por convir assim ao meu real serviço, no que

tereis tôda a vigilância e não menos com que os vizinhos dêsse govêrno não ofendam os dos outros domínios da América Portuguesa, nem prejudiquem a Fazenda Real com o contrabando e introdução dos gêneros da Europa ; o que executareis até que sôbre esta matéria, se vos ordenar o contrário. Os vizinhos : os moradores.»

Esta grande carta, já publicada por Artur Cezar Ferreira Reis, no 2.º volume de seu trabalho sôbre *Limites & Demarcações*, e mencionada no tomo LXVII da Revista do Instituto Histórico, contém tudo o que de útil e certo poderia ser dito a favor da abertura do caminho do Mato Grosso. Só não dizia, Mendonça Furtado, nessa carta, que as aldeias referidas eram as dos jesuítas Castelhanos, do rio Guaporé, três das quais, São Simão, São Miguel e Santa Rosa, já postas na sua margem oriental, isto é, na sua margem direita; mas dizia tanta coisa útil ao conhecimento geral dêste grave problema, que passo a ler alguns de seus pontos, mais ligados ao nosso tema de hoje. Aliás, quatro, porque ainda havia mais para o nosso interior a de São Nicolau.

«Também entrei na averiguação de ver se podia achar noticia dos administradores das aldeias castelhanas, e da mesma forma aclarar-me a respeito da abertura do caminho dêste Estado para o Mato Grosso, em execução da mesma real ordem» — contida nas Instruções que lhe foram passadas em 31 de maio de 1751, ao ser nomeado governador e Capitão-General do Estado do Grão-Pará e Maranhão.

«O primeiro que ouvi — dizia — porque certamente dos que aqui há é o que tem mais prática dos sertões, foi a João de Sousa de Azevedo, o qual, depois de se fundar, ainda que grosseiramente, em uma quantidade de razões práticas, me disse que sempre dissera ao meu antecessor — Francisco Pedro de Mendonça Gurjão — e a várias pessoas mais, que a divisão só era útil à Coroa de Castela, e que a de Portugal ficava notória e gravissimamente lesa, e que assim o dissera sempre, e para prova me apresentava as certidões que, no seu original, remeto a V. Exa., chegando êste homem até ao excesso de dizer que lhe parecia a tal divisão uma traição formal».

.....

«José Pereira Machado, a quem aqui chamam o «Peregrino da América», por ter vagado por todos êstes ser-

tões; a quem eu não pude falar por se achar doente há uns poucos de meses; mandando-lhe perguntar pelo bacharel João da Cruz Diniz Pinheiro o juízo que fazia desta divisão, me mandou dizer, na substância, o mesmo que havia dito João de Sousa de Azevedo.»

«Dêste mesmo parecer são mais algumas pessoas de menos momento, a quem falei nesta matéria.»

Antes de prosseguir, acho que devo oferecer aos ilustres senhores acadêmicos da Academia Brasileira de Letras, esta chamada bibliográfica: O Peregrino da América, de 1752, José Pereira Machado, doente em Belém do Pará havia alguns meses, era o mesmo Peregrino Nuno Alvares Pereira, da publicação da Academia, ou era outro?

Terá havido apropriação indébita de alguma obra escrita pelo Peregrino do Pará? Até quando viveu este, e quando o outro?

Mas, voltando à carta :

«Únicamente José Gonçalves da Fonseca, Secretário que foi dêste govêrno, me constou que falava em bem diverso sentido, e ainda que eu tenha boas razões para entender que este homem não pode ter crédito nesta matéria, sempre o chamei, e tendo com elle uma prática para me informar verdadeiramente do seu sentir, depois de me fazer um grande arrazoado a favor da divisão, não me dando fundamento algum que não fôsse suasória aparente, e algumas razões à *posteriori*, lhe disse que eu tinha estimado muito ouvi-lo, mas que queria instruir-me inteiramente nesta matéria; visto ficar aqui, onde me poderia ser necessária tôda a informação : que me dissesse em grosso, se entendia elle que, pelo que respeitava à divisão dos domínios, ficávamos nós melhor que os castelhanos? Ao que me respondeu que certamente nós ficávamos notôriamente melhor, porque lhes cedíamos o território e Colônia do Sacramento, o qual era quase pantanoso, e que recebíamos cá no Norte muito melhores terras; que tinham muito ouro, o qual nunca podíamos tirar das terras cedidas.» (Como se contrabando na Colônia não fôsse ouro).

«Pelas informações dos dois homens que acima referi, que são muito práticos nos sertões, e pelas mais notícias vagas de diversas pessoas, vim a inferir que os castelhanos avançam muito sôbre os domínios de S. Magestade; além

das conseqüências da Praça da Colônia; e que naquele contrato tiveram melhores procuradores que os portugueses.»

«Pelo que respeita aos administradores das aldeias castelhanas, não há aqui todo o conhecimento que era necessário para se fazer uma informação exata e precisa.»

«O que achei sòmente foi que aquelas aldeias, que novamente se fizeram e estão distantes das terras grandes, que, ou por falta de notícias delas, ou porque não há quem se sirva dos índios e os governe, estão pouco mais ou menos administradas como as nossas, à exceção da língua, porque todos os fazem falar castelhano, tendo sempre nelas os índios muito mais liberdade do que os nossos.»

.....

«Quanto ao caminho dêste Estado para o Mato Grosso, assentam todos os que têm conhecimento dêstes sertões, que nada convém tanto à segurança e subsistência daquelas minas, e para embarçar aos castelhanos o quanto vão se adiantando em aldeias no rio Aporé; com o que, em pouco tempo, nos privarão da comunicação com aquelas minas; sem que, de as freqüentar, se seguisse prejuízo algum ao serviço de S. Majestade; às Alfândegas do Rio de Janeiro, ou ao perigo imaginado de que, pelo dito caminho, poderiam ter os estrangeiros mais facilidade para nos entrarem nas ditas minas.»

Reforçando assim e como que repetindo os argumentos anteriores, prossegue :

«Dizem, que não só se não seguia nada contra o serviço de S. Majestade de se freqüentar êste caminho, mas que, antes, era mui conforme ao mesmo real serviço e à subsistência dêste Estado e das minas do Mato Grosso.

«Primo : Porque freqüentando-se êste caminho, os mesmos passageiros embarçariam aos castelhanos o avançarem mais sôbre as nossas terras; e que, quanto menos jornadas fizermos para aquelas minas, tanto mais livres ficam os mesmos castelhanos para irem multiplicando aldeias; e que a experiência mostrou que, por falta de conhecimento e de navegação do rio Aporé, passaram os castelhanos à parte oriental que nos toca, a

fundar as aldeias de Sta. Rosa, S. Miguel e S. Simão, e que teriam já fundado mais algumas, em maior prejuízo nosso se não fôsem embaraçados por uns criminosos que se acham homisiados e estabelecidos em uma ilha chamada a Comprida, do mesmo rio Aporé, os quaes lhes têm feito alguns insultos e atemorizado, para que não continuem a adiantar as fundações de novas aldeias.»

«Secundo : que, se bastam quatro malfeitores para conterem os padres castelhanos de não terem adiantado a sua conquista nas nossas terras, continuando em fazerem aldeias, muito mais os obrigará, não só a conter-se, mas até me persuado que a largarem as aldeias que têm naquele distrito ; se, além de se permitir o caminho franco a todos os que quizerem passar desta cidade para o Mato Grosso, se estabelecerem nas partes que se julgarem mais convenientes algumas povoações ; fazendo na principal uma fortaleza capaz de fazer respeito ; e não será necessário que seja muito grande para, naqueles distritos, surtir êste importante efeito. (*)

«Tercio : que, do sobredito, se compreende claramente que não se mandando, e logo, franquear aquêlê caminho e fazer nêlê as sobreditas povoações, crescerão os estabelecimentos castelhanos à proporção do nosso descuido e far-se-ão tão poderosos naquelas partes que nos poderão dar um grande cuidado nas mesmas minas de Mato Grosso ; sem nos ficar outro meio de as socorrer, mais, do que pelo Rio de Janeiro ; de onde os socorros lhes hão de chegar tão tarde e tão débeis, como V. Exa. bem compreende ; do que se conclue manifestamente, quanto a mim, que, em coisa nenhuma, se encontra a liberdade de ir quem quiser desta cidade para aquelas minas, com o serviço de S. Majestade e o bem comum e liberdade daqueles povos.»

«Quanto ao prejuízo que se considera que há de ter a Alfândega do Rio de Janeiro ; me parece que, além de ser insignificante, é, sustentado o dito fundamento, prejudicial à Fazenda Real e ao bem comum daqueles povos ; e de sorte nenhuma equivale a todos os outros em contrário.»

Depois disso, Mendonça Furtado passa nessa carta, a mostrar a sem razão e a inconsistência dos argumentos alegados, dessa

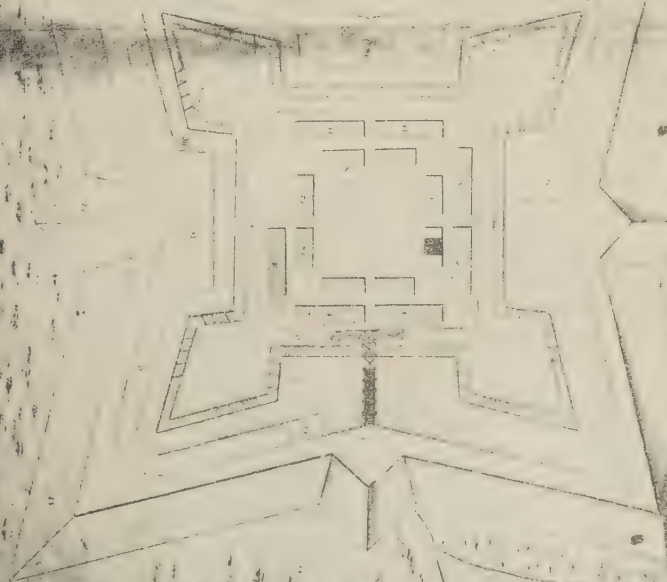
(*) V. cliché do Forte Príncipe da Beira.

PLANO DO FORTE DO

*Planço do Forte em que se representão as salas
e outras figuras do castello de Outeiro de 1798*

*E as que se achão em Egoito desde 20 de Junho
de 1776 da sua fundação.*

1	Torre do Forte	11	Armazém de Armas
2	Capitão do Forte	12	Quarto do Capitão
3	Capitão do Forte	13	Quarto do Capitão
4	Capitão do Forte	14	Quarto do Capitão
5	Capitão do Forte	15	Quarto do Capitão
6	Capitão do Forte	16	Quarto do Capitão
7	Capitão do Forte	17	Quarto do Capitão
8	Capitão do Forte	18	Quarto do Capitão
9	Capitão do Forte	19	Quarto do Capitão
10	Capitão do Forte	20	Quarto do Capitão



31

R I D



A
P
C
H
F

abertura ser prejudicial às rendas das Alfândegas do Rio de Janeiro. E prossegue :

«Pelo que respeita ao receio dos estrangeiros nos irem fazer alguma violência àquelas minas, aberto este caminho, ou que, em caso de guerra, nos possam ir fazer por este novo caminho alguma invasão os inimigos : Tenho ouvido também discorrer sobre esta matéria, assentando que este receio : se algum poderia ser justo, na ignorância em que nós estávamos, assim portugueses como castelhanos e mais nações vizinhas, ignorando totalmente este caminho e a comunicação que por elle havia para as minas, não há hoje razão para que nos sirva de embaraço algum.»

E explica :

«Porque, toda aquella ignorância em que os nacionais e estrangeiros estavam das navegações daqueles rios, se converteu em notória ciência e conhecimento comum a todas as nações aqui confinantes, de cujas navegações há hoje infinitos práticos ;

«Porque, já hoje não nos pode servir para nos defender, a ignorância das nações que aqui confinam conosco ; porque a todas elas é notória e manifesta esta navegação ;

«Porque, quanto mais a defendermos / proibirmos / aos nacionais, mais senhores daqueles importantes sertões se farão os castelhanos, que, a grande passo, vão avançando sobre os domínios de S. Majestade, infinito terreno ;

«Que, porque nós não fazíamos aquella navegação, se aproveitaram os castelhanos daquela ocasião ou descuidos, para passarem das suas terras às nossas [isto é, da margem esquerda do rio Guaporé para a direita], e estabelecerem-se nelas com as populosas aldeias com que se acham, que nos têm dado e poderão dar ainda maior cuidado ;»

«Porque, se os castelhanos com aquellas aldeias, vêm passar os portugueses por aquele rio, lhes disputam a navegação ; e se as deixarem de fazer um par de anos, ainda que depois a queiram intentar, acharão já nos mesmos castelhanos poderosos, que será impossível o conseguir-se ;»

«Que fazendo-se ali, como sem dúvida se hão de fazer os castelhanos poderosos, e não podendo nós passarmos para o Mato Grosso, ficam aquellas minas no

notório e evidente perigo de serem invadidas pelos mesmos castelhanos, porque nós não temos meio algum para os fazer conter; porque, nas mesmas minas, não só não há força para atacar, mas nem ainda para defender; e como elles ficam poderosos, precisamente hão de dar as leis.»

«Sétima e última: que, o receio que se tem de que as nações nossas confinantes nos possam invadir as minas por aquella navegação é remoto e é quase imaginário, como logo direi; enquanto que o dano que nos fazem e nos hão de certamente fazer os castelhanos é próximo e notório; é evidente e está sendo de fato; e qualquer descuido ou dilação que haja em se lhe acudir, nos pode ser de um grandíssimo e irreparável dano.»

Nesse ritmo o governador continua a analisar os diversos pontos do nosso problema: Abertura do caminho do Mato Grosso, quando chega a dizer:

«É imaginário a quem tem conhecimento dêste país, porque quem considerar que é preciso vir fazer um desembarque no Pará, e depois fazer uma expedição com todo o mantimento que é preciso aos soldados, e com todos os instrumentos de expugnar; e isto em canoas, na distância de mais de 1.000 léguas, por todos êstes rios acima, logo verá que é intentar o impossível; e que esta idéia se não pode reduzir humanamente a ato; principalmente sabendo os mesmos inimigos que temos, naquella parte onde sem dúvida hão de chegar arruinados, fortificações que, sem serem [por elles] forçadas, não podem fazer progresso algum.»

«Resta outro fundamento que ouvi ponderar em Lisboa, qual é que: aberto êste caminho, seria necessário S. Majestade fazer um gasto grande em fortificar o Pará, e que como tinha feito outro grande gasto em fortificar o Rio de Janeiro, não devia consentir que se abrisse mais esta porta às minas, para o obrigar a segundo gasto exorbitante.»

«Porém, se houver alguém que, melhor instruído, e com mais conhecimento do Estado, assentar que é mais fácil o vedar-se a comunicação dessa cidade com o Mato Grosso; quisesa me dissesse, se, por nós não frequentarmos aquêlê caminho, tiram os castelhanos das nossas terras as aldeias de Sta. Rosa, de S. Miguel e de S. Simão, que é a mais prejudicial, por estar muito me-

tida no centro ; e se deixam [os mesmos castelhanos] de ir fazendo novas aldeias nas nossas terras. E ainda que se conservassem nesta inação, e nós da mesma sorte, se algum dia tivéssemos a infelicidade de entrarem os inimigos nesta cidade e quisessem ir pelo rio acima até o Mato Grosso, se achariam alguém que lhes saia às margens do Paraguai, nas sete correntes ou para cima, podendo embarçar-lhes a jornada ; sem ser necessário fazerem-na com tanta gente, como sabendo que havia no caminho quem lhes fizesse opposição. Logo, parece que o gasto que se quer poupar a S. Majestade é impossível de remediá-lo, porque, ou se frequênta aquêlê caminho, ou S. Majestade ache mais conveniente o vedá-lo, nunca se pode excusar o gasto de se fortificar o Pará com grande cuidado ; porque, se nos quizerem invadir por esta parte e acharem a cidade sem fortificação, como está, e o caminho livre, não há mais do que entrar sem risco nenhum, embarcar nas canoas e ir logo fazendo viagem pelos rios acima ; sem haver pelo caminho quem lhes faça a mais leve opposição. Se, porém, acharem esta Praça fortificada e capaz de lhes fazer opposição, sempre os inimigos têm que entrar em uma ação que Deus sabe qual será a fim. Se formos castigados pelos nossos pecados e perdermos a Praça, ficam êles senhores do caminho e poderão entrar até as minas, sem opposição.»

Mais adiante, encerrando esta notável carta, êle diz :

«Pelo que respeita às povoações que se devam fazer naquele caminho, todos concordam em que se deve fazer uma junto à primeira cachoeira do rio da Madeira [de Sto. Antônio] onde os passageiros achem mantimentos e umas, a que chamam, Ubás, para passarem para cima ; e, finalmente, para lhes facilitar todo o meio de fazeres esta larga jornada.»

«A segunda, no rio Aporé, meia légua acima da aldeia de S. Simão. Esta, me parece que devia ser logo, e se lhe devia fazer algum gênero de fortificação.»

«A terceira, no mesmo rio, defronte ou no fim da ilha Comprida ; porque me consta que estas terras são as melhores, não só para a cultura, mas, por ora, as mais próprias para segurarmos as nossas conquistas e fazermos conter aos castelhanos, para que se não adiantem ; sem que êles, nem aparentemente, tenham justa razão de queixa.»

Tinha assim, o gabinete Pombal, pelo conteúdo desta carta, não só a opinião firme e abalizada de um dos seus principais mandatários na América, como, pela mesma ficavam os homens de Lisboa senhores da linha a seguir para a concessão de abertura do importante caminho de Mato Grosso, pela rota fluvial do Madeira e do Guaporé.

No dia seguinte ao desta missiva, dirigida a Diogo de Mendonça, o Governador Mendonça Furtado escrevia ao irmão outra carta tratando da gente que estava a partir de volta do Pará para Lisboa, na qual, sobre o prático José Gonçalves da Fonseca, dizia :

«Foi secretário do Governador João de Abreu — Castelo Branco —; é homem que podia ser de préstimo, porque tem grande habilidade e juízo : porém, é sumamente orgulhoso, inquieto, e em cujas informações se não pode fazer a mais leve confiança ; porque será rara a vez que fale a verdade ; além do que, é aleivososo e a terra em que assistir é impossível que se conserve em sossêgo.»

Mas foi este o homem que sete anos mais tarde, em longo documento o saudou efusivamente ; quando o mesmo governador Mendonça Furtado, tendo deixado o govêrno, estava a partir de volta para Lisboa. Assim terminava a sua oração :

«Encontrara o Pará somente com o Maranhão a êle subordinado e o deixava com mais governos dependentes ; deixava o govêrno com 40 aldeias convertidas em vilas, e 23 em lugares, além de 4 vilas mais, por êle fundadas no Macapá, no rio Negro, no Javari e no Madeira.» etc.

Pouco depois de escrever ao irmão, Mendonça Furtado, em carta ao Conde de Atouguia, de 9 de fevereiro dizia-lhe .

«Como a viagem para o Mato Grosso se acha embaraçada por ordem de S. Majestade, não tenho tido novas do governador daquelas minas, e só um homem que aqui chegou em agôsto dera notícia de que êle se achava no Cuiabá com saúde, e que ficava de caminho para o mesmo arraial, adonde era esperado dentro de poucos dias.»

Este governador era o muito ilustre D. Antônio Rolim de Moura, feito Conde de Azambuja por sua brilhante atuação à

frente da Capitania de Mato Grosso : que depois disso passou a governador da Bahia, e daí promovido a Vice-Rei do Estado do Brasil, em substituição ao Conde da Cunha, que foi o primeiro a exercer o referido Vice-reinado no Rio de Janeiro, a partir do ano de 1763.

Como no ano de 1752 se caminhava nos Paços de Lisboa e de Madrid na direção das futuras raias do Guaporé, do Madeira e do Japurá, Francisco Xavier de Mendonça Furtado teve disto notícia, por carta escrita de Lisboa, por Sebastião José, como sempre iniciada com o tratamento íntimo de «Meu irmão do meu coração», o que tira a esta correspondência qualquer sentido de publicidade ; ganhando, conseqüentemente maior força, como documento histórico.

Estávamos a 6 de julho de 1752, e assim escrevia o futuro Conde de Oeiras :

«Hoje partirão para Madrid, ratificadas por El-Rei, Nosso Senhor, as Instruções dos Comissários que hão de demarcar os domínios das duas monarquias, desde a bôca do rio da Madeira até a do Jauru. Dentro de oito dias voltarão as tais ratificações trocadas. E logo que o tempo permitir abordarem os navios o Maranhão, partirão os oficiais que estão destinados para aquela grande obra.»

Na linha de franqueza e de severidade, sempre encontrada nesta amplíssima e excepcional correspondência, não se vislumbra, a meu ver, sombra de ser, quem aqui a subscreve, contrário ao cumprimento «daquela grande obra», isto é, do Tratado de 1750; como, com aleivosa freqüência, se procura fazer crer.

Nesta carta de 6 de julho, Sebastião José ainda escreve :

«S. Majestade te faz a honra de te nomear seu Principal Comissário e Plenipotenciário, com amplísimos e ilimitados poderes.

«Como nesta matéria o perigo é à proporção da honra, para quem cuida nela e tem obrigações de merecer tão grande confiança ; posso desde agora tranquilizar-te o espírito, segurando-te que já se tem considerado em que as tuas Instruções e as ordens que aí forem, respectivas a elas, vão tão claras e tão distintas, que nem haja coisa que te arrisque, nem falte providência para os casos que podem ocorrer. E como as despesas e a decência é necessário que cresçam na presença dos

espanhóis com quem deves conferir e conviver, também a providência de S. Majestade atenderá a isso como costuma atender a quem o serve; e daqui cuidaremos em reforçar a cosinha e a copa, e em mandar algum ornato de casa, mais decente, porque na volta que fizerem ao Pará os mesmos espanhóis, quando se recolherem, te não achem alojado indecorosamente.»

«Se êste navio chegar primeiro que os outros, o que tens agora que prevenir, até onde couber na tua assaz pequena possibilidade atual, são três coisas:

«A primeira delas, consiste em ir deitando as tuas linhas para veres donde hás de tirar os índios de serviço e de guerra, com também os mantimentos com que se deve assistir aos espanhóis, ao tempo em que te chegarem as Instruções; e como deves alojar nessa cidade e prover nela os oficiais que daqui forem, para que possam viver aí, supondo, para isto, que hão de levar ordens para se estabelecerem taxas e regras de policia e guardando por ora a êste respeito inviolável segredo.»

«A segunda coisa é considerares que devemos receber os tais hóspedes, e que não é razão que achem êsse país na fraqueza e abandono em que hoje está; para ires trabalhando em exercitar algumas milicias formadas da pouca gente que aí houver, mandando fazer exercícios e assistindo a êles para os animar; e não esperando ordem do Conselho para ires desde logo formando o maior corpo de tropas regulares que te fôr possível ajuntar; porque, para tudo isto irão fardas com que depois se vistam, e, ainda que vão outras tropas para marcharem ou ficarem aí, sempre é razão que nessa cidade se conserve um corpo capaz de se ver, para quando a ela voltarem os hóspedes, a não achem desguarnecida e deserta, como até agora esteve; com a consequência de que êsse abandono os convida a êles e aos mais vizinhos a virem estabelecer-se dessa parte, sabendo que não têm nela quem lhes dispute o país; além de que, não seria decente, ainda sem perigo, que estrangeiros vissem os dominios de S. Majestade (e tais dominios!) abandonados e desguarnecidos, até o ponto em que êsses se acham; porque seria isto contrário àquella alta reputação que espero em Deus que cada dia se acrescente mais ao glorioso nome do heróico Amo a quem temos a honra de servir, reputação que os políticos todos assentam em que é o primeiro fundamento dos reinos; que

por isso significam pelo emblema de uma coluna perpendicular; que sendo assim firmíssima e capaz de sustentar sôbre si todo o pêso que lhe quizerem pôr, não pode declinar para nenhuma parte sem cair; e que os reis Henrique IV, de França, e Vitório Amadeu de Sardenha, definiam com mais delicadeza, chamando-lhe a principal das meninas dos seus olhos.»

«A terceira coisa que debes prevenir, é assegurar-te de bons práticos do país, e de tôdas as informações que puderes ajuntar, para que as duas linhas de leste e oeste, que vão marcadas na carta que te remeto, sejam descritas e demarcadas com a maior vantagem d'El Rei Nosso Senhor que couber no possível, sem se faltar ao estipulado no Tratado de Limites, e no das Instruções que lhe serve de comento e de explicação ; na conformidade da cópia que também ajuntarei a esta carta.»

«Na primeira linha que corta do rio da Madeira para o Javari, será mais fácil achar bons práticos e de seguir a latitude média que vai estipulada. Na segunda, que corta do rio Aporé ou Itenes à foz do Jauru, é necessário grande cuidado em a principiari a descrever o mais a oeste que fôr possível, porque se não houver essa prevenção pode isso ter a consequência de ficarem os espanhóis entre o Mato Grosso e o Cuiabá, e nós por êles cortados para a comunicação. O que me parece que se evita, só com se aterem os Comissários à letra do Artigo VII, que diz que a tropa sairá pelo rio da Madeira e pelo Guaporé, ou Aporé (que é o mesmo). E como o rio da Madeira perde o nome desde que nêle entra o Mamoré, e tudo o que jaz dêste último rio para cima se chama para nós Guaporé ou Aporé e para os espanhóis Itenes ; e êste Itenes logo acima se chama Sararé, não dizendo o Artigo que se há de subir êsse rio Sararé, mas sim, e tão sômente o Aporé; em se principiando a linha dêste tal Aporé, de que se trata, e o mais ao sudeste que couber no possível, para se cortar daí à bôca ou foz do Jauru; logo se evitará que fique pertencendo à Espanha o território que jaz entre o Cuiabá e o Mato Grosso ; que é o que nesta parte pode reccar-se.»

«Últimamente, não posso deixar de te participar uma reflexão que tenho feito sôbre esta matéria, parecendo-me útil passá-la ao teu conhecimento.»

«Diz o Tratado das Instruções, que El Rei Nosso Senhor mandará reforçar as escoltas (que significam

gente de guerra) e as tropas espanholas, se nelas faltar gente; em razão da grande distância donde hão de marchar. Isto é assim, na verdade, enquanto se supõe que os tais espanhóis devem marchar de Cumaná para o Orinoco, e dêle para o rio Negro, e enquanto se torna a supor que daquela mesma parte hão de vir todos os socorros que podem ter os mesmos espanhóis. Eu, porém, entendendo isto tanto pelo contrário que creio como certo, que os tais espanhóis, antes nos podem socorrer a nós do que nós a êles, pelo que pertence à gente de guerra e de serviço. E para isto me fundo em um exemplo claro e de caso idêntico. É êste o que estamos vendo que se passa entre a Casa de Áustria e o Turco, seu poderosíssimo confinante.»

«Sendo o Turco muito mais poderoso do que a Casa de Áustria nunca, até agora, lhe pôde fazer brecha sensível, e sempre por via de regra fica debaixo nas guerras que ocorrem; porque a Casa de Áustria, para mover as suas tropas e para socorrê-las de gente e de víveres, tem a facilidade de descer o Danúbio, e o Turco pelo contrário, para ambos aquêles efeitos, é necessário vencer a suma dificuldade de remontar o mesmo rio. Donde resulta que os austriacos, pelas referidas vantagens, têm tudo o que querem para a sua subsistência, cada vez que lhes é necessário, e aos Turcos é preciso que ou vivam do que acham no país onde fazem a guerra, ou o transportem com grande despesa de cabedal e tempo.»

«Ora, achando-se os espanhóis tão fortes nas campanhas do rio Mamorê, de onde navegam para o da Madeira quotidianamente achando-se já tão bem estabelecido nas margens orientais dêste segundo rio, com as aldeias que têm ali fundado, ao favor do nosso antecedente descuido; constando que os fundadores das tais aldeias costumam disciplinar as suas numerosas gentes, ensinando-lhes não só as artes mecânicas e a agricultura mas também o bom uso das armas; sendo certo que nisto se têm esmerado os tais fundadores, muito mais vivamente depois que souberam que se tratava destas divisões; de sorte que de Espanha se tem avisado aqui a algumas pessoas, que até fizeram passar oficiais de guerra disfarçados com diversos pretextos, com hábitos mudados para as Missões nossas confinantes; e tendo sobretudo a seu favor a facilidade de descerem os tais rios Mamorê e

da Madeira, que nós devemos remontar com tão grandes dificuldades. Parece que de tudo isto se conclui, que nós estamos no caso dos Turcos e êles no dos Austriacos, e que muito melhor nos podem êles socorrer a nós, do que nós os podemos a êles socorrer.»

«Esta reflexão me fêz suspeitar ser menos sincera a ostentação que os espanhóis têm feito da sua falta de força naquelas partes, e da necessidade de que nós os socorramos, para entender que será prudente todo o cuidado que tiveres sôbre esta matéria; lembrando-me que o nosso judicioso velho Luís de Camões diz: que nunca louvarei o Capitão que diz «Eu não cuidei.» E como nada disto se oculta às incomparáveis e perspicacíssimas luzes d'El Rei Nosso Senhor, S. Majestade dará a êste respeito a providência que couber no possível. É porém necessário que te aches de acôrdo sôbre esta matéria, para aí teres lançado as tuas linhas com antecipação, ao tempo em que chegarem os officiais e gentes que devem socorrer-te.»

«Para então, reservo o mais. E agora concluo abraçando-te de todo o coração, com a saúde que Deus me conserva com especial mercê da sua bondade infinita. O mesmo Senhor te guarde muitos anos.»

Belém, em 6 de julho de 1752.

Irmão muito amigo do coração.

Sebastião José.»

«P. S. — A Carta Geográfica que ajuntarei a esta é a que se concordou entre as duas côrtes [o famoso Mapa das Côrtes] na forma do Tratado; e também te mando a Convenção que se fêz sôbre voto de que há de ser a mesma Carta, porque dela se não seguissem os «equivocos» que seriam naturais na diferença que há da especulação à prática.»

«Também mandarei um exemplar do novo Regimento que El Rei Nosso Senhor ordenou para as fortificações, porque pode ser aí de algum uso, para se regularem algumas que se façam nesse país, onde são necessárias.»

Êsse novo Regimento, prevista assim a sua aplicação no Brasil pelo Ministro Sebastião José de Carvalho, é o de 7 de fevereiro de 1752.

O curioso está no fato de em carta de 22 de dezembro dêsse mesmo ano de 1752, escrita ao Governador de Mato Grosso, Rolim de Moura, Mendonça Furtado ter dito :

«Da expedição que se fêz do Rio de Janeiro para se principiarem as divisões pela parte do sul, estará V. Exa. mais bem informado do que eu, sendo a única coisa que aqui consta, com certeza, a de que o Senhor Gomes Freire fôra por primeiro Comissário e Plenipotenciário de S. Majestade; não se sabe, porém, ainda quem será o desta parte do norte; nem em Lisboa tinha havido nada a êsse respeito; em pouco tempo nos tiraremos desta dúvida.»

Com isso, se constata ou se constataria que cinco meses depois de escrita, a carta de Sebastião José não havia ainda chegado às mãos do irmão, que ainda se encontrava em Belém do Pará; a menos que tivesse chegado quando êle se encontrava no Macapá.

Na mesma carta de 22 de dezembro, Mendonça Furtado escrevia a Rolim de Moura:

«A vila que V. Exa. fundou no dia de São José, [19 de março, Vila-Bela] (*), tenho por sem dúvida que em pouco tempo será uma populosa cidade; porque tendo nela para fomentar-lhe as obras uma tal pessoa como V. Exa., com o seu grandíssimo zêlo e atividade, é impossível que não cresçam à proporção do magnânimo coração de V. Exa.»

«A situação em que se fundou era impossível que fôsse melhor — sob o ponto de vista estratégico, na ocasião, sem dúvida — principalmente se S. Majestade fôr servido permitir a comunicação desta cidade com estas minas.»

«A êste respeito fiz já presente à nossa Côrte aquêles fundamentos que me pareceram mais sólidos para que S. Majestade permitisse a abertura dêste comércio [assunto referido na carta de 20 de janeiro] com o qual se remirão essas minas e êste Estado.»

Antes disso, em carta de 31 de outubro, ao Ilmo. e Exmo. Sr. Meu Irmão do Meu Coração; o governador Francisco Xavier escrevia :

«Como não sei se V. Exa. viu o voto que eu dei sôbre a comunicação desta cidade com o Mato Grosso,

(*) V. cliché de Vila Bela.

porque não coube no tempo da expedição da frota o remeter-lhe tudo o que eu desejava, remeto-lhe agora a cópia do dito voto, e quando V. Exa. ache que êle se conforma com a razão e com o sólido estabelecimento dêste Estado e segurança daquelas minas, espero queira concorrer para que se dê liberdade para que estas gentes possam fazer as suas navegações livres, e possa esta navegação ser uma das grandes partes que ressuscitem êste Estado.»

O voto, como vimos, foi o contido na carta que escreveu ao Secretário de Estado, Diogo de Mendonça.

Em outra carta escrita ao irmão, em 9 de novembro de 1752, dizia êle, entre o mais :

«Pelo que respeita às fortificações que há no país, está V. Exa. muito bem informado, e não tenho nada de novo para lhe dizer senão que todos os dias se vão pondo em pior estado, e a Fazenda Real em maior impossibilidade de as poder remir, e, em consequência, que eu me não posso defender de qualquer insulto que me queiram fazer ; e ainda que seja fomentá-los com mui poucas fôrças, porque, quaisquer que elas sejam, hão de ser superiores às nossas, e os domínios de S. Majestade expostos à primeira pessoa que se quizer apoderar dêles.»

«Pelo que pertence à divisão, concordo inteiramente com V. Exa. que não há difficuldade na linha paralela com que se hão de dividir as terras que estão entre o rio Madeira e o Javari pela latitude de seis graus; porque esta lançará qualquer piloto que saiba tomar a altura do sol e fizer as suas observações no Javari, Juruá, Tefé, Coari, Purus e dêste lançar outra paralela pela latitude de seis graus e meio até o Madeira.

«A outra divisão, porém, que há de subir pelo Madeira e pelo Guaporé, é tão delicada como V. Exa. justamente imagina, e será preciso que em Lisboa se elejam officiaes de que se fizer a mais inteira confiança, tanto de probidade como de ciência, para irem fazer a divisão daquela parte, aonde qualquer descuido nos pode inferir o grande dano que V. Exa. judiciosamente teme. Cá trabalharei quanto me fôr possível por que esta gente compreenda bem o negócio e siga a letra do Art. 7.º dos Tratados.

«Desta navegação não há aqui outro homem que tenha mais prática do que João de Sousa de Azevedo, ao

qual hei de mandar com esta tropa; e ainda que aqui se achem uns homens de Mato Grosso não os considero tão práticos, porque apenas fizeram a sua viagem, daquelas minas para esta terra, sem fazerem maior reflexão no caminho do que cuidarem em se verem livres dêles para chegarem ao fim da viagem; contudo, verei se algum dêles tem algum préstimo para poder ajuntar ao tal João de Sousa.»

«Quanto à divisão do rio Japurá, tem seu trabalho e perigo, porque ali há duas vezes por ano umas epidemias trabalhosas, e é preciso entrar com o rio cheio e sair antes dêles principiar a vasar, para se livrar delas; pois não se navegando nesta conjunção, são indispensáveis as tais epidemias. Nêles perdemos tôdas as terras que vão desde a sua bôca ocidental até o Napo, em que antigamente Pedro Teixeira, na era de 1639 pôs os marcos dos domínios portugueses.»

«Dentro do mesmo rio também perdemos bastante, porque correndo êle quase noroeste-sueste, segundo a carta de Condamine e de algumas informações que aqui tenho tirado, se manda que pelo artigo 9 do Tratado de Limites, que êles se dividam pelo meio do tal rio Japurá, e pelos mais rios que a êle se juntam e que mais se chegarem ao rumo do Norte, e tudo quanto nós tirarmos da margem do rio para a parte do Norte, são terras que perdemos e que me dizem que são povoadas de bastante gente; enfim, trabalharemos por que S. Majestade fique o mais bem servido possível, nos têmos em que se pôs êste negócio.»

«A tropa que subir pelo Madeira e Guaporé deve ser poderosa, porque os padres têm as três aldeias que devem ceder-nos, e a de Sta. Rosa é considerável, pois me afirmam que tem muita gente de armas, e chegam até o ponto de me dizerem que passam de três mil arcos. Para todo o sucedido, me parecia que para dar calor às tropas, deveriam ir também naquele corpo de gente duas pecinhas do novo invento, para rebater qualquer desobediência ou insulto que êstes padres queiram fazer; e se se apresentar ocasião, creio que as duas peças farão um excelente efeito, e que farão horror a êstes bárbaros, que nenhum parará diante delas.»

Depois disso, em cartas de 18, 19 e 21 de novembro, dirigidas respectivamente ao Padre Manuel de Campos, a Pedro da Mota

e Silva e a Diogo de Mendonça, o Governador Mendonça Furtado diz :

«Em véspera de S. João me recolhi a esta cidade depois de haver visitado as fortalezas do sertão.»

Ao segundo dizia :

«Achei que as fortalezas estavam arruinadas e quase tôdas as povoações perdidas.»

E ao terceiro Secretário de Estado como o segundo, dizia :

«À proporção do conhecimento que vou tendo dêste Estado von compreendendo também a sua ruína ; e me é lástima grande o ver que, bastando só êle para fazer o reino rico e opulento, chegasse a tal ruína que é preciso que S. Majestade mande de Portugal com que se sustentem os filhos da fôlha — os funcionários públicos da época — e com que se façam as fortificações; se quiser que êle subsista; quando pudera render somas consideráveis se se tivesse cuidado no seu estabelecimento.»

Como se vê, sempre predominando nêle e no irmão a preocupação da defesa, da conservação e do progresso do grande patrimônio a seu cargo.

Corriam assim os dias altamente preocupantes para o governador Francisco Xavier de Mendonça, quando, finalmente, pôde êle, em carta do Pará, de 18 de abril de 1753, transmitir ao Governador Rolim de Moura a auspiciosa notícia :

«Por um navio que chegou ao pôrto de S. Luís do Maranhão, recebi as ordens de S. Majestade para a abertura do comércio desta cidade com essas minas, e por não molestar a V. Exa. nesta carta, lhe remeto uma cópia das mesmas reais ordens, com as quais se aumentarão estas minas; que me parece que não terão inveja às Gerais.»

«Eu dou a V. Exa. o parabem de não só ser o fundador, mas o restaurador delas, e com êste novo comércio verá V. Exa. bem logrado o infinito trabalho que tem tido, vendo florescer e em abundância a mesma terra que edificou.»

E acrescenta :

«S. Majestade foi servido criar de novo dois Regimentos de Infantaria, de quinhentos homens cada um;

um para a guarnição desta praça e outro para a nova fortaleza de S. José de Macapá.»

«No Rio Branco, que V. Exa. sabe muito bem que desemboca no rio Negro, manda S. Majestade que logo se edifique uma fortaleza (3), e para tôdas estas despesas manda o mesmo Senhor de Lisboa o dinheiro que fôr necessário; porque, as rendas reais desta Capitania não chegarão já nem para a metade dos gastos ordinários que até agora havia.»

Nesta altura, entre os documentos que temos em mão, topamos com as Instruções passadas pelo rei D. José ao Governador e Capitão-General do Estado do Grão-Pará e Maranhão, Francisco Xavier de Mendonça Furtado, para, na qualidade de seu Primeiro e Principal Comissário, tratar com o Comissário de Sua Majestade Católica, do estabelecimento dos limites entre os seus respectivos domínios da parte Norte da América do Sul. Documento, como os demais da lavra do futuro Marquês de Pombal preciso e minucioso em seus detalhes.

As Instruções são de 30 de abril de 1753, seguindo-se às mesmas a grande carta com que o Ministro Sebastião José respondia às muitas outras que lhe havia escrito o irmão, Governador do Pará.

Coube à Sra. Dna. Berta Leite nô-la revelar em 1949, quando foi do IV Congresso de História Nacional, comemorativo da fundação da cidade do Salvador. Carta escrita de Lisboa a 15 de maio de 1753. (4)

Muitos itens dessa carta tratam do assunto de nossa palestra de hoje, como, aliás, se dá com alguns das Instruções que lhe foram passadas em data de 30 de abril. Sendo de notar que, já então, tôda a importantíssima e precária região do rio Guaporé se fortalecera grandemente com a abertura do caminho do Mato Grosso e com a fundação de Vila-Bela, nova capital da capitania de Mato Grosso.

Sem poder me alongar tanto quanto devera, vamos pular para o ano de 1754, quando na carta de 30 de janeiro, de Rolim de Moura, escrita de Vila Bela para o seu colega Mendonça Furtado, diz :

«Novamente — isto é, recentemente — se tem descoberto que as cabeceiras de dois rios que pouco mais ou menos correm por onde há de vir parte da linha divisó-

(3) Provisão régia de 14 de setembro de 1752.

(4) Revista do Instituto, LXVII, 95, T. 2.º, 16-93-v.; e 2.º Vol. dos Anais do Congresso, pág. 253.

ria ficam tão perto uma da outra que não será mais de duas léguas de terra plana; e como ambos êles são navegáveis em tempo de águas, se podem daqui conduzir cargas até o Cuiabá, por êles, sem mais trânsito de terra do que as ditas duas léguas; porque um a que chamam o rio Alegre, faz barra no Guaporé, pouco acima desta Vila, e o outro, a que chamam Aguapeí, a vai fazer no Jauru.»

«À vista disto, bem se deixa ver quão preciso se faz a esta capitania que a navegação dêstes rios nos não fique embaraçada pela Demarcação; isto é, que nos fique inteiramente livre ou ao menos comum. Mas, nem por isso será conveniente que a dita Demarcação siga exatamente o curso dos tais rios, desde as suas barras, pois desta forma ficaríamos perdendo terrenos que nos são precisos e nos pertencem pelo Tratado. O que julgo mais conforme a êle, é vir a linha divisória desde a barra do Jauru, na mesma direção que no dito Tratado se lhe determina, até encontrar o Aguapeí; seguir pelo seu alveo até chegar a emparelhar com a ponta do Sul da Serra do Grão-Pará (5), que fica defronte desta Vila, e indo buscar a dita serra, correr pelo cume dela até cobrir alguns sítios que estão pouco abaixo da barra do Sararé, ou até onde quebra a mesma serra, para vir daí buscar êste rio; pois desta forma nos fica permitida a navegação acima dita, e nos ficam também para dentro da nossa Demarcação, as terras que estão desde a falda oriental da serra do Grão Pará até a beira dêste rio, aonde se acham já estabelecidas várias roças, e que não só por esta razão, mas, pelas madeiras que tem se fazem muito precisas à subsistência desta Vila.»

«Esta notícia quis expor a V. Exa. para lhe poder servir, sendo nomeado por Primeiro Comissário, como entendo, desta parte do Norte, e quando o não seja, para com ela instruir ao que o fôr, do que nas conferências me parece convém estipular-se, pelo que toca a esta Capitania.»

«E como João de Sousa de Azevedo tem visto e andado muita parte dêste terreno, a sua informação poderá ajudar muito a inteligência do que não é fácil explicar cabalmente em carta.»

Por esta mesma carta D. Antônio Rolim anunciava que das três missões jesuíticas de Castela, que estavam na margem orien-

(5) Hoje de Ricardo Franco.

tal do rio Guaporé, e portanto em terras luso-brasileiras, só existia a de Sta. Rosa, que também andava cuidando em se mudar.

No mês seguinte, a 25 de fevereiro de 1754 Francisco Xavier anuncia ao irmão que pretendia ir explorar o rio Branco e o seu sertão, para determinar aonde devia ser feita a fortaleza que S. Majestade mandara ali erigir; fortaleza que tomou o nome de S. Joaquim, construída no rio Tacutu, afluente do mesmo rio Branco.

Em outra carta do Governador do Pará ao de Mato Grosso, escrita em 30 de março de 1754, dizia :

«Persuado-me a que V. Exa. já lá terá o Tratado dos Domínios, porém, se acaso ainda não lhe chegou à mão, tenho a honra de o oferecer a V. Exa., e lho entregará com esta o Desembargador Fernando Caminha.»

O Tratado, lembro novamente ser o de 13 de janeiro de 1750, assinado em Madrid.

«Pelo art. VI, verá V. Exa. que se acordou no dito Tratado que da boca do rio Jauru fôsse lançada uma linha reta até a margem austral do rio Guaporé, defronte do rio Sararé; e como executado assim o dito artigo, me parece, segundo as informações que tenho, que essa Vila fica sumamente prejudicada, porque até me dizem que a privam de umas campinas que ficam na Demarcação de Castela; as quais são os pastos do gado de que se deve sustentar essa povoação — de Vila Bela — o que certamente, sendo, como me dizem, a sua total ruína.»

«Como, porém, no mesmo artigo nos dão alguma larga para se poder arbitrar naquela divisão, é preciso que eu esteja inteiramente instruído para ver se posso, em beneficio comum dêsse povo e dos Estados de S. Majestade, aproveitar-me daquela pequena liberdade, fazendo-a útil e tirando dela as vantagens que eu puder a favor dos domínios do dito Senhor.

«Para que eu possa obrar com todo aquêl acêrto que desejo, é impossível que o possa conseguir sem que V. Exa. me queira fazer a honra de socorrer-me com tôda a notícia que tiver a êste respeito; e se couber no possível, mandar-me um mapa, assim da situação em que se acha essa Vila, como das campinas que lhe ficam da outra parte do rio; com a declaração se há

algumas serras ou montes notáveis que possam servir de balisas àquela Demarcação, e com os quais eu possa pretextar a extensão do terreno, afastando-me da linha que se manda lançar pelo Art. VI; fazendo assim útil à nação a pequena liberdade que se concede aos Comissários, no referido artigo.»

«Também espero dever a V. Exa. o querer participar-me tôdas as notícias que tiver da margem austral do rio Guaporé, porque tôdas as que tenho alcançado dêstes homens, não sossegam. Se V. Exa. me quiser socorrer com as verdadeiras notícias que tem alcançado, ficando assim inteiramente dependente da illustração que V. Exa. me fizer à utilidade comum da nação, ao serviço de S. Majestade e ao meu acêrto e seu favor ditoso; que eu consiga aqueles dois importantes fins, se deverão inteiramente a V. Exa. ficando por minha conta o confessá-lo publicamente em tôda a parte; e espero não só dever a V. Exa. êste especialissimo favor, mas de dar-me repetidas ocasiões de obedecer-lhe etc.»

Depois disso, Francisco Xavier anuncia ao irmão que mandara estabelecer uma guarnição militar na aldeia do Trocano, a cargo dos Jesuítas, aldeia que a partir do dia 1 de janeiro do ano de 1756, passou a Vila de Borba, a Nova. Achava que essa guarnição devia ali ficar até se estabelecer o Registro que Sua Majestade mandava pôr nas cachoeiras do Rio Madeira; para, pouco depois, em outra carta dizer-lhe :

«Pelo Desembargador Fernando Caminha de Castro, Ouvidor Geral do Cuiabá, escrevi ao Governador e Capitão-General do Cuiabá, pedindo-lhe que viesse instruir-me e dar-me tôdas as notícias que tivesse dos rios e terras por onde passar a linha das Demarcações, e antecipou-se de tal sorte o seu zêlo que ainda antes de receber a minha carta, me socorreu com interessantíssima instrução, que consta da sua carta, de que remeto a V. Exa. a cópia, e, como êste fidalgo me aclarou nesta matéria, participando-me as novas que se me fizeram sumamente estimáveis, lhe respondi, não só agradecendo-lhe êste especial favor que me fêz, mas, pedindo-lhe novos socorros; como V. Exa. verá da cópia da minha resposta que também remeto; e creio que o Mapa por que espero, me acabará de tirar tôda a dúvida, e se porá êste negócio livre de tôda a confusão.

«Conforme a verdadeira informação que este Governador me participa, vejo o quanto interessante nos é a navegação dos dois rios, Alegre e Aguapeí, sem a qual não podemos com facilidade sustentar a comunicação do Mato Grosso com o Cuiabá; ficando-nos com ela, tão fácil, como diz o mesmo Governador.»

«Como pelo Mapa antigo — Mapa das Côrtes —, pelo qual me persuado que se faria o Tratado, se pôs a bôca do Jauru quase no mesmo paralelo que aquela parte do rio Guaporé, ou Aporé, onde depois se fundou Vila Bela, da Santíssima Trindade, isto é, na latitude de quatorze grãos da parte do Sul; e o mapa de José Gonçalves demonstra a bôca do mesmo rio Jauru na latitude de vinte graus e meio, deixando ao mesmo sítio de Vila Bela na sobredita latitude de quatorze graus; sendo isto assim verdade, já se vê a impossibilidade que se dá na paralela, quando as latitudes são tão diversas, e por isso é necessário recorrer a um meio têrmo, na forma que S. Majestade ordena na Instrução que foi servido expedir-me, e cujas reais ordens, sem dúvida alguma, hei de executar quanto couber na minha possibilidade.»

«Como pelo Art. VII do Tratado, e pelo Mapa que creio que dêle se fêz, nos pertencem inteiramente a navegação do Jauru, isto é, enquanto se delineou no mesmo Mapa a latitude de quatorze graus; e vindo pelo de José Gonçalves da Fonseca a demonstrar-se que a sobredita bôca do Jauru está na latitude de vinte graus e meio, já se vê a grande dúvida que isto pode fazer, porque, enquanto os castelhanos imaginaram que o seu curso era todo pelas terras que nos ficavam pertencendo pelo dito Tratado, demarcando-se pela sua foz; fizeram a sobredita cessão; agora, porém, que viram que êle se estende para o sul, mais seis grãos e meio, que não são menos de cento e trinta léguas francesas, não sei se concordarão com facilidade.» Porém, trabalharei quanto couber no possível por me aproveitar da liberdade que dá o Art. VII, para que nos possa ser útil.

«A forma de divisão que aponta o Governador de Mato Grosso, suposto o conhecimento que tem do país, poderá ser mui útil, conseguindo que seja daquela sorte; e muito mais se pudermos estender a alguma daquelas partes que S. Majestade ordena no § 17 da Instrução que o mesmo Senhor foi servido expedir-me.»

«Enfim, se os castelhanos se puserem teimosos e quiserem que as nossas minas do Mato Grosso e Cuiabá fiquem cōntidas por êles, de sorte nenhuma hei de convir em um prejuízo tão grave, e Suas Majestades resolverão neste caso o que julgarem mais conveniente aos seus reais domínios.»

«Estas Demarcações, feitas por latitudes, nas partes em que há notícia delas, ficam claras para todo o tempo, e são marcos que se não podem mudar. Porque, no Tratado de Utrecht não se deu a verdadeira latitude ao Cabo do Norte; temos tido sempre a grande dúvida que V. Exa. sabe com os franceses; vindo últimamente, Condamine, a fazer a baía de Vicente Pinzon ao Norte da ilha de Maracá, em dois graus e meio de latitude, quando ela verdadeiramente era na foz do rio Oiapoque, em cinco graus de latitude; e o Cabo Norte, ao que êles mudaram de nome, chamando-lhe cabo de Orange; e veio isto, por falta de se declarar a latitude a reduzir-se a uma questão, dizendo os franceses que a baía é ao Norte da Ilha de Maracá, e nós que é a bôca do Oiapoque; e como não tem havido, até agora, quem decida esta questão, se foram fazendo senhores de uma grande parte da costa, até entrarem no rio Cachipur, no qual me dizem que têm excelentes engenhos e fazendas.»

«Por êste e outros semelhantes fundamentos, compreendo que nenhuma destas Demarcações é segura, quando se lhes não determina o extremo por latitude, ou quando haja uma serra ou rio notável com nome estabelecido e certo, porque o mais, é ficarem questões em pé, como a da baía de Vicente Pinzón, e outras que há, semelhantes.»

«Deus Nosso Senhor queira ajudar-me para que satisfaça a minha obrigação como devo e desejo, e guarde a V. Exa. muitos anos. Pará, 16 de junho de 1754.»

A seguir, Rolim de Moura, como que novamente adivinhando os pensamentos e o interêsse do Governador Mendonça Furtado, lhe escreve sôbre o assunto fronteiras do Guaporê. A primeira vez foi, como vimos, em data de 30 de janeiro e esta em 1 de setembro de 1754.

«..... Já pelo Gaspar escrevi a V. Exa. a respeito da Demarcação por esta Capitania, representando em como seria muito conveniente que a linha divisória

passasse pelo cume da serra a que chamam do Grão Pará, que fronteira esta Vila da banda do poente, e que daí tomasse pelo alveo do rio Alegre, para alguma distância da sua barra, e subindo por êle acima até as cabeceiras, atravessassê para as do Aguapeí, e descendo pelo alveo dêstes abaixo até a direitura da linha que vem do marco assentado na barra do Jauru.»

«As conveniências desta demarcação são de grande importância, porque, do cume da serra do Grão-Pará para esta Vila, estão as melhores terras de planta, e mais vizinhas a elas, porque da banda de cá são poucas as que não alagam. Das cabeceiras do rio Alegre ao Aguapeí, me asseguram ser uma planície sômente de duas léguas, por onde fâcilmente se podem varar cancas e assim, ficando-nos livre a navegação do rio Alegre e Aguapeí, que são navegáveis ambos em tempo de águas; será fácil deitar fazendas desta vila no Cuiabá por canoa, o que é bem manifesta a conveniência, como da que fará, não sômente a esta capitania, mas também a essa, pelo maior consumo que há de dar às fazendas que vierem por êsse pôrto.»

«Últimamente, as terras entre o Aguapeí e o Jauru, principalmente as mais encostadas ao primeiro, me asseguram serem as de melhores pastos e as mais capazes para criações de gados e cavalos que tem êste distrito.»

«Para V. Exa. ver melhor o que tenho exposto, lhe remeto êsse mapa da Capitania [que não sei se o Mestre General Jaguaribe dêle tem conhecimento]. As observações que fizeram os Comissários que vieram ao Jauru me dão a conhecer que estas terras estão muito mais ao poente do que o dito Mapa as traz. A linha de pontinhos está ao poente, notada com números, é o caminho que vem do Cuiabá, e que eu fiz, vindo para estas minas, e o mesmo que o Tratado manda deixar de dentro da linha divisória para a nossa banda; pelo que se vê, quão conforme é à determinação do dito Tratado, o que acima apontei, principalmente não causando à Espanha prejuízo algum, pois daqui em muita distância não tem povoações, e a mais vizinha que se conhece, em tôda esta frente, é a missão de São Rafael, sendo que da cachoeira grande à que vai marcada no mapa, fazem vinte e cinco dias de jornada.»

«Quem fez o dito mapa não continuou o Guaporé da barra do Sararé para baixo; assim, por não serem claras

as informações que teve do dito rio, como porque os Commissários que hão de vir por êle, o hão de observar com muito diferente exação. Logo para baixo da dita barra, da banda do poente, estão dois sítios, e mais abaixo dela, dia e meio de viagem desta, fica o rio Capivari da mesma banda; se por êsse rio, que sai da serra do Grão Pará, começar a Demarcação acima dita, ficarão os moradores desta Vila com mais esta ensanchar; porém, quando se não possa conseguir, defronte da barra do Sararé vem sair uma água que, provavelmente, se entende ser ribeirão, que vem também da dita serra do Grão Pará, sendo que de todo se não averiguou ainda a certeza disso. Bem vejo que V. Exa., pelos mapas que levantarem os Commissários, a que cair por sorte êste distrito, é que há de governar-se para assentar com o seu conferente o por onde há de encaminhar-se a linha divisória. Porém, contudo, me pareceu lhe não seria inútil esta prévia notícia, e por isso a ponho aqui.»

Continua também nessa carta o Governador Rolim de Moura a pedir que o avisassem previamente da chegada dos Commissários, para ter tudo preparado, e comunica já ter mandado fazer a exploração da serra do Grão Pará, a fim de abrir-lhe picadas e examinar aguadas.

Parecia-lhe que o melhor tempo para ida dos Commissários seria abril e maio. Pedia que os Commissários fôsem pagos, o que Gomes Freire de Andrada também fizera aos que mandara ao Jauru. Termina dizendo que aguarda ansiosamente a chegada de canoas pelas quais esperava pretos novos, pois, segundo informação de João de Moura, esperavam-se na cidade de Belém do Pará três navios carregados dêles.

Por esta carta de 1 de setembro, se pode sentir ainda melhor o zelo e os apertos dos dois homens que durante anos, cônscios da responsabilidade que lhes competia, andaram a cuidar do preservamento das fronteiras do Brasil que, em boa hora, lhes haviam sido confiadas.

A nossa conversa deveria se estender, em favor do esclarecimento de outros pontos da questão. Mas, fico por aqui. O caminho do Mato Grosso foi aberto, e disso os governantes de Lisboa, do Pará e de Vila Bela não tiveram nunca do que se arrepender.

Honras lhes sejam prestadas por tão patriótico feito.

Quanto às fortificações pombalinas da Amazônia, só tenho a reafirmar o que venho sustentando a respeito. Toda a imen-

síssima região de terras do Brasil situadas ao Norte do rio Amazonas, só passou a não ser terra de ninguém, depois que o Gabinete Pombal fêz ali construirem-se as fortalezas e fortes de Macapá, S. Joaquim, S. José de Marabitanas, S. Gabriel da Cachoeira, Tabatinga e Príncipe da Beira. Servindo de majestosos pilares a essa grande cadeia, Macapá e Príncipe da Beira.

Mas, será, Senhor Embaixador Manuel Rocheta, que no decorrer das minhas prolongadas leituras eu não tenha encontrado algo mais, capaz de tocar a sensibilidade dos seus patrícios que me ouvem?

Quem sabe? Vou experimentar, sem saber se revelo algo de novo, ou se o que passo a ler já é do velho conhecimento geral do seu grande povo.

A 26 de agosto de 1758, o rei D. José, nas Instruções que passava ao muito ilustre D. Antônio Rolim de Moura, dizia-lhe ser indispensável no governo político dos povos, principalmente nas colônias novamente fundadas, que os dois polos do prêmio e do castigo se conservassem firmes e inalteráveis; porque, assim se conservando no justo equilibrio da balança da justiça, crescessem em virtude os bons e se apartassem os maus de seus perversos costumes.

E estendendo-se em outras mais considerações, dizia que os seus vassallos eram sempre e continuariam a ser os mesmo que haviam sido na primitiva Índia Oriental:

«Onde tão poucos bons portugueses fizeram tantos e tão façanhosos progressos e dominaram tantas e tão numerosas nações!»

Esta frase, posta pelo rei em documento destinado ao Brasil, tem para nós, também, Senhor Embaixador, sabor especial. O que Pombal, no século XVIII, pensava dos portugueses, Churchill, no século XX, disse dos ingleses...

A DATA DA INSTALAÇÃO DA FREGUESIA DA CANDELÁRIA

ENÉAS MARTINS FILHO

Em março de 1567 Mem de Sá mudou a sede da cidade da península da Cara de Cão, onde a instalara Estácio de Sá, para o morro que mais tarde seria chamado do Castelo.

Menos de três quartos de século depois dessa mudança a nova cidade já transpusera os limites do morro e, espalhando-se pela língua de terra comprimida entre o cordão de lagoas e o litoral, cobria de habitações a «Várzea» que se estendia entre a ponta do Forte de Santiago e o Morro de São Bento.

Formado êsse novo centro de povoamento, cuja densidade demográfica não tardou a superar a da «acrópole» de Mem de Sá, começaram a surgir tropeços e embaraços para os habitantes da «Várzea.»

Êstes para manterem em dia e em ordem as suas obrigações para com o «espiritual» e o «temporal» eram forçados a galgar as ladeiras que, partindo da Misericórdia ou das vizinhanças do Terreiro do Carmo, levavam até o cume do morro, onde se erguiam a Igreja de São Sebastião, sede do «espiritual» e a Casa da Câmara, sede do «temporal».

A Igreja, procurando facilitar aos fiéis o cumprimento de suas obrigações de preceito, muito antes da descida do «temporal» para a Várzea, decidiu aí criar uma nova freguesia, que seria a de Nossa Senhora da Candelária, desmembrando-a da primitiva freguesia de S. Sebastião.

Para a História da Cidade do Rio de Janeiro é de especial importância a data dêsse desmembramento, pois é uma prova evidente da expansão e crescimento da Cidade. Infelizmente, como já salientava Monsenhor Pizarro «nem ao menos se sabe com certeza o (estabelecimento) da paróquia por não mais existirem as memórias de sua instituição»(1) e essa deficiência data dos co-

(1) Pizarro, *Memórias Históricas*, vol. 2, pág. 182 (INL).

meços do século XVIII, pois o mesmo autor salienta que essas mesmas memórias já eram «ocultas» a frei Agostinho de Santa Maria quando, em 1714, escrevia o *Santuário Mariano*. (2)

É possível que em Arquivos Portugueses ainda venha a ser descoberto o Alvará Régio que aprovou o desmembramento da freguesia de S. Sebastião e, o que é de suma importância, fixou os termos jurisdicionais das duas primeiras freguesias cariocas.

Na falta desse documento, entretanto, muitas e divergentes são as opiniões sobre a data desse desmembramento.

Para se ter uma idéia das divergências, foram reunidos e vão transcritos em anexo, os textos dos principais autores que cuidaram do assunto. Desses textos se verá que as opiniões oscilam entre 1600 (Balthazar da Silva Lisboa) e 1634, ano este que reúne, por assim dizer, a maioria dos sufrágios.

O que estas notas procuram é apenas reduzir o limite de incerteza para a data da instalação (não da criação, que esta terá a do Alvará Régio) da segunda freguesia da Cidade.

É ponto manso e pacífico que em data, também incerta, porém possivelmente anterior a 1618, Antônio Martins da Palma e sua mulher, Leonor Gonçalves edificaram, em terras de sua propriedade, uma capela em honra de Nossa Senhora da Candelária.

Este ponto é confirmado pela Escritura de Doação de 4 de julho de 1639 onde por «Antônio Martins da Palma... foi dito que ... entre os mais bens que tinha e possuía, era uma Igreja na Várzea desta Cidade, que chamam de Nossa Senhora da Candelária.»

Linhas adiante registra a escritura que apareceu «o Capitão Álvaro de Mattos e por ele foi dito, como herdeiro dos ditos doadores e bem assim Martha Filgueira, sua mulher que... de sua livre vontade, ambos juntos, e cada um «in solidum» consentiam nesta dita doação... e davam... sua outorga para esta dita escritura.»

Este Alvaro de Mattos, cujo nome reponta aqui e além na História do Rio de Janeiro no século XVII, tendo sido «cavaleiro do Forte de Santiago», «Capitão do Fortim do Padrasto da Candelária» e Vereador; era casado com Martha Filgueira, filha de Antônio Martins da Palma.

A filiação de Martha Filgueira pode ser comprovada pelo seu registro de óbito, datado de 1698. (3)

(2) Pizarro, *Memórias Históricas*, vol. 2, pág. 182 (INL).

(3) Arquivos do Colégio Brasileiro de Genealogia. São da mesma fonte os dados sobre a descendência de Alvaro Matos.

Dêsse casamento nasceram nove filhos (entre 1626 e 1646), os quatro primeiros : Antônio (17-12-1626), Clemente (17-1-1628), João Álvaro (7-12-1630) e Eugênia (30-4-1633) foram todos batizados na Igreja de São Sebastião. Do quinto em diante Álvaro (8-11-1635), passaram a ser batizados na freguesia de Nossa Senhora da Candelária.

Sendo Antônio Martins da Palma, avô das crianças e morador com sua família, na várzea da Cidade como se pode comprovar de várias escrituras e documentos da época parece óbvio que faria batizar seus netos, se isso fôsse possível, na Igreja que êle fundara.

Portanto se os quatro primeiros netos de Martins da Palma não foram batizados na Candelária é porque, até 1633 não havia ali pia batismal, isto é, a Candelária ainda não era Matriz.

Assim parece razoável admitir, tomando como base os registros de batismos dêstes quatro primeiros filhos de Álvaro de Matos, que a Matriz da segunda freguesia da Cidade foi *instalada* na Capela de Nossa Senhora da Candelária *depois* de 30 de abril de 1633 e *antes* de 8 de novembro de 1635.

Está assim reduzido a 2 anos, 6 meses e 8 dias o «período de dúvida.»

Incidentalmente : o 2º filho de Álvaro de Matos é o futuro Dr. Clemente Martins de Matos, que foi vigário-geral da diocese de S. Sebastião e que deixou o seu nome ligado ao bairro de S. Clemente, em Botafogo.

Vejamos, entretanto, se não é possível reduzir ainda mais êsse «período de dúvida.»

Conforme escreve Monselhor Pizarro (4) faltam as «fôlhas primeiras (entenda-se as fôlhas 1 e 1 verso) do Livro I dos Assentos de Batismos da Candelária.»

O primeiro batismo, cujo «assento» subsiste, registrado no começo da fôlha 2, foi realizado em novembro de 1634 (o dia está dilacerado), mas o 2.º foi registrado em 17 dêsse mesmo mês e ano.

Tomando como base o número de batismos registrados, por fôlha, nos seis meses subsequentes (ressalvada a hipótese de um afluxo de batismos na primeira quinzena de novembro) chega-se à conclusão que ela é da ordem de cinco por fôlha. Portanto, entre o primeiro registro conservado e o início (desaparecido) do Livro, não há lugar para mais de 10 registros e isto se o «Térmo de Abertura» não tiver sido lavrado no alto da fôlha 1, o que viria reduzir o espaço disponível.

(4) *Op. loc. cit.*

Admitindo que o número de batismos por mês fôsse, em média, o mesmo que se registra entre dezembro de 1634 e maio de 1635, teremos que o início do registro de batismo, que deve coincidir com a data da instalação da freguesia, não deve ser anterior a setembro de 1634.

Fica, assim, reduzido a 18 meses o «período de dúvida.»

Temos entretanto que levar em conta o que escreve Vieira Fazenda (5), que em 30 de julho de 1634, Maria Gonçalves, mulher de Gonçalo Gonçalves, o môço, legou ao Santíssimo Sacramento da Candelária «um prédio para o azeite da lâmpada». Esta doação implica a existência de Santíssimo Sacramento exposto na Igreja e confere a esta a categoria de Igreja Matriz.

Aceita a exatidão da data e da informação de Vieira Fazenda, que se baseia em dados colhidos no Tombo da Santa Casa de Misericórdia, pode-se admitir que a freguesia de Nossa Senhora da Candelária foi instalada *depois* de 30 de abril de 1633 (data do batizado de Eugênia) e *antes* de 30 de julho de 1634 (data da doação feita por Maria Gonçalves).

Está assim reduzido a 15 meses o «período de dúvida.»

TEXTOS RELATIVOS À INSTALAÇÃO DA FREGUESIA DE NOSSA SENHORA DA CANDELÁRIA

- 1 — «Antônio Martins da Palma, capitão de uma não e sua mulher Leonor Gonçalves, navegavam para as Índias de Hespanha, e na volta lhes deu um temporal tão forte que iam dando com a não em um rochedo. Vendo-se em tão grande perigo, lembrados dos milagres e maravilhas que Deus obrara pela imagem de Nossa Senhora da Candelária, na Ilha de Palma, sua terra natal, recorreram aos seus poderes, pedindo-lhe o seu favor em perigo tão evidente, e que se delle os livrasse, lhe prometiam que na primeira terra onde aportassem, lhe edificariam uma Igreja de sua invocação. Permitio Deus (alcançando-lhe a misericórdia a Senhora, que queria por aquelle meio favorecer também os moradores do Rio de Janeiro) que o primeiro porto a que chegaram fosse a cidade de São Sebastião, onde fizeram sua habitação, sem quererem mais navegar».

Assim, em cumprimento de seu voto, fundaram em terras próprias e dedicaram à Senhora da Candelária a igreja que mais tarde foi designada para parochia».

(5) Vieira Fazenda, *Antiquilhas* — I pág. 374.

(Frei Agostinho de Santa Maria — Sanctuario Mariano. Tomo 10, Liv. 1, Tít. 4).

- 2 — «Nesse santuário (Candelária) se estabeleceu a segunda freguezia da cidade, dividindo-se o extenso território da primeira e unica, dedicada a S. Sebastião; e bem que podiam constar a época de ambos os estabelecimentos, nem ao menos se sabe com certeza o da paróquia, por não mais existirem as memorias de sua instituição (ocultas ao autor do Sanctuario Mariano, T. 10, Liv. 1, tit. 4 quando em 1714 escreveu sobre ela), e faltarem no Liv. 1.º de Assentos de Batismo as folhas primeiras, por onde se conheceria facilmente o ano em que começou a ter exercicio; e contudo é certo pelos assentos feitos e conservados no mesmo livro que subsistia nos fins da era de 1634.»

(Monsenhor Pizarro — Memorias Historicas. Vol. 2. pag. 182 (INL).

- 3 — Esta Freguezia (S. Sebastião) depois se dividiu com a criação da de Nossa Senhora da Candelária, em 1600. Balthazar da Silva Lisboa — Anaes. Vol. I, pag. 46 (DHD).

- 4 — «Crescendo a população da Cidade teve de crear-se segunda freguezia, existindo até então uma só, a de São Sebastião, e estabeleceu-se a da Candelária antes do anno de 1628, conforme refere Antonio Duarte Nunes em seu Almanack Historico».

(Moreira de Azevedo — Rio de Janeiro, Vol. I, página 144)

- 5 — Em 1634 foi estabelecida a freguezia da Candelaria e a capella de que se trata elevada á cathegoria de Igreja Parochial.»

(José Victorino de Souza — A Igreja da Candelaria. Rio. 1888).

- 6 — Quando foi creada a parochia (1628) os fundadores da igreja ficaram descontentes e não dispostos á luta com o vigario. Fizeram doação do templo à Santa Casa de Misericordia, por escriptura publica de 4 de julho de 1639.»

(Noronha Santos — Indicador do Distrito Federal — 1900)

- 7 — «Construida antes de 1630 a capela de Antonio Martins da Palma e sua mulher Leonor Gonçalves servia de Matriz da Freguezia da Candelaria desde 1634.»

(Id. Notas às memorias para Servir de Historia do Reino do Brasil, do Pe. Luiz Gonçalves dos Santos)

- 8 — «Em 1634 creou-se a frequenzia (sic) da Candelaria e assim ficou a cidade composto de duas freguesias durante o século.»

(Felisbello Freire — Historia da Cidade do Rio de Janeiro. Vol. I, 1912)

- 9 — «Parochia da Candelaria: Data da fundação — É ignorada, mas crê-se que foi fundada em 1634, porque o primeiro livro de baptismos começa nesse anno.»

(Mons. Antonio Alves — A Archidiocese de S. Sebastião, 1914)

- 10 — «Pizarro e outros historiadores adoptam como provavel a data de 1634 dando como primeiro parcho o Padre Pablo Santi...».

«No testamento de G(onçalo) Gonçalves, o moço, feito em 30 de julho de 1649 allude aquelle ao testamento de sua esposa Maria Gonçalves, que legara ao Sanctissimo Sacramento da Candelaria um predio para o azeite da lampada. Este traslado (de testamento e que consta do L^o 1 do Tombo da Sancta Casa de Misericordia) foi feito pelo Escrivão Diogo de Sá Rocha... em 30 de julho de 1634; quer isto dizer que nesse tempo a parochia já estava creada...»

«Parece-me pois, salvando sempre melhor juizo, que a parochia foi creada talvez em 1630, ou mesmo em 1628 como pretende... Antonio Duarte Nunes.»

(Vieira Fazenda — Antiquilhas vol. 1, pag. 173).

- 11 — Com respeito ao ano da instalação da parochia repetem-se as mesmas duvidas (que em relação à data da construção da capela): 1628, 1630 e 1634 são as datas apontadas. A ultima é a mais provavel.

(Vivaldo Coaracy — O Rio de Janeiro no seculo 17 — pag. 76).

- 12 — O ano de 1630 teria sido plausivelmente o da instituição da segunda parochia da Cidade, para a matriz da qual foi escolhida a capela que Antonio Martins da Palma construiu. Tambem isto é conjectura. O que é certo e documentado é que em 1634 já estava instituida a freguezia.»

(Id. Memorias da Cidade do Rio de Janeiro, pag. 374).

ACRÉSCIMOS À BIOGRAFIA DE MATIAS DE ALBUQUERQUE

HÉLIO VIANA

Em 1935, por ocasião do tricentenário, que então ocorria, da heróica retirada de Matias de Albuquerque, da Vila Formosa de Serinhaém às Alagoas, evocamos, pela primeira vez de público, aquêle grande vulto do Brasil colonial. Pouco depois, quando se pretendeu festejar o tricentésimo aniversário da chegada ao Brasil do mercenário fidalgo que vinha chefiar os invasores holandeses, o Conde João Maurício de Nassau-Siegen, fomos dos que na imprensa e no rádio cariocas se opuseram às falhadas comemorações, não lhes reconhecendo procedência ou adequação. Preferimos, em seguida, recordar sua fragorosa derrota, na tentativa de novo assalto à cidade do Salvador, em 1638.

De Matias de Albuquerque novamente nos ocupamos, alguns anos depois, em 1943, numa síntese biográfica, dada em aula do Instituto de Estudos Portugueses Afrânio Peixoto do Liceu Literário Português (Fundação José Gomes Lopes). Publicando-a em folheto, em 1944, acrescentamos-lhe três valiosos documentos até então inéditos, que se guardam na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. Eram êles uma carta do biografado ao Conde de Castro Dairo, de 1628, sobre «negócios do Brasil»; uma informação sua, do ano anterior, sobre a «diminuição dos frutos do Brasil»; e outra relação de sua autoria, também de 1628, das «Capitanias do Brasil e do que contém, rendem e despendem.» Transcreveu essa biografia, com os anexos, a *Revista do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano*, vol. XL, de 1945. Repetimos, uma e outros, em nossos *Estudos de História Colonial*, de 1948.

Indo a Portugal no ano seguinte, no chamado «Fundo Geral» da Biblioteca Nacional de Lisboa, tivemos ocasião de examinar mais quatro úteis documentos sobre Matias de Albuquerque, inclusive três petições de sua viúva, D. Catarina Bárbara de Noronha, Condessa de Alegrete, depois Marquesa de Alenquer, e curta biografia do vencedor de Montijo — cujas cópias logo pro-

videnciamos. O mesmo fizemos na Biblioteca da Ajuda, também da capital portuguesa, em 1951, quanto a uma carta de Filipe IV, sobre a injusta prisão de Matias, em 1636.

Aproveitando aquêlê trabalho anterior, com os acréscimos supracitados preparamos um novo texto, que apresentamos ao Congresso de História Comemorativo do Tricentenário da Restauração Pernambucana, reunido no Recife, em 1954. Ainda não tendo aparecido os respectivos *Anais*, a cargo do Arquivo Público Estadual de Pernambuco, e tendo sido divulgados, recentemente, outros documentos sobre o ilustre luso-brasileiro, aqui os registramos, como novas achegas à sua importante biografia.

ONDE E QUANDO NASCEU MATIAS

Contrariando várias opiniões, desde 1935 asseguramos ter Matias nascido em Portugal, embora fôsse segundo filho do olindense Jorge de Albuquerque Coelho, terceiro donatário da capitania da Nova Lusitânia, ou Pernambuco, e neto do primeiro titular dêsse senhorio, o fundador Duarte Coelho.

«General espanhol» chamou-o o mal informado panegirista Gaspar Barléu, em 1647. «Nascido em Portugal, mas filho de brasileiro», afirmou melhor Loreto Couto, em 1757. «Nasceu em Olinda, em fins do século XVI», assegurou, em 1882, o muito pernambucano Pereira da Costa. Entretanto, desde 1565 deixara Pernambuco seu pai, o ainda solteiro Jorge de Albuquerque, o da *Prosopopéia*, do português e cristão-nôvo Bento Teixeira «e não consta voltasse mais à capitania», observou o sempre autorizado Rodolfo Garcia, em nota à *História Geral do Brasil*, de Varnhagen. O que ainda em 1940 não impediu voltasse Rocha Martins a assegurar a nacionalidade brasileira de Matias.

Decide a questão o documento biográfico n.º 1.555, existente no Fundo Geral da Biblioteca Nacional de Lisboa: «O Sr. Matias de Albuquerque, Conde de Alegrete, nasceu nesta cidade e foi batizado no Loreto». Esclarecendo, *in fine*, que faleceu a 10 de junho de 1647, «de idade de 52 anos», deduz-se que nasceu em 1595, não «pelo ano de 1590», como por engano registrou o Barão do Rio Branco, nas *Efemérides Brasileiras*, e sem maiores exames repetiram outros.

SOLDADO D'ÁFRICA

Perdendo o pai, quando criança, em um dos primeiros anos do século XVII, com o irmão mais velho (e quarto donatário) Duarte de Albuquerque Coelho, foi Matias viver nas casas de Fernão de Lima, passando-se depois para Alcântara, para a do tio-avô

Matias de Albuquerque, o da Índia que lhes «tomou mestres e os ensinou». Falecendo também este parente (que deu nome ao sobrinho-neto), «ficaram em poder do aposentador-mor Lourenço de Sousa». São informações contidas no citado resumo biográfico.

À vista da documentação de que obtivemos cópia, não pode ser mais aceita a tradição, registrada pelo imaginoso Sebastião da Rocha Pita, em sua *História da América Portuguesa*, de 1730, e repetida por Oliveira Lima, em *Pernambuco e seu Desenvolvimento Histórico*, de 1895 de que Matias, a exemplo de tantos fidalgos portugueses, ao tempo da união das monarquias ibéricas, como militar «servira com Spinola na bela escola de Flandres». Foi em África na difícil praça de Ceuta, que começou a sua grande carreira de soldado em 1615 ou 1616, portanto aos vinte ou vinte e um anos de idade. Aí serviu durante três anos, não só «o tempo do regimento na forma do estilo, mas com oito cavalos e onze criados, à sua custa sem da Fazenda de El-Rei, ou de outra qualquer, levar alguma cousa.»

Nos campos de Tetuão recebeu seu batismo de fogo, nêles entrando como cabo de cinqüenta cavaleiros e da infantaria que sete embarcações transportaram; por seu valor e disposição muito contribuiu para a morte de alguns mouros e a tomada de grande quantidade de gado. Na mesma região novamente lutou em 1617, comandando tropas, aí penetrando três léguas, trazendo valiosas prêças e vencendo o inimigo com muita resolução e risco.

Ainda na África, «saiu muitas vêzes por capitão-mor e cabo de navios a correr a costa de Berbéria e a assegurar as embarcações que navegavam pelo estreito de Gibraltar saltando por vêzes em terra e tomando aos mouros as guardas que tinham e rendendo algumas embarcações de inimigos». Assim embarcou, com os seus criados, em uma das galés do príncipe Felisberto de Savóia, então a serviço de Filipe III da Espanha, com quem andou no estreito para impedir a posse a outra armada do inimigo.

Em setembro do mesmo ano de 1617 tornou a sair por capitão-mor de três bergantins contra outros três de mouros que logo investiu e fez fugir até desembarcarem em terra junto de Tetuão, onde se fizeram fortes, e elle lhes tomou o sítio com grande risco, matando os mais dêles e levando a Ceuta os três bergantins.

Outros serviços prestou na região marítima marroquina, combatendo e vencendo mouros, enfrentando tempestades, socorrendo embarcações, com risco de vida, conforme minuciosamente relatou sua viúva, em petição a El-Rei. Também serviu em Tânger, durante seis meses, com criados e cavalos, sempre à sua custa. E

tendo «depois embarcado, em diferentes ocasiões, em armadas de alto bordo e galés no mar Mediterrâneo, foi chamado a Madrid para se lhe dar uma esquadra de navios de alto bordo para servir à ordem de D. João Fajardo no estreito de Gibráitar, o que não teve efeito por chegar nova de que os holandeses iam ao Brasil e o mandaram ir àquêl Estado», conforme veremos adiante.

Dêsses serviços em África declarou a Condessa viúva não ter recebido Matias prêmio algum, pois «nem se lhe deu a comenda que serviu, nem se lhe nomeou o lote de que havia de ser; antes tendo êle duas promessas de comendas de quatrocentos mil réis cada uma, dadas pelos serviços de Jorge de Albuquerque Coelho, seu pai, e pelos de seu tio, o grande Matias de Albuquerque, nem ainda uma dessas promessas teve cumprimento» — conforme esclareceu, depois, Domingos do Loreto Couto, nos *Desagravos do Brasil e Glórias de Pernambuco*.

INÍCIO DO GOVÊRNO DE MATIAS

Não tendo Domingos do Loreto Couto declarado, nos *Desagravos do Brasil e Glórias de Pernambuco*, o ano em que começou Matias de Albuquerque a exercer, pela primeira vez, o cargo de capitão-mor de Pernambuco, donataria pertencente a seu irmão Duarte de Albuquerque Coelho, não o esclareceu Varnhagen nos «Auxílios cronológicos para verificar as datas e os fatos» que encerram sua *História Geral do Brasil*. Também não o apurou seu anotador Rodolfo Garcia, que entretanto tantos acréscimos e corrigendas fêz à referida lista. Assim, quando em 1943 escrevemos e no ano seguinte publicamos nossa biografia de Matias de Albuquerque, nela por errônea dedução julgamos que o referido govêrno teria tido início em «1619.»

Deu-nos, porém, para aquêl fato o ano de 1620, certa passagem de petição da viúva de Matias, D. Catarina Bárbara de Noronha, Condessa de Alegrete, que em 1949 encontramos e fizemos copiar na Biblioteca Nacional de Lisboa: «Estando na côrte de Madrid, e havendo aviso que os holandeses em março de 1620 mandavam uma armada ao Brasil, foi eleito por capitão-mor o governador de Pernambuco, e chegando a esta cidade (Lisboa) se lhe deram 10 navios em que passou ao Brasil, havendo-se nas ocasiões que houve no mar com grande satisfação, e grande despesa de sua fazenda com os soldados e camaradas que levou.»

Esclarece melhor aquêl milésimo, dando a data aproximada da investidura do cargo, o documento nº 120 do códice *Livro Primeiro do Govêrno do Brasil em 1958* publicado pelo Ministério

das Relações Exteriores. Ai, com data de Olinda, 7 de junho de 1620, declarou o próprio Matias : «Como há tão poucos dias que tomei a posse do govêrno desta capitania...» Recebeu-o de João Pais Barreto, outro capitão-mor omitido nas relações de governantes pernambucanos até agora conhecidas, conforme o doc. 122 do mesmo códice, datado de 14 de agosto do dito ano.

De acôrdo com a lista dos «Ordenados e emolumentos dos officios e cargos do Estado do Brasil», contida no citado *Livro Primeiro*, receberia o capitão-mor 400\$000 por ano da fazenda do donatário, mais, da fazenda real, 40\$000 para aluguel de sua casa (doc. n.º 10).

INCIDENTE COM O GOVERNADOR-GERAL

No mesmo ano de 1620 desentendeu-se o capitão-mor de Pernambuco com o 11.º governador e capitão-general do Estado do Brasil, D. Luís de Sousa, senhor de Beringel e alcaide-mor de Beja. Escrevendo-lhe Matias duas cartas, não lhe deu o tratamento de senhoria, a que se julgava com direito a suscetível autoridade, motivo pelo qual determinou ao ouvidor-geral do Estado do Brasil, desembargador Manuel Pinto da Rocha, que ao capitão-mor escrevesse um recado, no qual ficaria patente sua estranheza pelo fato. No verso dêste documento n.º 117 do citado códice publicado pelo Itamarati deu Matias resposta do próprio punho, que bem demonstra sua altivez e coragem : «Observo mais as leis de Sua Majestade que a corrupção delas.»

Prosseguiram em más relações os futuros condes de Alegrete e do Prado. Quando êste, em 1621, deixou o govêrno e regressou ao Reino, ao passar por Pernambuco não o visitou aquêlê e, além disso, «passando por êle no mar em uma falua, bem perto um do outro, lhe não tirou o chapêu» (doc. n.º 136). Tão notórios inimigos eram, que pediu e obteve D. Luís de Sousa que em seu *Juízo de residência* não fôsse ouvidos em Pernambuco «os criados de Matias de Albuquerque, nem as pessoas em que seu irmão Duarte de Albuquerque Coelho, donatário daquela capitania, provê os officios, nem os apaniguados de ambos» (doc. número 150). Além do futuro Marquês de Basto, Conde e Senhor de Pernambuco, deu D. Luís como suspeito no inquérito posterior à sua saída da governança do Brasil, também um dos governadores de Portugal durante a união com a Espanha, D. Diogo de Castro, Conde de Basto, sogro de Duarte (docs. ns. 136 e 137).

O resultado dessas querelas foi a proibição, determinada por el-rei, de estacionarem em Pernambuco, dali por diante, os governadores-gerais destinados à Bahia.

PRIMEIRO GOVERNO PERNAMBUCANO DE MATIAS

Da citada e ainda inédita petição da condessa-viúva, Dona Catarina Bárbara de Noronha, extraímos mais os seguintes dados sobre o primeiro governo pernambucano de Matias de Albuquerque, que durou até 1626.

«Chegando a Pernambuco, começou logo a entender no governo das cousas da guerra daquela capitania, reduzindo a exercício e forma militar os moradores, fazendo fortificações e introduzindo as frotas aos bons sucessos que tiveram, sendo tão vigilante que nunca os inimigos puderam fazer aguada naquela costa, como dantes faziam.

«Chegando ao porto do Arrecife o galeão *São Pedro*, que vinha da Índia, destroçado, sem mastros e falta de todo o necessário, dentro de 15 dias o aparelhou à custa de sua fazenda, e lhe fêz dar escolta com outros navios que armou para a sua guarda, o qual chegou a salvamento a este Reino.

«Fêz aumentar a Fazenda Real e observar a Justiça, sujeitar as alterações dos eclesiásticos, defender por vêzes a jurisdição real, conservando os presídios sem diminuição dos soldados; não teve trato, nem negociação alguma, por si nem por interposta pessoa, e da mesma maneira procederam seus criados, a que nunca deu ofício, nem praça alguma de Vossa Majestade.»

De como em seu governo se manteve Matias, dizem muito bem algumas referências de frei Vicente do Salvador, na primeira *História do Brasil* escrita por um brasileiro. Depois de aludir às desinteligências com D. Luís de Sousa, «com quem não estava corrente», acrescentou que também com o 12.^o governador-geral teve Matias sintomático conflito de jurisdição, ao nomear Diogo de Mendonça Furtado um seu criado para capitão do Recife, admitindo-o o futuro Conde de Alegrete apenas como capitão da fortaleza de el-rei, não no posto civil.

Progrediu, nesse periodo de 1620/1626, a capitania de Pernambuco, aliás a mais rica do país, à época, conforme assinalou o pai de nossa História, Varnhagen, na *História Geral do Brasil*: «A povoação do Recife crescia consideravelmente, bem como toda a dita capitania de Pernambuco, sob as ordens do Capitão Matias de Albuquerque, irmão do donatário e seu lugar-tenente. A colonização e cultura se estendera ao extremo meridional da capitania, e se desenvolvia consideravelmente nas vizinhanças das Alagoas, nas vilas da Madalena e Santa Luzia.»

Também noutros setores perfeita vigilância e providência demonstrou Matias. Ainda em 1621, mediante régio aviso, preveniu-se contra a possível volta ao Brasil do «irrequieto aventu-

reiro» La Ravardière, «cavaleiro de triste figura» na tentativa francesa de apossamento do Maranhão, o qual, com a participação de holandeses, projetava, então, assaltar Pernambuco. Na iminência desse ataque, que afinal promovido pela recente e fli-busteira Companhia Privilegiada das Índias Ocidentais se dirigiu à cidade do Salvador em 1624, coube ao fidalgo capitão-mor cuidar das fortificações pernambucanas, como atesta, entre outros documentos, a legenda do mapa de Olinda e Recife anexado ao códice do *Livro que dá Razão do Estado do Brasil*, pertencente ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, em 1958 publicado pelo Arquivo Público Estadual, de Pernambuco.

MATIAS DE ALBUQUERQUE, 13.º GOVERNADOR-GERAL DO BRASIL

Já na biografia *Matias de Albuquerque*, que publicamos em 1944 (1), tivemos ocasião de assinalar a incabível dúvida que sobre sua condição de 13.º governador-geral do Brasil levantaram e mantiveram alguns historiadores.

Nasceu ela ainda no século XVIII, do fato de terem Domingos do Loreto Couto, nos *Desagravos do Brasil e Glórias de Pernambuco*, e D. José de Mirales, na *História Militar do Brasil*, considerados simultâneos ocupantes daquele cargo tanto Matias, capitão-mor de Pernambuco, como D. Francisco de Moura, capitão-mor do Recôncavo da Bahia de Todos os Santos. O primeiro, designado nas chamadas *vias de sucessão* para substituir o 12.º governador-geral, Diogo de Mendonça Furtado, aprisionado pelos invasores holandeses da Bahia, fôra, entretanto, confirmado no posto pelo rei Filipe IV, como devidamente registraram Robert Southey e Varnhagen, acrescentando a respectiva carta-régia que poderia exercê-lo sem obrigação de residir na cidade do Salvador, ao contrário do que desde 1614 fôra ordenado. Enganou-se, porém, aquêlê historiador inglês, ao supor que o mando principal tivesse competido ao pernambucano D. Francisco, soldado das Flandres e ex-governador de Cabo Verde, que assim teria sido o primeiro brasileiro nato a governar o Brasil. E contribuiu para maior engano o Visconde de Pôrto Seguro, ao enumerá-lo como 14.º governador-geral na lista constante do final da *História Geral do Brasil* (2). Joaquim Manuel de Macedo,

(1) Reproduzida em nossos *Estudos de História Colonial* (São Paulo — 1948), págs. 203/261.

(2) Deveria ser 13.º, não 14.º governador, pois na lista de Varnhagen foi duas vezes numerado como 7.º governador-geral, de 1591/1602, e como simples governador da Divisão do Sul, de 1609/1611, D. Francisco de Sousa.

em suas muito divulgadas *Lições de História do Brasil*, também ajudou a divulgação dêsse erro.

Em consequência, publicações recentes e mesmo especializadas, como a do Sr. Conde de Campo Belo (*Governadores Gerais e Vice-Reis do Brasil*, Lisboa, 1940), continuaram a não incluir Matias na lista dos governantes de todo o país, concedendo-o ao seu primo D. Francisco de Moura. Alertado por nós do engano a respeito contido no tomo V, pág. 305, da 3ª edição integral da *História Geral do Brasil*, não pôde emendá-lo nosso saudoso amigo Rodolfo Garcia na edição seguinte, à pág. 251 do mesmo tomo, por ter êste saído quatro anos depois da morte do ilustre anotador de Varnhagen. Ai se manteve, portanto, aquela errônea numeração (14) junto ao nome do simples capitão-mor do Recôncavo, de modo a permitir que continuasse a confusão, apesar da clareza dos termos com que a Matias se referiu o seu contemporâneo frei Vicente do Salvador, nas páginas finais de sua *História do Brasil*.

D. Francisco de Moura, conforme sua nomeação de 10 de setembro de 1624, era apenas «capitão-mor da gente de guerra do Recôncavo da Bahia de Todos os Santos», de acôrdo com o alvará publicado nos *Documentos Históricos* da Biblioteca Nacional, vol. XV, pág. 73. Aliás, êle mesmo não se mostrou satisfeito com a posição subalterna em que ficou colocado, conforme carta ao rei, de 10 de maio de 1625, citada pelo próprio Varnhagen na *História das Lutas contra os Holandeses no Brasil desde 1624 a 1654* (Viena, 1871), pág. 283/284.

NA LUTA CONTRA OS HOLANDESES

Estava Matias de Albuquerque no govêrno da capitania hereditária de Pernambuco, pertencente a seu irmão Duarte de Albuquerque Coelho, quando chegaram notícias da ocupação holandesa da cidade do Salvador, em maio de 1624, com o consequente aprisionamento do governador-geral Diogo de Mendonça Furtado, e sua designação, nas *vias de sucessão*, para substituí-lo.

Seu primeiro desejo de soldado foi o de seguir imediatamente para a Bahia, a combater os intrusos. Mas, também político e administrador, conhecendo as circunstâncias em que se encontrava e os fracos elementos de que podia dispor para a luta, no

que no segundo caso não deveria ter recebido o n.º 10. (Cf. *História Geral do Brasil*, de Francisco Adolfo de Varnhagen (Visconde de Porto Seguro), 4.ª ed. integral, tomo V (São Paulo, 1953), pág. 251). Também êste engano não chegou a corrigir o cuidadoso anotador Rodolfo Garcia, como o citado no texto.

dizer de frei Vicente do Salvador «fêz logo uma junta de oficiais da Câmara (de Olinda), capitães, prelados da religião e outras pessoas qualificadas, sôbre se viria em pessoa socorrer a Bahia, o que por todos lhe foi contradito, assim porque não bastaria o socorro que de lá poderia trazer para recuperá-la, como pelo perigo em que deixava esta outra capitania, de cuja fortificação e defesa se devia também tratar, pois viam arder as barbas dos seus vizinhos.» (3).

Bem conhecidas, pelas referências de vários historiadores, são as providências militares que logo tomou Matias, enviando à Bahia sucessivos socorros, úteis aos moradores baianos que desde o início haviam começado a hostilizar os invasores. A elas queremos agora acrescentar o depoimento a respeito prestado por sua viúva, D. Catarina Bárbara de Noronha, Condessa de Alegrete, depois Marquesa de Alenquer, em segunda petição a Dom João IV, ainda inédita, que fizemos copiar na Biblioteca Nacional, de Lisboa, em 1949. Assegurou, então, que com aquêles socorros contribuiu o governador para a formação, ali, de um arraial, «o qual sustentou junto ao do inimigo, tomando-lhe estâncias com tropas», impedindo-o que entrasse pela terra a dentro e que os índios e negros se não metessem «com o invasor». Além dos capitães de nomes já conhecidos, mencionou, como por Matias enviados à Bahia, João de Araújo, Jordão de Salasar e Antônio Carneiro — «de que resultou ser sempre o inimigo rebatido sem poder obrar efeito algum.»

Especificando melhor tôdas essas providências, relatou a Condessa de Alegrete: «Ordenou novas fortificações em Pernambuco, no Recife e rio Tapado, mandou fazer um forte no Rio de Janeiro e reedificar o da barra da Bahia, fazer o forte da Conceição junto à cidade Filipéia (4), em que pôs guarnição de infantaria; fêz casa de fundição, que nunca houve naquele Estado, em que lavrou algumas peças de artilharia, e deixou outras começadas, e metal para elas». Esta última informação, de tanto interesse para nossa história industrial, não é entretanto confirmada, quanto à prioridade, pelo *Livro que dá Razão do Estado do Brasil*, de 1612, de autoria do sargento-mor Diogo de Campos Moreno, que pela primeira vez publicamos em volume, em edição do Arquivo Público Estadual de Pernambuco. Nêle se atribui ao governador D. Diogo de Meneses e Siqueira, «no ano de 1611», o assen-

(3) Frei Vicente do Salvador — *História do Brasil*, 2.^a ed. (São Paulo, 1918), pág. 534.

(4) Filipéia de Nossa Senhora das Neves, depois cidade da Paraíba, hoje João Pessoa.

to da casa de fundição de artilharia, sinos e apetrechos de bronze, de Olinda (5).

Continuando, registrou a viúva de Matias, talvez com algum exagêro relatando os seus serviços no govêrno-geral do Brasil: «levantou mais dez companhias de presidio, que pagou e sustentou todo o tempo da guerra; fêz armazéns, a que reduziu grande quantidade de mantimentos, de maneira que sempre sobejaram.»

Outro serviço do governador, igualmente ligado à restauração da Bahia, assim relatou sua viúva: «Havendo feito naufrágio a nau *Caridade*, da qual era capitão Lacerda de França (6), nos baixos do Lucena, acudiu à dita nau com tanta presteza que foi meio para se salvar e a 200 infantes, os quais fêz conduzir por terra a Pernambuco, sustentando e conservando a dita infantaria mais de dois meses, e, armando-a, a fêz conduzir em caravelões à Bahia.»

Também coube a Matias, no dizer de sua mulher, a iniciativa da ordem ao Capitão-mor do Rio de Janeiro, Martim de Sá, para a remessa de uma expedição de socorro à invadida Bahia, a qual, como lembrou, foi tão útil à defesa do Espírito Santo, contra o ataque da armada holandesa «de que era General Pedro Peres, isto é, o famoso Pieter Pieters zoon Heyn, cujo nome daquela forma também traduzia frei Vicente do Salvador.

Chegando da Europa o magnífico socôrro que consistiu na *Jornada dos Vassalos*, — porventura a mais brilhante expedição militar um dia passada à América — nem por isso cessou Matias de enviar valiosos reforços às tropas que empreendiam a recuperação do Salvador. E, conforme relatou D. Catarina, «vindo derrotadas as embarcações das armadas desta Coroa (Portugal) e da de Castela, de que eram Capitães Bento do Rêgo, Melo de Palhares, Cosmo do Couto e Francisco Robledo de Espinosa — aparelhou-as e proveu-as de mantimentos para passarem à Bahia, mandando com elas a nau *Santo Antônio*, a cargo de Jerônimo Cavalcanti (seu primo), armada com duzentos soldados (7), que

(5) Diogo de Campos Moreno — *Livro que dá Razão do Estado do Brasil* — 1612, ed. critica, com introdução e notas de Helio Vianna (Recife, 1958), pág. 191. — Em carta de 14 de agosto de 1613, ao governador-geral Gaspar de Sousa, determinou o rei Filipe III que se construísse na Bahia outra casa de fundição, pagando-se, porém, ao fundidor de Pernambuco, à custa da imposição existente, a casa de fundição que havia levantado por sua conta. (Cf. *Cartas de El-Rei a Gaspar de Sousa*, códice ainda inédito, pertencente à Biblioteca do Ministério das Relações Exteriores, fls. 231).

(6) Aliás Lançarote de França, como aparece várias vezes na *História do Brasil*, de frei Vicente do Salvador, que confirma o episódio.

(7) Frei Vicente do Salvador — *op. cit.*, pág. 567, diz que três irmãos Cavalcantis, com parentes e amigos, levaram 130 soldados à restauração da Bahia.

todos foram socorrer e ajudar a recuperação da Bahia.» Pro-
vendo as armadas de ambas as Coroas com mais de 80.000 cru-
zados de mantimentos, em três naus, duas caravelas e 18 carave-
lões, fazendo acudir com carnes e farinhas (8) de muitas e diver-
sas partes», foram, «uma e outra cousa, causas de se sustentarem
as ditas armadas, de se sitiarem e render a cidade da Bahia, e de
tornarem à Espanha.»

Vitoriosos, afinal, contra os holandeses, os congregados por-
tuguêses, espanhóis, napolitanos e brasileiros, nem por isso descan-
sou Matias. Já em agôsto de 1624 haviam passado por Per-
nambuco navios flamengos, sem que conseguissem deitar gente
em terra. O mesmo aconteceria em maio de 1625, com 34 naus
de Balduino Henriques (Boudewijn Hendrikszoon), e, em junho,
como referiu a Condessa de Alegrete, contribuindo para esclae-
recer ponto ainda não muito conhecido dessas lutas: «Passando
o inimigo holandês com alguma armada em socorro da que tinha
na Bahia, e pelo não poder fazer, e passando dali a ganhar a Paraí-
ba, a achou tão socorrida, de maneira que se tornou o inimigo sem
poder conseguir ação alguma. E indo a mesma armada sôbre
a baía da Traição, lhe acudiu e acorreu com tanta presteza, que
vindo já o inimigo com seus esquadrões, marchando por terra com
intento de ganhar a cidade da Paraíba, lhe saíram os nossos ao
encontro no Mamanguape com tal valor que foi o inimigo venci-
do, com perda de muitos, do que resultou ficar livre aquela cidade.
E tratando o inimigo de se fortificar na baía da Traição, fêz ocupar
junto a êle um pôsto que reforçou com 10 companhias, artilharia,
munições e o mais necessário, que resultou disso fazer-se-lhe a
guerra tão perto que em pouco mais de 30 dias foi o inimigo desa-
lojado de seus quartéis, retirando-se às suas naus e largando tôda
aquela costa.» (9)

Além dêsses dados, mais minuciosos que os até agora a res-
peito apresentados pelos historiadores, outros acrescentou D. Ca-
tarina, como os seguintes: «Rebelando-se os índios e passando
à parte dos holandeses, mandou em seu seguimento, e foram ven-
cidos na batalha que se lhes deu, em que ficaram seguras as

(8) Farinha de mandioca, o principal alimento dos indígenas, logo aceito
e usado pelos luso-brasileiros.

(9) Numa das interpolações feitas no apógrafo do *Livro que dá Razão
do Estado do Brasil* pertencente ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro,
está assim resumida essa tentativa de invasão holandesa na Paraíba, 1625:
«de presente lançaram da baía da Traição, que são seis léguas da Paraíba
para o norte, a gente de trinta e quatro naus holandesas, que tinham saído
em terra a começarem-se a fortificar, o que não fizeram pelos socorros que
o governador-geral Matias de Albuquerque mandou, e ordens com que os
lançaram». (Cf. *Livro cit.*, pág. 190).

capitanias do Norte, dos grandes danos e destruições que nelas faziam.»

Outros serviços ainda prestou Matias como governador-geral do Brasil, até deixar o cargo, em novembro de 1626, conforme veremos.

ÍNDIOS REBELADOS

Também a Matias de Albuquerque trouxeram preocupações os indígenas da paraibana serra da Copaoba (hoje Borborema), como atesta o seguinte trecho da referida petição :

«E rebelando-se ao mesmo tempo os da serra da Copaoba, queimando os canaviaes, e matando a gente, mandou formar um exército que foi em seu seguimento a Papatema, aonde se lhes deu batalha, de que ficaram rendidos e sujeitos à obediência de Vossa Majestade, resultando dêste bom successo não se despovoarem as capitanias da Paraíba e Rio Grande.»

SALVADOS DE NAUFRÁGIO

Episódio comum na administração colonial brasileira era o socorro oficial a navios naufragados ou arribados com avarias. Um dêles desta forma aparece na mencionada petição :

«Chegando a Pernambuco aviso de que na ilha de Santa Helena se havia perdido a nau *Conceição*, vinda da Índia, e que sua riqueza ficava em terra, lhe despachou logo uma caravela com os provimentos necessários, obrigando a D. Fradique de Toledo a que lhe desse da sua armada os galeões *São Miguel e Atalaia* (10) aos quais fêz logo dar querena e fornecer do necessário, armando mais outros três navios, e todos cinco mandou à dita ilha de Santa Helena, onde chegaram a tão bom tempo que livraram do poder dos holandeses mais de dois milhões em que importavam as fazendas da dita nau, as quais carregadas nos ditos navios chegaram a Pernambuco e, sem os deixar entrar, os fêz prover de todo o necessário, e seguir sua viagem para êste Reino, onde chegaram a salvamento.» Em sua *História do Brasil* confirmou frei Vicente do Salvador êste episódio.

AUXÍLIO DO MARANHÃO

Criado, em 1621, o Estado do Maranhão, sòmente em 1624 chegou a Pernambuco, a caminho daquele, e para sua instalação,

(10) Demonstra êsse fato que mesmo com a vinda da poderosa *Jornada dos Vassalos* não deixou Matias de exercer o govêrno-geral do Brasil, embora o fizesse de Pernambuco, sem qualquer submissão ao ilustre comandante em chefe da expedição restauradora da Bahia.

seu primeiro governador Francisco Coelho de Carvalho, acompanhado de alguma tropa. Desta necessitando Matias de Albuquerque, para socorrer a invadida Bahia de Todos os Santos, dela lançou mão, retendo em Olinda a autoridade maranhense. Expulsos os invasores no ano seguinte, já em 1626 pôde, enfim, despachá-la ao seu destino, com tôda a infantaria que havia levado dêste Reino, aprestando as embarcações para isso necessárias, com mais de 20.000 cruzados de diferentes gêneros de fazendas.» (11)

Como continuação do povoamento do Maranhão, mandou Matias que fôssem explorados o Pará e rio Amazonas — de acôrdo com o depoimento de sua viúva.

APROVAÇÃO REAL

Terminando a apreciação do govêrno brasileiro de seu marido, declarou D. Catarina que Matias «observando e fazendo observar as leis e ordens de Vossa Majestade com grande aumento da Fazenda Real, em que ficou empenhado, pelas muitas ocasiões que teve no serviço de Vossa Majestade, além de contínuo trabalho e grande zêlo e singular desinterêsse, sem nunca consentir que por perdão, despacho, papel ou provisão que desse, se levasse coisa alguma as partes, sendo coisa certa que, se o fizera, lhe houvera importado muitos mil cruzados.»

Assim, deu Matias, «de todo o tempo que serviu de governador e capitão-general do Estado do Brasil boa residência com geral satisfação de todos, como se vê da carta de 5 de outubro de 1627, pela qual se lhe aprovaram seus procedimento.»

RETRATO DE MATIAS

Comentando a figura do militar e administrador, então de 32 anos de idade, dêle traçou o contemporâneo frei Vicente do Salvador, em sua *História do Brasil*, o seguinte e expressivo retrato:

«Foi Matias de Albuquerque, todo o tempo que serviu assim de capitão-mor de Pernambuco como de governador-geral do Brasil, que foram sete anos (12), sempre muito limpo de mãos, não aceitando coisa alguma a alguém, nem tirando ofícios para dar a seus criados. Nas ocasiões de guerra e do serviço de Sua Majestade foi muito diligente, não se poupando de dia nem de

(11) Mostra êsse fato que, pelo menos em seus primeiros tempos, praticamente permanecia o *governador* do novo Estado do Maranhão em estreita dependência, quanto ao *governador-geral* do Brasil.

(12) Aliás mais de seis anos como capitão-mor de Pernambuco, apenas dois anos e meio como governador-geral do Brasil.

noite ao trabalho. Nunca quis andar em rêde, como no Brasil se costuma, senão a cavalo ou em barcos e, quando nestes entrava, não se assentava, mas em pé os ia êle próprio governando. Tinha grande memória e conhecimento dos homens, ainda que só uma vez os visse, e ainda dos navios que uma vez vinham àquele pôrto, tornando para daí a muito tempo, antes de chegar o mestre, dizia cujos eram, e vez houve que vindo um com o mastro mudado, vendo-o de mui longe com o óculo, disse: «Aquêle é tal navio, que aqui veio há um ano, mas já traz outro mastro.» E assim o afirmou o mestre depois de chegar, sendo perguntado.

«Teve boa fortuna em seu govêrno, por serem os tempos tão infortunos e calamitosos»...

Sômente a 18 de junho de 1627 partiu Matias de volta à Europa, tendo embarcado em caravela ligeira, na qual «livrou-o Deus de inumeráveis corsários, de que o mar estava povoado, levando-o sempre a salvamento, em cinqüenta e dois dias a Caminha, onde achou o Duque dela e Marquês de Vila Real, D. Miguel de Meneses, seu parente.» (13) Neste ponto pitorescamente encerrou frei Vicente do Salvador a sua *História do Brasil*, acrescentando que aí o deixaria «e darei fim a esta *História*, porque sou de sessenta e três anos e é já tempo de tratar só da minha vida, e não das alheias.» (14)

SERVIÇOS NA EUROPA

Mesmo na Europa, onde permaneceu até 1629, valiosos serviços continuou Matias de Albuquerque prestando ao Brasil. É o que provam uma carta e duas importantes informações suas, de 1627 e 1628, que se guardam na Seção de Manuscritos da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, no códice «Pernambuco» da coleção Castelo Melhor. Embora tenha sido aquela missiva indicada, aliás errônea e insuficientemente, no *Catálogo da Exposição de História do Brasil*, de 1881, sob o n.º 5.785, conservou-se inédita, com seus anexos, até que divulgamos os três documentos em nossa biografia de *Matias de Albuquerque*, publicada em 1944. (15)

(13) O parentesco entre Matias e os infelizes Meneses, D. Miguel, 2.º Duque de Caminha, e seu pai, D. Luis, 7.º Marquês de Vila Real, depois executados como traidores ao tempo de D. João IV, provinha de sua mãe, D. Ana de Meneses, filha de D. Álvaro Coutinho, que se casou com o olindense Jorge de Albuquerque Coelho, 3.º donatário de Pernambuco.

(14) *Op. cit.*, 2.ª edição (São Paulo, 1918), pág. 616.

(15) Reproduzida em nossos *Estudos de História Colonial* (São Paulo, 1948), págs. 202/251.

É a referida carta de 3 de abril de 1628 dirigida ao Conde de Castro Dairo e da Castanheira, D. Antônio de Ataíde, membro do Conselho de Portugal e um dos governadores dêste Reino durante a união com a Espanha, em resposta à consulta que sôbre o Brasil fizera ao ex-governador. Trata da «diminuição dos frutos do Brasil», em consequência de repetidos assaltos de navios corsários aos navios que daqui transportavam açúcar para a Europa, Estes, que pouco antes eram em número superior a 300 por ano, haviam descido a menos de 100.

Para melhor esclarecimento do destinatário, à carta juntou Matias duas cópias de informações suas. A primeira, sôbre o mesmo assunto com maiores minúcias, datada de Madrid, 29 de dezembro de 1627, fôra dirigida ao Conde-Duque de Olivares, o poderoso ministro de Filipe IV. A segunda é nada menos que utilíssima relação das «Capitanias do Brasil e do que contêm, rendem e despendem.»

Para que se possa estabelecer a origem daquelas informações de Matias sôbre a «diminuição dos frutos do Brasil» basta lembrar que muitos de seus argumentos e dados estatísticos coincidem com os aparecidos no *Memorial do Estado do Brasil para sua Majestade*, de 1627, em que os moradores de Pernambuco sugeriram a organização de frotas de comboio, para segurança do transporte do açúcar. Êste relevante *Memorial*, em 1952 divulgado por D. Clemente Maria da Silva Nigra, O.S.B. (16), é o documento n.º 131 do *Livro Primeiro do Govêrno do Brasil*, códice da Biblioteca do Ministério das Relações Exteriores, em junho de 1958 publicado pelo Itamarati. Pelo mesmo erudito beneditino, foi sua autoria atribuída a Francisco de Frias da Mesquita, então engenheiro-mor do Brasil.

A propósito convém, entretanto, assinalar que a idéia da criação de frotas de comboio para o Brasil é bem anterior, pois já aparecera no *Livro que dá Razão do Estado do Brasil*, de 1612, do sargento-mor do Estado do Brasil Diogo de Campos Moreno, que também em 1958 publicamos, por intermédio do

(16) Em anexo a «Francisco de Frias de Mesquita — engenheiro-mor do Brasil», na *Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, n.º 9, de 1945 (Rio de Janeiro, 1952), doc. 14, págs. 52/62.

Arquivo Público Estadual, de Pernambuco. (17) Renovou-se aquela sugestão em 1618, conforme referências contidas no *Livro Segundo do Estado do Brasil* (18) e afinal teve efetivo início em 1628 (19), provavelmente em consequência da aprovação de tantas sugestões anteriores, inclusive a de Matias de Albuquerque. (20)

(17) *Op. cit.* (Recife, 1958), págs. 116/118.

(18) Nos *Anais do Museu Paulista*, tomo III (São Paulo, 1927), págs. 66, 74, 78, 80 e 105.

(19) Cf. *Livro que dá Razão do Estado do Brasil* cit., pág. 117, nota 39; e *Livro Primeiro do Governo do Brasil*, cit. (Rio, 1958), págs. 314/327.

(20) Terminam nesse ponto os quatro artigos que, contendo «Acréscimos à biografia de Matias de Albuquerque» publicamos no *Jornal do Comércio*, do Rio de Janeiro, a 14 e 21 de setembro, 12 e 26 de outubro de 1958. — Foram revistos e adaptados para esta publicação na *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. A continuação da referida biografia encontra-se em nosso *Matias de Albuquerque* (Rio, 1944), depois repetido nos *Estudos de História Colonial* (São Paulo, 1948), vol. da Coleção Brasileira.

ARQUIPÉLAGO DOS AÇORES

Fontes Bibliográficas

DANTE DE LAYTANO

O Dr. Dante de Laytano, professor catedrático da Faculdade de Filosofia da Universidade do Rio Grande do Sul e da Pontifícia Universidade Católica de Porto Alegre, realizou em 1958 uma viagem de estudos ao arquipélago dos Açores, visitando tôdas as nove ilhas, após regressar da África onde também visitou o Congo, o Senegal e Angola.

Enviou para a CAPES e para a Universidade do Rio Grande do Sul, naquela oportunidade, cinco relatórios diferentes e fez para a imprensa diária, no *Correio do Povo*, 16 reportagens numa primeira série e 15 de uma segunda série, além de artigos; a outros jornais, concedeu entrevistas, abordando resultados da excursão científica. Pronunciou numerosas conferências e discursos, deu aulas, organizou *slides*, levantou estatísticas, colecionou mapas, redigiu fichas, etc.

Publicam-se agora o 1.º e 2.º Relatórios sobre os Açores, constante de pesquisa crítica de algumas fontes bibliográficas referentes àquêle arquipélago e ensaio de Geografia humana daquele trecho de ultramar português, de tantas vinculações com o Brasil na sua fase colonial.

C.D.R.

I

O estudo da importância da colonização açoriana no Brasil é necessário que seja feito para mostrar o quanto se deve ao português ilhéu na consolidação material e sociológica do domínio lusitano na América.

O A. já realizou diversas investigações parciais sobre o assunto.

Tentou revelar as conseqüências da influência açoriana na formação do gaúcho brasileiro, sua moral, costumes, linguagem e seu procedimento histórico nas vastas planícies do sul, o domínio dessas estepes e a posse da área das coxilhas para o gado e o trigo (1).

Procurou examinar os aspectos comparativos de duas economias, a alemã e a açoriana, e o sentido, o contato e as relações de um novo sistema em zonas de tradição mais antiga (2). Pensou interpretar a maneira do açoriano ocupar a terra, num agitado período de invasões, guerras e revoluções, como força de fixação que permitiu o aportuguesamento duma parte de extremadura meridional da colônia sob os constantes pretextos de absorção e domínio por intermédio dos espanhóis e rio-platenses (3). Finalmente esboçou a crônica da fundação da cidade açoriana da América e todos os característicos de sua evolução, segundo documentos autênticos e inéditos, além de análise da repercussão política que determinou o nascimento do núcleo urbano em termos de novas cidades e a conquista de outros lugares (4).

São quatro estudos dos açorianos no Rio Grande do Sul, onde eles fundaram uma próspera e rica civilização do mais puro conteúdo lusitano.

Faltam muitos aspectos mais.

É verdade que o pesquisador luta com completa ausência de fontes bibliográficas e de arquivos.

As omissões naqueles trabalhos são numerosas. Os dados, os elementos e o material de Portugal e Açores se desconhecem no Brasil onde as bibliotecas nada possuem. Ignora-se a literatura sobre os Açores. Tudo é inacessível.

O presente informe ressen-te-se ainda de falhas. Mas reuniremos agora alguns esclarecimentos colhidos no próprio Arquipélago dos Açores.

Estrangeiros — Um bom livro de título de obras estrangeiras sobre Portugal é o de autoria de Manoel Bernardes Branco, da Academia das Ciências de Lisboa, publicado em 1879 que registra variados trabalhos que não são escritos em português.

O cientista ou viajante que não pertencem ao país tem olhos diferentes para os problemas nacionais e locais (5).

Encontramos, apenas, no I volume, perto de 18 trabalhos que interessam aos Açores e redigidos pelos seguintes autores: Chateaubriand (*Voyage en Amérique*, 1791 ?), Joseph Bular (*A Winter in the Azores, and a Summer at baths of the Furnas*, Londres 1841, 2º vol.), Cervantes, 1581. (Carlos Barroso, 1872. Lisboa. *Conquista da la isla de la Tercera y de las demas islas de los Açores que hizo D. Alvaro Bazan, Marquês de Santa Cruz*, 1583; Darwin (*Journal of researchs into the various countries visited by Beagle*, London, 1840). Alfred Demersay (*Une mission géographique dans les Archives d'Espagne et de Portugal*, Paris, 1864).

Henri Drouet (*Rapport à S. M. le roi de Portugal sur une voyage d'exploration scientifique aus Açores* 1858. *Mollusques marins des îles Açores*, 1859. *Coleoptères Açoreens*, 1859. *Éléments de la Faune Açoreens*, 1860. *Lettres Açoreens*, 1862. *Catalogue de la Flore des Îles Açores, précédé de l'itinéraire d'une voyage dans cet Archipel*, — 1866). *Discourse of that which happened in Bettle foughth between the two navies of Spaine and Portugal at the Islands of Azores, ano 1582*. C. Mosquera de Figueroa (*Commentário de disciplina militar, en que se escrive la jornada de las Islas de los Açores* Madrid. 1596). Geor Hartung (*D'e Azoren in ihrer aussern Erscheinung und nach ihrer geogroschen Natur geschildert. Nebst einen Atlas*. Leipzig 1860). Hebbe (*Relation sur l'île du Fayal*. Stockolmo, 1804). *The History of Azores on Western Islands* (Londres, 1813). C. M. Philippe de Kerhallet (*Description de l'Archipel des Açores*. Paris, 1851). Jubes Lasteyrac (*Souvenirs des Açores — Revue des Deux Mondes*, 1841 e 1842). *Magasin Pittoresque*. Tomo XXIII. 1855. *Ilha do Corvo*, Francis Masson (*An Account of the Island of Sr. Michel, in Philosophica Transactions*. Vol. 68. Londres 1778) e Arthur Morelet (*Iles Açores. Notice sur l'histoire naturelle des Açores, suivie d'une description des mollusques terrestres de cet archipel, avec cinc planches gravés et coloriées*. Paris 1865? e *Catalogue de la Flore des îles Açores, précédé de l'itinéraire d'une voyage dans cet archipel en 1857*. Paris, 1866).

Algumas das obras citadas já foram traduzidas, umas, é verdade, possuem apenas uma importância relativa, e outras cuidam somente de aspectos particulares, mas todas oferecem um interesse.

Início da navegação dos portugueses — Alfredo Pimenta, que foi diretor do Arquivo da Torre do Tombo, no seu livro *Idade Média (Problemas e Soluções)*, debate diversos assuntos de grande valia para a história portuguesa, sempre à luz dos mais sérios documentos, e num capítulo especial, *As Ilhas dos Açores*, esclarece alguns problemas graves.

a) *Pela Bulla — Guardemus et exultamus in Dominio*, de Bento XII, passada em Avinhão, em 30 de abril de 1341. e dirigida a D. Afonso IV, ficamos a saber que já, no tempo do Pai, nós tínhamos — «marinheiros tão ousados e destros como difficilmente se poderiam encontrar noutra parte» (Apud Rebello da Silva, *Quadro Elementar*, tomo IX, nº 362).

b) O Pontífice Clemente VI, em 15 de novembro de 1344, fez ao Príncipe Luiz de Espanha, ou de La Cerda, Almirante de França, doação das Ilhas Afortunadas, para que as conquistasse. Os Reis de Portugal de Castela, de Aragão, de França e da Sécilia receberam a comunicação e o pedido de que o auxiliasse nas

medidas da possibilidade. O Embaixador da Inglaterra ficou muito aflito, porque tomou as Ilhas Afortunadas pelas Ilhas Britânicas, e apressou-se a informar a seu rei que o Papa dera a Inglaterra ao Almirante Francês!... (Apud Charles de la Roncière, *Histoire de la marine française*, II, pág. 106).

c) O Papa não tinha dado a Inglaterra mas sim as Canárias. O rei de Portugal, Afonso IV, imediatamente escreveu uma carta de reclamação ao Pontífice, carta divulgada pela primeira vez em 1710 (*Anais Eclesiásticos* de Baronio e Reynaldo.) O rei alegava que os portugueses já tinham estado nas Canárias e que interromperam as navegações por causa da guerra. Antes de 1336, os portugueses navegavam o atlântico, então porque, as operações navais foram suspensas diante do conflito armado e os preparativos militares destas lutas de Portugal com os Sarracenos e Castela são de agosto de 1336. Quando no século XV, se levantou entre os Reis de Portugal e de Castela discórdia sobre as Canárias, discórdia que foi levada ao Concílio de Basiléia (1435), o Rei de Portugal estava cheio de razão, porque fôra êle o primeiro a visitar e reconhecer essas ilhas, e concluindo a lição, diz o historiador: «Devemos pois marcar sem hesitação esta época do reinado de D. Afonso IV, como o início dos nossos feitos marítimos.»

A Idade Média e as Questões históricas — O problema histórico das origens dos Açores, ainda baseando-nos em Alfredo Pimenta (6) pode ser apreciado da seguinte maneira :

a) Época — «Com a bandeira de Portugal a tremular nos muros de Ceuta, o Infante D. Henrique instala-se em Sagres, para se dedicar inteiramente ao serviço de Deus, da sua terra e do seu Rei, enquadrando o mundo ultramarino na Civilização católica e na Soberania de Portugal. É no desempenho desta missão, que êle vai encontrar os Açores, que certos propagandistas que andam por aí julgam terem sido por êles descobertos e povoados.»

b) Conhecimentos — Os antigos desconheceraam os Açores. «As Fortunatae insulae» de Plínio são seguramente as Canárias. Mas a ilha que o Pseudo — Aristóteles e Diodoro descrevem, possivelmente copiando Timeo, é a Madeira? As duas ilhas a que Plutarco, quando biografou Sertorio (89), cita são a grande Canária e a de Tenerife, a grande Canária e a de Fuerte Ventura, ou a de Lanzaroto? Seja como fôr, tôdas as ilhas atlânticas que os autores antigos conheceram ou citaram, por informação alheia, ficam relativamente junto da costa africana. Para Adolfo Schulten (*Fontes Hispaniae Antiquae*, II, pág. 98 ; IV, pág. 166 ; *Tartessos*, pág. 105) as duas ilhas que plutarco se refere são a

Madeira e a Pôrto Santo. Chega mesmo a identificar o «Elysiopædion... pirata gaies de Homero (Odisséia, IV, 563), com a Madeira não excluindo, no entanto, a identificação noutros casos, dos *Insulae fortunatae* com as Canárias.»

c) Nomenclatura — o estudo de Júlio Mees sobre «Os Açores nos Portulanos», que apareceu na XVII série do «Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa» acolhe 28 portulanos e cartas de 1351 a 1539, onde pretende identificar e localizar os Açores.

Os autores medievais não sabiam como colocar as ilhas atlânticas nos mapas, além do mais nada autoriza a aceitar a existência da Ilha Brasil ou Brasil de São Brandão ou São Brandão do Brasil como sendo Açores, de uma nomenclatura geográfica muito vaga e imprecisa não pode ser traduzida geograficamente como os Açores dos tempos atuais. Quem diz, também, que tivesse existido a ilha do Brasil? Ficam apenas as hipóteses e as conjecturas, e nada mais.

Um frade anônimo espanhol teria deixado o manuscrito de uma viagem em 1348 (?) na qual alcançara os Açores. O ms, original está perdido, conhece-se cópia do Sec. XV que sofreu visíveis acréscimos e alterações e isso tira a importância do documento, aliás confuso e de valor suspeito. Os italianos dizem que estiveram nos Açores, em 1341, descobrindo-os, como quer atualmente o Professor Guido Pó, que voltou ao assunto de tirar-se aos portugueses a glória dos descobrimentos, pelo menos em parte, ou mostrar o quanto se dependia da península itálica, citando Bocaccio, num relatório de próprio punho. Mas não consta nada de Açores nos informes em apreço, e o texto de Bocaccio já era conhecido em Portugal, e ali se lê apenas as Canárias.

d) Documento — A carta de D. Afonso V, em 2 de julho de 1439, é o primeiro documento que fala nos Açores e nela consta que o Infante D. Henrique seu tio lhe «envyrou dizer que el mandara lançar ovelha nas sete ilhas dos Açores.» Quer dizer que naquela data os portugueses já estavam de posse das sete ilhas das nove ilhas dos Açores. Antes daquela data nada se sabe sobre o arquipélago açoriano.

e) Descobrimto — Não foi, é certo, Gonçalo Velho, frei da ordem de Cristo, o descobridor dos Açores, como imaginou Gaspar Frutuoso, nas suas *Saudades da Terra*, pois Brito Rabelo, ao estudar o *Livro de Marinharia* de João de Lisboa, quer o documento pelo qual se prove haver Gonçalo Velho descoberto os Açores. Não existe o documento.

«Foram os portugueses os descobridores dos Açores; foram os portugueses os que, primeiro, viram os Açores; foram os portu-

guêses os que, primeiro, visitaram os Açores», ensina Alfredo Pimenta.

Gonçalo Velho, pela Carta Régia de 5 de abril de 1443, é tratado, por Afonso V, de «Comendador das Ilhas dos Açores.» Mas nada de considerações, privilégios ou distinções maiores.

Se Gonçalo Velho foi o descobridor, alega-se, por que o rei não o disse naquela carta? Discute-se autenticidade da carta, ainda?

Mas o elogio a Gonçalo Velho chega ao exagêro de admitir-se que os Açores tiveram o nome dêle, Gonçalo Velho como quer Velho Arruda na «Coleção de Documentos relativos ao descobrimento e povoamento dos Açores.»

Examinando-se os documentos desde 1439, e numerosos documentos, até nada se encontra que explique a afirmação acima e vê-se, pelo contrário, que a toponímica açoriana atual oferece três grupos: 1.º toponímia primitiva; Sta. Maria; S. Miguel, Graciosa; São Jorge 2.º) toponímia identificada: Terceira Jesus Cristo; 3.º) Toponímia incerta: Corvo (Sta. Iria?), Flores (S. Tomaz?); Fayal (S. Luiz); (Pico S. Diniz?). O assunto é vasto e controvertido.

Bartolomeu Pareto, em 1482, ao tempo que se conheciam as sete ilhas dos Açores, dá os nomes e posições mais absurdas a tôdas elas, excetuando a de S. Jorge.

«Valentim Fernandes, em 1507, dá às nove ilhas os nomês que elas têm hoje.»

Descobridores portugueses — Edgar Prestage (7), professor da Universidade de Londres, no seu livro *Descobridores Portugêses* faz reservas à narrativa do Padre Antonio Cordeiro, autor da *História Insulana* (8), quando se menciona o descobrimento dos Açores por Gonçalvo Velho. Filia-se assim, o historiador inglês à corrente científica que em Portugal e nos Açores não aceita os informes daquele padre, nascido em 1641, que aliás copiou de outro padre, Gaspar Frutuoso, de 1522. (9)

Pensa-se que D. Henrique tenha consultado mapas que permitiram a localização, pelo menos a da futura S. Miguel, supondo-se que a carta geográfica fôra obtida em Veneza, por D. Pedro, irmão do Infante.

Diogo Gomes, criado do Infante, tem uma versão completamente diferente da descoberta dos Açores. O plano era verificar as velhas afirmações de Ptolomeu, a oeste do Cabo de Finisterra encontra cinco das sete ilhas açorianas, Valentim Fernandes faz a crônica da viagem e assim Gonçalo Velho fica num plano secun-

dário, cabendo-lhe apenas o transporte de porcos, vacas e ovelhas para cada uma das ilhas.

O problema do nome das ilhas é importante e diz que com respeito à do Corvo e à de S. Jorge, adotaram a dos mapas catalões. Os outros nomes foram dados pelos portugueses, Surgem então os novos temas: a colonização dos Açores, o Infante D. Pedro, os flamengos, o redescobrimento das ilhas e a lenda de que na ilha do Corvo tinha uma estátua de figura humana, apontando para a América, o que inspirou a Colombo e fez descobrir o Novo Mundo, conforme o registro pitoresco de H. R. Major, que publicou uma biografia do Infante Henrique (10). O fato é acolhido pelo historiador, como simples anedota.

Ventos teriam arrastado Diogo Gomes para os Açores? O Infante Henrique construiu Igreja, nos Açores, para sua Ordem de Cristo. Anote-se que o próprio D. Henrique permitiu plena liberdade aos navios estrangeiros para comerciar com os Açores. A Bula do Papa Alexandre VI foi diretamente contra os portugueses, pois a linha de demarcação de 3 de maio de 1493 dava a cem léguas para o poente e sul da ilha dos Açores e Cabo Verde e prejudicava os descobrimentos. O rei de Portugal, D. João II, obtem uma vitória com o Tratado de Tordesilhas, que alterou a Bula anterior. Os Açores já com o açoriano João Fernandes, nascido nas ilhas, em 1492, desempenham, por sua vez, um papel na história das viagens, pois o Labrador assim êle era chamado do Norte, que tem o nome de Terra do Labrador.

«Pelos meados do século XV, faziam (Os portugueses) rumo através do oceano à ida e à volta da costa ocidental da África e já, antes de 1484, estavam acostumados a dar uma grande volta, pelos Açores na viagem de regresso pela costa da Guiné, o que mostra que estavam ao fato dos ventos dominantes, ensina Prestage.

D. Henrique não colonizou imediatamente os Açores. «Isoladas como estavam estas ilhas em pleno oceano pouco receio havia de que outra potência se viesse lá imiscuir. Ninguém senão um português seria capaz de as encontrar, em todo o caso, por isso D. Henrique podia aguardar a ocasião», escreve Elaine Sanceau, no seu livro *D. Henrique, o Navegador* (11) e acrescenta: «não foi senão em 1439 que o Infante se resolveu a mandar para lá colonos» (Carta Régia de 2 de julho de 1439). Entretanto os animais das ilhas (levados anteriormente) devem ter sido úteis aos navios que voltavam da costa da Guiné.

Vicente M. M. C. Almeida D'Eça, Capitão-Tenente da Armada. Lente da Sexta Cadeira da Escola Naval, de Portugal, em 1895, estuda nas suas «Lições da História Marítima Geral» (12),

e aborda também o problema cronológico e situa os descobrimentos : 1432 (ilhéu das Formigas), 1433 (Ilha de Santa Maria), 1444 (S. Miguel) e 1449 (Ilha Terceira, por João Vaz Côrte Real? e o restante dos Açores). A cronologia abrange o começo dos preparativos de D. João I para a tomada de Ceuta (1412), (início do período), tomada de Ceuta (1412). O Infante Dom Henrique manda o primeiro navio a descobrir? (1415), o Infante D. Henrique estabelece-se em Sagres (1418)?, descobrimento do Pôrto Santo (1418), descobrimento da ilha da Madeira (1419), tentativas de exploração ao longo da costa da África (1420 e segs.), uma Armada magnífica conduz a Flandres a infanta Dona Isabel, noiva do Duque de Borgonha, Gil Eanes dobra o Cabo Bojador (1434), Gil Eanes e Afonso Gonçalves Baldaya chegam à Angra dos Ruyvos (1435), Baldaya chega à Ponta da Galé (1436), Expedição desastuosa contra Tanger; Cativoiro do Infante D. Fernando (1437), Descobrimento do Cabo Branco (1441), Descobrimento do grupo das ilhas de Arguim (1443), organiza-se em Lagos uma companhia para a pesca e exploração comercial na costa da África (1444), Chegada ao promontório do Cabo Verde (1445), descobrimento da foz do rio Senegal (1446), navegação até o Cabo de Sagres da Guiné e a morte de Nuno Tristão (1446 e 1447).

Excluídos os nomes da maioria dos navegadores para não se entrar em controvérsias.

O estudo detalhado da navegação pode ser feito consultando-se as obras técnicas, científicas e históricas de Bernardo Fernandes (13), ou de Cristovão Bruno (14), bem como a *Bibliografia Náutica Portuguesa até 1700* por A. Fontoura da Costa (15), ou *Expedições e Armadas nos anos de 1488 e 1489* de A. Braacamp Freire (16), para citar somente dois livros e dois autores. Mas o estudo dos Açores bem que podia nos levar até os autores em questão, mas seria ampliar de mais a interpretação geográfica do problema.

Ordem de Cristo — «Os documentos mostram que a 18 de setembro de 1460, D. Henrique doa à ordem de Cristo o domínio espiritual das cinco ilhas (de Cabo Verde) e ao Rei temporal», escreve João Ameal na sua *História de Portugal* (17). É o último ato importante do Infante e sempre a Serviço de Deus, pois em toda a Idade Média, em verdade, não se faz senão o que Deus desejou que se fizesse.

Oliveira Martins, no livro póstumo *Portugal nos Mares*, (18) adverte que «cronologicamente, os primeiros fatos que atestam o gênio colonizador dos portugueses são as doações», e explica : «No sistema da soberania e da propriedade, segundo o direito feudal

européu, afirmada a suzerania papal sôbre as terras, sem senhores por serem desconhecidos, a primeira doação era a da Santa Sé, que nelas investiu os monarcas descobridores, conferindo, ou antes, consagrando a propriedade fundada no direito do primeiro ocupante.»

Assim «em Portugal, a Coroa, investida pelo Papa no domínio das terras descobertas, transferiu a suzerania para o Infante Dom Henrique (Bulas de 8 de janeiro de 1450 e 1454 de Nicolau V) a quem, como grão-mestre da Ordem de Cristo, a Igreja, por seu lado, conferia o dizimo dos Direitos eclesiásticos para o fim da propagação da fé.» (Doações de 1449 e 1454, confirmadas pela Bula de Nicolau V e Calixto III.)

Instituiu-se um sistema. «Assente nestas bases (bases) o direito política e de propriedade, o infante D. Henrique, donatário universal das terras descobertas, transfere-se por seu turno a donatária ou concessionários, dos quais, o primeiro é o genovês Bartolomeu Perestrelo que tem Pôrto Santo.»

As normas e as formas legais das doações ficaram estabelecidas na carta de 1 de novembro de 1446 àquêlê navegador : a hereditariedade da concessão é em linha primogênita masculina, «atribuindo ao donatário a jurisdição civil e crime, ressaltando morte ou talhamento de membro, o monopólio dos moinhos de pão, excluindo as mós de braço; o monopólio dos fornos de pão; o impôsto de um marco de prata sôbre as serras d'água e outros engenhos, com o dizimo para o Infante : o monopólio da venda de sal; o dizimo dos rendimentos suzeranos reservados para o infante ; e finalmente a faculdade de distribuir terras sob condição de serem cultivadas dentro de cinco anos, conforme a lei vigente das sesmarias !»

A primeira experiência com «a doação de Pôrto Santo não trouxe maiores resultados, porque a ilha não passava de um areal quasi estéril.»

Já noutras partes e com «processos idênticos ou análogos aplicados, não só à Madeira, como aos Açores, deu em consequência a rápida povoação e cultura das ilhas adjacentes. Foi ainda o mesmo processo que, quase um século depois, o govêrno de D. João III applicou à primitiva colonização do Brasil e que estabeleceu o ponto de partida da constituição do futuro império neo-português da América. Tais foram, pois, os primeiros processos empregados para a colonização e povoação das ilhas deshabitadas e incultas. Era um fato nôvo na história econômica do mundo.»

Mais tarde, outros tipos de colonização foram adotados, também : a colonização penal e proselitica. Começou na África, na ilha de S. Tomé.

«As colônias de povoações e plantações às colônias propriamente ditas e às fazendas, junta pois o espírito inventivo da administração portuguesa as colônias presidiárias, conclui Oliveira Martins.

A. Fontoura da Costa, no seu moderno e esplêndido tratado, *A Marinharia dos Descobrimentos* (19) esclarece que «em Lagoa estavam, então, centralizados todos os serviços dos impostos cobrados pelo Infante, para si e para a sua Ordem de Cristo. Ali existiam todos os depósitos, relacionados com os serviços atlânticos, entre os quais o principal, no qual se arquivavam os instrumentos náuticos, as cartas e os incipientes roteiros, que o fino espírito observador dos corajosos marinheiros ia permitindo aperfeiçoar e acrescentar.»

Antes explica a posição geográfica do Algarve e o papel de Vila do Infante, para afirmar que «a Lagos vinham, na volta de suas viagens, as carroças, naus, galês e outros navios para efetuarem o pagamento dos tributos que ao Infante e à sua Ordem de Cristo pertenciam.»

Mar Português — Os Açores foram dos primeiros domínios do Mar Português, para usar, o próprio título do livro de António G. Matoso, de leitura da história de Portugal. (20) Obra que é o merecido elogio à brava gente lusitana que tanto honrou o mar eles quase transformaram em Pátria. Os versos de Fernando Pessoa que cantam o Mar Português, também, muito dizem do amor e do sacrifício pelo mar sem entranhas: «O mar salgado, quanto do teu sal são lágrimas de Portugal!

Por te cruzarmos, quantas mães choraram. Quantos filhos em vão rezaram! Quantas noivas ficaram por casar! Para que fosses nosso, ó Mar!»

Aliás, a cartografia e a lenda se misturam e entre poesia e ciência, imaginação e cultura tecem-se as mais estranhas histórias do mar. São as ilhas do Mar Tenebroso, por exemplo como conta Gustavo Barroso, no seu livro *Brasil na lenda e na cartografia antiga* (21).

A ilha Mão de Santanaz, Man Santanaxio, ou Mão de Santanaz, região de «cemitério de Navios» e nos dias atuais admite-se estabelecer «alguma relação entre a atividade vulcânica recentemente assinalada nos Açores e o misterioso desaparecimento de navios, desde certo tempo, nas suas proximidades?» A ilha de Mão de Santanaz medieval é uma evocação dos Açores de agora?

Sanzonzo que é S. Jorge dos Açores, diz-se que deve seu nome ao simbolismo medieval da morte do dragão pelo santo ou

que fôra descoberto na data do nascimento do cavaleiro santificado pela Igreja.

São tão estranhos os fatos e as crônicas que elas não passam mesmo de histórias inventadas pela credence do povo.

Outros acham que a ilha do Corvo, da cartografia antiga, é a ilha do Pico, há uma longa narrativa para a ilha do Corvo Marinho ou ilha do Corvo e finalmente os «Essores», que são os Açores, cujo nome veio-lhes da grande quantidade de Açores, (astur palumbarius) ou falcões nelas encontrados pelos primeiros povoadores.

«Segundo Peschel, os Açores são as mesmas ilhas Cabrerias, pois o nome Cabreiras também aparece no plural em antigos documentos cosmográficos. Outros autores as consideram as Terceiras, e colocam como uma das Terceiras a ilha Brasil ou do Brasil.» Esta já é outra história com a mistura da viagem de S. Brandão à terra do Brasil os celtas nos mares e a terra de promissão que é qualquer coisa como nome Brasil na língua daqueles povos, ao que se julga.

Anote-se o que escreve Gaspar do Couto Ribeiro Vilas, na sua *História Colonial* (22).

«Esta atividade (a navegar para o sul) mais calculada que registrada pela história, leva-os (os marinheiros), por maneira a precisar em estudos especiais futuros, mercê da volta Sul-Norte, a alcançarem o Mar de Sargaço, que por ficar a Sudoeste do Arquipélago dos Açores levariam tais navegantes, mesmo sem o pensarem, à execução do Reconhecimento preparando a sua integração à Obra do Infante.»

Ou «não será êrro aceitar, que, conforme plano de desvendar todo o Atlântico, lhe fôsse dada a missão evidentemente secreta de, Açores como Base, perscrutar o Oceano Ocidental verificando-se, como pretendia a massa dos cientistas do tempo, êle era o mais seguro caminho para chegar à Índia.»

Então, «quer dizer, esta Obra de alcançar os Açores seria um dos objetivos eventuais do solitário de Sagres, que lhe permitiria esclarecer-se sobre o que se passava para Oeste no caminho que leva à América.»

Conclui, alegando «e os Açores aparecem assim, não apenas na sua missão normal e futura de facilitar a navegação sobre Lisboa ao mareante vindo do sul do Equador, mas de Base ainda de agora — para alcançar a Costa Americana mais ou menos a Norte do Equador.»

Esta é a breve e resumida história da geografia dos Açores, através de uma crônica ilustre, aliás de informação que em grande parte se perdem na noite do tempo e do mito.

Mas no mundo que o português criou, o arquipélago surge como uma das primeiras manifestações do gênio de navegador do grande povo lusitano.

Bibliografia — 1) Dante de Laytano — *Os açorianos no sul do Brasil*. Tese para II Colóquium Luso Brasileiro, S. Paulo 1954.

Os Açorianos — In *Enciclopedia Rio-Grandense*, vol. I, Rio Grande Antigo. Editora Regional — Canoas — 1956.

2) Dante de Laytano — *Açorianos e Alemães no Rio Grande do Sul. Contribuição à história econômica, comparada com a história social, de região tradicional luso-brasileiro que recebeu o influxo da imigração Alemã*. Tese para o Congresso da História e Geografia Comemorativo do Primeiro Centenário da elevação de S. Leopoldo à vila. 1948.

3) Dante de Laytano — *O Português de Açores na Consolidação do Domínio Lusitano no Extremo Sul do Brasil* — Tese para o Congresso do Mundo Português. Lisboa 1940. X Vol. Tomo II.

4) Dante de Laytano — *Cidade Açoriana da América Portuguesa, Taquari e a história documental de sua fundação*. «Revista do Museu Júlio de Castilhos.» Pôrto Alegre. 1951.

5) Manoel Bernardes Branco — da Academia Real das Ciências de Lisboa. *Portugal e os Estrangeiros*. Obra dividida em quatro Partes. Contendo os seguintes assuntos. I — Dicionário dos escritores estrangeiros, assuntos portugueses, com a tradução dos trechos mais notáveis dessas obras. II — Dicionário das obras portuguesas vertidas em línguas estrangeiras. III — Notícia dos portugueses que no estrangeiro se distinguiram nas letras e resenha das obras portuguesas reimpressas nos países estrangeiros. IV — Notícia das recordações e monumentos existentes em diversas partes do mundo, construído por portugueses, ou erigidos em honra deles. Tomo I — Livraria de A. M. Pereira. Lisboa. 1879.

6) Alfredo Pimenta — *Idade Média (Problemas e Soluções)* — Edições Ultramar. Lisboa. 1946.

7) Edgar Prestage — *Descobridores Portugueses* — Edições Gama — Lisboa. — MCMXLIII.

8) P. Antonio Cordeiro — *História Insulana*, Lisboa. 1717.

9) Gaspar Fructuoso — *Saudades da Terra* — Funchal. 1873.

10) R. H. Major — *The Life of Prince Henry of Portugal*, Londres 1868.

11) Elaine Sanceau — *D. Henrique, o Navegador* — Livraria Civilização — Editora, Pôrto. 1942.

12) Vicente M. M. C. Almeida D'Eça — *Lições de História Marítima Geral* — Lisboa — Imprensa Nacional. 1895.

13) Bernardo Fernandes — *Livro de Marinharia* (1548) Prefácio e Notas de A. Fontoura da Costa. Agência Geral das Colônias. Lisboa. MCMXL.

14) Padre Mestre Cristovão Bruno — *Arte de Navegar* (1628). Agência Geral das Colônias. Lisboa MCMXL.

15) A. Fontoura da Costa — *Bibliografia Náutica Portuguesa até 1700*. Agência Geral das Colônias. Lisboa MCMXL.

16) A. Braacamp Freire — *Exposições e Armadas nos anos de 1488 e 1489*. Livraria Ferin. Lisboa. 1915.

17) João Ameal — *História de Portugal* — Livraria Tavares Martins, Pôrto. 1949.

18) Oliveira Martins — *Portugal nos Mares. Ensaio de Crítica, História e Geografia*. 2 vols. Edição Póstuma. Parceria A. M. Pereira. Lisboa. 1924.

19) A. Fontoura da Costa — *A Marinharia dos Descobrimentos* — Agência Geral das Colônias Lisboa. MCMXXXIX.

20) Antonio G. Matoso — *Mar Português. Leitura de História de Portugal*. Livraria Sá da Costa. Lisboa 1947.

21) Gustavo Barroso — *O Brasil na lenda e na cartografia antiga*. Brasiliana. Vol. 199. Editôra Nacional. São Paulo. 1941.

22) Gaspar do Couto Ribeiro Villas — *História Colonial* — 2.º vol. Lisboa. 1938.

Referências

I — Impressão dos Açores

«A primeira impressão que se desfruta à vista dos Açores é uma impressão de assombro. O lúgubre aspecto daquelas terras, que apresentam o sainete de sua origem vulcânica, fere vivamente a imaginação. Sua grandeza solitária, seu profundo isolamento, imprimem também na alma um sentimento de melancolia. Assombramo-nos de que o homem tenha escolhido para pátria êstes rochedos açoutados pelos ventos e vagas, os quais durante tantos séculos não tiveram mais habitantes do que as aves de rapina, das quais deriva seu nome. No entanto idéias mais risinhas não tardam depois de terem transposto a trincheira de traquito, que opõe um dique ao Oceano, descobrem-se férteis campinas, jardins odoríferos, numerosas aldeias em forma de escada-

ria pela encosta. Reconhece-se então que ao tomar posse daqueles lugares, o homem fez uma conquista verdadeiramente útil e proveitosa» (pág. 17).

— Arthur Morelet — *Iles Açores, Notice sur histoire naturelle des Açores, suivie d'une description des mollusques terrestres de cet archipel* — Paris. J. B. Bailliére et Fils. 1866.

II — Data do conhecimento dos Açores

«Dos Açores, antes de 2 de julho de 1439, não sabemos absolutamente nada senão que existiam, eram conhecidos dos portugueses, e tinham ovelhas que lá mandara despejar o Infante D. Henrique.

O mais recuado ponto positivo de referência que a história dos Açores possui é esse de 2 de julho de 1439, em que D. Afonso V, a pedido do Infante D. Henrique, autoriza este a povoá-las.» ... o Infante D. Henrique meu tio nos enviou a dizer que ... se nos aprouvesse que as (sete ilhas dos Açores) mandaria povoar. E porque a nosso belo prazer, lhe damos lugar e licença que as mande povoar.»

Quem foi que levou as ovelhas para os Açores, e esses deviam ter sido talvez os que primeiro as visitaram? Não há vestígio coevo dos seus nomes; não há rasto documentado dos seus nomes.

Das três perguntas lá atrás enunciadas, só uma, e por exclusão de partes, obtém resposta. Foram os portugueses os descobridores dos Açores; foram os portugueses os que, primeiro, visitaram os Açores.

E em consequência disto, confirmado por prova documental, foram os portugueses os que, primeiro, povoaram os açores.

Ir mais longe não pode ser. É insubsistente, portanto o poema herói-cômico que se arquitetou para aí, há 40 anos, e em que se tem insistido teimosamente, espalhando-se mares de ridículo, segundo o qual o descobridor dos Açores teria sido Gonçalo Velho, freire da Ordem de Cristo.

A invencionice vem do século XVI — e saiu da pena de Gaspar Fructuoso, que a deixou exarada nas suas *Saudades da Terra* (liv. III, cap. 1.º parágrafo 3.º). Veio como regato débil por aí fora, até que no fim do século XIX, precisamente nos dois últimos anos do século XIX, se revelou torrente de disparates na pena de um panegirista sem critério, que chega a escrever que «Frei Gonçalo Velho é o maior homem da humanidade.» E dá como testamento ou avalistas do asserto...».

Alfredo Pimenta — *Idade Média (Problemas e Soluções)* — pág. 366. Edições Ultramar. Lisboa 1946.

III — Os Açores e a América

«Os Açores ficam na latitude de Lisboa e de Nova Yorque e assim, quando os portugueses atingiram o Corvo tinham já percorrido grande parte do caminho para a América do Norte. Dizem histórias antigas que os portugueses haviam encontrado no Corvo uma estátua de um homem a cavalo, a apontar com a mão direita o poente, e que por baixo da estátua estava um rochedo com uma inscrição em língua desconhecida. Este último pormenor foi evidentemente adicionado a lenda, pois embora um escritor a tenha concernido ao ídolo da pedra trazido das Canárias em 1341, o seu único fundamento parece ser promontório, o qual, entrando pelo mar a dentro, apresenta um aspecto que tem qualquer coisa de uma forma humana com a mão estendida para o poente. Diz-se que só há um século a gente inculta do Corvo acredita e afirma que o feitiço do promontório foi desenhado pela Providência para indicar a existência de um Mundo Novo e que Colombo, percebendo isto, atuou sob essa sugestão; nestas condições o descobrimento da América seria, portanto, devida à sua ilha.» Edgar Prestage — Descobridores Portugueses — páginas 17-18. Edições Gama. Lisboa. MCMXLIII.

IV — D. Henrique, o Navegador

«O Infante realizou assim a maior transformação que o mundo vira ou viu até hoje. Para nos convenceremos disto basta-nos comparar os primeiros anos dos séculos XV e XVI.

Em 1400 temos o quadro de um mundo de civilização e culturas concentradas em si mesmas, algumas das quais se sobrepõem nas fronteiras, mas a maior parte delas ignoram-se inteiramente umas nas outras. Embora possam negociar e combater na sua orla exterior, a Europa e a Ásia vivem separadas, e para sul do Saara, em Florestas vaporosas onde não chegam as caravanas dos árabes, os africanos nus nem sequer sonham que haja mundo fora da sua solidão. E em roda de tudo isto rola o mar, que nenhum navio atravessa, rodeando as ocultas ilhas desertas, quebrando as suas ondas ocidentais nas costas de um continente desconhecido, onde outras raças vivem tão ignorantes do outro mundo como esse mundo o é delas.

Cem anos mais tarde achamos tudo mudado. O extremo oriente foi alcançado pelo longínquo ocidente, o norte penetrou profundamente no sul, as barreiras da terra abateram-se, a Europa está em toda a parte. Por todo o mundo as nações estão a estabelecer novos contatos e a descobrir coisas novas umas das outras; a Europa está a conhecer níveis de luxo inimagináveis, a Ásia é sacudida do seu isolamento secular, ao passo que o africano, atô-

nito, vê prodigiosos homens brancos mostrar-lhe maravilhas, e dêles aprende novos usos, adquire novas necessidades, é instruído numa fé nova e melhor — e adquire alguns vícios novos.

O oceano já não é abismo impassível. Tornou-se a estrada real da terra, atravessada em todos os sentidos por numerosos navios. As suas ilhas desertas são habitadas e produzem frutos; o continente oculto veio à luz — um nôvo e vasto campo de possibilidade está achado. Tôdas as portas da terra parece terem-se aberto de repente. Foi o infante D. Henrique que realizou tudo isto.» Elaine Sanceau — *D. Henrique, o Navegador*. — Págs. 464/465 — Livraria Civilização — Pôrto. — 1942.

V — Cultura do Infante

«A par da exaltação do crente, possui um critério meticuloso, esclarecido e uma inexcedível força de vontade. Firma-se no estudo consciencioso dos geógrafos e filósofos das eras clássicas: Heródoto, Homero, Hesíodo, Aristóteles, César, Tito Lívio, Cícero, Salústio, Valério Máximo, Plínio, Lucano, Sêneca, Vegésio, Ovidio, Flávio Josefo, Ptolomeu. Dos autores medievais são-lhes familiares Pedro Aliaco, Alberto Magno, São Tomás de Aquino. Também os relatos dos viajantes do século precedente lhe servem de informação e de estímulo como o do veneziano Marco Polo (trazido pelo Infante D. Pedro, a quem o oferecera o doge Francisco Foscari na cidade de Adriático), onde se descrevem a Mongólia, a Tartária, a Índia, a Pérsia, a Armênia. Orientam-se os mapas de Valseca, as obras de João Muller e de Jorge Purbachi, os roteiros dos pilotos, as cartas marítimas. Assim radica os alicerces do edifício, assim se provê de conhecimentos e de instrumentos para dar curso aos seus gigantescos planos. Pedro Nunes sublinhará, na centúria seguinte, a sólida preparação posta ao serviço da iniciativa do Infante: — «Manifesto é que êstes descobrimentos de costas, ilhas e terras firmes não se fizeram indo a acertar: mas partiam os nossos mareantes mui ensinados e providos de instrumentos e regras de astrologia e geografia, que são as cousas de que os cosmógrafos hão-de andar apercebidos. Levavam cartas muito particularmente rumadas, e não já as que os antigos usavam, que não tinham mais figurados que doze ventos, e navegavam sem agulha.»

Fala-se muito de gênio aventureiro dos portugueses. Embora êsse gênio se manifeste, de fato, na nossa raça é indispensável salientar que D. Henrique não se confia aos temerários azares da aventura, mas à lúcida sistematização da inteligência ordenadora. — João Ameal — *História de Portugal*, págs. 174 e 175. Livraria Tavares Martins. Pôrto. 1949.

VI — Sagres

«Senhor Infante, — disse Gil Eanes, aproximando-se de Dom Henrique, com a bôca cheia de riso, muito alegre e confiado, trago-vos o primeiro sinal da terra que há doze anos demandáveis. O Bojador é passado, a Deus graças. O meu navio, singrando ao largo, conseguiu, finalmente, atravessar aquelas águas que refervem em cachão, à volta dos rochedos. O mar havia-se tingido de uma côr avermelhada, que parecia sangue vivo. Os ventos uivavam sinistramente. As ondas eram alterosas como montanhas. Mas tudo foi vencido por fôrça daquele Senhor que desejamos servir.

Para além do Cabo, a terra é a mesma que do lado de cá; mas tão estéril, tão sêca, tão coberta de areias movediças que só pude colher estas ervas que aqui apresento à Vossa Mercê, as quais nós, em êste Reino, chamamos Rosas de Santa Maria.»

«O Infante D. Henrique, chorando de emoção, recebeu as flores que lhe trazia Gil Eanes, ao qual fez grande acrescentamento na honra e fazenda. E, certo de que os seus navios seguiam o caminho que visionara, mandou logo armar um barinel, com o encargo de prosseguir no descobrimento da costa africana, rumo ao Sul.

Para levar a bom têrmo esta obra, o Infante dedica-se ao estudo das matemáticas, da náutica, da cosmografia; consulta atentamente livros de viagens e trabalhos de geografia; ouve a opinião de astrônomos, de cartógrafos, de mareantes.

Sagres transforma-se numa escola prática de marinheiros e navegadores, num centro fecundo de trabalho ativo, posto ao serviço de uma idéia, que ia transformar a face da Terra e abrir os caminhos do Mundo à raça branca, até então encerrada nos limites estreitos do Continente Europeu.

Para isto, quanta persistência da parte do Infante Navegador! — Com o seu entusiasmo ardente, varre das almas os fantasmas do Mar Tenebroso. Dá o exemplo do trabalho metódico, da meditação proveitosa, do estudo consciencioso e refletido. Recruta marinheiros. Adestra pilotos. Convence os medrosos. E organiza as expedições que chegam ao Rio do Ouro, ao Cabo Verde, à Guiné, à Madeira, aos Açores.

Quando o Infante morre (1460), o plano português de ligar a Europa com a Índia, por mar, ainda está longe de ser concluído. As bases, no entretanto, estão lançadas, o caminho aberto, a rota traçada.» — Antonio G. Matoso. *Mar Português. Leituras de Histórias*. Págs. 112-113 — Liv. Sá da Costa — Lisboa. 1947.

II

A Geografia Humana dos Açores, bem como sua Geografia Física ou Geografia histórica oferecem os mais interessantes aspectos de estudo e interpretação. É certo que numa rápida notícia pouco ou quasi nada pode ser devidamente explorado. Limitaremos a presente comunicação a um resumo de diversos capítulos, onde insistiremos sobre a Geografia humana ou a História Social dos Açores, precedendo-a de uma ligeira digressão referente a alguns dos problemas capitais.

Introdução — «Estreita faixa de terra debruçada sobre o Atlântico, a situação geográfica e uma remota atividade marítima dos habitantes já de antemão estabeleciam o rumo atlântico da expansão portuguesa, observa Damião Peres, que esclarece ser «Difícil se não impossível, determinar a exata medida em cada um dos fatores apontados — político, econômico, militar, religioso, científico — exerceu a sua ação estimulante. Conforme o momento, o sucesso, a classe social, assim elles se tornam perceptíveis em grau diferente; justamente nisso reside a origem de repetidas discussões, quando cada autor pretende, como por vezes tem sucedido, arvorar em predominante, duma maneira geral e absoluta, determinado fator» (1).

Pense-se na lição de David Lopes (2); «é santa a memória dos homens que além-mar sofreram para bem servir a nação e deve gravar-se nos nossos corações, porque elles criaram Portugal maior do que está na História», e também salienta o papel das ilhas na conquista da África, uma vez que não se deve ignorar o abastecimento de Marrocos e outras regiões que se supriam em parte de trigo dos arquipélagos, além de considerar que no tráfico luso marroquino não havia só mouros e portugueses, mas «os judeus, os genoveses e os castelhanos tiveram grande parte nêle.» Tudo isso é muito significativo. Comércio, navegação, conquista e agricultura. São novas e variadas sugestões de mérito e comentário dos mais interessantes.

Os Açores estão dentro dos mistérios desvendados e utilizados no fim da Idade Média : «o século XV vai ver divulgadas e esclarecidas as narrativas dos viajantes dos dois séculos anteriores, vai conhecer com exatidão a lição de Ptolomeu, e emendá-la, vai dissipar as últimas lendas geográficas que, expulsas da Ásia, se tinham refugiado no Oceano e nas ignoradas terras africanas», como diz José Gonçalo de Santa Rita. (3)

As «cartas de marear» que exigiam, para sua confecção, o que foi preferido por Francisco Faleiro para chamar de «Arte del Marear», dão os resumos da agulha e outros sagrados, no caso

João Batista Lavanha, cronista mor do Reino, além de professor de cosmografia e insigne cartógrafo, que escreveu apreciado *Livro de Marinharia* (1604?), ótimo roteiro, cujo título começava: «Este lliuro he das Rotas de Lixboa até a India e as Ilhas dos açores» etc., o que revela o estado de conhecimento da navegação em mares altos que tinham os portugueses, segundo análise de Antônio Barbosa (4), que inclui o mérito da localização dos Açores na evolução cronológica das conquistas técnicas para a marinha.

Descobrir, redescobrir e reconhecer foram vocábulos que, no linguajar dos navegadores, tiveram um sentido todo especial, conforme observa Franco Machado (5), que acha «lícito afirmar ainda que não fôsse por têrmos revelado as suas costas (da Guiné), determinado as suas distâncias e corrigido os erros grosseiros da tradição, que as ilhas da Madeira e dos Açores foram descobertas pelos portugueses no século XV, não sabendo precisamente se achadas por eles também no século anterior.»

Veja-se a clareza cartográfica dos mapas (1506-1507), de Valentim Fernandes, das Ilhas açorianas de São Miguel, Terceira, Santa Maria, Fayal, S. Jorge, Graciosa, Corvo, das Flôres e Pico, trabalho revelador do adiantamento da geografia dos Portugueses ao tempo da Renascença (6).

«Velejando com o pano latino das suas embarcações e bolinando com bordos cada vez maiores, devido ao alargamento do vento com o amarrar, teriam atingido, numa rota um arco, a zona dos ventos variáveis ou ventos de oeste e desta maneira alcançado a altura em que as ilhas dos Açores emergem das águas», diz Jordão de Freitas (7), que estuda as cartas geográficas medievais Pizignani (1367), Cresques (1375) Pineli — Walknaer (1380?). Soleri (1415), Girolodi (1426), Becario (1426), Bianco (1436), Valseca (1439), Benincasa (1482), etc. Está proposto o angustiante problema de localização, nomenclatura, conjura de descobrimento, reconhecimento e posição das ilhas açorianas, cabendo o exame detalhado se os nomes antigos e lugares primitivos devem corresponder aos atuais, e como fazê-lo e porque, tudo de acôrdo com a confusa geografia da Idade Média que nada sabia de mares atlânticos ou africanos.

A importância geográfica dos Açores tem sido destacada de muitas maneiras, entretanto Fontoura da Costa (8) insiste ao examinar as Cartas de Doação de D. Afonso V (1462) ao regente D. Fernando, de uma ilha que avistara Gonçalo Fernandes, «vin-do das pescarias do Rio do Ouro, sendo no pego à Oesnoroste das Canárias e da Madeira, e a que não pode chegar por o tempo lhe ser contrário, a qual D. Fernando já mandara procurar e não fôra achada, desejando contudo continuar procurando-a.» Acres-

centa, aquêlê mestre da História dos Descobrimentos, que pode inferir-se da Carta de Doação de D. Afonso V ao Infante D. Fernando» que Gonçalo Fernandes avistara qualquer das Antilhas ou qualquer parte da costa do futuro Brasil; e da, que a Ilha avistada, também devia ser qualquer das Antilhas ou mesmo qualquer terra da costa do futuro Brasil.»

«Quanto às restantes, (mais quatro Cartas de doação do mesmo Rei e quatro outras pessoas e sôbre «ilhas do Oceano» não se sabe se os respectivos donatários ou seus enviados, partindo dos Açores, chegaram à América do Norte, continental ou insular; mas elas mostram; implicitamente, que os portugueses já sabiam da existência de Terras ocidentais — o que a tradição conservou.»

Os Açores seriam um trampolim dos descobrimentos no Atlântico Ocidental? É um tema sempre retomado na história açoriana.

Etnografia Agrícola — A «Comissão Reguladora dos Cereais do Arquipélago dos Açores», com sede em Ponta Delgada, vem publicando, desde 1945, um interessante boletim de natureza técnica, sob a direção do engenheiro agrônomo Arlindo Cabral e editado pelo Licenciado Francisco Carreiro da Costa, figura das mais ilustres e brilhantes da moderna literatura açoriana.

Uma das seções do «Boletim», que é denominada «Etnografia Agrícola» — tem a maior valia para o exame das áreas culturais do povo açoriano. Também outra seção chamada «Rebuscos e Respigos» oferece um material de primeira ordem ao interessado na análise dos costumes dos Açores. Assim consultamos alguns números da citada publicação (9), e vamos tentar um resumo dos aspectos principais da vida e trabalho do ilhéu.

a) *Moinhos de Vento* — «A nossa paisagem apresentava quasi sempre nos seus trechos mais pitorescos um moinho de vento; ainda há alguns anos víamos com frequência mover-se, êsse velho obreiro, erguido nos pequenos cômodos das terras chãs expostas à ventania, ou alcandorado no cimo dos montículos verdejantes», diz Luiz Bernardo Leite de Athayde, que acrescenta que ainda existem moinhos «nos povoados do oeste e nas Capelas, Bretanha, Arrifes, Fajã», na ilha de São Miguel.

Coleciona os vocábulos: traminhal (caixa onde caía a farinha), mola, sapata, penais de tender o pão em grãos ou farinha, moêga (caixa onde lançava o grão), mastro, roda, mó, volante, celha (caixa na qual saía a farinha), rabo do moinho, zimbório, etc.

«Assim fixou-se em um tipo sólido e elegante, parente próximo do moínho francês das regiões do norte, pertencente ao ramo mais aristocrático da sua família, o dos Moulins tours, — de aspecto castelado e linha senhorial» (10).

b) O «*Capuão*» do milho — Capuão, onde se guarda o milho, lugar ao ar livre, como toldas, na maçaroca, e o milho na própria camisa, como escreve Carreiro da Costa (11), Basea-se Vasconcelos Cesar (12), R. Brandão (13), Pe. Ernesto Ferreira (14), Luiz Ribeiro (15), Guilherme Filgueiras (16), C. Rodrigues (17), e outros.

O milho é a preocupação dominante do trabalhador de S. Miguel, pode ser o ano fraco de uva, ter pouco vinho, a fava ser escassa e o trigo não render, mas o milho é a fartura do pobre. regalo de sua mesa, como diz o poeta. Casa sem um porco no pátio e sem um capuãozinho de milho, é casa de fome, fala o provérbio. O camponês micalense guarda, no fundo do quintal, de um ano para outro, o milho no capuão. Espécie de barraca, casa lacustre, assente sôbre quatro pequenos pilares e devidamente armada e coberta. Cada peça ou parte dela tem um termo próprio: Polim, fechal, tesoura, oliveira, perra, coroa, portinhola, cabeça, bracinho, mesa, alemã, da lage em baixo e fôlha de zinco por cima.

Cafuão é palavra que deriva de capua construção de colmo muito vulgar em S. Miguel. Na Ilha Terceira capua ou capuga é uma gruta natural aberta na rocha.

c) O pão no *adagiário popular açoriano* — Armando Côrtes Rodrigues, expressão das mais altas da cultura açoriana e nome de projeção nacional da atual literatura portuguesa (18) fez curioso estudo sôbre o assunto. «A base da alimentação do povo açoriano é o pão, aquêlê pão de milho alvo, códea aloirada, bem amassado e saboroso» e esclarece: «antigamente o pão de trigo só aparecia à mesa do trabalhador micalense em caso de doença, de batizado ou de bodas ou nos dias de abundância das festas do Espírito Santo.» É evidente o prestígio do pão de trigo, como se vê nesta quadra de S. Miguel. «Pão de trigo, é meu primo — Pão de rala meu parente; não se faz boda nenhuma — onde o meu primo não entre.» Ou a quadra da ilha Terceira: «Não há pão como o de trigo, — Nem carne como a de carneiro, — Nem paixão como a última, — Nem amor como o primeiro.»

O A. lembra o estudo de Arruda Furtado (19) sôbre o papel do milho na alimentação do açoriano e a posição econômica das ilhas que desde 1840 exportam milho.

Colheu Armando Côrtes Rodrigues vinte provérbios referentes ao pão e entre alguns provérbios: «casa onde não há

pão, todos ralham, ninguém tem razão», nem mesa sem pão nem soldados sem capitão, «tudo com pão faz o homem são.»

A antiga produção de trigo em S. Miguel está atestada em muita pesquisa como, por exemplo, uma feita em 1849, no Conselho do Nordeste de S. Miguel (20), a situação atual em apreciações agrônômicas como a do «pão filante», doença proveniente de um microorganismo do solo de um grupo de bactérias que faz parte da microflora da terra, conforme Pedro Belo (21), ou o Monte da Piedade do Nordeste, que é a história de um antigo organismo regulador de cereais, na Ilha de São Miguel, que foi único no gênero em todo o arquipélago, durou três séculos como modelo de assistência social e agrícola existindo até os fins do século passado. Ao que parece, conforme uma correção de 1768, foi uma mulher que instituiu a doação, para sustento dos pobres, presenteando trigo aos necessitados. As vereanças disciplinaram a matéria e a Câmara tratou do caso, depois. O provedor de Resíduos, em S. Miguel, no século XVIII, José Antônio Pinto Doras Boto, fez várias intervenções no sistema de dar o trigo.

d) *As Viradas* — As transformações de terrenos fracos, ou quase estéreis, em outros fecundos e produtivos, passando assim à força de braço, de pobres a ricos, é o processo de trabalho agrícola que se denomina de «viradas», no caso «viradas e seco». Pois há as «viradas a água», na remoção de grande quantidade de pedra pome da terra, e é um sistema de limpar terras, a água. As lavas vulcânicas transformadas em cascalho, ainda no século XVI, estragaram flor da terra.

«O pessoal empregado era numeroso ; cêrca de 30 a 40 homens e 100 rapazes, transportando, êste, o material em cestos, ao ombro, e escavando, aquêles, as valas» diz Luiz Bernardo Leite D'Athaide, que ainda acrescenta muitos informes sôbre o assunto. A remoção do barro, do cascalho e a flor da terra ; o preço baixo do trabalho, o verão como época ideal, o uso no século passado, a vestimenta, o sacrificio, os castigos, a empreitada, etc. (22)

e) *Nomes de bois e vacas* — Carreiro da Costa (23), estuda o nome de bois e vacas, como um uso comum do arquipélago, e baseia-se num trabalho de Luiz Ribeiro, (24) que também tratou do assunto, para apreciar vários aspectos curiosos. Em S. Miguel, o nome é dado logo que o animal nasce, há nomes definitivos, noutras partes nomes provisórios e definitivos, os designativos originam-se da côr e tamanho, etc.

Os nomes, conforme o feitio do corpo : Quadrada, Asseada, Selada, Rabão, Rabona, etc. Também quanto aos chifres : Ga-

lante, Canhoto, Escornado, Moucho, etc. Quanto ao pêlo : Miranda (mirandês), Vermelho, Dourado, Damasca, etc.

f) *Lagar micaelense* — «Verdadeiro monumento erguido a um canto de modesta quadra o lagar era, noutros tempos, a rude máquina que, manobrada com austeridade, fazia com que as uvas se desfizessem em mosto», esclarece Carreiro da Costa. (25) As vindimas, quasi sempre, praticadas simultâneamente com a colheita do milho, constituíam mais uma festa do que trabalho.

Os cantos, as comidas, os dispositivos da prensa, os nomes da peça do lagar, os tipos de vinho (26), a observação dos estrangeiros (27) são outros tantos aspectos valiosos.

g) *Manuscrito inédito* — Foi divulgado há pouco um original manuscrito inédito de Frei Diogo das Chagas (28). «Espelho Cristalino em jardim de várias flores», sôbre justamente a Ilha das Flôres, e fala das «silvas», silvas mansas, silvas bravas, do barro, do azeite e outras coisas.

h) *Medidas* — As medidas de interêsse agrícola ainda usadas na Ilha Terceira (29) são para medida de superficie : palmo (0,22 m), braça (10 palmos, 2,20 m), alqueire (200 braças quadradas, 968 m²) e moio (60 alqueires). Para medidas de capacidade: alqueire (13,2 litros), saco (6 alqueires), moio (10 sacos, 60 alqueires) arroba (15 quilog.), quartilho (0,55), carada (4 quartilhos e 2,2 litros) pote (5 canadas, 11 litros) e pipa (40 ptes. — 440 litros).

i) *Cestos de S. Miguel* — A arte de fazer cestas e diversos tipos de cêsta constituem bom material de estudo etnográfico. Cêsta de Leiva, Cêsto de Almude, Cêsto de Pastel, Cêsto de Acarrear, Cêsto de Dízimo, Cêsto de Estericar, Cêsto de Carrete, Cêsto de Lastro, Cêsto de queijos, Cêsto de Barrel, etc. são alguns dos numerosos cestos que se usam para vários fins e são feitos de maneira diversa. O lugar de trabalho do cesteiro também merece observação especial (30).

j) *História* — Mais tema de história do que etnografia : A impressão que deixou escrita o oficial de marinha sueca, Jean Gustave Hebbe, sôbre os Açores em 1800, a agricultura do Faial, a terra e a produção (31); o contrabando de fumo no século XVIII (32) o gado em S. Miguel e na Terceira no século XVI (33), a fama do vinho generoso da Ilha do Pico (34), etc. Vem abordado em artigos e crônicas especiais, bem como um detalhado estudo dos «Arvoredos dos Açores» (35), análise bem pormenorizada com dados do século XVI, boas fontes de outras épocas (36) e crônicas até religiosas (37).

k) *Informações Diversas* — Luiz Bernardo Leite de Athaide escreveu uma esplêndida «Notas subsidiárias para uma monografia do pão» (Notas) (38), onde estuda o respeito pelo pão (peca-

do dar pão de trigo aos cachorros, cuspir no pão, etc.), as rezas e ditos ao amassar-se o pão, ao ser metido no forno, a linguagem popular e o pão, o pão de milho, arroz ou banana com pão, a maneira de guardar o pão, etc.

«O emprêgo da *palha de trigo*, nos Açores vem dos primeiros tempos do povoamento, desde quando, nestas ilhas, se começou a praticar a cultura daquele cereal manifestando-se ainda hoje não só na cobertura das casas mas igualmente na confecção de diversos artefatos, muitos dêles de feição artística», diz Carreiro da Costa (39), que, então, estuda a palha de trigo nas casas rurais e os artefatos de palha, tais como esteiras, chapéus, sacos, etc. e ampara-se em Ernesto Rabelo (40) e Thomas Ashe (41).

O mesmo A. Carreiro da Costa noutro estudo sôbre o pão, grande tema açoriano, faz um inquérito referente às antigas padeiras (42), aliás investigações que continua noutros ensaios como o pão no adagiário popular açoriano e o pão no Romancismo popular açoriano (43). É de notar-se o vivo interêsse dêsse autor sôbre a etnografia agrícola dos Açores, que sempre volta de maneira muito original ao assunto, conforme se vê no ensaio intitulado «Quatro plantas úteis nas tradições populares açorianas», que são o alecrim, a arruda a murta e a salsa (44), inspiradoras de versos de muitos gêneros.

Acrescentem-se a seu trabalho : Folclore Entomológico *O Bicho da Cidade* (45) e o outro — *Variedades de Pão na Ilha de S. Miguel* (46), com o pão de trigo vulgar, rosca, pão de fatias, pão bento, pada, brideira, pão de rala, bôlo levedo, biscoito, poia ; e o pão doce : massa sovada — bolos, folares, biscoitos, rosas, rosquilhas, bonecos de massa ; pão de leite e pão leve. Depois, o pão de milho : brindeira, bôlo de forno, bôlo de pé de torresmo e escaldadas.

Bom estudo, também, é o de autoria de João Afonso : «Pão, Carne e Vinho na Ilha Terceira» (47) que fala em síntese sôbre os três motivos : carne assada, alcatra, cozido, sopa de pão etc.

Documentação — A documentação da história da agricultura é riquíssima e podemos citár algumas peças publicadas, no Boletim da Comissão Reguladora : «Produção Micaelense em 1850», «O Consumo de Vinho nas Tabernas de Angra no ano de 1693», «Antigas Estatísticas Agrícolas, de Santa Maria» (Bol. nº 14) :

«O trigo e outros gêneros para pagamento de ordenados, ao fim do século XVII em várias ilhas do arquipélago dos açores» (Bol. nº 15), «Um documento inédito sôbre o comércio de cereais na Ilha Terceira» (Boletim nº 13), «A Cultura da Batata Inglesa nos Açores no século XVIII», «A produção de trigo nos Açores em 1701» (Boletim nº 3); «Estatística da Produção Agri-

cola em 1702», «A cultura do Inhame dos Açores» (Bol. nº 4), «Serões de Milho» (Bol. nº 6), «O Tremoço e sua introdução nos Açores no século XVI», «A Cultura de arroz nos Açores» (Bol. nº 7), «Os Capitães-Generais e a agricultura dos Açores», «Rendimento de três azenhas, há cem anos» (Bol. nº 8), «O vinho em S. Miguel no século XVII», (Bol. nº 9), «Da fertilidade da ilha Terceira no século XVI», «Das primeiras araucárias em São Miguel», «Dos Curtimentos em terras dos Açores» (Bol. nº 24), apenas para citar alguns títulos, ou «Fiscalização de Moínhos no século XVII». «Antigas estatísticas de produção», «Introdução de trutas em S. Miguel» (Bol. nº 23).

Sociologia rural — Poder-se-ia mesmo denominar de sociologia rural vários dos aspectos da etnografia agrícola dos Açores. Certos estudos de temas ainda não examinados, outros discutindo problemas já conhecidos mas os apreciando de ângulos diferentes. Também casos até de geografia puramente econômica ou de geografia linguística que parecem caber neste parágrafo. É o caso do capítulo do livro de Gaspar Fructuoso, capítulo intitulado: «Dos tremoços com que se restauraram muitas terras da Ilha de São Miguel, que já iam enfraquecendo» (Bol. Centen. cit. nº 3) ou um estudo de Frederico Machado, «Genesse de alguns solos dos Açores» (no mesmo Boletim nº 3), que se ampara em informações de I. Friedlaender (48) e J. Agostino (49).

Os ensaios de Frederico Lopes Junior sobre os moinhos (50), de Luiz Ribeiro referente aos celeiros subterrâneos (51) e que se serve das pesquisas de Linschott (52), e do Pe. Cordeiro (53), de Ribeiro da Silva que trata dos fornos de carvão na Ilha do Faial (54), de José Cândido da Silva Avelar (55) e Marcelino Lima (56) que cuidam respectivamente de toda a Ilha de São Jorge ou só do Município de Horta.

As informações de climatologia não são para desprezar e leia-se para isso o estudo de Gonçalo Rêgo (57). Veja-se o trabalho do Velho Arruda que estuda o «monte da Piedade», de Vila do Porto, na Ilha de Santa Maria (58), que é um ensaio sobre as bases da economia popular açoriana, o monte socorro ou a carteira de crédito ou fomento agrícola, no século XVIII. O estudo histórico da evolução da cultura do trigo em São Miguel, como o fez Vasconcelos Franco (59), remonta ao século XV, apreciando-lhe até o preço e desde 1513.

As alfafas agrícolas micalenses constituem um bom assunto e examinam-se as foices roçadeiras, pedra e tábua para debulhar milho, fôrça de carroça, forquilhas de eira, forçado de beterraba, aguilhadas, espadas, e terçados, mangual, bordão de conto, podão,

podoa, e podenga, machada e machados, cunha, sacho, sachinho, sachola, sacho pequeno, alviao, gancho, trilho, cambos, marcador, arado, aradinho, grade, cangas, canguito, etc., conforme Carreiro da Costa que, na sua monografia, publica também desenhos (60).

As superstições, práticas e usanças na criação de galinhas foram registradas por Luis Ribeiro: o número de ovos que se deitam no choco deve ser impar (pernã) de preferência 13, o melhor mês é janeiro, o sol de maio mata pintos, etc. (61)

A vida rural na ilha de S. Jorge é um bom quadro nos 65 quilômetros de cumprimento e 4 de largura, cujo estudo Armando Narciso realizou com autoridade de diretor do Instituto de Hidrologia de Lisboa (62). Mesmo o histórico sobre os laticínios no Distrito de Ponta Delgada nos faz recuar às origens dos Açores e assim o demonstra Faria e Maia (63), bem como o próprio exame comparativo que Silvano Augusto Pereira estabelece das medidas antigas dos Açores com as modernas. (64)

Ainda as explorações botânicas nos Açores como as resumiu Ruy Teles Padilha (65) e uma investigação do operoso Dr. Francisco Carreiro da Costa sobre um assunto que parece desinteressante para a história dos Açores — o inhame—, por exemplo, é realizado com grande abundância de fontes (66), citando John W. Webster (67), Acúrcio Garcia Ramos (68), Borges Muniz (69), Urbano de Mendonça Dias (70), Silveira Macedo (71), Sena Freitas (72), Felix da Costa (73), Paula Nogueira (74), Pe. Antonio José Lopes (75), e outros que constituem, assim, os autores que devem ser consultados numa bibliografia açoriana.

É idêntico o caso quando se nos depara um inquérito como o das fechaduras de madeira nas ilhas Terceira, Graciosa, S. Jorge, Pico e S. Miguel, que ainda o citado Carreiro da Costa promoveu com muito bom resultado (76), bem como sua monografia sobre o carro de bois micalense (77), contendo ótimos desenhos e clara descrição das peças, material empregado, tipo, usos, etc. ou ainda o trabalho original que publicou referente à figueira nas tradições populares açorianas (78) ; até o estudo das laranjas nas ilhas é um tema de sociologia rural, que a parte técnica propriamente necessita duma introdução histórica, pois desta maneira o compreendeu Silvano Augusto Pereira (79).

O valioso ensaio da terminologia agrícola micalense feito ainda por Carreiro da Costa (80), é talvez seu melhor trabalho e que precisa ser conhecido no Brasil, pois o vocabulário que estuda é um pretexto para tratar dos costumes rurais dos Açores, nos quais se encontram usanças que vieram para o sul do Brasil.

Independente do aspecto sociológico do problema da linguagem ou de história das palavras, a bibliografia, como não podia deixar de ser, é de grande importância, enumerando as pesquisas de J. Agostinho (81), Lacerda Machado (82), Machado Serpa (83), José de Tôrres (84), Estrêla Rego (85), Luiz Bernardo (86), C. Felgueiras (87), J. V. Santos Tavares da Silva e mencionando, além de Cândido de Figueiredo, outros livros de estudos da linguagem e obras especializadas em assuntos açorianos.

A Conferência Insular Açoriana, já se realizaram duas, procurou colocar o arquipélago em dia com os problemas de economia, agronomia e zootecnia, principalmente, mas não foram desprezados os aspectos sobre o turismo, habitação, propaganda, rádio, imprensa, artes, ciências e letras, que estão tratados com grande interesse também, dando-se ênfase não só aos temas de sociologia rural, mas ampliando o quadro do estudo da vida do ilhéu (88).

Concluiríamos este parágrafo, registrando ou fazendo menção do documentário das azenhas em S. Miguel no século XVI, os moinhos e os moleiros na ilha Terceira no século XVII, atafoneiros e molineiros na Ilha do Faial no século XVIII, o moleiro na poesia popular açoriana, etc. no volume 21 do Boletim da Comissão Reguladora dos Cereais no arquipélago dos açores, onde também aparecem os estudos de Luiz Ribeiro (89) sobre a vida rural da Ilha Terceira e o carro de boi e a canga, a cultura do trigo, a cultura do milho e as desfolhas, sobretudo conforme o Pe. Jerônimo Emiliano de Andrade (90), Jean Hugues de Linchot (91) e Jacome de Ornelas Bruges (92).

Os animais nalgumas superstições micaelenses é mais um estudo de Carreiro da Costa (93) que trata das formigas, galinhas, garças, gatos, grilos, joaninhas, lesmas, patos, melros, milhafres, morcegos, môscas, mulas, etc. e o que significam êsses bichos na vida quotidiana.

Não esquecer entretanto, que os prognósticos rurais merecem citação especial, como, aliás, o faz em pesquisas interessantes o Pe. João D'Amaral (94).

O gergelim no romanceiro popular dos Açores, ou falta de milho noutros tempos, a produção de gado, o vime e o artesanato, o cedro, as vinhas do século XIX, etc. constituem os outros informes documentais que aparecem no vol. 22 do Boletim da Comissão Reguladora dos Cereais no Arquipélago dos Açores.

São estas algumas das fontes mais particulares da história dos Açores e notadamente de sua sociologia rural, o que se pode incluir na geografia humana com relação aos métodos, costumes e conhecimentos de agricultores ou na sua história, mesmo.

Etnografia — «Os primeiros habitantes dos Açores foram continentais, especialmente alentejanos e algarvios de ascendência moura, lavradores minhotos da velha raça portuguesa, e aventureiros da Flandres», diz a *Cartilha da Terra Portuguesa*, livro de história, geografia, editado pelo Serviço Nacional de Informações, em 1950 (95) e prefaciado pelo escritor Antonio Ferro.

Assim, o histórico do povoamento dos Açores baseia-se na sua origem e procedência do Algarve, Minho e Alentejo, mais os flamengos.

Acrescentaremos, depois, os estoques menores de outros povoadores.

a) *Algarve*

1) *Geografia* — A capital do Algarve é a cidade de Faro, e em termos de geografia atual ainda se constitue dos conselhos de Albufeira, Alcontim, Aljezur, Alpartel, Castro Marim, Lagoa, Lagos, Laulê, Monchique, Olhão, Portimão, Silves, Tavira, Vila do Bispo e Vila Real de Santo António.

2) *Folclore* — O calendário das festas folclóricas, no Algarve, hoje em dia é o seguinte: maio; último domingo, Festas da Vila, em Monchique; agosto 14 e 15, Na. Sra. da Orada, em Albufeira, e Na. Sra. dos Mártires, em Castro Marim; 29 a 31, Feira de Loulé entre o último domingo do mês e a primeira de setembro, Na. Sra. da Encarnação, em Vila Real de Santo António; setembro: 8, Na. Sra. da Luz, em Lagoa; 13, Feira Anual, em Vila do Bispo. Outubro: todo o mês, Festas da Cidade, em Tavira; 2º domingo, Na. Sra. do Rosário, em Olhão, e Na. Sra. da Piedade, em Laulê; 20 a 23, Feira de Santa Iria, em Faro; 31, Feira de Todos os Santos, em Silves.

3) *Antiguidades*. — Convencionamos em chamar de antiguidades a velha crônica da história remota do Algarve, cujos dados mais interessantes podemos colher no Dicionário Geográfico Histórico, Biográfico e Etmológico, de Portugal, publicado em 1873 e de autoria de Barbosa de Pinho Leal (96).

Albufeira : povoação antiquíssima, os árabes a ocuparam em 716, D. Afonso III em 1250 conquista aos mouros, dando para a ordem de Aviz da qual era mestre Martim Fernandes. D. Manoel deu foral à Vila em 1507 e dois anos antes concedeu ao Duque de Coimbra, ministro da Ordem de Aviz, a dizima de atuns e mais peixes que morressem nas armações do termo da vila. Tem por armas uma vaca de ouro em campo azul.

Alcantim : Fundação do período sarraceno. Situada na encosta de uma montanha, sobre a margem direita do Guadiara, é

praça forte e foi uma das melhores fortalezas. Ali fizeram as pazes, em 1369, os reis de Portugal e Castela. Tomada aos mouros em 1240 por D. Sancho. D. Diniz a deu à Ordem de S. Thiago. A serra tem muita caça, fértil em frutas e cereais, peixe, etc.

Aljezur: Fundada pelos árabes no princípio do século X. Terreno rico. D. Diniz deu-lhe muitos privilégios. D. Manoel a manda chamar de «a honrada».

Alpartel: Tem minas de cobre que foram exploradas pelos romanos. É região de muita abundância. A rainha teve propriedades.

Castro Mirim: Praça de guerra medieval, pôrto marítimo e pensa-se que foi fundada pelos cartagineses. Cabeça da Ordem de Cristo. Terra e mar utilíssimos.

Faro: A história da cidade recua ao tempo dos gregos, que parece que a fundaram. Lagoa ou alagoa também muito antiga, possui uns pântanos de onde vem seu nome.

Lagos: Seu primeiro nome foi Lacobriga. No ano 76 o cônsul romano Quinto Cecílio Metelo a cerrou, sendo salva por Sertório. Ocupada pelos árabes. D. Henrique era senhor de Lagos. Famoso pôrto dos descobrimentos e entre outros, dali saiu Gil Eanes, navegador que se tornou célebre.

Laulé: Também muito antigo, dizendo-se que talvez seja fundação lusitana ou cartaginesa. D. Afonso III, em 1166 deu-lhe foral. Tem uma bela história.

Monchique: Julga-se que seja a capital dos aranditanos. Atribui-se, também, a presença de fenícios. Região fertilíssima. Há as Caldas de Monchique. Olhão. Importante pôrto pesqueiro. Viria salientar-se na campanha da Restauração. Originou-se do século XVII.

Portimão: Tem uma crônica romana e cartaginesa, mas parece que a cidade atual provém apenas do tempo de D. João I. Fala-se em Anibal e na construção de edificios públicos religiosos. Bom pôrto comercial. Mais quatro localidades: Silves, Tavira, Vila do Bispo e Vila Real de Santo António completam a história da vida urbana do Algarve.

Silves é muito antiga, pensando alguns autores que seja ela anterior ao período romano. Sancho I, de Portugal a tomou dos mouros, numa conquista militar de grande envergadura do tempo das cruzadas, operação de guerra de ocupação do Algarve que continuou brilhantemente no reinado de D. Sancho II, quando Silves novamente tinha caído em mãos dos árabes e estava em poder de Almansor, de quem tomou de surpresa a praça o fronteiro-mor do Algarve, D. Payo Peres Correia.

Tavira, outra velha cidade do Algarve, é, na opinião de alguns historiadores, fundação fenícia e cartaginesa, foi importante na época romana e teve destacada posição dada pelos mouros. Vários reis ilustres lá estiveram em batalhas célebres. Pôrto de mar muito ativo na Renascença.

4) *Paisagem*: «No limite Sul da região do Alentejo levantam-se as serras que o separam do Algarve, província em forma de anfiteatro que desce gradualmente da montanha ao mar, e que defronta a África. As serras defendem-no do vento Norte, e interfere no clima da terra algarvia a sua vizinha da de Marrocos», diz Antônio Sérgio, que acrescenta, nessa mesma sua obra — *História de Portugal* (97) que, «A alfarrobeira, a figueira, a amendoeira, a oliveira são árvores que mostram no ambiente algarvio condições de vegetação das mais propícias. Nos flancos das montanhas os alôes, os cactos, o nopal africanizam a paisagem. No sopé a vegetação é exuberante, e cultiva-se o solo como um jardim. Na parte oriental — a de sotavento — amaduram os frutos quinze dias mais cedo que na subregião de barlavento. Por suas excepcionais condições de clima, é terra favorecida para a consecução de «primorosos» (produções temporais), que atingem por isso o mais alto preço. As favas, as ervilhas, as peras e uvas oferecem-se com antecedência sobre as demais províncias...».

É um belo quadro da variada riqueza do Algarve, vizinho da África e que os Árabes ocuparam em Portugal com grande aproveitamento.

O estudo da paisagem algarvia comporta, sem dúvida, a citação, ainda, de Orlando Ribeiro (98) que a estudou muito bem, destacando, entre vários aspectos, pelo menos três: as sub-regiões e a repartição da população, as exceções, e as causas de grande concentração de população.

O ensaio sobre as condições demográficas do Algarve e sua relação com a paisagem é de fato magnífica.

«Do exame do mapa salta logo a vista o contraste entre duas áreas muito diferentemente povoadas, as quais coincidem perfeitamente com as sub-regiões geográficas em que o Algarve pode dividir-se: o maciço antigo, chamado vulgarmente a «Serra», e o conjunto de terrenos da orla, secundários e posteriores, que constituem o «Algarve» propriamente dito. A «Serra» é muito menos povoada sem aglomerações importantes (menos de 700 habitantes), e muito se reparte a população nas montanhas de xisto, de solo muito pobre, onde as povoações abrem no matagal clareiras cultivadas que, pela sua exiguidade, constituem um obstáculo ao crescimento dos locais de habitação. Há grandes ex-

tensões quase despovoadas, que nenhuma estrada atravessa, solidões abandonadas ao mato ou ao bosque de sobreiros, ou queimadas periodicamente para amanho de cereais. Em área de relevo, senão elevado, muito movido, as linhas de água representam importante papel na orientação do povoamento, já pelo solo mais rico do fundo dos vales, já facilitando a circulação e as relações.

Duas exceções se vêem claramente nesta área: a Serra de Monchique e o graben de Aljezur. Estas duas vilas são as únicas sedes de conselho que nela têm assento e as únicas povoações que ultrapassam o milhar de habitantes.

À roda delas a população é mais densa do que no resto do maciço antigo. A geologia explica ainda este fato. O afloramento eruptivo de Monchique (Foia, 902 m) tem melhor solo e grande riqueza de águas, e por isso está cultivado e povoado com mais intensidade. Não há, além da vila, grandes núcleos, mas a população enxameia e parece descer longo dos barrancos, regados com a água da serra mesmo em terreno de xisto. Nas ribeiras de Seixe, Aljezur e Alferce, e nos seus afluentes, vê-se com toda a clareza a rarefação da população juzante. O graben de Aljezur é uma baixa alongada, onde se conservou um retalho de Miocênico marinho. Melhor terra, desde um pouco a Leste de Bordeira a Odeixe, que contrasta com áreas, quase despovoadas, do Espinhaço do Cão ou do litoral. O resto do Algarve é, com exceção da margem meridional do estuário do Tejo, a área mais povoada ao sul deste rio. Aí se encontram 27 das 29 povoações algarvias de mais de mil habitantes, com três cidades antigas decadentes (Lagos, Silves, Tavira), e duas cidades e algumas vilas altamente progressivas.

Como se explica esta grande concentração da população no «Algarve»? Pelo aproveitamento intenso do solo e pela importância da vida marítima. Todas as terras baixas são rasgadas; as plantações de árvores mediterrâneas — figueiras, amendoeiras, alfarrobeiras — ponteiavam os planaltos e cerros calcáreos. Ao litoral as suas fainas de pesca, conservas de peixe e navegação, estão ligadas todas as cidades e as principais vilas. Destas apenas uma é inteiramente interior: Laulé, área onde os arvoredos cultivados parecem uma mata densa. Portimão, Faro, Oihão, Vila Real de S. Antônio, são centros de pesca, de conservas, e, ao sul do Setúbal, os únicos portos importantes. Silves, aonde ainda chega a maré, e Tavira, portos de rio, cuja população diminuiu em relação à de 1911, declinaram com a navegação de pequeno calado que chegava até elas; Lagos decai, mirando-se na sua mag-

nífica baía sem abrigo, em proveito de Portimão com um bom pôrto na foz do rio Arade.»

b) *Minho*

1) *Geografia*. A província do Minho tem como capital Braga e compõe-se de três distritos: Braga, Viana do Castelo e Vila Real.

Possui Braga os seguintes Conselhos : Amares, Barcelos, Braga, Cabeceiras de Basto, Celórico de Basto, Esposende, Tofe, Guimarães, Póvoa de Lanhoso, Terras de Bouro, Vieira do Minho V. N. de Famalicão e Vila Verde. Possui o Distrito de Braga os conselhos de Arco de Valderes, Caminha, Melgaço, Morção, Paredes do Couro, Pavete da Barca, Ponte de Lima, Viana do Castelo e Vila Nova de Cerveira.

O Distrito de Vila Real : Aligó, Boticas, Chaves, Mesão Frio, Mondim, de Basto, Montalegre, Murça, Pêso da Régua, Ribeira da Pena, Saborosa, Santa Marta de Paraguião, Valpaços, Vila Panca de Aguiar e Vila Real.

2) *Folclore*. Festas e Romarias na Província do Minho — Maio: 2 e 3, Festa das Cruzes, em Barcelos, Junho: 24, S. João, em Braga; 30, S. Torcato, em Guimarães, Julho: 1 domingo, Ecce Homo em Vila Nova de Cerveira; 25, Santa Rita, em Caminha. Agosto: 1.º domingo, Festa da Agonia, em Viana do Castelo, e S. Gualter, em Guimarães; 13, peregrinação de S. Bento da Porta Aberta, em Terras do Barro; 14 e 15, Nossa Senhora da Saúde, em Eposende; Nossa Senhora da Abadia, em Amares, e Nossa Senhora de Daro, em Valença; 24, Feira de S. Bartolomeu, em Ponte de Barca; 25, Santiago, em Celórico de Basto; 3.º domingo, Nossa Senhora da Misericórdia, em Faje. Setembro: 8, Nossa Senhora do Parto do Ave, em Póvoa de Lanhoso; 19 a 21, Na. Sra. das Dôres, em Ponte de Lima; 20 a 30, S. Miguel em Cabeceira de Basto; 28 a 30, Festa de setembro, em Vila Nova de Famalicão.

3) *Antiguidades*. Destacamos as três sedes dos distritos e a cidade de Guimarães. Braga, a ilustre capital do Minho, tem uma história nobre, remota e brilhante.

Galo-célticos e turdulo-andaluzes a fundaram.

Os romanos a chamaram Bracara Augusta, tomada pelos bárbaros numerosos reis Suevos reinaram em Braga.

Vigiedo, rei Godo, deu por terminada a dinastia sueva, unindo o seu reino aos estados godos. Os godos, então dominaram Braga, por espaço de quase um século e meio. Os Mouros ocuparam Braga e ali se instalaram, também, sendo expulsos voltaram,

porém, outra vez, quando o Califa de Córdoba, Al-mansor, em 985, a tomou, saqueando impiedosamente a cidade. O Rei de Leão, em 904, encontrando-a arrasada, levou a efeito um novo povoamento.

Viana do Castelo foi fundada em 1258 pelo rei D. Afonso III, que deu foral, e Vila Real foi fundada por D. Diniz em 1288.

Guimarães, berço da nacionalidade, terra natal de D. Afonso Henriques (1111), forais de 1128, 1254 e 1517.

4) *Paisagem*. A paisagem do Minho foi descrita por todos os escritores portugueses. Destacamos aqui Júlio Diniz, pseudônimo de Joaquim Guilherme Gomes Coelho, que Vitorino Nemezio (99) acha de um «Casticismo indefectível e uma observação minuciosa e original» e que sua obra — *Morgadinha dos Canaviaes* revela um aspecto documental importante. Estraiamos, assim, dêsse belo romance, rápidos trechos que evocam uma «Aldeia do Minho», cenário típico na região :

«Uma aldeia do Minho : Ao cair de uma tarde de dezembro, de sincero e genuíno dezembro, chuvoso, frio, açoutado do sul e sem contrafeitos sorrisos de primavera, subiam dois viandantes a encosta de um monte por estreita e sinuosa vereda, que pretensiosamente gozava das honras de estrada, à falta de competidora, em que melhor coubessem.

Era nos extremos do Minho e onde esta risonha e ferasíssima província começa já a ressentir-se, senão ainda nos vales e planuras, nos visos dos outeiros pelo menos, da vizinhança de sua irmã, a alpestre e severa Trás-os-Montes.

O sítio, naquele ponto, tinha o aspecto solitário, melancólico, e, nessa tarde, quase sinistro. Dali a qualquer povoação importante, e com nome em carta corográfica, estendiam-se milhas de pouco transitáveis caminhos. Vestígios de existência humana raro se encontravam. Só de longe em longe, a choça do pegureiro ou a cabana do rachador, mas estas tão ermas e desamparadas, que mais entristeciam do que a absoluta solidão.

Cerrara-se a noite de todo, quando atingiram enfim o vale. O terreno mudava agora de aspecto. Apareciam já, aqui, e ali, alguns indícios de cultura, anunciando a proximidade de um povoado. Os caminhos estreitavam, internando-se no vale, e seguiam tortuosamente por entre muros toscos de pedra ensôssa, silvados e sebes naturais. A chuva, que não cessara de cair, transformara êstes caminhos, onde o declive não dava escoamento às águas, em charcos e tremedais.

Novos indícios da vizinhança da aldeia iam sucessivamente aparecendo.

Aqui era uma manada de bois soltos, em direção do curral, guiados por uma criança de palhoça e pernas nuas, os quais paravam a olhar com aquela expressão de composta curiosidade, que lhes é peculiar, para o recém-chegado visitante da aldeia. Não faltou receio a Henrique, que supôs a êstes bonacheirões quadrúpedes a índole travessa e bravia dos touros, a cuja chegada tantas vêzes fôra assistir em Lisboa.

Mais adiante passava por êles uma fileira de carros a vergarem sob o pêso do mato e atroando os ares com o chiar incômodo das rodas sob o eixo, incômodo para os ouvidos cidadãos de Henrique, cujos nervos se irritavam com êle, mas aparentemente agradabilissimo para os condutores aldeãos, que ou dormiam ou cantavam com aquêlle acompanhamento.

Num e noutro ponto deparavam-se-lhe já algumas casas de tetos de colmo, de cujas inúmeras fendas saia um fumo espesso, que a atmosfera úmida mal deixava elevar nos ares.

Os caminhos sucediam-se aos caminhos, qual mais tortuoso e incômodo de trilhar; as curvas complicavam-se como as ruas de uma labirinto. Aqui subiam; desciam mais além, para subir outra vez.

Umas vêzes caminhavam em terreno descoberto, outras penetravam em tão estreitas quelhas, apertadas entre paredes argilosas e úmidas e toldadas de ramos entrelaçados, que só o instinto do animal podia evitar-lhes os perigos. Ora soavam as patas do macho como em chão lajeado, ora amortecia-lhes o som um terreno que a chuva encharcava, e a água lamacenta vinha salpicar o rosto do cavaleiro.

As casas eram já freqüentes, e algumas de menos humilde aparência.

Os cães, que, pelo timbre de voz, mostravam ser gigantes, ladravam raivosos por dentro dos portões ou de sôbre os muros das quintas, ao ouvirem os passos da cavalgada ou a voz do almocreve, que falava ou cantava sempre.

Outras vêzes era um inarmônico grunhir suíno que acusava a vizinhança das côrtes ou, partindo de um casebre rústico, o chorar das crianças, entremeado com os ralhos das mães e com as pragas dos chefes de família.»

O Minho tem sido pesquisado, com muita insistência, pelos folcloristas.

O estudo de Jorge Dias referente ao costume da «a encomendação das almas» mereceu daquele ilustre especialista atenções particulares em Braga, Barcelos, Celórico de Basto Guimarães, Santo Tirso e Terras de Bouro, etc. (100), aliás o eminente etnó-

logo da Universidade de Coimbra tem demonstrado o maior interesse na análise das tradições do Minho.

Joaquim Alberto Pires de Lima e Fernando de Castro Pires de Lima, no «Romanceiro Minhoto» (101), dão-nos esplêndida coleta de material folclórico e informações bibliográficas, e os costumes minhotos, e paisagem e o cenário desses hábitos também estão reconstruídos nos *Cantares do Minho* de Fernando de Castro Pires de Lima (102) e ainda, em especial, na obra de Gonçalves Sampaio (103), entre tantas outras, se não quisermos acrescentar, ainda, as *Tradições populares entre o Douro e o Minho* dos mesmos autores do romanceiro minhoto (104), para citar apenas os mais modernos.

Horacel Cordeiro Lopes, num livro recente *O que vi em Portugal*, sente a importância do Minho e de sua paisagem histórica (105):

«É o Minho uma região privilegiada pelo seu clima ameno e exuberante natureza.

Região das mais férteis e ricas de Portugal, situada a norte do país, sendo banhada pelo pitoresco rio Minho, que lhe dá tanta vida e frescura. Nela, encontra-se a riqueza sobejante de um solo cultivado, a poesia encantadora das serras, a beleza incomparável das cidades, que se abrem florescentes a um franco e acentuado desenvolvimento, um surto de progresso.

Na aldeia há também encanto e alegria. Contemplando os fartos vinhedos, as frutas pendentes das ramadas, as casinhas pitorescas e alpendradas cobertas de vegetação, o trabalho fecundo dos lavradores, a terra arada e ceifada, a colheita alegre das uvas pela vindima, o lagar, o fabrico do vinho, o carregamento dos tonéis, os carros de bois, a azáfama e bazarria das vindimeiras, a ceifa do trigo nas eiras, a debulhada, aquela vida simples e edificante dos camponeses, onde não falta a broa e o vinho, a regueifa, a música e o «fado», compreende-se o mistério da vida sadia e feliz dessa gente, sob a luz divina da fé.

A pequena capelinha, lá está, a confirmar a sublime presença de Deus em toda parte. O povo devoto e crente curva-se diante da cruz, ao soar das Ave-Marias, e alegre, saboreia o descanso de um dia de trabalho útil e proveitoso.

Possui o Minho marcante soberania histórica, que lhe dá um cetro de real merecimento, uma estóica galhardia que se desprende no céu luminoso de suas risonhas e florescentes cidades e povoações.

Dali, partiu o grito de uma nacionalidade que ensaiava por independência, sonhava com a liberdade.

Guimarães convocou seus aguerridos senhores, donos de terras, tornando-os os bravos defensores do seu próprio solo. O culto da liberdade veio encontrar o braço forte de D. Afonso Henriques, e a nação portuguesa surgiu, subindo em troféus de glórias para os céus luminosos do Minho, ficando, assim, a realeza perpetuada no granito dos seculares portais do velho e tradicional Castelo de Guimarães.»

c) *Alentejo*.

1) *Geografia*. A região do Tejo, com seu nome de Tejo propriamente dito, compreende atualmente três províncias :

Ribatejo

Alto Alentejo

Baixo Alentejo

A província do Ribatejo tem como capital Santarém, forma-se com o Distrito também de Santarém, que possui os Conselhos de Abrantes, Alcanena, Almerim, Alpiarça, Benavente, Cartaxo, Chamusca, Constância, Caruche, Ferreira de Zêzere, Golegã, Rio Maior, Salvaterra de Magos, Santarém, Sardoal, Tamar, Tôrres Novas e Vila Nova de Barquinha.

Ainda pertencem a esta província os conselhos de Azambuja, Vila Franca de Xira (Distrito de Lisboa) e Ponte de Sor (distrito de Portoalegre).

A província do Alto Alentejo tem como capital Évora e compreende dois Distritos. Évora e Portoalegre.

O Distrito de Évora possui os conselhos de Alcandrol, Arraiolos, Borba, Estremoz, Évora, Montemor-o-Novo, Mora, Mourão, Portel, Redondo, Monsaraz, Viana do Alentejo e Vila Viçosa.

O Distrito de Portoalegre constitui-se dos alter do Chão, Arronches, Avis, Campo Maior, Castelo de Vide, Crato, Elvas, Fronteira, Gavião, Marvão, Monforte, Nisa, Portoalegre e Sousel.

A Província do Baixo-Alentejo tem como capital Beja, que dá o nome ao único Distrito da Província, Distrito de Beja, que se forma dos seguintes conselhos: Aljustrel, Almodôvar, Alvito, Barrancos, Beja, Castro Verde, Cuba, Ferreira do Alentejo, Mértola, Moura, Odemira, Anrique, Serpa e Vidigueira. Também pertence a esta província os conselhos de Alcaraz do Sul, Grandola, Santiago do Cacém e Sines (Distrito de Setúbal).

2) *Folclore*. As três províncias têm o seguinte calendário folclórico :

— Província do Ribatejo. Maio : 1 a 3 Feira do Cartaxo. Junho : 29 S. Pedro, em Alcanena. Julho : Primeiros Dias

Festa dos Tabuleiros, em Tomar. Agôsto : 14 e 15, Na. Sra. do Castelo, em Corruche; 15, Na. Sra. dos Prazeres, em Ponte de Saure; 4.º Domingo Na. Sra. de Caridade, no Sardoal. Outubro : 1.º Domingo, até quinta-feira seguinte, Festa do Colete Encarnado, em Vila Franca de Sira, 20 e 22, Feira de Santa Iria, em Tomar, e Feira de Na. Sra. da Piedade, em Santarém.

— Província do Alto-Alentejo. Maio : 1º Domingo, Feira da Flor da Rosa, 2º Sábado, Feira de Maio, em Estremoz. Junho : 5 a 8, Festa da Primavera, em Portoalegre; 24, S. João, em Évora, Julho : 25 a 27, Feira de Santiago, em Estremoz; Agôsto : 15, Festa da Misericórdia, em Monponte : 3.º Domingo, Festa de Na. Sra. dos Aflitos, em Borba ; último Domingo, Na. Sra. Mãe dos Homens, em Avis e Na. Sra. dos Remédios, em Gavião. Setembro : 1.º Domingo, Festas do Povo, em Campo Maior, e Festa da Exaltação da Santa Cruz, em Estremoz, e Festa Regional em Montemor-o-Novo; 2º Domingo, Peregrinação dos Capuchos, em Vila Viçosa, e Nossa Senhora de Mileu, em Veiros ; 21 a 23, Senhor da Piedade, em Elvas. Dezembro 1 e 2, Feira de Santo André, em Estremoz ; 8, Festa da Imaculada Conceição no Crato.

— Província do Baixo Alentejo. Junho 25, S. João, em Castro Verde. Agôsto : 1º Domingo, Festa da Cidade, em Beja; 15, Na. Sra. das Salvas, em Sines; último domingo, Feira de Agôsto, em Grândola; 28 a 30, Festa da Imaculada Conceição, em Barrancos. Setembro : 7 e 8, Na. Sra. da Piedade, em Odemira; 2ª semana, Festa de Bom Jesus dos Mártires, em Alcácel do Sal. Outubro : 1.º Domingo, Na. Sra. do Carmelo, em Moura.

3) *Antiguidades.* Santarém, Évora e Beja são as três capitais das respectivas províncias.

Uma curiosa história cronológica de Santarém coloca sua fundação nos tempos áureos da Grécia, em 1572 A. C., quando o próprio Bacho entra, com uma legião de guerreiros, na Lusitânia, e fala-se, depois, da presença de Ulisses, tudo em plena mitologia. Júlio César estêve em Santarém, os romanos, então chamaram a cidade de Scalabi-Castro, e depois de uma história romana, uma história dos bárbaros e dos árabes. Nasce em Santarém S. João Godo. É toda uma crônica viva do próprio Portugal que se desenrola em Santarém.

Évora, por sua vez, é das mais velhas cidades lusitanas. «Liberalista Julia» dos romanos e «Yebarath» dos árabes. Giraldo Sem Pavor, em 1166, a tomou dos mouros.

Foi côrte dos Reis de Portugal. Riquíssima em monumentos históricos.

Beja, Bispado Godo, teve foral em 1254 e 1517 obteve sua elevação à cidade.

4) *Paisagem*. Fialho de Almeida, por sinal alentejano, pois nasceu em Vila de Frades e o cenário da terra natal inspirou-lhe admiráveis páginas. Nos seus livros *A Esquina* há uma deliciosa descrição da «Vida no Ribatejo — as Pegas» ou nas *Aves Migradoras*, com uma *Herdade Alentejana* ou no *Saibam quantos . . .*, com os «Teares Alentejanos», ambas, comovidas páginas de evocação do tranquilo e bucólico cenário das poéticas aldeias e regiões alentejanas.

Diz um ensaio de Flexa Ribeiro, referente a Fialho, que «fecha-se com Fialho a série dos grandes artistas prosadores da nossa literatura». (106)

Vale transcrever uns períodos de sua prosa. Fialho na *Herdade Alentejana* é esplêndido e admirável.

«Precisamente êsse dia, a aldeia de S. Matias suspendera os trabalhos do campo em sinal de festa; os das herdades tinham vindo com os seus cajados e as rudes botas altas de coiro branco; rolavam bailaricos por tôdas as casas; e no terreiro da igreja, às porta das vendas, no balcão da escola régia, ou mesmo às embo-caduras das ruas, por aqui, por ali, os camponeses em ranchos, fato nôvo, ruborescências de vinho no queimar da face, havia mais de três horas que aguardavam a bôda. Os campos nesses meados de junho tinham primeiros doirados do trigo maduro, ondulante e farto, que aura por zonas encama numa saudação graciosa; por um lado e outro, entre gavelas arrepeidadas sem ordem, remoinhos desflorados de messe, como lábios de rapariga ardente, ria o escarlate das papoulas; e como aos sóis da quadra tinham vindo as cigarras, ruído da cega-rega, trocavam alertas de árvores em árvores, à medida que ia avançando o verão. Entretanto, ainda as noites eram frias e o orvalho da manhã perlava nas fêlhas secretas lágrimas de amor traído; corria mesmo água por alvercas e ribeiros, fria, salobra das terras atravessadas, dando erectos viços aos panascais verdejantes, às junças e mentrastes das ribanceiras.

Microscòpicamente, as vinhas iam esboçando cachos, entre pâmpanos pisados de amarelo e vermelho-ferrugem; começam a vir os perdigotos, as rôlas tinham chegado de uma áspera migração, e desconfio que os melros, casados de fresco, fazendo música de opereta entre os murmúrios das canas e dos silvados, arredondavam já os seus ninhos, à espera da petizada. Nessa grande paz bucólica, a alma abraçava simples ideais de ventura, nua de ambições desordenadas e volúpias lívidas, e na doçura de palpitar

entre aromas silvestres, ia voando em cata de amores delicados e mansos idílios, pelas veredas onde as condoídas espigas se curvavam a depor nos regaços esmolinhas do primeiro trigo em sação. Vista de longe, a aldeia era encantadora de alegria e brancura. Nas colinas, de roda, empoleirada ermidas vigiavam por ela dia e noite; Deus foragido pela descrença das cidades, andava por ali talvez na estatura de algum velho mendigo de falas doces e resignada humildade; e pela noite, quando os rebanhos vagarosos seguiam para os currais, êsse cantinho rústico tinha cenas bíblicas de uma graça inocente, pastores ajoelhando ao toque das Trindades para dizer o angelus, risos de ganhões pelas devesas, cantigas que se apagavam nas corcovas dos caminhos, enfim tudo quanto entretece a elegia plangente do morrer do sol. Êsse dia casava-se o Carlinhos com a prima Dora, e as duas casas fortes do distrito, tantos anos separadas por ódios, iam enfim restaurar-se na boa cordialidade, por êsse laço dos primogênitos.»

A história da região alentejana é tão imensa que sua paisagem está tôda assinalada de marcos inesquecíveis.

Tome-se um período que seja das «Primeiras conquistas do Alentejo», na lição de Damião Perez, na sua *História de Portugal* (107) e veja-se o quanto tem de lances heróicos os capítulos da crônica do Alentejo :

«Grandes foram as perspectivas que a conquista de Santarém e de Lisboa desdobrou ante os portugueses, quanto ao avanço do seu domínio. Como reflexo imediato, tôda a região circumjacente, ao norte e ao sul do Tejo, caiu logo em seu poder: entregou-se-lhes Sintra ; e, mais além, o castelo de Palmela, abandonado pela sua guarnição muçulmana, foi também por êles ocupado. Ponto estratégico importante como parapecito avançado das posições firmadas no vale do Tejo, Palmela era-o igualmente por abrir às flechas de invasão o vale do Sado. Assim, Alcácer do Sal aparecia, agora, como o primeiro objetivo do prosseguimento da reconquista.

Afonso Henriques tentou logo no ano seguinte ao da tomada de Lisboa e expugnação dessa praça, cabeça do vale do Sado, e cuja posse, como atalaia da peneplanície norte-alentejana facilitaria a Évora. Planeando um ataque súbito, processo que tão bom resultado dera em Santarém, aproximou-se de Alcácer do Sal com o necessário sigilo, acompanhado apenas duns sessenta guerreiros. Muito naturalmente, porém, a queda de Lisboa tornara vigilantes os mulçumanos; a pequena hoste foi surpreendida e repelida, ficando ferido o próprio rei.»

Nome de Pôrto Alegre — Teria a herança alentejana dos açorianos influído na repetição do nome de Pôrto Alegre para a

escolha e batismo de uma cidade no Rio Grande do Sul, na América Portuguesa?

É uma hipótese discutível, bem o sabemos. Mas aqui fica a sugestão.

Considere-se que o primitivo Pôrto de Viamão passara a chamar-se Pôrto de Dorneles, em consequência das terras onde se achava o pôrto pertencerem a Jerônimo de Ornelas, que as recebera numa «sesmaria» ou campo de criação de gado.

O escoamento, as comunicações e as ligações que foram se estabelecendo entre os que desciam de Laguna, pelo litoral ou pela encosta da serra, e o resto do Rio Grande, saindo pelos campos de Viamão, era o estuário do Guaíba, que, por via fluvial, os levaria mais tarde ao coração do território.

Mesmo os que subiam da barra do Rio Grande, portanto em direção oposta à anterior, não só pelo litoral ou lagoa dos Patos, iriam dar no Guaíba.

O Pôrto de Viamão foi uma etapa geograficamente natural na evolução da conquista territorial.

O Pôrto de Dorneles em seguida, transforma-se em fazenda de gado, desta forma em área nitidamente de propriedade particular, continuou desempenhando seu papel : escoadouro de vastíssima zona.

Colocados na estância de Jerônimo de Ornelas, os primeiros 60 casais açorianos, o Pôrto de Viamão ou Pôrto do Dorneles, mudou logo de nome para Pôrto dos Casais, para ser mais exato, em Pôrto de São Francisco dos Casais, «em homenagem aos primeiros povoadores brancos celebrando-se os atos religiosos inaugurais no dia 3 de dezembro de 1747, dia consagrado pelo catolicismo em seu calendário à comemoração do dito santo — o apóstolo glorioso das Índias», conforme a lição de Augusto Pôrto Alegre, no seu livro de grande valor *A fundação de Pôrto Alegre* (108).

O ilustre professor A. G. Lima, na sua prestimosa *Cronologia da História Rio-Grandense* diz que «desde 1772 que a Capela Grande de Viamão deixara de ser a sede do governo do Rio Grande» (a primeira capital fôra a vila do Rio Grande que, tomada pelos espanhóis, obrigou os portugueses a transferirem-se, escolhendo, então, Viamão, que fica, assim, sendo a segunda capital). «Esta passara (a sede) para a Capela de S. Francisco do Pôrto dos Casais, que tomou o nome de Pôrto Alegre (18 de janeiro de 1773), sob a invocação de Nossa Senhora da Madre de Deus; também José Marcelino, que operara esta mudança, mas cujo governo se tornara despótico, fôra substituído.» (109)

José Marcelino transforma o Pôrto dos Casais em capital e muda-lhe o nome para Pôrto Alegre.

Foi êle um dos mais notáveis governadores do Rio Grande colonial, e cuja biografia espera um romancista, tendo-a esboçada o brilhante escritor Darcy Azambuja (110).

Era José Marcelino lisboeta e o Pôrto Alegre da América diferenciava-se logo do outro seu homônimo do alentejo em Portugal, visto separar-se no nôvo as duas palavras Pôrto e Alegre, com um traço, ao passo que, na mãe pátria, escreve-se junto : Portoalegre.

Sant'Ana de Pôrto Alegre é o nome do primeiro povoado fundado pelos colonizadores, por volta de 1450, na Ilha Terceira, quando Jácome de Bruges, fidalgo flamengo, instalou-se ali.

E Morro de Sant'Ana, nas proximidades de Viamão, no Rio Grande do Sul?

Morro Grande de Sant'Ana ou apenas Morro de Sant'Ana, na sesmaria que em 1746 havia sido doada ao Padre José dos Reis e que êste vendera ao Sargento-Mor de Ordenanças Domingos Gomes Ribeiro.

Alexandre Montanha fez as demarcações dos lotes para os açorianos, foi criada a Freguesia de Sant'Ana do Morro, e 60 casais povoaram a região.

Logo depois tem lugar, nas proximidades, a fundação do «Pôrto dos Casais» (1752), casais dos Açores, no antigo «Pôrto de Viamão» e em seguida «Pôrto do Dorneles», nome do proprietário da sesmaria onde estava o pôrto, Jerônimo de Ornelas ou Dorneles.

De Pôrto dos Casais passou em 1773 a chamar-se «Pôrto Alegre», conforme decisão do Governador José Marcelino de Figueiredo, que teve a idéia de estabelecer a capital da Capitania no Pôrto dos Casais, cujo nome êle transforma para Pôrto Alegre. A capital tinha sido a vila do Rio Grande, ocupado pelos espanhóis. José Marcelino é alentejano. Será evocação da Portoalegre européia?

A repetição do nome de Pôrto Alegre na América Portuguesa, no Rio Grande do Sul, desafia os pesquisadores. É uma lembrança açoriana da Ilha Terceira? A fusão do nome de Sant'Ana e Pôrto Alegre, nos Açores, teria inspirado os colonizadores ilhéus do Rio Grande do Sul, que aqui separariam os dois nomes?

Entretanto, persistimos na coincidência do fato. Pôrto Alegre, uma lembrança alentejana que José Marcelino de Figueiredo talvez tenha se inspirado em remotas heranças açorianas.

Portoalegre alentejano possui uma história viva, interessante e curiosa resumida por José Augusto Corrêa em *Cidades de Portugal* (111):

A primitiva origem desta povoação perde-se nos domínios da fábula. É assim que a tradição atribui a sua fundação a Lysias, companheiro de Baccho, 1300 anos antes de Cristo. Nos seus Diálogos, Fr. Amador Arraes, 3.º bispo de Portoalegre, escreve que foi construída com os materiais da cidade de Medobriga, que por sua vez fôra edificada por Brigo, 4.º rei de Espanha, 1900 anos antes da era cristã. Outros escritores afirmam que foi fundada em honra do deus Baccho, mas pelos romanos, e citam o fato de dar-se ainda o nome de ribeiro de Baccho a um arroio que corre junto da ermida de S. Cristovão. O que parece averiguado é que já neste local existia um município, nos princípios do império romano, segundo se depreende da seguinte inscrição traduzida de um cipó encontrado nos alicerces da ermida do Espírito Santo :

«O município de Ammaia erigiu esta memória ao imperador Cesar Lúcio Aurélio Vero Augusto, filho de Antônio, pontífice máximo, cônsul duas vêzes, tribuno da plebe e pai da pátria.

Não há notícia alguma histórica desta povoação, até o XIII século do cristianismo.

Supõe-se que o município romano fôsse arrasado pelos bárbaros do Norte, no V século, não deixando nada para destruir aos árabes, que vieram três séculos depois. A história lúcida e incontestável de Portalegre começa em 1259, ano em que el-rei D. Afonso III, mandou reconstruir o povoado, aproveitando um insignificante núcleo constituído por uns casebres e uma venda, a que chamavam Portêlo. Tanto no foral que lhe deu o monarca como nos documentos juridicos da época, a localidade em questão é designada pelo nome de Portus Alacer, Pôrto Alegre. Explicam alguns antiquários que a etimologia dêste título provem de Portêlo, afirmando outros que é de Pôrto, nome de um lugar nas proximidades, e Alecer, isto é, alegre, que é a povoação, circundada de pujantes e ridentes arrabaldes. A nascente vila foi quase arrasada pelos árabes, em constante luta com os paladinos da cruz, até que D. Diniz, em 1290, deu-lhe nôvo impulso cercand-a de um forte castelo com doze tôrres e oito portas.

Nove anos depois, no pleito sustentado pelo Infante Dom Afonso, irmão daquele rei, contra êle, julgando-se com direito à coroa, Portalegre, que era do senhorio de D. Afonso, tomou o seu partido. D. Diniz cercou o castelo, que construira de maio a outubro de 1299, entrando-o afinal e decretando que a vila fôsse para sempre incorporada aos domínios da coroa. D. Manoel deu nôvo foral a Portoalegre, em 29 de março de 1511. Êste monarca tentou dar o senhorio desta vila a D. Diogo da Silva de Menezes, ao que opuseram os habitantes e com tal energia que o

poderoso rei, depois de longa luta, resolveu a questão elevando Portoalegre a condado e dando o título de conde ao seu protegido, bem com a alcaidaria-mor.

O papa Leão, X, nomeou cardeal o bispo da Guarda, em 1516, a D. Afonso, filho d'el-rei D. Manoel, porém êste monarca, como o referido bispado fôsse pouco rendoso, constrangeu Dom Jorge de Mello, abade de Alcobaça, a trocar o lugar com o infante. Despeitado e durante 30 anos que foi bispo da Guarda, Dom Jorge nunca visitou esta cidade, residindo sempre em Portoalegre, dando como desculpa que não iria a uma cidade onde se assassinavam os bispos, fato que se dera com o prelado egitanense D. Alvaro de Chaves. A resolução do prelado fez com que, à sua morte, D. João III, impetrasse do pontífice Paulo III a criação do bispado de Portoalegre, fundando-se em que um só bispo era insuficiente para tão extensa diocese, como era então a da Guarda. A bula papal foi expedida a 18 de agosto de 1549 e confirmada por outra do pontífice Julio III, em 2 de abril de 1550, por se terem suscitado algumas dúvidas sôbre a execução da primeira bula. Ao mesmo tempo que elevou Portoalegre a sede de bispado, D. João III conferiu-lhe a categoria e os privilégios de cidade. No reinado de D. Pedro II, e por ocasião da guerra da secessão da Espanha, um exército espanhol sitiou e tomou Portoalegre, de onde pouco tempo depois foi rechaçado. O primeiro bispo desta cidade foi D. Julião d'Alva, espanhol, que viera para Portugal no séquito da rainha D. Catarina, filha de Felipe I de Castela.

Foi alcaide-mor de Portoalegre, de 1798 a 1805, o célebre Diogo Ignácio de Pina Manique. Entre os filhos ilustres desta cidade conta-se a grande atriz Emilia Adelaide Pimentel. Outra extraordinária artista dramática, Emilia das Neves, deu o seu nome ao teatro inaugurado em 20 de abril de 1876, com a sua presença e cooperação.»

Flamengos

a) *Histórico.* «Aos portugueses alguns estrangeiros se juntaram sobretudo flamengos» na colonização do arquipélago, diz Luiz da Silva Ribeiro (112), em seu interessante estudo *Formação Histórica do Povo dos Açores*, que, noutra passagem, logo em seguida, acrescenta que «havia então em Portugal gente da Flandres fugida ao mal-estar que as desordens e a guerra tinham criado no seu país, onde outros pensavam em emigrar.»

O A. toma nessa parte a lição de José Leite de Vasconcelos (113), que cita começando por Jácome de Bruges que, segundo o Pe. Cordeiro, foi para a Ilha Terceira com alguns flamengos com o que não concorda Ferreira Serpa.

Também há dúvidas quanto a Jácome de Bruges que uns afirmam ter sido capitão dos donatários e outros negam, entretanto é fora de dúvida que foi, pelo menos, chefe de grupo.

Há menção de um Diogo Flamengo, e que na Ilha Terceira existiu um Fernão Dulmo com 30 flamengos, estabelecendo-se no lugar das Quatro Ribeiras onde existe ainda atualmente o lugar chamado «Ribeira dos Flamengos».

b) *Ilha do Faia* é que recebeu o contingente maior de flamengos, como se pode ver na origem dos nomes que depois passaram para o português :

- Utra ou Dutra (Hurtere)
- Terra (van Aard ou Aetrijekc)
- Brum (Bruyn)
- Gulart ou Goulart (Govaert)
- Grotas (Groot)
- Bulcão (Bulscan ou Bulscamp)
- Armão (Alemão, Herman)
- Rosa (Rosse)
- Paim (Payn)
- Goulart Luis (filho de Govaert)
- Arrequin (Arrichin ou Arriquin)
- Silveira (van der Haeghen)
- Mun (Munn)

Escreve Luiz da Silva Ribeiro, que o estamos lendo: «dos flamengos alguns como Hurtere, van der Haeghen, Govaert eram gente distinta de Flandres (como se observa principalmente (114) na *História Reunida dos Países Baixos*, de Leclerc, outros artífices e outros ainda degredados.»

São enumerados já, em 1514, vários flamengos, no Faial: Diogo Ana, Ambrósio Rope, João Brendo, Gil Bacar, Cotim Macham, Cotim do Poço, João Palmier, Anrique Vayesca, Utra del Rio.

Também não estão de acôrdo quanto ao número de flamengos que Van der Haeghen trouxe, pois se fôssem 2.000, como se declara, não poderia ter-se transportado do Faial para a Terceira, para as Flores e S. Jorge, sem o registro dos historiadores.

Julio Mess, na sua *História do descobrimento das Ilhas dos Açores e sua denominação de Ilhas de Flandres* é uma autoridade sobre a matéria e não admite que seja verdadeiro aquêlê número diante do silêncio dos cronistas flamengos da época para quem não podia passar desapercibido o fato (115).

«Valentim Fernandes Alemão fala apenas em 15 artífices e diz que a língua flamenga já não era falada no Faial em 1507,

ano em que escreveu sobre os Açores. Matias de Bahaim em 1490, limita-se a dizer que havia naquela ilha muitos milhares de alemães e flamengos, mas Jerônimo Munzer calcula a população do Faial pelo mesmo tempo em 1500 almas. Segundo Mess, que tão minuciosamente estudou o assunto, a imigração flamenga foi inteiramente absorvida pelo jorro da imigração portuguesa e os flamengos perderam o seu caráter nacional que só uma imigração sucessiva e familiar teria conseguido salvar. Assim se explica que tenham deixado traços de sua passagem apenas na toponímia e na antroponímia. Segundo crê Ferreira de Serpa, os nomes de São Tiago, dado a diversas localidades e ilhas, de São Salvador, orago de algumas igrejas, tem origem na devoção dos flamengos. Nos costumes nada ficou que possa licitamente atribuir-se-lhes. O manto terceirense e o capote do Faial, Pico, São Miguel e Santa Maria tem semelhança com alguns trajes populares da Flandres, mas tem-na também com antigos trajes portugueses. A festa de São Marcos que realiza no Pico e Faial, atribuiu o Coronel Francisco Afonso Chaves origem flamenga, identificando-a com a festa de Saint Eternon ou Saint'Arrould, que se celebra em França e que é a comemoração do Santo protetor dos maridos atraíçoados», explica Luiz Ribeiro da Silva, que conclui, mais adiante: «não há na festa açoriana de São Marcos cousa alguma que leve a atribuir-lhe origem flamenga. Tudo nela pode ter origem portuguesa.»

Amparou-se, principalmente, em Leite de Vasconcelos para dizer que a festa de S. Marcos não é flamenga (116).

Luiz da Silva Ribeiro, de quem é o trecho acima, termina seus esplêndidos comentários sobre a influência flamenga nos Açores afirmando: «o que dos flamengos ficou no tipo atual açoriano, só o estudo antropológico o poderá dizer, mas esse estudo ainda infelizmente não foi feito.»

c) *Van der Haeghen* — «Mudos são os arquivos de Flandres acerca deste colono flamengo e as únicas fontes, em Portugal, que conhecemos, falando d'ele, são Gaspar Frutuoso (século XVI) e a justificação de nobreza de Antônio da Silveira Pereira filho de Tristão Martins Pereira e de Ana da Silveira, filha de Willelm Van der Haeghen», escreve Antônio Ferreira de Serpa, no seu estudo: «O misterioso e lendário Willelm van der Haeghen (Guilherme da Silveira), tronco dos Silveiras açorianos, com descendentes no Brasil.» (117)

O primeiro problema a enfrentar é a genealogia dos Silveiras açorianos onde se encontram o 1.º Presidente da República de Portugal (Manoel de Arriaga), Príncipe Russo (Alexandre Miescherky), bispos de Goa, Par do Reino, Professores de Coimbra, ministros, diplomatas, políticos, etc.

A verdade é que a linhagem se apresenta enormíssima e precisa ser estudada com a maior atenção.

As numerosas personagens que podem ser alinhadas numa relação, e que Serpa realmente faz, da qual apenas nos referimos a dois nomes, descendem de João da Silveira casado com Catarina de Brum.

João da Silveira é filho de Josse van Aard (José da Terra) e de sua mulher Margarida da Silveira, filha de Willelm van der Haeghen e de Margarida Sabuya, Sabina, Sabuya, Sabino, Sabio ou Cabreia.

Catarina de Brum é filha de Willem van Bruyn (Guilherme de Brum, tronco dos Bruns), e de Violante Vaz Ferreira, da Casa dos Ferreiras e Drumond, da Ilha da Madeira, à qual pertenceu Ana Bela ou Ana Bila, mulher de Ricardo III, Rei da Escócia.

Também o Pe. Cordeiro na sua *História Luzitana* e Frei Diogo das Chagas, no seu manuscrito do século XVII, *Espelho Cristalino* aludem coisas mais ou menos fantasistas na biografia de van der Haeghen.

Parece que o tema pode ser reduzido a suas devidas proporções :

«A ida de van der Haeghen para a Ilha das Flôres, depois de sua entrevista com dona Maria de Vilhena, seria entre 1475 e 1503 e o fato de se estabelecer nas Quatro Ribeira, Ilha Terceira, explica-se por aí existir uma pequena colônia trazida pelo flamengo Ferrão Duhmo (Ferdinand van Olm ou Olmen) antes de 1484.

Não é provável que van der Haeghen fretasse duas naus ou duas Urças para transportar à sua custa, tanta gente para a donatária de Josse de Hurtere.

Dêste êxodo flamengo não ficaram vestígios nos arquivos de Flandres, como seria natural se tal fato se tivesse dado.

O mais provável é que van der Haeghen e outros flamengos fôsem para a Ilha do Faial a expensas de Isabel, duquesa de Borgonha e Infanta de Portugal, isto para favorecer o seu ex-saquiteiro e o agora donatário Josse de Hurtere, cavalheiro da Casa do Senhor Duque, sobrinho daquela Princesa.

Willelm van der Haeghen usava brasão de armas desconhecido no Ducado de Borgonha. Ser-lhe-ia concedido como mercê nova e não teria sido devidamente registrado?»

Deixou os seguintes filhos e filhas, todos com descendência, até hoje :

Francisco da Silveira, casado com Isabel de Macedo, filha de Josse de Hurtere e de Brites de Macedo.

João da Silveira, casado com Guiomar Borges, de quem descendia o Arcebispo de Goa, Dom Frei Cristovão da Silveira.

Jos, Josse ou Jorge da Silveira, ignora-se se casou e que descendentes teve.

Ana da Silveira, casada com Tristão Martins Pereira, Catarina da Silveira, casada com Jorge Gomes de Avila.

Luzia da Silveira, casada com André Fernandes, tabelião na Vila do Tôpo, ilha de S. Jorge.

Margarida da Silveira com João Pires de Matos.

Interessante notar, como verificou o Pe. Manoel de Azevedo da Cunha, que Willelm van der Haeghen assinava também Guilherme Casmaca. De Kasmach, Kasmak? Um descendente do mesmo chamava-se João «Cosmaca» da Silveira. Será outra corruptela?

O Dr. João Cunha da Silveira, num ensaio intitulado: «Willelm van der Haeghen, Tronco dos Silveiras dos Açores» (118), estuda muito bem a biografia do colonizador flamengo.

Van der Haeghen «por o seu apelido-traduzido, contemporaneamente, ao que parece, para Silveira — depois deturpado em Vandaraga ou Vandraga, ser, hoje ainda, cêrca de 500 anos decorridos, um dos mais apreciados nas ilhas dos Açores que aliás, em afirmação de Rei — foram povoados desde os seus princípios por pessoas de muita nobreza, conforme palavras do Rei D. José em carta a D. Antão de Almada, Governador e Capitão-General dos Açores.

As origens não estão muito claras porque tudo que diz respeito a Van der Haeghen não é muito concreto.

O dado mais antigo é 1578, na Chancelaria de D. Sebastião. Trata-se da habilitação de um neto paterno do povoador, Antão da Silveira Pereira, habilitação que determinou uma sentença de caráter genealógico.

O tema de nobreza muito discutido. Descenderia dos «tenanciers de fiefs», detentores de feudos de St. Pierre, em Gand? Há possuidores de domínios senhoriais em várias partes da Flandres com o nome de Van der Haeghen, como o tem do mesmo apelido no Govêrno de Maestricht na magistratura de Lenculen, outras com feudo em Berlaere, na Flandres Oriental.

O lugar exato do nascimento de Van der Haeghen que colonizou os Açores tem sido também motivo de controvérsias. Será mesmo Bruges?

Nos arquivos flamengos não foi possível encontrar nem sequer o nome de Willelm van der Haeghen. Existem muitos com idêntico sobrenome entretanto não se obteve estabelecer a conexão necessária. Será êle de Clèves ou de Maestricht?

As razões de sua vinda aos Açores? O exemplo dos compatriotas chamado do donatário, influência do Conde de Flandres casado com Princesa Portuguesa, ambição de explorar minas de prata que se dizia existirem no arquipélago, desejo apenas de aventura, ou por causa das guerras européias? Não se podem responder ainda essas perguntas.

Por que terras do arquipélago peregrinou? Ia para a Ilha do Faial. Deixou e foi para S. Jorge, em seguida, passou para a Terceira, voltou a Flandres e regressou para S. Jorge «e aí viveu até o fim da sua vida.»

Como veio, quem trouxe e como viveu, esboço de um perfil, a morte, a descendência, as armas, etc. são assuntos que têm desafiado a argúcia dos investigadores.

d) *Josse de Hurtere*. O apelido Dutra ou Utra, difundido nos açores ocidentais, em primeiro lugar, e depois no Brasil é corruptela de flamengo Hurtere, diz Antônio Ferreira de Serpa, no seu estudo — *O apelido Utra ou Dutra* (119).

Josse de Hurtere, ou Joz Dutra ou de Utra, com figura nos crónistas antigos, foi o primeiro donatário da Ilha do Faial e segundo do Pico.

Pessoa nobre de Flandres saquiteiro ou paradeiro da Duquesa Isabel de Borgonha, Infante de Portugal, mulher de Felipe III, o Bom.

A carta de Donatário lhe foi passada, em Tomar, a 21 de fevereiro de 1864, por D. Fernando, herdeiro do Infante D. Henrique no mestrado da Ordem de Cristo, carta descoberta pelo escritor Antônio Ferreira de Serpa.

Conseguiu assim retificar o que Martin Behaim, genro de José de Hurtera, escreveu no célebre globo de Nuremberg a respeito da capitania.

Sairam com José de Hurtera diversos parentes, entre êles um primo, Antônio de Hurtera e de uma irmã, Josina, Jusefina ou Jorgina de Utra que casou com Nuno Fernandes, da Ilha da Madeira.

Josse de Hurtera foi cavalheiro da casa do senhor Duque D. Manoel futuro Rei de Portugal.

Casou com D. Brites de Alacedo, servindo a Dona Beatriz, mãe de D. Manoel.

Os Hurteres eram fidalgos, tinham brasão e Josse deixou numerosa descendência.

Joana de Macedo, sua filha, casou com Martim Behaim, Martinho da Boemia, celebre cosmógrafo alemão de Nuremberg, de quem houve um ou dois filhos, cujo rastro se perdeu.

No século XVIII existiu no norte do Brasil um Wenceslau de Bohemia Sampaio.

Seria um rebento do filho do cosmógrafo ?

Pelo filho Nuno, procedem quase todos os habitantes da populosa Ilha de S. Miguel, em especial os de apelido Botelho.

Pela filha Isabel, vemos os Menezes, Lemos e Carvalhos, da Ilha Terceira e os Cunha Brum, Barões de Roches, da Ilha do Faial.

O filho primogênito e 2.º Donatário da Ilha do Faial e 3.º da do Pico, também chamado Josse de Hurtera e que assinava Jos de Utere (pelos menos assinou assim um Alvará), casou com Isabel Côrte Real, a irmã mais nova dos navegadores Gaspar e Miguel Côrte Real, com descendência legítima hoje extinta.

Mas, de um filho natural, chamado Jorge de Macedo, descendem os Macedos da Ilha do Faial, Pico e Terceira.

O nome da atual cidade de Horta deriva de «Hurtere.»

O donatário dera o seu apelido à vila que fundara para capital da sua donataria «Vila de Hurtere.»

A breve trecho, os flamengos, colonos da Ilha do Faial na sua maioria solteiros, casados com portuguesas e no fim de 30 anos, a língua flamenga deixou de ser falada.

Compreende-se.

O meio social era português, portuguesas as autoridades e a legislação.

«Hurtere» corrompeu-se e passou a «Hurta» e «Horta» ou simplesmente «Orta», porquanto «Hurtere» em flamengo arcaico é «Hurtere.»

Mas «vila» em flamengo é «ort» e ainda, há pouco, os campônios daquela ilha quando iam à cidade ou a ela se referiam diziam que iam ou vinham da «vila», etc.

Nos documentos emanados da Câmara Municipal nos séculos XVI, XVII e XVIII, lê-se sempre «Vila de Orta», ou «Vila Dorta».

Nunca aparece o artigo «a» só quando a Ilha foi ocupada pelos constitucionais ou pedintes, em 1832 principiou a figurar o artigo «a» e então : «Vila da Horta».

Elevada a vila à categoria de cidade, lá ficou o «a» e assim temos «cidade da Horta», quando deverá ser «cidade de Hurtere.»

Era uma homenagem ao primeiro donatário e a retificação de um erro.

Mas quem se importa disso agora ?

Alguma caturra que os podêres públicos não estão dispostos a aturar.

Acrescentarei que os Hurteres eram, em Flandres, homens de armas e nos arquivos flamengos há notícia desta família desde o século XVIII e o fato de Josse Hortere exercer cargo palatino, ter um título de Senhor de Haeghenbroeck, e usar brasão, é a prova provada de sua nobreza, antiga e não recente.

A Duquesa Isabel a quem já me referi auxiliou muito a colonização da Ilha do Faial.

Primeiro obteve do sobrinho, o Rei D. Afonso V, licença de mandar para ali os condenados à pena de morte, comutada em degredo perpétuo e depois, devido a extrema miséria em que Flandres caíra com as guerras de Carlos, o «Temerário», o nôvo Duque seu filho é que se orgulhava de ser português chamando-se a si próprio — «o português», Isabel de Portugal, enviou, à sua custa, os famintos de seu Ducado, para a referida Ilha, dando-lhes alfaías agrícolas e sementes; em troca, exigindo-lhes, apenas, que, por sua intenção, rezassem uma Ave Maria.

Ai por 1494, a ilha do Faial contava uns 1.500 habitantes flamengos e também alemães.

Dêstes nos registos locais, ficou o apelido de um : Mu (Mumm) ?

Ao passo que Faial era assim colonizado, o Pico tão visinho em 1506, não tinha mais de 45 chefes de família ou de fintados !

E há «historiadores» que ousam escrever e publicar que as ilhas foram «rapidissimamente» povoadas pelo Infante D. Henrique !

Vê-se ! O Infante faleceu em 13 de novembro de 1460.

Faial é doado em 1468, Pico em 1482 e é depois da doação que se segue o povoamento. Em 1460 estavam desertas «sete» das nove Ilhas dos Açores.

A inconsciência com que se atira ao público afirmações falsas e ignorantes...

Escritores belgas, por vêzes, defendem uma idéia que não se justifica; que estas ilhas devem pertencer à Bélgica, não só por serem colonizadas por flamengos mas porque foram cedidas por D. Afonso V a sua tia, a Duquesa de Borgonha, que por sua vez as doou ao seu saquiteiro, Josse de Hurtere.

A publicação por mim feita dos documentos que encontrei, isto é, as doações do Faial e Pico a Josse de Hurtere, respectivamente em 1468 e 1482, mostram a inanidade de tais assertos e o erro de que se fizeram eco os escritores a que me referi.

E como hoje o meu livro sôbre o assunto figura na biblioteca do Rei dos Belgas, na Real Academia de Belas Letras, Ciências e Artes, de Bruxelas, nas Universidades de Gand e de Louvain, e na Real Academia Flamenga de Gand, é de esperar que não mais voltem à carga com tais destemperos.

O caso da colonização Flamenga dos Açores, especialmente da Ilha do Faial, a «Neu Flandern», e de Behaim, está definitivamente explicado e arrumado.

Bastante me custou.

Mas foi uma verdade adquirida para a história e o entêro da primeira classe de «blague» de Behaim.

Que a terra lhe seja pesada, à «nlague», bem entendido.

e) *Wilhelm van Bruyn*. O tronco dos Bruns é Wilhelm van Bruyn que, nos fins do século IV, casou, na cidade de Funchal, com Violante Vaz Ferreira Pimentel, filha de Fernão Pimentel, homem nobre, cuja mulher era filha de Gonçalo Aires Ferreira, companheiro de João Gonçalves Zarco e um dos principais colonos daquela Ilha, casado com uma Drummond, da nobilíssima família escossesa dêste apelido, à qual pertencia a mulher de Roberto III, Rei da Escócia.

Parece que Wilhelm van Bruyn e a mulher passaram a residir nos Açores, pois os seus filhos conhecidos pelos nobiliários — outros teve — Antônio de Brum e Catarina de Brum casaram na ilha do Faial, no século XVI, com neta de Wilhelm van der Haeghen: Antônio de Brum com Bárbara da Silveira, filha de Josse van Aard (José da Terra) e de Margarida da Silveira, filha de Wilhelm van der Haeghen; e Catarina de Brum com João da Silveira, irmão inteiro de Bárbara da Silveira.

Há uma notícia genealógica dos Bruns, ainda inédita, talvez, da autoria de Pedro de Brum da Silveira, que em 14 de maio de 1623 justificou a sua ascendência, na Ilha do Faial, sendo Juiz Manoel de Brum da Silveira e escrivão Matheus Luiz.

Pedro de Brum era bisneto do Wilhelm van Bruyn.

Também Cosme Ferreira de Brum (século XVII) deixou outra notícia genealógica, igualmente manuscrita sôbre a sua família Brum e que é provável que um dia se encontre na Biblioteca Pública de Ponta Delgada, ilha de S. Miguel.

Foi vista pelo falecido Dr. Carlos Maria Gomes Machado, provavelmente em poder de José do Canto, casado com Maria Guilhermina Brum Silveira, senhora da grande casa vincular dos Bruns.

Destas e de outras notícias genealógicas depreende-se que os Bruns crêem que a sua ascendência conhecida remonta a mais de

mil anos, que são originários da Irlanda, conquanto Wilhelm van Bruyn seja flamengo, sem embargo de pertencer aquela linhagem dos Bruns e que usava o apelido Casmaco (Kasmach? Kasmak?) que já se viu ser também o de Wilhelm van der Haeghen, tendo-se êle assinado Guilherme Camasca.

Seriam parentes?

Também dizem que Wilhelm van Bruyn era de Maestrich.

O que é certo serem numerosíssimos ainda hoje na Bélgica e Holanda os van der Haeghen e van Bruyn.

Muito se escreveu, a acertar por falta de documento comprovativo, a respeito do brasão de armas dos Bruns.

Tive a boa fortuna de encontrar o documento oficial de que aquêlê consta.

É uma pesquisa muito original do historiador Antônio Ferreira de Serpa «O apelido Brum» (120).

O final do interessante artigo «Eis o brasão dos Bruns, autêntico, oficial, o único verdadeiro, passado por quem para isso tinha competência, o Rei de Armas, em nome de D. José I, em 23 de maio de 1760 e registrado no livro 2.º, fôlhas 45, do Cartório da Nobreza.»

Em campo de prata, uma faixa vermelha, carregada de três flôres de liz de ouro, e, no campo alto, três perdizes de sua côr.

Estas armas existem no solar do Brum, na cidade da Horta, hoje propriedade dos filhos de Antônio do Canto Brum encimado por um elmo fechado, sendo o timbre uma pata do escudo, dos que substituíram as três perdizes por três patas!

As mesmas armas estão cercadas por escudetes com as do Silveiras, Frias, Taveiras ou Montóias ou Montoás, Carreiros e Pôrras, famílias com os Bruns se aliaram.

É de notar que, talvez por engano ou imperícia do canteiro, o elmo aparece fechado e, tanto no campo do escudo como no timbre, as aves que ali poisam esculpidas tem mais a figura de patas, que de perdizes e, por certo, desta circunstância, se originou que se publicasse tantas vezes que eram patas... as perdizes.

Mas o documento final, que achei, diz perdizes e perdizes são e serão doravante...

f) *Govaert ou Goulart* — O apelido Govaert sofreu as transformações para Gularte, Goulartt e Goulard.

A história dos Goulart, nos Açores, remonta ao princípio do século XVIII, como ensina Antônio Ferreira Serpa (121).

«Muito espalhado nos Açores, especialmente nas ilhas do Faial, Pico, S. Jorge e Terceira, foi levado para o Brasil, quando no século XVIII, o govêrno de então fomentou a imigração de casais ilhéus para a América do Sul. E não eram em pequeno número os novos colonos que iam espontâneamente : 1.760 pessoas, ou fôssem 300 casais «que estavam com ânimo de serem mudados para as costas do Brasil». Isto diz em 15 de janeiro de 1723, Antônio Tavares da Rocha, cavalheiro professo na Ordem de Cristo, do Desembargo de Sua Majestade, seu desembargador da Relação do Pôrto e Provedor da Fazenda Real dos Açores, que se dirigiu por carta a Antônio da Cunha e Silveira, também cavalheiro professo da Ordem de Cristo, Capitão-mor da Ilha do Faial e Intendente da Ilha do Pico, etc., em 13 de novembro de 1722, à qual êste respondeu em 8 de janeiro de 1823.

Esta demora da resposta «novembro a janeiro» explica-se pela raridade de comunicações marítimas das ilhas entre si, e ainda mais com a metrópole.

João Machado Goulart, natural da ilha do Pico «foi quem veio da Côrte (Lisboa), com ordem de sua Majestade para se alistarem nestas ilhas todos os casais que quisessem espontâneamente passar as partes de nova colônia.»

Examinando o problema da colonização, o mesmo autor procura situá-los no tempo, demonstrando que os casais açorianos foram povoar o Brasil, antes da iniciativa de Pombal nesse sentido.

«Por isso se vê que anda muito longe da verdade os pseudo historiadores que afirmam não ter a administração portuguesa no século XVIII e antes do Marquês de Pombal, qualquer iniciativa, ser apática, desprezando interêsses nacionais e não se importar com as colônias.

Não sei se nesta leva de casais iria Antônio da Silveira Gaulart, natural da ilha do Faial, filho de Manoel da Silveira Lôbo? e de Joana da Cruz, casado em S. Paulo, em 1733 com Maria Leite da Silveira, de quem teve (10) filhos, falecido em Parnaíba em 1771.

Maria Leite da Silveira era, por sua mãe — Antônia Leme do Prado — descendente de nobre família Leme, da Madeira, família que teve por tronco, na capitania de S. Vicente, Pedro Leme (segundo Pedro Taques) e quem para ali foi nas proximidades de 1550, ou seu pai Antão Leme (segundo Frei Gaspar da Madre de Deus), que, em 1544, era Juiz Ordinário da Vila de S. Vicente.

Em 1734 apareceu outro indivíduo, com apelido açoriano — Francisco Xavier «Ultra» Menezes, sargento-mor do regimento de Infantaria da Ordenança do sertão da capitania da Bahia de Todos os Santos.

Direi como se depara o apelido «Goulart» em terras portuguesas, apelido flamengo, quer queiram quer não queiram.

No seu livro *Saudades da Terra*, Gaspar Frutuoso, quando trata da Ilha do Faial, conforme leitura de Antônio Ferreira Serpa, vê-se a origem do nome Goulart : «... e este Guilherme da Silveira foi o primeiro homem que fez pastel nestas ilhas e o semeou, porque trouxe, quando veio, a semente de Flandres onde se fazia e ainda agora se faz, e entre outros homens que sabiam do negócio do pastel que com elle vieram, foi um que havia de nome Pedro Pasteleiro e seu irmão e outro homem flamengo chamado de Gouarte (Govarte ?) Luiz ao qual Guarte (sic) Luiz Guilherme da Silveira teve em sua casa certos anos, com sua mulher e filhos, porque lhe semeavam a beneficio o pastel.

Este Guarte (sic) Luiz teve na ilha do Faial muitos filhos e filhas...

...por ser Guarte (sic) Luiz tão entendido nos negócios do pastel (como tenho dito), vivendo elle na ilha do Faial, o mandou El-Rei vir a esta de S. Miguel, com encargo de visitar todos os pastéis que nelle se faziam e por sobre rolda dos Lealdadores, com o qual encargo de Lealdador-Mor morreu e viveu por muitos anos na Ilha.

Entre os filhos que teve Guarte (sic) Luiz foi um chamado Sebastião Luiz, o qual, sendo morto o pai, se foi para Lisboa, onde serviu a um homem que El-Rei mandou por seu feitor a Flandres, e depois de estar lá alguns anos, acabando o tempo de sua feitoria, veio a Lisboa dar sua conta, como é costume, em que alcançou El Rei em divida de muita soma de dinheiro, de modo que não tinha com que lha pagar tanta quantidade e andava agastado, dizendo elle que não gastara a fazenda de El Rei nem lhe tomara e que sempre fizera seu officio inteiramente, com muita verdade e não sabia aquêlê erro onde estava: andando assim agastado, sem ver remédio nem se saber determinar, ia à casa dos contos onde dava sua conta e com elle Sebastião Luiz, seu criado que como era moço esperto e de bom juízo, vendo as contas que os contadores tomavam a seu amo disse não ia certas, e se lhe quisesa deixar-lhas fazer com os contadores, esperavam em Deus de os livrar, que nada ficasse devendo porfiando o amo com elle, como podia fazer aquilo, pois elle mesmo e outros lhe podiam dar cabo; como poderia elle dar sendo (sic) todavia lhe deixou fazer as contas com as quais se houve tão bem Sebastião Luiz, e teve tanta habilidade que as veio a acabar sem seu amo ficar devendo cousa alguma a El-Rei com que o amo ficou muito honrado e galardoado com mercês que sua Alteza lhe fez e por El-Rei ver habilidade de Sebastião Luiz lhe deu uma feitoria na cidade de Goa, aonde serviu muitos anos na Índia e depois lhe veio

dar ao Reino suas contas, foram tais e tão boas que o tornou El Rei a mandar à Índia com o cargo de contador-mor, aonde esteve muito tempo, até que lá faleceu muito honrado e rico, deixando sua fazenda a parentes seus a quem, também em vida, fazia bem, por não ser casado.

A. F. Serpa, que estamos citando, mostra a origem flamenga do nome Goulart.

«Este Guarte (sic) Luiz ainda deixou outro filho chamado João da Rosa (Johan de Roos?) que figura como testemunha no testamento da Catarina de Silveira, filha de Josse van Aard (José da Terra) e de Margarida da Silveira, filha de Willelm van der Haeghen.

O apelido Rosa (Roos) vir-lhe-ia da mãe, possivelmente irmã ou da família de outro colono flamengo da ilha do Faial, Pieter de Roos a quem Gaspar Frutuoso chama Pitre Darusa ou Davosa, quem sabe se o Pedro Pasteleiro já citado?

Com certeza, este Pieter de Roos, pasteleiro ou não, é tronco dos numerosíssimos Rosas açorianos.

Que é retintamente flamengo o nome e agora apelido «Gularte», disse-o e vou demonstrá-lo.»

Como se viu Gaspar Frutuoso escreve «Guarte» e «Gouarte» ou «Govarte.»

Ora, por uma lei fonética a de menor dificuldade — na tendência de substituir as aspirativas e as consoantes ásperas por uma líquida e por isso aparece o «l» em Goulart (Guarte, Guvarte).

Disse-me o Sr. Guilliodts van Saveren, o arquivista comunal de Bruges, em carta que guardo, que «Guarte» ou «Gouarte» é corruptela de «Govaert».

Segundo outra versão «Guarte» transformou-se em «Geert» («Gerhud» e «Gerrit») — Geraldo.

O mesmo Dr. Frutuoso, tratando da vida das Lages, da Ilha do Pico, escreveu mais a respeito de Goulartes :

«... vive gente nobre e rica na dita Vila de Nobres apelidos : Madrugas, Lemos, Leaes, Clementes e Gulartes, onde foi capitão de milícias um Pero Tristão Gularte.»

De Guarte ou Gouarte ou Govarte Luiz devem, também, descender os indivíduos do apelido «Luiz».

Assim Guarte, Gouarte ou Govarte — Govaert — gerando nome próprio, passou a apelido, bem como Luiz.

O afrancesamento do nome Goulart procede do Pe. Francisco Vieira Gularte :

«Quem afrancesou o apelido Gularte, fixando-o em «Gulart» foi o padre Francisco Vieira Gularte, que conseguiu-lhe passassem

certidão do assento de batismo para se matricular na Universidade de Coimbra, modificando-lhe o apelido do pai. Manoel Francisco Goularte, natural da Vila da Madalena da Ilha do Pico.

O Padre Vieira «Gularte», transformando em Vieira «Goulart» nasceu na freguesia Maris do Salvador da então Vila de Horta, em 16 de novembro de 1765, matriculou-se no 1.º ano de Filosofia, na classe de obrigado recebeu o grau de bacharel na mesma Faculdade em 1794.

«Este padre deu que falar».

A história ou biografia do padre é das mais interessantes mesmo :

«Muito nôvo, ao sair da Universidade, entrou logo para a Academia das Ciências de Lisboa, na classe de correspondente por influência do abade José Corrêa da Serra.

Nomeado secretário do bispo de S. Paulo, Dom Mateus de Abreu Pereira, partiu para aquela diocese com o seu prelado em 1796 e aí se desaveio com êle, ficando, em compensação, na intimidade do governador e Capitão General Antônio Manoel de Melo e Castro Mendonça, cujo secretário também era para quem escrevia uma interminável «Memória Econômica — Política de S. Paulo.»

O mais que êle fez em S. Paulo e de que o acusa o sucessor de Melo e Castro nesta capitania não é para aqui ser contado.

Que se saiba que a mudança de «Gularte para Goulart» alastrou nas Ilhas.

Quase todos escrevem e até «Goulartt», mas pronunciam Gularte :

Quem não vai com o êrro, quem se afasta e bem de uma moda que não é nada defensável, é o Sr. Marcelino Lima, autor da notável obra, hoje infelizmente esgotada, *Famílias Faialenses*, onde não tem cabimento o Goulart, mas Gularte, que é como deve escrever-se.

Se até assim se pronuncia...

Ê, para deplorar que o «Arquivo dos Açores», uma publicação tão valiosa, publicando documentos antigos entre os quais alguns «assignados» pelo capitão-mor da Ilha do Faial Jorge Gularte Pimentel, século XVII, lhe altere o apelido Gularte e o substitua por Gulart que êle «nunca escreveu.»

A alusão constante a pastel ou pasteleiro é para quem preparava uma torta de «Isatis tintoria», planta de que se extrai uma tinta azul como o anil; mas após a descoberta dêste na América Central deixou de se cultivar nos Açores. É digno de nota que

antes de iniciar-se esta cultura nos Açores, o Infante Don Henrique tivesse reservado para si o respetivo monopólio.

g) *Problema gráfico de antroponímia* — Osório Goulart, numa pesquisa bem feita, retoma o assunto de redação exata do nome Goulart (122).

«É certo que os nomes, sobrenomes, apelidos, como toda a linguagem, obedecem a um fenómeno evolutivo de que se traduziram e fixaram as leis fonéticas. Na verdade, tudo, mais ou menos lentamente, se modifica através dos tempos. Por isso, o apelido «Gularte» veio insensivelmente aparecendo alterado na sua grafia para «Goularte», notando-se assim a problemática evolução do primitivo «Govarte» — Guvarte — Guarte — Gularte — Goulart, sendo a formação das duas últimas grafias desobedientes as regras da evolução fonética.

Seria hoje impossível decorridos cerca de dois séculos, fixar o momento, a data em que, pela primeira vez, surgiu a lume a grafia «Goulart», como igualmente impossível seria determinar qual o momento da transição do nome «Guarte» para o apelido «Gularte», pois são fenómenos que evoluem quase imperceptivelmente.

Mas pelo tempo além, ao inverso do incremento que tomou a grafia «Goulart», foi diminuindo o uso da grafia anterior.

É possível, sem passar de simples presunção, que a transição de Gularte para Goulart fôsse influência por este apelido de perfil gaulês. Houve um Simão Goulart, escritor francês, falecido em 1628, que escreveu além de outras obras, — *Histoire du Portugal depuis l'an 1496 jusqu'au 1578 sous Emmanuel I en vingt livres dont les premiers sont traduits du Latin de Jérôme Osorius et les huit suivants pris Lopez de Castagnede et d'autres historieurs*.

Conclui seu estudo, rebatendo Antônio Ferreira Serpa, com quem não concorda, escrevendo, então, o seguinte sobre a grafia de Goulart.

«Não é rigorosamente legítimo, segundo as regras da fonética, admitir que o nome flamengo «Govaert», depois de passar pelas grafias portuguesas — Govarte — Guvarte — Guarte, se fixassem em — Gularte.

Pelas seguintes razões: O v, que é consoante fricativa doce, por nenhuma das regras conhecidas se transforma em consoante ancipite líquida, como é o L.

A sorte do -v- intervocálico é desaparecer, e daí Guvarte deu Guarte, como «lova» deu «loa», «boves» deu «bois», etc.

Além disso, desde que se obteve em português a grafia «Guarte», nenhuma lei fonética autorizaria a intercalar um -l- entre o

u e o *a*, não só porque o *l* intervocálico em regra cai: «vigilara» deu vigiar, «pela» deu pá, «aquila» deu aguia, «dolor», dor, mas ainda porque hiato *ua* é daqueles que resistem à interposição de qualquer consoante, e até a suprime: nuda deu nua.

Era, portanto, a grafia «Guarte» aquela em que se devia ter fixado êsse apelido, de perfeita harmonia com a índole da nossa língua, como as grafias dos nomes — Duarte, Eduardo Quadros, Gualberto, e Gualdino, etc.

E, assim, demonstrado fica que tanto pode ser disparate escrever Goulart como Gularte. Na evolução dos fonemas antropônimos esta não é mais autorizada do que aquela.

Há quem tenha escrito o apelido «Goulart» com dois tês finais, e imitação do apelido Garret, que o grande poeta português herdou do seu pai e de sua avó paterna, natural de Madrid. E pode ainda aparecer alguém que se julgue com o esquipático direito de escrever aquêlê apelido com três ou mais tês, como um tal Matos, que assinava com dois tês, e a quem suprimiram um tê do apelido, em papéis oficiais, mas êle, cioso do seu nome e da sua firma, por revanche, passou a assinar-se Matttos, com três tês.

De resto, não seria o primeiro nome que viesse a fixar-se em grafias diferentes: — Talavus deu Tavares e Taveira, Martinus deu Martinho e Martins, Eduardus deu Eduardo e Duarte, Redoricus deu Rodrigo e Roderico, etc. Assim Govarte ou Guarte daria abusivamente Gularte e Goulart, embora em épocas diversas, pela regra fonética que duma mesma palavra não se derivam duas outras diferentes na mesma época e na mesma localidade.

A introdução de um *-l-* no apelido de quem vimos tratando, no caso problemático dêle se derivar de Govarte ou Guvarte, só poderá explicar-se por um abuso, pois, como disse o erudito filólogo Leite de Vasconcelos, «na vida da linguagem não raro um abuso se torna lei.»

É de notar que o *Diário do Govêrno*, que mudou os antropônimos Emigdio em Emídio, Ignacio em Inácio, Victor em Vitor, nunca mudou Goulart em Gularte.

Um exemplo frisante: — O apelido «Betancor» usado antigamente, veio a fixar-se, também afrancesado, em Bettencourt.

Ninguém se lembrou ainda de dizer que está errado e é um disparate, e reclamar contra a grafia, baseando a reclamação em que os capitães-mores doutro tempo escreviam Betencor.

Por conseqüência, as duas grafias Gularte e Goulart podem existir a par, sem primazias, apesar daquela ser pouca usada e esta geralmente adotada, até na fôlha oficial.

Muitos outros argumentos poderiam ser aduzidos para corroborar esta sucinta exposição que, na sua simplicidade, assenta em princípios estabelecidos nas leis criadas pela história da linguagem.

Finalmente, nas ilhas dos Açores e em outras partes, através do século, tem sido usados, pacífica e livremente, os apelidos Gularte e Goulart — com o mesmo direito com que se usam — Utra e Dutra, Afonseca, Lacerda e La Cerda, São Paulo e Sampaio, Manuel e Elmano, Rabelo, Rodrigo e Roderico, etc.

E com isso pomos ponto final à resolução do problema gráfico, em que alguém pretendeu, com razões improcedentes, qualificar de errada a grafia Goulart e de certa, e única verdadeira, a usada anteriormente.»

h) O *Nome Horta* — Antônio Ferreira Serpa, noutro estudo — «O nome Horta, dado à cidade assim chamada» (123), aprecia o fato pelo qual o 1.º donatário de Faial viria designar a localidade :

«O 1.º donatário de Faial foi o flamengo Josse van Hurtere, saquiteiro ou panadeiro (panatier) de Isabel, Duquesa de Borgonha e Infanta de Portugal, mulher de Felipe III, o «Bom», Duque de Borgonha.

Foi nomeado em 21 de fevereiro de 1468 pelo Infante Dom Fernando, então mestre da Ordem de Cristo, sobrinho, filho adotivo, herdeiro e sucessor do Infante Dom Henrique.

O nome «Josse» (José) e o apelido «Hurtere» corromperam-se «logo», como se vê naquele documento de 1468 «Josse» para «Jos» e «Hurtere» para Utra e Dutra!

É muito natural que à principal povoação, a vila, o donatário desse seu nome. Mas quando? E quando foi vila?

Sabe-se que «Hurtere» em flamengo arcaico é «Hortere». O que é certo é aparecer em 1532, êsse documento judicial, a designação Vila «Dorta.»

Lischoten, no mesmo século XVI, escreve «Dorta», e Dom Francisco Mascarenhas, então donatário das Ilhas Faial e Pico, no fim daquele século, foi agraciado com o título de Conde de «Vila Dorta».

Nos documentos públicos e, em especial, nos emanados da Câmara Municipal, nos séculos XVI, XVII e XVIII, lê-se «sempre»: «Vila Dorta» e «de» Orta e finalmente «de» Horta.

O artigo «a» brilha «sempre», pela sua ausência. Logo «Horta» deriva do nome do donatário flamengo Hurtere (ou Hortere) — Hurta ou Horta — Orta-Horta.

A flamenguice da ilha do Faial remonta além de 1468.

Já em 1466 ali existiam flamengos, di-lo Valentim de Morávia.

Eram condenados à morte, em Flandres, e que a Duquesa Infante conseguira fazer-lhes comutar a pena em degrêdo para o Faial, concessão obtida do sobrinho, o Rei Dom Afonso V.»

i) *Nova Flandria Occidentalis* — É interessante acompanhar, na literatura açoriana, como se examina a contribuição flamenga na história e geografia das Ilhas, como no caso de Hurtere, que leva à discussão do assunto.

«Josse de Hurtere em 1466 encontrou êsses colonos e da pior espécie. Até o quiseram matar. Mas, «com boa indústria», via-se livre dêles, salvou a pele e pôde vir a Portugal.

E qual seria êsse «boa indústria», o «truc» de que fala Morávia?

Mistério que provavelmente nunca se desvendará. Por causa desta colonização os Açores foram chamados Ilhas «Flandricas» ou «Flamenga». No Faial há a Ribeira dos «Flamengos», a paróquia dos «Flamengos», a Ponta da «Espalamaca» (Speldenmaker — fabricante de alfinetes).

Outra reminiscência flamenga é o orago da Matriz, — São Salvador, — o mesmo de Bruges de onde eram Hurtere e os colonos que êle trouxe.

Martin Behaim, o famoso cosmógrafo de Nuremberg, autor do célebre globo que tem o nome daquela imperial cidade, e genro de Josse de Hurtere, denomina a Ilha do Faial «Nova Flandria Occidentalis» e «Neu Flandern.»

Lá residiu uns 17 anos e lá lhe nasceram dois filhos como afirma Gaspar Fructuoso nas «Saudades da Terra.»

Só se documenta a existência de um que assinava — Martin de Behaim.

Apesar de nobre pelo lado paterno e materno, aristocratizava-se mais precedendo o velho apelido (Behaim) da partícula «de».

Não era para democratismos o neto português do Sr. de Haeghenbroec. Josse de Hurtere, cavaleiro da Casa do Senhor Duque de Beja, Dom Manuel, 1º donatário da Ilha do Faial e 2.º da do Pico, e fidalgo de cota de armas.»

j) *Influências Flamengas em São Jorge*. O escritor João Cunha da Silveira, em estudo que já citamos, dedica especial atenção as influências flamengas em São Jorge. A transcrição é um pouco longa mas na coleta de material a que estamos procedendo, parece-nos necessário tal procedimento.

«Notam-se, ainda, na toponímia jorgiense influências do povoamento por parte de Willelm van der Haeghen e dos que com

êle vieram. Assim, existe na Ilha, no Canal do Norte, um pôrto denominado «Silveirinha», onde é tradição ter o Flamengo desembarcado.

Também, é conhecido por «Silveira» um povoado que faz parte da freguesia da Ribeira Sêca daquela Ilha.

A designação de Topo, ponta oriental de São Jorge, onde os flamengos se estabeleceram, vem do flamengo. «Top» — «Hooger eind» — que significa fim, extremidade.

Desde 1948, por sugestão nossa, uma rua da Vila das Velas, tem o seu nome.

O conhecido queijo de São Jorge parece trazer a sua origem de alguns daqueles «oficiais mecânicos de todos os ofícios» que acompanharam Willelm Van der Haeghen. Com efeito, era opinião dum professor de uma escola de laticínios da Holanda, que visitou os Açores no último quartel do século XIX, que êsse queijo era «um tipo antigo, histórico, verdadeiramente arcaico, mas legítimo, de queijo dos Países Baixos.»

No tipo rático de certas freguesias da ilha de São Jorge, onde os primeiros povoadores e os seus descendentes mais se fixaram, a Ribeira Sêca e os Nortes, por exemplo, é nítida a influência flamenga.

O Dr. José de Lacerda, de quem já falamos, dá sôbre a matéria esta descrição sugestiva : «...numerosas raparigas de São Jorge reeditam bem o tipo das belas mulheres de Bruxelas e de Anvers (não estive em Bruges nem em Gand), altas, esbeltas, fisionomia mais viva do que a das holandesas, cabelos de um loiro brilhante e quente (como só Rubens os pintava), olhos azuis ou garços ou dum castanho muito claro, pálpebras um pouco papudas...»

E na própria índole dos habitantes, a um tempo calma e empreendedora, dentro e principalmente fora das ilhas, os traços se mantêm.

Para mostrar a continuidade da memória de Guilherme da Silveira, se transcreve a descrição duma procissão realizada por altura da mudança do Santíssimo Sacramento para a Igreja do Colégio, em Angra, na Ilha Terceira, em 17 de julho de 1652, e respeitante à figuração da Ilha de São Jorge.

Diz Maldonado : «Seguia-se São Jorge com borzequins, calção e samarra, tudo de diversas côres, como dando a entender que foram diversos seus primeiros cultores e por ser ilha tão áspera, necessitava de botas e borzequins; levava chapéu de várias e diversas plumas com jactância de quem tinha parentesco com as principais famílias da Terceira, diversificadas nos nomes e ape-

lidos. Era sua insígnia uma silva, confessando nela que fôra seu primeiro povoador Silveira.

Costumes flamengos, dos tempos do povoamento da ilha, é de admitir que hajam influenciado certas usanças das festas, tão tradicionais, do Espírito Santo, como sucedeu, possivelmente, com as de São Marcos.

Em especial os «foliões» e os «cavaleiros» que, paralelamente às festividades propriamente religiosas, animam os atos, lançando o «bando», cantando, dançando e lendo versos alusivos, em visitas aos conhecidos e pessoas importantes da terra.

E não apenas nos usos, mas, até na arcaica e curiosa indumentária.

Grande parte do que de São Jorge fica dito se poderia ampliar a outras terras dos Açores, onde passaram ou se fixaram flamengos, se bem que naquela ilha sejam mais acentuados os vestígios.

Não deve ser esquecido que, em recuados tempos, os Açores foram designados por «*Insulae Flandricae*», o que não impediu, porém, que sempre fôssem e continuem a ser terras bem portuguesas.»

k) *Descendência Flamenga* — Na América do Sul, provenientes da colonização açoriana, encontra-se gente de descendência flamenga, conforme a lição dos historiadores, como Antônio Ferreira Serpa :

«Muitos riograndenses e até uruguaios descendem d'esses casais de açorianos transportados à América do Sul no tempo de Dom João V.

Uma erupção vulcânica das mais violentas, flagelou a Ilha do Faial. Duas freguesias ficaram literalmente arrasadas.

Cinco ribeiras de fogo levaram diante de si até o mar, casas, terras, homens e animais. Parecia que se acabava o mundo.

Os que se salvaram do tremendo cataclismo ficaram na maior miséria, apenas com roupa que lhes cobria os corpos.

Valeu-lhes o capitão-mor da Ilha do Faial e superintendente do Pico, Jorge Gularte Pimentel.

Note-se bem! assinava (Gularte) porque ainda não se invencionara atravessar êsse apelido e transformá-lo em «Goularte», sem nenhuma razão. Nas suas casas da vila de Horta albergara aquêles centos de desgraçados e —o que é mais— alimentava-os.

Não eram elásticos e inexauríveis os recursos do benemérito Capitão-Mor.

Comunicou a tristíssima ocorrência ao governo e êste tratou de providenciar, fazendo conduzir ao Brasil essa pobre gente.

Nessa época, de comunicações difíceis e raras entre os Açores e o Continente do Reino, meses decorreram e podemos figurar as cenas de miséria e de amargura porque passaram os sinistrados sempre esperando os navios que os levassem da pátria devastada para as opulentas terras de Santa Cruz.

Finalmente partiram. E quanto sofreriam a bordo, apinhados como sardinha em tigela?

Quantos morreram durante a longa travessia? Não só das freguesias que o fogo arrasou foram os casais emigrantes, mas de tôda a ilha e mesmo das ilhas mais próximas: Pico, S. Jorge, Terceira e até da remota e minúscula Córvo. Por isso no Rio Grande do Sul e no Uruguai aparecem os apelidos Barcelos «Goulart», Terra, Paim, Dutra, Brum, Bulcão, Silveira, Peixoto, Linhares, Rosa, Armão Béthencourt (que alguns erradamente escrevem Bittencourt).

Alguns dêstes apelidos são de origem flamenga.»

1) *Descobrimento dos Flamengos*. O investigador moderno Albert de Burbure, num ensaio denominado «Foram as Ilhas dos Açores descobertas pelos flamengos?» (124) nega a hipótese de terem sido os flamengos os descobridores dos Açores.

O autor é um historiador flamengo atual, portanto sua tese adquire muito valor.

Estudando os descobrimentos açorianos, examina as datas e os mapas: «... Um portulano catalão, datado de 1439, indica no Arquipélago dos Açores, além das ilhas de Santa Maria e S. Miguel, outro grupo das Ilhas Terceira, S. Jorge, Faial e Pico. Êste último grupo foi chamado, mais tarde, «Ilhas Flamengas», não porque, contrariamente ao que tem escrito alguns historiadores, belgas, fôssem descobertas por compatriotas nossos, mas porque emigrantes idos das nossas províncias muito contribuíram para o seu povoamento.

Primitivos colonizadores dos Açores, os flamengos não foram, no entanto, os seus descobridores.»

m) *Colonização Flamenga* — Antônio Ferreira de Serpa (125), numa «Breve Notícia», insiste no estudo da influência flamenga, baseando-se nos nomes de família e nos de localidade.

Os nomes de família estão devidamente apreciados, podemos entretanto voltar aos nomes de localidades, tema já insinuado noutra passagem desta recolta.

Afirma o A., que é autoridade no assunto, pois dedicou numerosos trabalhos ao exame atento do problema, como no seu ensaio *Revolta de Flamengos* (126):

«Horta — corrutela de Hurtere (Hortere também usado), Espalamarca (Speldenmaker); Ribeira dos Flamengos e Freguesia

ou Paróquia dos Flamengos, do orago de Nossa Senhora das Neves noutro tempo, segundo Frei Diogo das Chagas, e agora de Nossa Senhora da Luz ; e na Ilha de São Jorge, Tôpo (Tóp.)

O orago da Igreja Matriz da Horta, é S. Salvador, como era o de Bruges, donde procederam os colonos. O mesmo orago tem em a Matriz da Vila das Velas (S. Jorge) e a Sé de Andra (Ilha Terceira), e ainda notarei a coincidência de haver Jácome de Bruges ou Burges edificado na Ilha Terceira uma Igreja da invocação da Santa Cruz e ter Josse de Hurtere, no Faial, construído uma ermida também de Santa Cruz, onde foi sepultado.

Os parentes do 1º donatário, Josse de Hurtere, Senhor de Moerkerke, (Moerkirchen, segundo Behaim, talvez uma sua fantasia), de Habruck (Haeghnbrouck), conforme o Senado de Nuremberg, e filho de Léo de Hurtere, bailio de Vuyv(n)endali (Wynendael), como consta de uma carta de Jacques de Hurtere (século XVI), ocuparam a parte sul da Ilha do Faial, onde tiveram datas de terras, nas hoje paróquias ou freguesias da Feiteira (como então se dizia e hoje lá pronunciam e escrevem Feteira), Castelo Branco, e no centro da Ilha, na dos Flamengos.

E na freguesia dos Cedros aparecem os Silveiras (van der Haghen) e alguns Utras (Hurtere), com lavouras importantes, e em tôda a parte Bruns (Bruyn).»

Outros Estrangeiros nos Açores — Além dos Flamengos, existem ou existiram nos Açores os seguintes estrangeiros, conforme o estudo feito por Luiz da Silva Ribeiro, em trabalho já citado.

a) *Italianos*. Há, na cidade de Angra, na Ilha Terceira uma rua dos Italianos já mencionada pelo Padre Cordeiro na *História Insulana*. Nas Ilhas do Pico e Faial, historiador encontrou nos documentos os nomes Mutti, Suria, Marama, Massilia, Nasuque. Também Gaspar Fructuoso fala em genoveses na Terceira.

b) *Inglêses*. Ilha Terceira : os Drummond (escoceses), os Fischer e no comêço do século XIX: Hevsson, George Dart, Watten, Capitão Show, o Dr. Sowper, conforme Vitorino Nemezio (127) — Ilha de S. Miguel : João Chamberlain, George Quent, Lety, Guilherme Harding Read, Scholtz, Nesbith, Anglin; uns antigos e outros novos. Leia-se Urbano de Mendonça Dias (128). Ilha de S. Jorge e depois na Terceira: Alexandre Blayer.

Em muitos viajantes naturalistas e escritores inglêses deixaram livros sôbre os Açores.

c) *Espanhóis*. Entre os estrangeiros merecem especial menção os espanhóis, que abundaram sempre no continente, conforme ensina Leite de Vasconcelos.

Citam-se em quase tôdas as ilhas, principalmente na Terceira. Quanto à época, como se fixaram ou se regressaram são indagações que mereceram bons estudos.

Montejo, Prieto, Frontela, Cimbron, del Rio e muitos outros nomes de espanhóis nos Açores figuram em suas crônicas.

d) *Franceses* — Os franceses também aparecem em tôdas as ilhas como Guilherme Bernard, Dionísio Marcon, Joseph Guerenze e João Antônio, Franceses de S. Miguel. Em outras ilhas os Labat, Danel, Armand, Genod, Berquo, etc. Os Betencourts que são normandos. Os documentos antigos e modernos aludem a franceses nas ilhas. Vejam-se os estudos sôbre a influência celto-francesa ou bretã, que na verdade deve ser reduzida à sua respectiva proporção (129).

e) *Outros* — Acrescentem-se os belgas, alemães, holandeses, judeus, etc. O censo de 1930 dava nos três distritos açorianos: 1895 estrangeiros, dos quais 1089 são americanos e 552 brasileiros o que mostra a transformação do problema em termos da atualidade.

Problema Etnográfico. O Dr. J. Leite de Vasconcelos, que foi professor Catedrático da Universidade de Lisboa e fundador e diretor do Museu Etnológico, hoje Museu Leite de Vasconcelos, é das maiores autoridades portuguesas em diversos campos do saber.

Dedicou, no volume II, de sua monumental *Etnografia Portuguesa*, que êle chama com a modéstia de sábio, de *Tentame de Sistematização* (130) um notável resumo histórico sôbre o Arquipélago dos Açores detendo-se no estudo de cada uma das nove ilhas concluindo com o que êle chama de «remate».

«Em regra o povoamento inicial, tanto da Madeira, como dos Açores, foi feito de maneira que, tendo sido distribuídos terrenos aos colonos, êstes se estabeleceram juntos, conforme os locais; trabalharam ativamente, atraídos da bondade do solo e do clima, e da novidade da empresa; construíram cabanas e casas, que em breve formaram povoações, modestas a princípio, acrescentadas depois.

Muitíssimas das que existem hoje já no tempo de G. Fructuoso, último quartel do século XVI, o qual as menciona. Isto mesmo se observa em alguns documentos dos começos do século XIV e fins do XV publicados no vol. XII do AA, 285 segs. Em pouco mais de século e meio estavam habitados, portanto, em grande parte, os dois arquipélagos.

Do Continente levaram os colonizadores a linguagem, e baptizaram os sítios e as povoações segundo os aspectos que as ilhas

lhes apresentavam, e de acôrdo com as circunstâncias históricas dentro das quais elles se moviam.

Logo, quando desembarcavam, os devia impressionar o aspecto do litoral. O nome de Ponta Delgada existe, pelo menos, em três ilhas: Madeira, S. Miguel, e Flôres; o uso e gasto do nome fez que em S. Miguel e nas Flôres se diga, sem artigo, Ponta Delgada; na Madeira diz-se ainda a Ponta Delgada. Outros nomes da mesma procedência: Ponta da Fajã, Ponta Garça, Ponta de S. Lourenço, Ponta do Pargo, Ponta Ruiva, Ponta da Serra, etc., nos dois arquipélagos, ou só Ponta no Pôrto Santo, Fajã, agora citado, é freqüentíssimo vocábulo madeirense e açorense, tanto da lingua comum, aplicado a «desabamentos antigos e modernos, quer no interior, quer junto do litoral», como do onomástico.

Com a beira-mar e seus recortes e anfratuosidades se ligam outros vocábulos: o já mencionado Pôrto Santo (note-se que se diz lá o Pôrto Santo, e não sem o artigo, como se ouve no Continente), e bem assim Angra, Calheta, Rabo de Peixe, Rosto de Cão.

Curiosa metáfora, muito dos Açores, devida à natureza vulcânica do solo, têmo-la em «biscoito», que serve de denominação, no plural, a várias povoações da Terceira, Pico e S. Jorge. A fauna local, interpretada com palavras continentais, deu Açores e Câmara de Lobos: digo interpretada, porque nem açor nem lobo correspondem, em sentido exato, aos animais assim chamados; aquêlê significaria (milhafre), e êste representa o Monachus albiventer dos naturalistas (lobo marinho).

«Quando à pág. 212, nº 4, e 213, nº 5, falei da denominação dos Açores, escapou-me citar (porque estava deslocado nos meus apontamentos) um artigo do Sr. Tenente-Coronel José Agostinho, onde êle trata do assunto. Como últimamente encontrei o artigo (*Correio dos Açores* de 8-11-1931), referir-me-ei a êle agora aqui.

Diz o autor que, se de fato há algumas semelhanças entre o milhafre ou queimado com o açor, há também diferenças grandes. Pondo pois de parte a idéia de que por confusão se desse ao milhafre o nome de açor, aceita o que se lê em Martin de Boemia (vide o texto em Velho Arruda, pág. 13, nota), que, por serem muito mansas as aves que existiam no Arquipélago, não fugindo de ninguém, êste se chamou dos Açores, e acrescenta: ilhas em que tôdas as aves eram tão mansas e domésticas como os açores (tipo de mansidão em aves) ; logo, ilhas dos Açores . . .

Conquanto a hipótese seja engenhosa, e reveladora dos bons conhecimentos científicos do Sr. José Agostinho, parece-me difi-

cil aceitar que o nome se originasse num simples simile, que não tinha caráter tão coletivamente impressionante, que pudesse ser percebido, ou sentido, de modo unânime, por muita gente. Conheço em verdade vários topônimos nascidos de comparação ou de metáfora (vimos acima alguns), porém todos de base mais palpável do que este seria.

Relativamente a outras fontes de denominação, pertencentes à Natureza, ou à vida social, encontra-se muita matéria semelhante, como é bem de ver, à do Continente: nem é aqui o lugar de especificar; convém contudo (porque isso se relaciona de modo íntimo com o sentimento dos primitivos povoadores, que, para se firmarem melhor no seu novo domicílio, buscavam de comêço o apoio do Céu), lembrar que parte não diminuta, antes muito abundante, dos topônimos insulares provêm de religião. Um dos primeiros atos dos povoadores consistia em fundar santuários, como Frutuoso o declara «passim»: na colonização nunca faltavam clérigos. Não nos surpreende consequentemente que na toponomástica de Madeira e dos Açores haja tantos exemplos, como há, de S. Antônio, Santa Cruz, Santa Maria, S. Pedro, ora mais, ora menos antigos.

Se as causas fundamentais dos descobrimentos portugueses foram econômicas, proveito que se pensou tirar, e tirou, de expansão para além do apertado território pátrio (provocada pela vizinhança do oceano, e por ingênito gosto de aventuras e de glória), e ambição de maior poderio, e de avassalamento do comércio do Oriente, então nas mãos do islamismo: não há dúvida que intensa fé cristã alumiaava concomitantemente o espírito dos navegadores e conquistadores, e os impelia a superar com denodo todas as dificuldades que no seguimento da árdua empresa a cada momento se lhes deparavam.

Do nosso gênio arrojado, embora apoiado em sólidos estudos náutico-geográficos, que o infante D. Henrique iniciara, seguidos e aperfeiçoados, resultou chegarmos a ser considerados potência colonial. Com este movimento se relaciona o ficarem incorporados na nação portuguesa os dois florentes arquipélagos, madeirense e açorense, que antigos argonautas haviam, sim, entrevisto nas caligens do mar, mas que só nós, como acima se mostrou, povoamos, por nossa própria iniciativa, ou admitindo gentes peregrinas, deixamos povoar por nosso exemplo.»

Insulana — Adotaremos, aqui, o próprio título de prestimosa, útil e muito bem feita revista do «Instituto Cultural Ponta Delgada», que se denomina «*Insulana*», cujo primeiro número apareceu em 1944 e vem circulando periodicamente.

Tentaremos, então, uma bibliografia, isto é, um índice mais ou menos comentado do que contém a revista em aprêço e seu interesse para os estudos açorianos.

José Bruno Carreiro estuda a cronologia dos sonetos de Antero de Quental, o eminente poeta açoriano (131); Humberto de Betencourt examina o problema do «vilão» no teatro popular de S. Miguel (132); Rodrigo Rodrigues aprecia a história da ermida do Paço dos Donatários de Ponta Delgada e da desaparecida igreja de S. Mateus da mesma ilha (133); Francisco D'Athayde escreve a crônica dos Capitães-Generais de 1766 a 1831 de S. Miguel e da Ilha Terceira (134); Luiz Bernardo Leite D'Athayde ocupa-se duma fonte do século XVI (135); Carreiro da Costa é o autor de uma monografia histórica — A Ermida de Nossa Senhora dos Remédios da Lagoa (136) e Armando Côrtes Rodrigues inicia seu Adagiário Açoriano (137). O segundo número traz o seguinte: «Comenda de Santa Maria da Assunção de Ilha de Santa Maria. Os Comendadores (Subsídio para a sua história) pelo Dr. Manoel Monteiro Velho Arruda (138), *Visão Panorâmica da Poesia Açoriana* de Ruy Galvão de Carvalho (139). O *Padre Antônio Vieira em S. Miguel* no ano de 1654 por Rodrigo Rodrigues (140), Museu Municipal de Carlos Machado por João H. Anglin (141), *Topônimos Protéticos* de Carreiro da Costa (142), «Uma ação de Reivindicação de Bens Vinculares» do livro *Camilo Jurista* de Oscar de Bettencourt (143) e continuação do adagiário de Armando Côrtes.

O terceiro número começa com uma tradução para o francês de um conto de Eça de Queiroz feita por Frazão Pacheco (144), em seguida aparece um ensaio de Luiz Bernardo Leite D'Athayde sobre influências da feitiçaria na linguagem do povo micalense (145) e o trabalho literário de José de Almeida Pavão Junior analisando o sentido da realidade em Júlio Diniz (146).

Rodrigo Rodrigues faz a história da «morgadinha de Cracas e o seu apressado casamento em 1767», (147) Ruy Galvão de Carvalho com uma interpretação de história literária de Oliveira Martins e o seu crítico íntimo que é Antero de Quental (148).

A instrução pública no Distrito de Ponta Delgada na 2.^a metade do século XIX de João H. Anglin e (149) apontamentos sobre a poesia de Vasconcelos César por Diogo Ivens (150). É continuação do adagiário.

O número quatro insere os seguintes artigos de consulta: Os Açores, campo estratégico para o ataque de nosso comércio marítimo nos fins do século XVI pelo Almirante Alfredo Botelho de Sousa (151); o sismo de 1522 em S. Miguel, por Mendonça Dias (152), o convento de S. Antônio dos Capuchos na

Ilha do Faial, por Marcelino Lima (153), Folclore micaelense — Versos dos apimais, por Carreiro da Costa (154). Um processo eclesiástico da Vila de Água de Pau de 1804 a 1806 por José de Medeiros Tavares (155). Continuação do Adagiário e a análise sobre a Instrução Pública, mais o Panorama Poético da Obra de Espínola de Mendonça por Silva Júnior (156) o vol. II nos números de 1 a 4 trazem diversos artigos que devem ser citados. Um sobre a Vila de Sagres (157), a indisciplina de Eça (158), o bibliófilo José do Canto (159), o lirismo na obra do poeta Açoriano de Ruy Galvão de Carvalho (160), estudo matemático da linha de rumo (161), IV Centenário da Cidade de Ponta Delgada (162), Armas da Cidade (163), Auto da Carta Régia de 1546 (164), Título da Cidade (165), Gaspar do Rego Baldaia (166), Ponta Delgada (167), Elevação à cidade (168), Pôrto de S. Braz (169), Câmara Velha e Câmara Nova (170), Etnografia da Cidade (171), Poetas e Poetisas (172), Formação Topográfica (173), Ponta Delgada em 1838 (174), Povoamento (175), Relações (176), Carlos de Mesquita (177), Aspectos Característicos (178), Os Açores no Mundo (179), Etnografia da Cidade (180), Ponta Delgada e sua religiosidade (180 a), A Pesca em S. Miguel (181), Festa do Divino na Ilha de S. Jorge (182), Expressão Popular (183), Jogos Floriais (184) e Bibliografia do IV Centenário de Ponta Delgada (185).

Seguem-se os naturalistas britânicos nos Açores (186), vocabulários regionais e a metodologia da pesquisa (187), Hintze Ribeiro (188), e início da tradução de João H. Anglin do «Vale das Furnas e os Banhos em 1839» de Joseph e Henry Bullar (189), Poetas Micaelenses (190) e um original de Monte Alverne nos Açores (191).

Os quatro números do vol. III de 1947 com um estudo sobre as «Saudades da Terra» e Bernardim Ribeiro (192), a matriz do S. Sebastião na Ponta Delgada (193), as fortificações micaelenses (194), continuação do «A Winter in the Azores» de Joseph e Henry Bullar, e a grafia do nome Goulart (195) a filosofia e seu ensino nos liceus (196); viola de arame ou viola da terra, instrumento popular em S. Miguel (197).

O volume quarto, além de variados estudos, notas bibliográficas e registro de acontecimentos, como nos outros volumes, também insere a matéria que não ficou concluída nos anteriores, e o relato das comemorações em Santa Catarina, no Brasil, sob o bi-centenário da colonização açoriana e mais diversos estudos, interessando ao historiador os que se seguem: M. Adanson, naturalista que esteve nos Açores em 1749 (198), mapa de Nicola Jansz, de 1700 (199), estudo referente a Antônio Narciso (200), a

Igreja de S. Pedro de Ponta Delgada (201), Antônio Feliciano de Castilho nos Açores (202), o Século XV para Portugal (203).

Os açorianos na América do Norte (204), os portugueses e a festa do Espírito Santo na Califórnia (205), a musa de Antônio Ramiro (206), Azulejos de S. Miguel (207), conto regional micaelense (208), os Açores e o Infante (208-A), a lenda das Sete Cidades (209) Madre Francisca de Livramento, de 1726 (210), fundação da Ermida do Desterro (211).

O vol. 5 também com numerosos estudos: Trabalhos referentes a Antero de Quental (212), Joseph Bullar, Artista que evocou os Açores (213), Descrição das ilhas pelo Capitão Inglês Boid, em 1835 (214), Padre Pinheiro na Índia (215), as mais antigas narrativas sobre S. Miguel e Sta. Maria (216), os «contos» da cidade (217), Tomás Hickling (218), Subsídios para o estudo do folclore micaelense (219), as antigas carapuças (220), Rimas infantis da Ilha das Flores (221), Adagiário gaúcho Açoriano (222), Interjeições micaelenses (223), Inhamiões de S. Miguel (224), Centenário de Hintze Ribeiro (225), os Inglêses e os Sonetos de Antero (226), Indumentária dos clérigos (227), Igreja do Colégio de Ponta Delgada (228), Etnografia (229), Antônio Nobre e os Açores (230), Arquitetura Antiga de Ribeira Grande (231), Cultura Popular (232), à Assunção de Nossa Senhora na Tradição Açoriana (233), Centenário de Roberto Ivens (234), Os vencidos da Vida (235), Bustos do século XVI na Martiz de S. Sebastião (236), Valentim Fernandes Alemão e a descrição das Ilhas em 1507 (237), Expressão da Poesia (238), Portugal, lar comum (239), O vol. VII com artigos sobre a edição alemã dos sonetos de Antero (240), As Confrarias (241), Apontamentos sobre forja e armaria (242), A sepultura de Gonçalo Velho (243) e continuação de diversos ensaios e estudos iniciados em números anteriores.

Os outros volumes: Colóquio em honra do Menino Deus, peça do teatro popular açoriano (244), o historiador Joaquim Bensaúde (245). Os flamengos e o descobrimento das ilhas (246), Dicionário de Músicos Açorianos (247), Ensino da História (248), Patrimônio de Arte em S. Miguel (249), Cunhas da Silveira (250), Unidade do Império Português (251), Dr. Botelho e seu tempo (252), e, finalmente, os artigos em série vindos dos números anteriores, bem como notícias, bibliografia e registros.

«Expansão da Literatura Médica inglesa em Portugal» (253), «No 1.º Centenário da morte de Almeida Garrett» (254), «A casa onde morou Garrett em Ponta Delgada (255), «Garrett Clássico e Romântico (256), «Garrett na Ilha de S. Miguel» (257), «O eterno feminino na obra de Garrett» (258), «Primeira Conferên-

cia Insular Açoriana» (259), «Antero e o Cristianismo» (260), «Almeida Garrett» (261), «3.º Centenário do Sermão de Vieira na Igerja do Colégio (262), «O Padre Vieira em Ponta Delgada» (263), e «O Culto de Na. Sra. na Ilha de S. Miguel» (264), constituem matéria do vol. X, 2º Semestre, 1954.

O vol. XI, 2.º Semestre, 1955, acolhe os seguintes assuntos: «Ao Ritmo do Pensamento» (265), «Ode a Minerva» (266), «Documentos Publicados» (267), «Teatro Popular em S. Miguel» (268), «S. Miguel em 1847» (269), «Luiz Bernardo Leite D'Athayde» (270), «Luís da Silva Ribeiro» (271) e «Um investigador científico nos Açores» (272).

A «Insulana» é realmente uma das melhores fontes referentes às Ilhas, portanto uma bibliografia rica e variada e já se vislumbra quase que a totalidade de matéria que ali se aborda ou abordar-se-á, para que se possa fazer uma idéia nítida para a consulta em tão vasto assunto.

Completaríamos, então, o levantamento parcial da «Insulana», com o esplêndido ensaio de Cecília Meireles: «Panorama folclórico dos Açores especialmente da Ilha de S. Miguel», que é uma pesquisa muito original e repleta de interesse (273).

Açoreana — A revista *Açoreana* é uma das publicações mais importantes do arquipélago. Revista de estudos açorianos, publica-se como Boletim da Sociedade Afonso Chaves, está dirigida por J. Agostinho e A. Côrtes Rodrigues, editada por F. Mauro Dias, distribuída gratuitamente aos sócios e aparece na Angra do Heroísmo, composta e impressa na Tipografia Andrade, à Rua de Lisboa daquela Ilha Terceira na Capital do Distrito Antônomo.

Cada volume compõe-se de quatro fascículos ou números e já foram lançados mais de cinco volumes.

Pode-se ver sua posição científica, tomando-se um dos números (274) e apreciar-lhe os títulos do sumário: «Acêrca de uma Lysimáchia Açorense» (275), «A propósito do nome — *Euphorbia Stygiana* Watson» (276). «A trip round the Azores Islands» (277), «Uma viagem pelo Arquipélago dos Açores» (278), «Introdução de peixe de água doce nas lagoas de S. Miguel» (279) e «The Vegetation of the Azores» (280).

Vê-se, portanto, que o campo de investigação preferido pela revista *Açoreana* é o das ciências naturais, embora venha colhendo bastante material sobre história e tradição.

Boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira. Trata-se de uma revista de primeira ordem e que pertence a um organismo particular que realiza uma obra simpática, erudita e de grande valor.

É uma revista muito apreciada pela sua seriedade, o nome dos colaboradores e pelos problemas que levanta e discute. As separatas que edita são títulos indispensáveis na bibliografia açoriana. Aqui apenas destacamos a revista, pois temos citado inúmeras vezes e continuamos a usá-la (281).

Já foram editados de 1942 a 1957, 15 volumes, todos utilísimos.

Folclore. As áreas geográficas do folclore açoriano, no seu estado presente e atual, podem ser divididas da maneira que segue.

Folclore comum de todas as Ilhas — Arte popular: Cerâmica e trabalhos em miolo de figueira. Traje: capote e manto. Gastronomia: pombas do Espírito Santo. Festas e romarias; cavalhadas (principais; da Ribeira Grande, em S. Miguel), touradas (principais: da Terceira) e Império do Espírito Santo em todas as nove Ilhas.

Folclore por Distrito Autônomo. a) Distrito Autônomo de Angra do Heroísmo. Ilha Terceira. *Angra do Heroísmo*: Etnografia: Touradas à corda. Festas do Espírito Santo. Traje: Manto, capote. Paisagem: do Monte Brasil: Alto das Covas: Serra de Santa Bárbara (1066). Monumentos: Século XV — XVI: Sé, rec. em 1570; Igreja de S. Francisco: Sepultura de Paulo da Gama, irmão de Vasco da Gama (1499) e de João Vaz, pai dos Côrtes Real. Século XVII: Castelo de S. João Batista; Igreja de S. Inácio do Colégio (1652).

Calheta. Ilha de S. Jorge, Paisagem: Norte Pequeno, a 10 quilômetros; Estrado do Topo, Caldeira do Santo Cristo.

Praia da Vitória. — Ilha Terceira. Paisagem; Pico do Sebeiro; Serra de S. Tiago. Monumentos. Século XVI. Igreja da Misericórdia; Portal manuelino.

Santa Cruz da Graciosa. Ilha Graciosa. Paisagem: Monte da Ajuda; Caldeira do Enxofre, com uma sulfatana, a 3 quilômetros da vila da Praia; Caldeira de Pedro Botelho, a 4 quilômetros; Forno, caverna subterrânea. Monumentos: Século XVI: Igreja Matriz, pinturas, pia baptismal.

Velas. Ilha S. Jorge. Etnografia: Arte popular. Mantas de linho e lã. Gastronomia: Lacticínios, laranjas, Paisagens. Urzelina; Furna das Pombas; Santo Amaro; Pico da Esperança. Monumentos: Século XVI. Igreja de S. Jorge.

Distrito Autônomo de Ponta Delgada.

Lagoa. Ilha de S. Miguel. Paisagens: Lagoa do Fogo. Monumentos. Século XVI. Matriz (1518).

Nordeste. Ilha de S. Miguel. Paisagem: Tronqueira, Outeiro do Rosário e Vista do Lombo Gordo.

Ponta Delgada. Ilha de S. Miguel. Etnografia: chapéus de palha, bordados, obras de vime, cerâmica, artefatos de marfim de baleia. Romaria: Santo Cristo dos milagres. Paisagem: Mãe de Deus: vista sôbre a cidade; Caldeira das Sete Cidades, a 21 quilômetros; cratera com dois lagos no fundo, adornada de vegetação luxuriante, célebre pela sua grande beleza.

Monumentos : Século XVI: Igreja Matriz: pórtico manuelino. Século XVII: Igreja do Colégio: Igreja de Santo André: retábulo do altar-mor; Igreja do Convento da Esperança: Imagem de Cristo dos Milagres.

Povoação. Ilha de S. Miguel. Arte popular: bordados. Paisagem: Vale das Furnas; Cascata da vila; Pico Longo; Chão do Cavaleiro; Pico da Vara (1.100 metros).

Ribeira Grande. Ilha de S. Miguel. Arte popular: bordados. Paisagem: Caldeiras, 512; Santa Luzia, Caldeira Velha, a 6 quilômetros; Lagoa do Fogo, a 10 quilômetros. Monumentos, Igreja Senhor dos Passos.

Vila Franca do Campos. Ilha de S. Miguel. Arte popular: Louça de barro. Paisagem: Senhora da Paz; Lagoa do Congro. Monumentos: Igreja Matriz; Paços do Concelho; Estátuas do Infante D. Henrique e de Bento de Gois, descobridor do Tibet.

Vila do Pôrto. Ilha de Santa Maria. Paisagem: Pico Alto. Monumentos: Igreja Matriz: antigo convento franciscano. Distrito Autônomo da Horta.

Corvo. Ilha do Corvo. Etnografia: artigos usos comunitários relativos à exploração da terra e criação de gado. Paisagem: Monte Gordo; Caldeira formando um pequeno lago donde emergem ilhotas que reproduzem a disposição do arquipélago dos Açores; Miradouro; Ponta do Marco. Monumentos: Seculo XVII. Igreja Matriz (1674).

Horta. Arte popular. Rendas, objetos de miolo de figueira, cestos decorados a vermelho. Paisagem: Jardim do Pilar: vista sôbre a cidade; Monte da Guia: Caldeira do Inferno, Furnas; Caldeira (1.020 met.); Vale dos Flamengos; Ribeirinha. Monumentos: Século XVII: Forte de Santa Cruz; Colégio dos Jesuítas.

Lajes das Flôres. Ilha das Flôres. Arte popular: artefatos de miolo de hortências. Paisagem: Caldeiras Funda e Rasa; Lajedo: nascente de água sulfurosa.

Lajes do Pico. Ilha do Pico. Etnografia, artefatos de marfim de baleia.

Madalena. Ilha do Pico. Arte popular: artefatos de palha, miolo de figueira e marfim de baleia. Paisagem: do Pico

(2.320 m) ; estrada do Norte. Monumentos : Século XVII : Igreja Matriz: azulejos.

Santa Cruz das Flôres. Ilha das Flôres. Arte popular: artefatos de miolo de hortências. Paisagem: Boqueirão; Ribeira da Cruz; Furna dos Enxaréus; Lomba. Monumentos: I. Matriz; I. de S. Francisco.

S. Roque do Pico. Ilha do Pico. Arte popular: artefatos de marfim de baleia. Paisagem: Pico (2.320 metros); estrada de S. Miguel Arcanjo.

A distribuição geográfica do folclore açoriano, sua arte popular, suas romarias e costumes, obedeceu a um critério mais amplo, com a inclusão da paisagem característica, os monumentos e igrejas, temas em redor dos quais a tradição não se farta de tecer lendas e narrativas das mais curiosas, que afinal constituem a própria literatura de base do folclore, que, por sua vez, também tira da etnografia muito material.

Seguimos os informes e registros da *Cartilha da Terra Portuguesa*, de Antônio Ferro, livro modelar para se ter uma visão rápida e ampla das peculiaridades do mundo lusitano. Já nos referimos, noutro momento, ao bom livro que citamos agora de novo.

Entretanto o estudo do folclore é realmente vasto e não pode ser confinado somente à enumeração de suas áreas geográficas e Leite de Vasconcelos, grande mestre dos estudos etnográficos, dedicou aos Açores um de seus mais bem feitos livros. O *Mês do Sonho*, que aproveitamos e citamos em numerosas partes desta coleta.

Mas um investigador local Luiz da Silva Ribeiro, escritor de mérito e que devota às coisas açorianas um comovido amor, realizou uma obra invulgar de paciente estudo e levantamento de fato completo sobre as tradições do arquipélago.

Vamos, assim, tomar os estudos de Luiz da Silva Ribeiro e tentar um resumo das idéias que contém as monografias, o que será uma maneira de registrar folclore açoriano nos seus motivos, aspectos e conteúdo essenciais.

a) *Os foliões do Espírito Santo* — Diz Luiz da Silva Ribeiro, na sua Memória apresentada ao Congresso Luso Espanhol do Porto em 1942, *Os foliões do Espírito Santo nos Açores* (282): «Entre os antigos costumes, quase completamente desaparecidos no continente, que se conservam nos Açores em virtude do isolamento insular, merecem especial atenção os «foliões» do Espírito Santo.»

Estuda a associação dos próprios foliões às procissões do Corpo de Deus, em Portugal continental, onde, pelo menos até meados do século XVIII, as folias figuravam também noutras festas tanto sagradas como profanas.

Analisa o termo folia na língua portugueza e seu emprêgo nos Açores : «a par de grupo de foliões, na linguagem popular da Ilha Terceira, também significa divertimento».

Explica as danças antigas aliadas às folias, as folias na Espanha e as folias no teatro de Gil Vicente.

«Muitas das danças que existiam no continente vieram para as ilhas onde, como ali, se exibem nas procissões ditas d'El-Rei, e em diversas festas.»

Foliões iam cantando e tocando, com acompanhamento de tambor e pandeiro, numa procissão de Santa Isabel, como há notícia em 1644, na Ilha Terceira, na localidade de S. Sebastião, como era uso na Procissão de Corpo de Deus.

Também, no século XVII, na Horta, durante a Procissão de Corpus Cristi, além da folia, iam o Diabo Grande, o cavalo de S. Jorge, a Serpe, o bonifrate, o cavalinho fusco, a barca chocalheiros, a arca e uma dança mourisca.

Em Vila Franca do Campo, em 1690, cita-se uma folia e uma dança dos arcos xexumecos e pela; e em S. Miguel o povo designa as representações teatrais populares, vulgarmente ditas comédias, por mouriscas e mouriscadas.

«As folias ligaram-se às festas do Espirito Santo, o que é natural, pois segundo opina Luiz Chaves, há íntima relação entre os «impérios» e as figurações que iam na procissão de Corpus Cristi, tendo aquêles a sua origem nestas. Foi tão importante o seu papel em tais festas que, nalgumas localidades do continente o que delas subsistiu se confundiu com a folia.»

A história das folias do Divino, nos Açores, começa com a colonização das ilhas.

Encontrou-se um auto de arrematação do século XVI, arrematação da coroa do Divino para uns devotos fazerem um «império» o arrematante obrigou-se a manter os foliões e dar-lhes dinheiro e um ordenado aos domingos.

Os foliões, em S. Jorge, eram nomeados pela Câmara, que pagava anualmente, com a obrigação de acompanhar os vereadores quando iam à igreja nas festas d'El-Rei.

Participavam os foliões de tudo, até de festas de Convento de Freitas (S. João), na Horta; gozam elles de consideração nos meios rurais como acontece até hoje na Ilha de Santa Maria.

Ser folião ou ter sido, era motivo para evitar suspeição de judaísmo na Inquisição. Os foliões eram até chamados para as promessas contra a epidemia da peste, como em Ponta Delgada no ano 1673.

A Igreja, entretanto, começou depois de certo tempo hostizar os foliões, proibindo que dançassem nas igrejas, na procissão do Santíssimo, etc.

O Dr. Antônio Moniz Barreto Côrte-Real descreve-nos uma folia na Ilha Terceira em 1832. Os foliões cantavam com acompanhamento de tambor e pandeiro. Vestiam opas de chita, uniformes e chapéus de castor, alvadio semelhantes aos dos franciscanos capuchos, com um ramo de flôres de mosteiro (flôres artificiais) na larga aba dobrada, que atados com fitas ao pescoço lhe pousavam nos ombros a modo de corcovas. O da direita trazia uma bandeira de damasco escarlate, que tinha no meio uma coroa de cetim branco estofada, por cima uma pomba em ato de voar, da mesma sêda, e na ponta da haste uma pomba prateada enfeitada de fitas e flôres, os dois do meio cada um com seu pandeiro, e o último com o tambor.

Exceto em Santa Maria, onde, o único distintivo é um lenço estendido, nas costas, o traje dos foliões, e nas ilhas, opa de chita branca enramada de vermelha ou vermelha enramada de branco, no Faial com canhões e gola verdes recortados em bico posta sôbre o fato usual, na cabeça um lenço vermelho amarrado na nuca com as pontas caídas pelas costas. Em São Miguel, sôbre o lenço, põem um barrete em forma de mitra ogival ou arredondada, da mesma fazenda da opa, com uma coroa ou pomba bordada na frente.

O número de foliões é variável de ilha para ilha, e, às vezes, de localidade para localidade. No geral são três ou quatro.

Os instrumentos que tocam são tambor e pandeiro; em Santa Maria, Flôres e Corvo, mais testos, espécie de pequenos pratos metálicos como os antigos cimbalos; e em São Miguel rabeca, viola, pandeiro e ferrinhos, tendo usado também o tambor.

A música é monótona e arrastada, dentro de curta extensão, semelhante ao cantochão das igrejas, e hoje é quase impossível grafá-la pela imprecisão com que a cantam os raros foliões que subsistem.

Tôdas as folias levam uma bandeira do Espírito Santo, nas Flôres e Corvo branca, nas outras ilhas vermelha como a descreveu o Dr. Antônio Moniz já citado.

Tomam parte em tôdas as cerimônias da festa que dirigem por meio de cantigas, quase sempre improvisadas pelo mestre ou cabeça da folia, e repetidas em câro pelos outros foliões.

São, por assim dizer, os mestres de cerimônias do estranho culto popular do Espírito Santo.

À frente dos cortejos da coroação ou das mudanças de coroa de casa duns irmãos para os outros, solenes e graves, às vezes um pouco ébrios, tocam e cantam as alvoradas, que são fragmentos de perdidos romances como esta da ilha das Flôres:

Passou pela minha porta,
As minhas terras foi caçar,
Matou-me as minhas pombinhas,
Que eu tinha no meu pomar.
Matou-as de uma a uma,
Juntou-m'as de par em par,
Matou-me as mais bonitas,
Para mais pena me dar.
Fui eu ter com el-rei,
Que m'as mandasse pagar,
El-Rei, por eu ser mulher,
Não me quis escutar.
El-Rei que não faz justiça,
Não devia governar,
Nem comer pão do Alentejo,
Nem co'a rainha falar,
Desta sorte se castiga
A quem não sabe reinar.

A importância da folia do Divino pode ser acompanhada na monografia em aprêço, onde encontramos os dados coligidos e comentados de maneira inteligente:

«Em S. Jorge uma das alvoradas é o romance de Santo António livrando o pai da fôrça.

No domingo da coroação visitam o imperador, com quem almoçam e a quem saudam:

É Senhor Imperador,
A vossa festa é chegada,
Em louvor do Espírito Santo
Aceitai nossa alvorada.

Bem como ao Espírito Santo :

É Senhor Espírito Santo
Esta vossa casa cheira,
Cheira a cravo, cheira a rosa,
Cheira à flôr da laranjeira.

Cantiga igual se canta no continente dirigida a Santo Antônio.

Quando o cortejo sai da casa para a igreja, onde se efetua a coroação, ordenam a saída:

Sai vós Espírito Santo,
Sai vós mais quem vos leva,
Quando vós saís a campo,
Todo o mundo se alegre
(S. Jorge)

e ao chegarem em frente da igreja saudam-na:

Deus vos salve casa santa,
De Deus sois acompanhada,
Onde está o cálix bento,
E a hóstia consagrada.

(S. Jorge)

Tudo mandam por meio de cantigas.

Quando a coroa chega ao império ou teatro onde fica exposta à veneração dos devotos, é costume o imperador dar o cetro a beijar aos presentes, mas não o faz nem tira a coroa da cabeça para se colocar no trono ou altar sem que os foliões o digam

E tu, nobre imperador,
Desta pombinha coroadada,
Dái o cetro do Senhor
Prá de nós ser beijado.

E quem é autorizado,
Seja quem fôr a pessoa,
Cumpra o que lhe é mandado
Aceitando a santa coroa,
a Coloque no altar,
E junto o seu cetro lindo,
Onde a coroa há de ficar
Algum tempo residindo.

(S. Miguel)

Acompanham a distribuição dos quinhões de carne e vinho que pertencem aos irmãos, as esmolos, o bodo, tudo comentando e dirigindo com cantigas.

Uma das funções mais curiosas dos foliões é a direção do banquete, que o imperador oferece.

Sentam-se numa cabeceira da mesa em frente do imperador, que tem a mulher ao lado (imperatriz), e nada se faz ou serve sem êles mandarem.

À mesa só se põe à sua ordem.

Está-se-nos pondo à mesa
Que vós, Jesus, nos doastes;
É êste o manjar divino,
Que na terra abençoastes.

(S. Jorge)

E para ela convidam

Com tôda a delicadeza
Eu vos venho convidar
Que deixeis o pagem à mesa,
São horas vamos jantar.

(Santa Maria)

À sopa

Quem sopas há de comer
Não as deixe arrefecer;
O manjar é de sopas
Que a todos hão de valer

(S. Jorge)

Já se comeram as sopas,
Troquei o cobre por prata;
Andai, andai, cavaleiro,
Trazei-nos carne de vaca.

Começam depois inúmeras saúdes

O Senhor Espírito Santo
Foi feito em Lisboa,
Digam todos que viva
O nobre Rei da coroa.

Senhor nobre Rei da c'roa,
Diga-lhe desta maneira;
Também dizemos que viva
O senhor alferes da bandeira.

(Flôres)

A cada brinde, na Ilha Terceira, passa de mão em mão pelos convidados um prato com um copo cheio de vinho de onde todos bebem, deitando dinheiro no prato para os foliões. A isto se chama brindar a mesa, e se pratica também nos jantares de casamento, sendo o dinheiro para os noivos.

Para terminar a função cantam

Deitai as ovelhas fora
Que o sol vai declinando,
Deitai-as tôdas em bando;
Umas vão bem direitinhas,
Outras vão cambaleando.

(S. Jorge)

O desenvolvimento que tem tido as filarmônicas, hoje espalhadas pela grande maioria das freguesias rurais, vai matando os foliões que só excepcionalmente aparecem num ou noutro ponto.

Olaria. Luiz da Silva Ribeiro examina com paciência a Olaria terceirense (283) e conclui que a louça de barro não se fabricava nos Açores nos primeiros tempos após o início do povoamento.

Usava-se, sim, cabaças e escudelas de pau, mas encontrou documentos que falam de oleiros no século XVII, aprecia o nascimento da indústria da louça de barro, seu desenvolvimento, as dificuldades, as medidas de proteção ditadas pelas posturas municipais, o tabelamento dos objetos fabricados de barro em 1788, a indústria crescendo, etc.

A olaria terceirense tem origem incerta.

«Para a Terceira tanto podia ter vindo de São Miguel, onde cedo tomou certo desenvolvimento, como do continente; mas, neste caso, presumivelmente do sul, dada a semelhança de forma dos produtos,

Abundam na ilha os barreiros dos quais há reflexos na toponímia — Barreiros nas freguesias de São Sebastião e Fontinhas, Canadas do Barreiro nas freguesias das Fontinhas e da Conceição, Rua do Barreiro na cidade de Angra, etc. — mas o barro deles é muito friável e poroso pelo que o misturam com barro de Santa-Maria, sendo este até hoje exclusivamente empregado. O terceirense destina-se ao fabrico da telha.

A oficina diz-se tenda como no geral as de tôdas as artes e ofícios.

O barro guarda-se no barreiro, construído em regra num barracão junto à oficina, de onde o vão tirando para, molhado com

água, ser pisado por um rapaz na pisa feita de pedra ou de terra endurecida, um pouco abaixo do nível do solo.

Depois de pisado, é amassado à mão no banco ou banco de sovar (em São Miguel sovadeira) onde se desfazem os torrões e separam as pedras misturadas (escolha).

Antes de amassar, se empregam o barro de Santa Maria puro, deitam-lhe um pouco de areia do mar bem lavada do sol, para ficar menos gordo.

Depois de 1914 a amassadura, nalgumas tendas, passou a ser feita num cilindro, com dispositivo interno especial, semelhante ao laminador usado na Lagoa de São Miguel, acionado por um pedal ou por uma correia e tambor ligado a um burro, como nas atafonas.

Na tenda há o tórno (roda) destinado a levantar as peças de olaria.

A roda, do tipo generalizado em todo o continente, é formada por uma haste vertical (eixo) terminada inferiormente num pião (aguilhão) prês a uma prancha pelas abraçadeiras (moentes), que o mantém na verticalidade, e tem na parte superior um disco (cabeça da roda) e na inferior, pouco acima do aguilhão, outro disco de diâmetro bastante maior (fôlha da roda). A roda prende-se pela frente a uma mesa (arquinha) com uma tábua pouco inclinada por traz (banco) onde o oleiro se senta e faz girar a roda empurrando com o pé direito a fôlha, enquanto o outro pé descansa num barrote na parte inferior do banco (estroveira).

Sobre a arquinha coloca-se um vaso com água (loiceiro, no qual o oleiro vai molhando as mãos, e sobre a cabeça da roda uma rodela ou tigelinha baixa (casco de apertar) em que se põe a porção de barro destinada a tornear a peça (bola e também empêlo como lhe chamam em São Miguel).

Para separar a peça depois de torneada servem-se dum arame, e para alisar o barro, duma pequena palheta de cana.

Torneada ou levantada a louça é posta a enxugar à sombra no andaime, que existe geralmente no barracão.

Algumas oficinas mais acanhadas põem a louça em cima de tábuas, a secar na rua junto da porta, o que é permitido nas posturas municipais.

Sêca a louça, vai a cozer para o forno:

Este é construído no pátio ou reduto contíguo à tenda com alvenaria, e tem base circular e forma de tronco de cone.

Na parte de baixo, revestida de lajes de pedra, (banqueta) há a fornalha onde se mete lenha (caldeira), separada da parte

superior, onde se põe a louça, a cozer (em São Miguel recoleta), por uma pedra furada com vários orifícios (crivo). Para colocar as peças (enfornar), como para retirá-las depois de cozidas (desenformar) entra-se pela porta aberta na parte superior do forno.

No alto e aos lados da porta há umas aberturas (ilhaos) por onde sai o fumo e se vê o estado da cozedura.

O forno é revestido interiormente de barro, e as fendas da porta são tapadas por fora com massa de pó de telha cozida.

Aquece-se primeiro com lenha de acha, depois com lenha de urze (rapa) para limpar as peças do fumo, e está fechado três dias durante os quais é aquecido um dia e uma noite consecutivamente.

As peças maiores, como o talhão, são torneadas por partes (emendas) soldadas antes da cozedura.

Atualmente fabricam-se alguidares de diferentes tamanhos, caboucos, tigelas, brutas e com borda, púcaros, assadeiras de castanhas, bacios, talhões, salgadeiras, chocolateiras, cangirões, canos, barris, e potes.

Algumas peças para ficarem bem vermelhas eram almagradas, isto é, antes de cozidas levavam um banho ou barragem de almagre, tirado das Furnas do Enxofre, sulfatara no interior da ilha. Hoje só muito raramente isso se faz.

No geral a louça não é ornada.

Por exceção e por encomenda, que no presente não se faz, tachos, caçarolas e alguidares, eram vidrados por dentro. O vidrado obtinha-se com o esmalte feito duma mistura de zarcão, areia e água. A peça barrava-se de esmalte depois duma primeira cozedura e voltava ao forno quando estava sêca.

Uma oficina houve, pelo menos, segundo informaram, em que a roda era acionada por modo semelhante ao hoje usado para o cilindro destinado a preparar o barro.

Pelos processos empregados vê-se que a indústria terceirense é idêntica à continental na sua fase mais aperfeiçoada. Na Terceira não se encontra roda baixa manual, considerada arcaísmo por Rocha Peixoto, nem a pisagem do barro por animais, a cozedura em covas, formas mais ou menos primitivas.

Os encargos que oneram a olaria, sobretudo o custo da matéria-prima importada, a pequena remuneração auferida pelos trabalhadores, a concorrência de outras ilhas, em particular São Miguel, tem acarretado a decadência desta indústria popular, e o número de tendas, antes muito numerosas na antiga Rua da Guarita, moderna Rua 5 d'Outubro, é cada vez menor.»

c) *Touradas*. «As touradas da Ilha Terceira (Açores)» é uma comunicação apresentada ao Congresso Luso-Espanhol de Lisboa, em 1950, por Luiz da Silva Ribeiro (284), onde se podem ler alguns detalhes muito úteis.

O estudo das touradas começa pelo seu histórico, pois já constam no livro de Gaspar Fructuoso, *Saudades da Terra*, mas as Constituições dos Bispados opuseram-se tenazmente em vasto número de leis, aliás as posturas e próprias ordenações assinalam as condições das touradas.

Era proibido ir ao mato procurar gado e corrê-lo (Faial), os carriceiros estavam impedidos de correrem touro antes de os matar (Ponta Delgada), etc.

Mas o costume caiu em desuso em tôdas as ilhas e as touradas hoje sòmente se realizam na Terceira, para isso deve ter contribuído a abundância de gado bravo na ilha.

As cavalladas e os combates de touro são as funções que mais entusiasmo produzem na Terceira, sem distinção de classe ou hierarquia, escreve um autor do século XIX, Luiz Soriano.

Distinguem-se as seguintes touradas :

— As de praça, em que os touros são lidados a pé ou a cavalo segundo as regras da arte;

— as populares, à vara larga no continente e à corda na Terceira.

Touradas de praça realizaram-se na Ilha Terceira nas comemorações de todos os acontecimentos históricos principais e ainda hoje existe a Praça de Touros, que é a de S. João, a mais moderna, construída em 1870, onde tem lugar touradas com artistas portugueses e espanhóis.

As touradas a vara larga, que consiste em espicar os animais com uma vara comprida, agulhão de picador, tendo um ferro na extremidade, mas «não se encontram menção expressa destas touradas, mas é de presumir que houvesse existido.»

A origem das touradas à corda ainda não se conseguiu estabelecer inteiramente, mas são entretanto as genuínas touradas populares na Ilha Terceira. Há boas descrições das touradas à corda feitas por Mendo-Bem, Maximiano de Azevedo e Côrtes Rodrigues.

Luiz da Silva Ribeiro traz o seguinte resumo:

«São nas estradas ou caminhos públicos onde os touros correm presos a uma corda de 50 a 60 metros (26 braças) de comprido, em cuja extremidade pegam quatro ou cinco homens.

Os que andam no caminho procuram fugir diante do touro, o que nem sempre conseguem e é a peripécia mais divertida da tourada, enquanto os mais destemidos se aproximam do animal e tentam lidá-lo, oferecendo-lhe, como engano, um velho guarda-chuva aberto, às vèzes o casaco a substituir a capa dos toureiros *secundum artem*, ou, simplesmente, furtando-lhe o corpo.

Os homens da corda ora correm e a deixam formar uma bôlsa para o touro arremeter, ora se firmam e agüentam o esticão para o fazer parar (dar a pancada).

Gente pelas janelas das casas e pelos muros da estrada assiste alegre ao espetáculo.

Os touros são trazidos do mato com as vacas horas antes da corrida, e metidos num cerrado à beira do caminho (touril), onde há um caixão de madeira em forma de paralelepípedo, deitado no chão sôbre um dos lados, com duas portas de abrir para fora nas bases e, em cada extremo da parte superior, um alçapão sôlidamente fechado com um fêcho de ferro (caixão de embolação).

Os pastores cercam o touro no touril e obrigam-no a entrar no caixão pela porta que abre para êle. Uma vez dentro seguram-lhe a cabeça, introduzindo dois paus nuns furos praticados nos lados do caixão, um por cima outro por baixo do pescoço, e, pelo alçapão, enfiam-lhe nos cornos dois sacos de couro terminados por tacos de madeira, ou bolas, e amarram a corda ao pescoço.

Terminada a embolação do touro, sai pela porta que abre para o caminho. Depois de corrido obrigam-no a reentrar no caixão em sentido inverso, desembolam-no, tiram-lhe a corda e fazem-no sair para o touril.

Assim se correm quatro touros numa tarde de verão.

Nem sempre isto se usou. Segundo antiga tradição, os touros pegavam-se à unha para os embolar e amarrar à corda, e tempos houve em que, por determinação real, serravam as pontas para os correr.»

d) *As Festas e tradições populares de S. João.* — Estão devidamente apreciadas no ensaio de Luiz da Silva Ribeiro. «As Festas e tradições populares de São João na Ilha Terceira» (285). A origem remota das festas de S. João acompanha o nascimento e a evolução do cristianismo, o que não cabe aqui estudar de momento.

A variedade de festas e folguedos do ciclo de S. João é enorme, mesmo que o A. apenas estude a Ilha Terceira, onde fez uma pesquisa admirável, o tema, cheio de sedução, desdobra-se como assunto de todos os Açores.

A procedência, o nascimento e a variedade das festas de S. João consiste na sua primitiva divisão: festas populares e festas da nobreza. A aristocracia terceirense organizava bandos, cavalhadas, encamizadas, touradas, iluminações e festas religiosas.

Mas as festas populares tinham outro caráter e compunham-se do seguinte:

- Fogueira
- Virtude da água
- Sortes
- Oráculos
- Culto das plantas e flôres.
- Superstições.

Vamos tentar um resumo de cada uma das manifestações populares da festa de S. João, conforme Luiz da Silva Ribeiro.

Fogueira. S. João é, como diz Carolina Michaelis, o santo das iluminuras, embora Santo Antônio e São Pedro, os Santos de Junho, também tenham direito de ganhar, em sua honra, uma fogueira mas o dia próprio da fogueira é o de S. João. Prática universal, usança antiquíssima e de raízes pagãs, pois a Igreja, em Concílio com o de Constantinopla, em 680, condenou a fogueira que qualificou de superstição dos ateus.

O povo, fiel à tradição, conservou sempre o culto do fogo purificador.

O cancionero é rico, variado e cheio de intenções:

Donde vindes, São João,
Que vindes tão molhadinho?
Venho de ver as fogueiras,
De colher o rosmaninho.

S. João quer mesmo ver as fogueiras, diz o povo.

Saltar fogueiras. Fazem os rapazes e os meninos alguns volentes bordões de roseira e acácia:

São João comprou um burro
Para saltar as fogueiras.
Salta burro, mija burro,
São João queimou as meias.

Vamos saltar as fogueiras
Com grande satisfação,
Para vermos qual de nós
É que abraça o São João.

Há também, como se sabe, a crença de estender-se aos animais, obrigando-os a passar sôbre o braseiro, para alguma coisa.

Também a ação do fogo estende-se aos campos e colheitas para espantar os bichos e a passarada. Queimam-se de preferência plantas fumosas, como se faz na Ilha Terceira, com tal fim de afugentar animais nocivos. Queimam-se lenha, palha, pinheiro revestido de rosmaninho, louro do mato, etc. Fogueiras com plantas aromáticas eram comuns, no século XVIII, colocadas nas ruas, para evitar o contágio ao tempo das epidemias.

Pular, dançar em redor da fogueira, em volta dum mastro enfeitado de murta, daro e rosmaninho, etc. ou deitar bombas, espetar um pau no meio da fogueira, com um saco ou boneco de papel cheio de bombas para explodirem quando as labaredas chegam perto são atitudes triviais na Terceira.

Água. As fontes presidiam deuses, ninfas, gênios, e, na Lusitânia principalmente Bormancio, mas o cristianismo impôs o culto da Virgem e dos Santos. O certo é que a origem greco-romana surge nos Açores atenuadíssima. Voltaram-se para a água do mar que tomou o lugar principal:

— Tomar banho de mar, no dia de S. João, para livrar-se de certas doenças;

— passar o dia na praia;

— andar de barco;

— dar banho aos animais, etc.

Estas e muitas outras práticas ocorrem no arquipélago; o mar é sagrado e no dia de S. João aumenta seu poder sobrenatural.

A água doce não se exclui.

— Antes do sol nascer (no dia de S. João) vai-se buscar água em três chafarizes para beber e se banhar;

— A hora do banho é motivo de muitas variações;

— Água serve para regar a horta e o cebolinho que melhoram se fôr em S. João;

— Exposta ao sereno, emprega-se no fermento do pão, mesmo fria;

— Lavar o rosto na água com plantas aromáticas de infusão, torna a pele fina e formosa;

— Há crença no poder miraculoso do orvalho, etc.

S. João associa-se desta forma ao ciclo da água. No arquipélago variam as práticas mas elas ocorrem sempre.

Medicina. Cura-se a calvície nas noites de São João. Há muitas, variantes: «O calvo mete a cabeça num ramo de par-

reira rachado, e tira-a por modo a deixar dentro um pêlo. Se o ramo solda, o cabelo nasce.» Também há práticas para dar força ao cabelo das mulheres: «despontam o cabelo na manhã de S. João, recitam versos, arrancam depois um gomo ou renôvo (folião) de uma cana verde e introduzem as pontas do cabelo no buraco.» Algumas práticas estão abandonadas, outras confinadas e o seu uso apenas a pequenas áreas. A medicina mais comum é a da cura de hérnias de crianças:

Curar as crianças herniadas, que o povo diz quebradas e na Terceira também rendidas, na noite de São João, é crença espalhada por toda a parte, onde o rito assenta nos mesmos conceitos e se traduz em práticas semelhantes às estudadas pelo saudoso Dr. Cláudio Bastos, na substanciosa monografia publicada n' *A Terra Portuguesa* (I-88 e segs.).

Com variantes de pormenor, consiste em uma Maria e um João passarem a criança três vêzes num ramo de vime ou outra planta semelhante, rachado por forma a ficarem prêsas as duas extremidades, enquanto dizem certa oração, e ligar depois o ramo que, à proporção que fôr soldando ir-se-á curando a criança.

É um caso vulgar de transmissão de doença a planta, animal ou cousa inanimada, e de passagem, como elemento curativo, por fenda ou cavidade, prática proibida nas Ordenações Filipinas (L. V, T. 3.º e 4.º) — «passarem doentes por silvão ou machieiro ou lameira virgem.»

Isto feito na noite de São João, noite santa na crença popular, tem especial eficácia.

As variantes consistem na ligação do ramo com linho fiado na ocasião por três Marias, ou com tiras da camisa da criança, assistência da madrinha, padrinho, pai, mãe, espécie da planta escolhida, palavras a proferir, etc. No fundo é, porém, sempre o mesmo.

O remédio usa-se nos mais diversos lugares, citados por Cláudio Basto, nas Canárias e nos Açores; mas na Terceira há uma variante digna de atenção.

Nos Altares, à beira mar onde não haja perigo de ser levada pelas ondas, um João e uma Maria passam três vêzes a criança por sobre três mares enquanto dizem:

Toma lá Maria
Que te dá João,
Menino quebrado
Para lh'o dares são.

Não aparece o vime nem outra planta.

Em São Bartolomeu pratica-se, ou praticava-se há anos, o mesino: mas levavam consigo uma vara de vime rachado onde passavam a criança, sobre três mares, e diziam:

Maria :

Toma lá João
Que te dá Maria
O menino quebrado
Pra lh'o dares são,
Em nome de Deus
E da Virgem Maria.

João :

Toma lá Maria
Que te dá João
O menino quebrado
Para lh'o dares são,
Em nome de Deus.
E de São João.

Sortes. S. João divide com Santo Antônio e S. Gonçalo a fama de santo casamenteiro.

Queixas, manifestações de amores, amores ausentes, futuro no amor e casamento são temas do cancionero de S. João.

As sortes conhecidas :
a dos *papelinhos*.

As raparigas fazem tantos papelinhos quantos os rapazes para que lançam as suas vistas ou as querem namorar, e em cada um escrevem o nome de um dêles. Enrolados ou dobrados os papéis deitam-nos num prato com água e põem-no ao relento na noite de São João, para, de manhã antes do sol nascer, irem ver se algum está aberto, pois o nome nêle contido será o do futuro noivo. Se todos estiverem fechados não haverá casamento nesse ano; se todos abertos o noivo não será nenhum daqueles; se estiver mais de um, será o indicado no papel mais aberto.

Igualmente generalizada é a sorte da *clara do ovo*, tão antiga que vem mencionada nas Constituições do Bispado de Angra de 1559.

Num copo de água deitam-se uns pingos de clara de ovo ou uma clara inteira, tapa-se o copo com uma toalha de olhos (tecido feito em casa, com favos numa das faces), nos Altares do avêso, e expõe-se ao sol durante meia hora.

Nalgumas freguesias reza-se também o Credo três vezes e diz-se :

«São Pedro, São Paulo, São Felipe e São Tiago, em nome de S. João declarai-me esta verdade: — se fôr para eu casar êste ano saia-me uma igreja, se fôr para eu embarcar uma embarcação, e se para eu morrer uma eça» (Altars). Noutras freguesias reza-se apenas o Credo e, se a clara tomar a forma dum monte, entende-se que prognostica riqueza em terras.

Na Vila Franca indica casamento a forma de um leito; e se é um rapaz que deita a sorte e sai um altar, sinal de vir a ser padre (17-183).

No Faial e Pico a fortuna do futuro marido está em relação com a altura das tôrres da igreja formada pela clara, quanto mais altas mais rico; e embarcação quer dizer que o noivo, ausente no Brasil ou na América, em breve mandará buscar a noiva; o copo aí expõe-se ao relento e não ao sol (19-107).

O ovo, na Terceira, é às vezes substituído por chumbo derretido.

Num prato de água, por modo a sobrenadarem deitam-se duas agulhas, uma mais grossa representando certo rapaz, outra mais fina representando certa rapariga, e recita-se o seguinte: — «São Pedro, São Paulo, São Felipe e São Tiago, em nome de São João declarai-me esta verdade: Se F. quer casar com F. chegue-se para ela» e fazem-se cruces no ar por cima do prato. Se as duas agulhas se juntam há casamento, se não aquela que se afasta da outra é que não quer casar.

Metem-se três grãos de fava de baixo do travesseiro, um descascado, outro com a casca, outro meio descascado. Ao acordar ou primeiro sono, mete-se a mão e tira-se um grão; se é o descascado o marido será pobre, se é o que tem a casca será rico, se o outro remediado. Na Terceira, em vez de favas, também se metem papelinhos dobrados com nomes escritos e aquêle em que se pegar conterà o nome do noivo.

Põe-se um grão de trigo numa bola de massa de pão e fazem-se mais duas bolas iguais. Um põe-se ao pé da cama, outra ao pé da porta e outra na borralheira (cavidade por baixo do forno para receber a cinza quando se varre). Se a que contém o grão fôr a primeira o casamento realizar-se-á nesse ano; se fôr a segunda não se sabe quando; se fôr a última nunca se realizará.

A sorte do bochecho, a que se refere a Marília de Dirceu, está muito generalizada e oferece variantes.

Na Terceira, numas freguesias, devem passar-se três portas com o bochecho na bôca e sair à rua, onde o primeiro nome que

se ouvir será o do noivo ou noiva, e então deitar fora a água. Noutras freguesias põem-se à porta ou à janela e, não se ouvindo nome algum, não haverá casamento. Noutras, ainda, metem-se de traz da porta mesmo sem bochecho. Há quem se ponha à janela, não à espera de ouvir um nome, mas de ver passar uma pessoa conhecida, cujo nome será o do desejado.

Ainda um oráculo revelará a *profissão* do futuro marido ou a situação do casal. Está pouco generalizado na Terceira, mas pratica-se em São Miguel e é de supor que de lá tenha vindo.

Sobre uma mesa colocam-se diversos objetos relativos a certas profissões: uma espingarda militar, uma vassoura varredor, um monte de terra lavrador, um livro doutor, uma pena escrivão, sem que os veja a pessoa que deseja saber a sorte.

Traz-se depois esta com os olhos vendados, faz-se-lhe dar uma volta em redor da mesa, e o objeto que tocar às cegas com a mão dirá o futuro. Em São Miguel (Vila Franca), põem-se, em vez de objetos, sete pratos com água, terra, bonecos, chaves, cinza, flôres, e dinheiro, e procede-se do mesmo modo. Os bonecos dizem que casará e terá muitos filhos, a terra que será proprietária, a água que embarcará, as chaves que terá fartura, o dinheiro riqueza, a cinza pobreza, as flôres que ficará solteira. Os pratos são postos de véspera ao relento e recolhidos antes do sol nascer.

A *sorte das alcachofras*, tão vulgar no continente, pratica-se na Terceira com a flor do cardo (*carduus teuniflores*), mas com variante. Apanham-se as flôres em botão na véspera do dia de São João e em cada uma amarra-se uma linha de côr diferente, a qual corresponde a determinado rapaz.

A flor que, exposta ao relento, estiver aberta no dia seguinte, será a representativa do futuro noivo, e se mais de uma estiver aberta a sorte considera-se sem resultadô. Em algumas freguesias chamuscam as flôres, e, em São Miguel, em vez de linhas, prendem pedacitos de papel com nomes.

Metem-se no aro da peneira os bicos de uma tesoura meio aberta, quanto mais afastado um do outro melhor.

Sentam-se duas pessoas frente a frente, cada uma delas enfia o dedo indicador da mão direita numa das argolas e diz : — «Peneira por São Pedro e São Paulo, e os Apóstolos, São Gonçalo, descobre-me aqui uma verdade.» A seguir pergunta-se o que se quer saber, por exemplo: «Se eu me casar êste ano, peneirinha volta-te para mim, se não volta-te para lá.» A cada nova pergunta repete-se a reza.

Outra fórmula é — «São Pedro, São Paulo, São Felipe, São Tiago, em nome de São João declarai-me esta verdade : — «Se

F. quer casar comigo, peneira vire-se para mim, se não vire-me as costa.» Se a peneira em vez de se virar apenas se torcer o casamento está só em pensamento.»

Completa-se o ciclo de São João com as manifestações seguintes:

- Como conhecer o futuro;
- O culto das plantas e flôres;
- O sono;
- As superstições.

Conhecer o *futuro*, «deitando peneira» por exemplo a mais divulgada.

A superstição mais curiosa é a boliana (valeriana), em São Miguel, que não encontro na Terceira.

A boliana plantada com um pequeno fio de ouro ou uma moeda de grelha, ao pé do barbasco, do trovisco e da belaluz, dá fortuna a quem a tem, mas para isso precisa ser comprada ou roubada.

Todos os dias, de manhã, deve-se regá-la e enquanto se rega dizer:

Bons dias, minha menina !
Como passaste a noite?
Tu comigo e eu sem ti,
E tu no coração d'outro.

Boliana, minha amiga
Verbasco teu companheiro,
Hás de pedir ao meu amor
Que me dê muito dinheiro.

A água que vem da serra
Vem de regar os craveiros,
Também te venho regar
Minha pobre cavalheira.

Os versos têm variantes.

De sete em sete anos, fecundada pelo barbasco, dá uma flor em forma de pena, com a qual se pode escrever e dá fortuna a quem a usa, razão por que ganham muito dinheiro alguns escrivães que a possuem; mas, para a colher, é necessário ir à meia noite com uma toalha de olhos pela cabeça, e a flor, quando se corta dá um grito.

Ao regá-la passa-se-lhe a mão por cima, e ela põe-se a saltar. porque é uma rainha encantada.

As meretrizes têm esta superstição muito arraigada: colocam a boliana entre as pernas e andam com as saias por cima para serem penetradas da sua virtude. Ao fazerem isto dirigem-lhe cantigas para não ficar triste.

Os emigrantes levam consigo algumas fôlhas, e, se a boliana murcha, é sinal de haver desgosto na casa.

e) *O Pastoreio*. Luiz da Silva Ribeiro escreveu também uma interessante monografia sobre o ciclo do gado (286). *O Pastoreio na Ilha Terceira*, onde estuda os costumes ligados à vida pastoril do arquipélago.

Faz o histórico do gado, sua abundância nas ilhas, as variedades, a origem etc. A marcação do gado, os ferros, os sinais e a própria marcação como dia de festa. O lado da rez que recebe a marca, os sinais nas orelhas quando cabra ou ovelha, a distinção entre o gado leiteiro e de trabalho, e gado bravo. A separação que se chama «criações» e pastagens. A ordenha, os bezerros e as denominações dos animais segundo os seus característicos exteriores: pêlo, cauda, focinho, patas, cornos, etc.

Os pastôres, a forragem, as doenças etc. constituem assuntos ligados à vida popular e econômica. O gado suíno, o gado lanífero e gado caprino são temas independentes e ricos de ligações com o folclore.

f) *A roda de fiar*. Luiz da Silva Ribeiro a estudou. Damos aqui uma nota extraída de seu ensaio sobre o assunto (287).

«Nos Açores há rodas manuais e de pedal, devendo ser destas últimas aquela de que fala Fructuoso, pois, naturalmente só ela e não uma simples roda de mão, faria tamanho barulho e trepidação que não deixaria sentir um catastrófico tremor de terra como o de Vila Franca em 1522.

A roda terceirense de pedal, usada numas freguesias rurais da ilha e desconhecida noutras, compõe-se duma pequena mesa de madeira com 0,m48X0,m21 de taça e quatro pés de 0,m57 de altura, entre os quais gira uma roda com quatro raios de 0,m44 de diâmetro acionada por um pedal.

Sobre a mesa estão fixos ao alto, a uma distância de 0,26, numa régua, duas pequenas pranchas verticais de 0,m25 de altura entre os quais gira, enfiado num eixo de ferro prêso às pranchas, um carrete de madeira (fuso) ligado por volante de correia ou corda à roda do pedal, que lhe imprime movimento de rotação.

À prancha está aplicado um parafuso de metal, que a fixa à mesa e permite esticar ou alargar o volante. O fuso tem

0,15 de comprimento e gira dentro dum arco de madeira em forma de *u*, com pequenos pregos enganchados ou ganchos de metal (caneleira) para nêles passar o fio e se distribuir igualmente em todo o comprimento do fuso, o qual, depois de cheio, se desenfia do eixo. Êste num dos extremos, está encaixado na prancha vertical e no outro apoia-se numa ranhura curva fechada superiormente por uma estreita tira de couro prêsa por uma cravelha de madeira.

Para fiar, enfia-se a ponta do fio feito a mão num orifício existente na extremidade do fuso e prende-se a ponta na extremidade. A lâ fica nas mãos da fiandeira que a vai fiando e enrolando no fuso pôsto a girar com o pedal.

Para maior igualdade de distribuição e o fuso ficar bem cheio, passa-se o fio sucessivamente em cada um dos ganchos do caneleiro, operação que se repete até encher o fuso completo. Quando se quer torcer faz-se girar o fuso em sentido oposto.

A roda descrita é da freguesia de São Sebastião, mas as de outras freguesias são idênticas, variando apenas na perfeição da mão de obra.

Da roda de mão terceirense há um bom exemplar no Museu Regional, procedente da freguesia dos Altares em todo semelhante à roda de pedal, salvo ser acionada a mão, e de dimensões mais pequenas. A mesa, onde assentam a roda e o fuso, mede 0,40X0,23 e, como as mulheres fiavam sentadas no estrado ou em cadeiras ou bancos muito baixos, modo por que ainda hoje trabalham de costura, os pés têm 0,43 de altura.

Na tábua ou taça da mesa, ao lado da roda, há enfiado num orifício um fuso de mão igual ao empregado na fiação do linho com a roca de cana, destinado a fiandeira iniciar o trabalho fazendo a ponta do fio que prende ao fuso da roda, e, um pouco adiante, um pequeno pedaço de verga metálica com que se desembaraça o fio se, por mal enrolado, não deixa girar o fuso.

Infelizmente não dão, ou não conseguí sabê-los, nomes especiais, a cada uma das partes da roda além de fuso e caneleiros, nome êste também dum pequeno aparelho manual destinado a encher as canelas das navetas dos teares. Não obstante quanto há de perigoso e incerto no argumento filológico para dêle concluir a origem dum objeto, talvez êsses nomes ajudassem a achar a proveniência da roda de fiar da ilha Terceira.

Em São Jorge dão-lhe os seguintes nomes:

Roda de balanço — roda ligada ao pedal.

Fuso — conjunto de peças (carro de canela e pega), onde se enrola o fio.

Colchetes — ganchos por onde vai passando o fio.

Banco — mesa da roda.

Balancim — alavanca de madeira que liga ao pedal a roda de balanço.»

g) *A Candeia*... Mereceu de Luiz da Silva Ribeiro um estudo especial:

«Com a generalização do uso do petróleo e a extensão da rede de distribuição da energia elétrica a grande parte das freguesias rurais da Ilha Terceira, a iluminação interior das casas a óleo ou azeite desapareceu, e a candeia, a ela destinada, só excepcional e raramente ainda hoje existe, quase abandonada, nalguma casa mais rotineira.

A candeia é formada por duas pequenas taças circulares, uma dentro da outra, cada qual com sua haste vertical, e, em frente desta, uma saliência ou bico para a torcida.

O recipiente ou taça interior, às vezes com sua tampa, denomina-se candeia de cima, o exterior candeia de baixo, e as hastes cabos. O cabo da candeia de cima é mais curto e prende-se ao outro por uma ranhura ou orifício que encaixa num pequeno gancho ou saliência do cabo da candeia de cima (cabide). No cabo há mais um refletor em forma de cruz ou coração, às vezes de dois monstros de fantasia (resplendor), que nas candeias de lata é em ambos os cabos, ficando um quase em frente do outro.

O cabo mais longo termina num gancho destinado a suspender a candeia, e na parte inferior do mais curto há duas pequenas correntes com uma minúscula tenaz (puxador), destinada a puxar a torcida, e um pedacito de verga metálica (espevitador) para limpar o bico da candeia se, por acumulação da fuligem ou de resíduos do óleo, dá má luz.

As candeias fazem-se, ou faziam-se, de ferro e de lata branca (fôlha de Flandres), e, no começo do século XIX, o seu fabrico podia considerar-se especialidade dos ferreiros de Santa Bárbara, então centro metalúrgico de certa importância.»

«A candeia na Terceira, suspendia-se de um prego na parede ao pé do lar, ao que alude uma cantiga popular:

Candeia que não dá luz

Não se espeta na parede,

ou dum cordel prêso a uma trave do teto por cima do estrado, que às vezes era terminado por um canudo de cana com uma moessa onde se encaixava o gancho.

Nalgumas casas havia o mancebo, objeto formado por um tabuleiro ou prato de madeira ou ferro com uma haste curva na borda, de onde se suspendia a candeia por cima do prato destinado a receber qualquer pingo de azeite ou fragmento de morrão destacado, da torcida.

Nas Lajes do Pico o mancebo é um cepo ou caixote com areia, tendo dum lado uma haste vertical de cêrca de metro e meio de comprido com furos para nêle se pendurar a candeia de azeite, que assim se pode colocar à altura que se quizer junto da mesa de trabalho ou da cama.

No continente também chamam de mancebo velador.

Na linguagem popular terceirense há frases e adágios referentes à candeia.

De duas pessoas desavindas diz-se que «andam de candeias as avessas.» Para dar idéia de miséria diz-se que se come «ao almoço peles do pescoço, ao jantar borda de alguidar e à ceia morrão de candeia», frase que, todavia, as crianças repetem sem sentido irônico.

Um adágio aconselha — «A candeia que vai adiante é que alumia», ou «alumia duas vêzes.»

A flor do jarro roxo escuro chamam candeia, como no Pico, e o dia 2 de fevereiro é dia de Nossa Senhora das Candeias, tomando, porém, aqui a palavra no seu antigo sentido de vela ou cirio.»

h) O *Moinho de mão*. Lê-se em Luiz da Silva Ribeiro :

«Na Ilha Terceira o moinho de mão é mais desenvolvido e aproxima-se do moinho movido por animal (atafona) já descrito no Boletim da Comissão Reguladora dos Cereais no Arquipélago dos Açores.

Este moinho de mão (Altares) é formado por duas mós circulares de 52 centímetros de diâmetro, uma inferior fixa, outra superior girante sobre um eixo de madeira ou ferro, ambas levemente cônicas, oito centímetros no centro e cinco centímetros nos bordos, adaptando-se uma à outra. A mó superior tem no centro um orifício de 10 centímetros de diâmetro a atravessá-la de face a face, por onde, com a mão, se deita o cereal a moer.

O eixo cilindro atravessa as duas mós apoiando-se superiormente numa régua de madeira com um encaixe, diametralmente entalada no orifício da mó, e inferiormente numa régua colocada por baixo das mós, disposta por forma que, com auxílio de pequenas cunhas ou calços, afasta ou aproxima a mó volante da fixa, aumentando ou diminuindo a pressão para produzir farinha mais ou menos fina.

Na mó superior há ao lado, à distância duns 20 centímetros do centro, um orifício onde se encaixa o cabo de madeira roliço, destinado a imprimir movimento à mó.

Neste cabo, para facilitar a rotação diminuindo o esforço, prende-se uma alavanca, pedaço de pau um pouco curvo de 53 centímetros de comprimento, com um orifício na extremidade para enfiar no cabo.

A mó inferior está fixa num mesa de madeira em forma de ferradura com rebordo para encaixar e segurar a mó dormente, e uma abertura de 38 centímetros, prolongada na frente cêrca de 22 centímetros para aparar a farinha que sai de entre as mós, fechada com uma régua em guilhotina para a farinha não cair no chão.

À mesa apoia-se em quatro pés de 68 centímetros de altura.

Na parte inferior da mesa corre de lado a lado a régua em que assenta o eixo, pousada nas extremidades sôbre pequenas cunhas de madeira metidas num retângulo junto aos pés para, como já se disse, aproximar as mós, aumentado-se o número ou o tamanho das cunhas.

A persistência do moinho de mão nas ilhas, designadamente na Terceira, deve atribuir-se a causas históricas.

Nelas, logo no início do povoamento, foram introduzidos os moinhos mecânicos acionados por forças naturais. Luiz Teixeira, em 1587, informa haverem na Ribeira dos Moinhos, que atravessa a cidade, 18 moinhos de água por ela movidos, e 15 na Ribeira da Agualva; Linschot, no desenho da cidade feito em 1595 indica, além dos moinhos da ribeira, moinhos no Monte Brasil, os quais sem dúvida, seriam de vento, por no local não haver água; e Gaspar Frutuoso, bem como diversos documentos, fala em atafonas.

A moagem, porém, segundo as respectivas cartas, era exclusivo ou monopólio dos capitães dos donatários.»

i) *Arcaismos na linguagem popular.* É uma pesquisa interessante de Luiz da Silva Ribeiro, que coleciona, explica e autentica numerosos têrmos arcaicos em circulação na linguagem do povo. (288).

«O falar do povo da ilha Terceira está cheio de arcaismos.

Há palavras cuja significação no continente evoluiu, e mantiveram na ilha a acepção antiga. Outras conservaram a forma arcaica a par da forma moderna. Há ainda a considerar, em número muito reduzido porém palavras cujo uso desapareceu quase totalmente na linguagem corrente do país, e se manteve nos Açores bem como certas formas de construção da frase.

Sirvam de exemplos da primeira categoria de palavras abalar no sentido de comover, convidar no sentido de obsequiar e presentear, filhar por alcançar, bragas por ceroulas ou calções.

Na segunda, a mais numerosa, entram avantário, prantar, doairo, cales, lecença, hoje inventário, plantar, donaire, calix, licença.

O povo diz herêo no sentido de proprietário e herdeiro, místico em vez de comum como se lê em velhos documentos, fluza por fiança, e, lembrado do tempo em que as colheitas eram dizimadas para a igreja, dízima a Deus, uma terra livre de quaisquer ônus ou encargos prediais. Usa expressões como rua da casa no sentido de reduto junto da habitação, tal qual se lê nos *Portugaliae Monumenta Historica*.

O pronome a gente leva o verbo ao plural, a preposição emprega-se com o advérbio junto, e a preposição rege certos verbos de movimento como começar, entrar, seguidos de infinitos.

Há no estilo, no arranjo da frase, certo ar antiquado, que facilmente se reconhece pôsto que difficilmente se preste à análise. Também creio digna de nota a forma de tratamento, mesmo entre casados ou entre irmãos, na segunda pessoa do plural e não na segunda ou terceira pessoa do singular, vós ides por tu vais ou o senhor vai, vós haveis, vós tendes, vós sois, costumes que, todavia, se vai perdendo.

Há palavras que talvez tenham existido no continente e só na Terceira se encontram vivas. Lembro nabiça, comprador de peixe para revenda, que hoje paga o impôsto de pescado, se, como julgo, o têrmo se relaciona com o antigo impôsto nabo ou nabão, de que fala Viterbo no *Eucidário*. É suspeito que tivesse vindo do continente, porque, não me consta que o nabão se cobrasse nos Açores, menos ainda na ilha Terceira, porque pelo Foral de D. Manuel, dado à cidade do Pôrto, era dêle isento os moradores desta, e aos habitantes da cidade de Angra foram concedidos, por D. João III, os privilégios dos cidadãos portugueses.

É sedutora a hipótese de todos êsses arcaísmos terem sido introduzidos pelos primeiros povoadores e se manterem até hoje na ilha por obra do isolamento insular, sendo assim o falar do povo terceirense, com leves e inevitáveis modificações, o português corrente no século XV. Os fatos, contudo, não parecem confirmá-la.

Muitos dos arcaísmos que aqui se usam existem igualmente em diferentes falares do povo do continente, e se alguns aí não correm já o seu número, por bastante limitado, não pode ser suficiente para caracterizar a linguagem terceirense.

j) *Oração contra o pesadelo.* São Bartolomeu é advogado contra as doenças de pele, porque foi esfolado vivo. Associado a vários cultos e práticas, foi-lhe conferido poder especial contra o demônio. Há orações do Santo contra o diabo e em Portugal verifica-se a devoção muito comumente (289):

O culto de São Bartolomeu foi trazido para os Açores logo depois do início do povoamento e, pôsto que nunca aí tenha tido grande desenvolvimento, nas ilhas aparece a oração contra o pesadelo semelhante à continental.

O povo açoreano atribui o pesadelo a seres demoníacos; mas também lhe dá personalidade própria e independente — o pesadelo da mão furada, como se lhe chama na Ilha Terceira, e na de São Miguel, segundo informa Teófilo Braga no Povo Português; e bem assim anima o sono das crianças, que diz causado pelo João Pestana, fato que, aliás, se dá noutras regiões.

Curioso é, porém, que, a par da oração contra o pesadelo, aparece outra a São Bartolomeu, em que se fala d'ele, e uma fórmula mágica, sem invocar Santo algum.

O Padre Manuel Azevedo da Cunha recolheu na Calheta de São Jorge a seguinte oração:

São Bartolomeu, se alevantou,
Seu pé direito calçou,
Seu bordão na mão tomou
Seu caminho encaminhou,
A Virgem êle encontrou
E ela lhe perguntou:
Onde vais, Bartolomeu?
Em cata da Virgem vou...
Torna atraz Bartolomeu
Que eu te darei tal condão.
Na casa onde tu entrares
Não morrerá boi de arado,
Nem cavalinho d'estado.
Nem menino atabafado.

Truz, truz

Fora cão arrenegado,
Lucas, Marcos e Mateus,
Senhor, com todos os teus.

Na Ilha Terceira recita-se esta oração.

Contra o pesadelo registrou na Calheta o mesmo Padre Cunha, a seguinte oração, semelhante à que corre no continente, mas sem nela se invocar São Bartolomeu:

Minha mãe me disse
Não tivesse medo ao pesadelo,
Que êle tem à mão furada
E a unha revoltada,
A língua a ferro cortada,
A bôca a São Balião;
Assim faça Deus aquêles
Que contra nós estão.

São Balião, anota o Padre Cunha, é Santo Emiliano.

Na Ilha Terceira (Altares) há outra fórmula:

Pesadelo da mão furada
E da unha arrebitada,
Passa o mar cento e cinqüenta vêzes
Primeiro de que cá chegues.

A fórmula tem mais duas versões. Na primeira, o segundo verso é — De unha arrevinhada; na segunda, os terceiro e quarto versos são:

Passarás o mar cem vêzes
Para bem de cá chegares.

A origem dêstes dois versos deve ser local, pois, apesar da freqüência e regularidade das carreiras dos vapores, o povo ainda julga passar o mar empresa arriscada, idéia que traduzem diversas cantigas populares.

As duas resas ou fórmulas açoreanas, colhidas na Calheta de São Jorge e na Ilha Terceira, mostram que a oração continental a São Bartolomeu não é mais do que a cristianização, como muitas outras, de uma fórmula mágica operando diretamente contra o pesadelo.»

k) *Adivinhas populares.* Noutro estudo, Luiz da Silva Ribeiro aprecia as adivinhas populares (290), das quais extraímos uns exemplos:

- Que é, que é, que anda de buraco em buraco com as tripas penduradas de fora (agulha);
- Quanto maior é, menos se vê (escuridão);
- Que é, que é, quanto mais quente mais fresco (pão);
- Que é, que é, amarelo por dentro, preto por fora e tem asas (tacho).

Há as adivinhas em versos, outras que são maiores, etc.

«Nalguns lugares as adivinhas estão ainda em uso e o povo improvisa-as na ocasião; mas, na Terceira estão decadentes e não levará muito tempo a desaparecerem, esquecendo-se as tradicionais. Pelo menos hoje não se improvisam. Repetem-se sempre as mesmas de todos mais ou menos conhecidas.

Isso concorre talvez para perderem o interesse, pois, sabendo-se a decifração, deixaram de ser prova de argúcia, e o dizer muitas tornou-se apenas ostentação de boa memória.

Dantes constituíam passatempo indispensável nas desfolhas do milho e nos serões em que as mulheres cardavam e fiavam lã. Ao presente conversa-se sobre ocorrências diárias, notícias da América, touradas e até fitas cinematográficas que, de vez em quando, as empresas da cidade exibem nas freguesias rurais; e as adivinhas, como os contos e romances tradicionais, esqueceram.

Quem ainda as procure só as ouvirá a alguma mulher velha ou a rapazes de 14 a 16 anos, que, no terreiro, ao domingo, quando se juntam, as dizem uns aos outros. Fora disto, se por adivinhas se pergunta a gente nova, responde que não sabe e, desdenhosamente, encolhe os ombros.

Não era só na Terceira que, em dadas ocasiões, as adivinhas se tornavam, por assim dizer, obrigatórias. Sebilot cita outras como as debulhas nas Celes, os enterros na Baixa Bretanha, o sacrificio do cavalo de que falam os Vedas.

Para notar é que o povo terceirense, tão imaginoso e naturalmente improvisador na poesia popular constantemente renovada, não improvise adivinhas.

Embora não haja regras fixas, observadas nas adivinhas populares tradicionais, algumas circunstâncias se dão nelas susceptíveis de análise e de servirem de base à organização e classificação de tipos estruturais.

Há, no geral, um elemento obstrutivo tendente a desviar a atenção de quem ouve da decifração, e outro complementar que a esta conduz.»

1) *O Patrono dos Emigrantes.* O Beato João Batista Machado é o Santo dos Emigrantes açoreanos, pois nasceu em Angra do Heroísmo, em 1582, e foi martirizado no Oriente.

Luiz da Silva Ribeiro (291) estuda-lhe a biografia :

«O que se sabe é que, uma vez na capital, seguiu para Coimbra a matricular-se no Colégio da Companhia de Jesus, que tinha grande fama, era frequentado por alunos que se não destinavam

ao sacerdócio e nêle a vida espiritual era tão intensa que o panegirista Pe. Antônio Franco pode dizê-la imagem da virtude.

A sua jerarquia, único filho varão duma casa nobre e rica, a sua idade e o fato de ir com êle um seu parente, que não entrou na Companhia, levam a supor que João Batista se não destinava a professar, embora pudesse ser esta a sua intenção oculta.

Fôsse como fôsse, professou em 1601 e logo, a seu pedido, o mandaram missionar na Índia.

Em Goa estudou filosofia, fêz doação à mãe de todos os seus bens em 1605 e de lá foi para Macau estudar teologia, seguindo em 1609 para o Japão.

No Império do Sol Nascente aprendeu o japonês no Colégio de Arima e foi evangelizar em Meaco e Fuximo.

Desde que em 1540 S. Francisco de Xavier teve conhecimento em Malaca do Império do Japão pelos mercadores portugueses que a êle aportaram e foram, como o seu grande amigo a faialense Diogo Pereira, os primeiros europeus que pisaram terra do arquipélago nipônico, concebeu o projeto de cristianizar aquêles povos, para entre os quais partiu nesse mesmo ano. Ao santo homem muitos missionários se juntaram, criando em pouco tempo, mercê da docilidade e anêlo de perfeição moral do japonês, uma grande e florescente cristandade.

O Japão era um país governado por um sistema político em que a religião tradicional tinha a mais importante parte. O imperador era considerado, não só descendente dos deuses, como pessoalmente um deus. Não se ocupava do govêrno, que incumbia aos shoguns, e vivia todo entregue a especulações teológicas e filosóficas. Bulir com a religião do Estado era afetar a ordem política que nela tinha a sua origem. Depois, ao mesmo tempo que os missionários, iam mercadores, que inconscientemente serviam os interêsses e favoreciam as intrigas dos poderosos, cada um dos quais ambicionava conquistar em prejuízo dos outros o monopólio do comércio externo. Tais fatos deviam determinar, em mais ou menos curto prazo, uma mudança de atitude, não só com respeito a cristãos e comerciantes, como a todos os europeus. Foi o que succedeu em 1614.

Neste ano foram desterrados os missionários e o país fechou-se a estrangeiros, reentrando no seu isolamento tão querido aos povos do Oriente.

Alguns evangelizadores, para não desampararem os convertidos, desobedeceram à ordem de expulsão e conservaram-se escondidos, entre os quais o nosso Pe. João Batista Machado, que ficou nas ilhas do Gôto até ser descoberto e prêso em Omura, no cárcere chamado Cori, em 1617.»

«No dia 27 de maio de 1617, tirado do cárcere, manietado, segurando entre as mãos um pequeno crucifixo como o mostra uma antiga gravura, foi decapitado. A afiada catana, a destreza do algoz não evitaram que só ao terceiro golpe a cabeça se separasse do corpo.

Tão cruel suplicio recebeu-o o santo, não com a resignação admirável dum estóico, mas com a alegria sublime do crente, alegria tão sobrenatural e comunicativa, que, ao vê-la, o próprio algoz se converteu e veio a receber igual suplicio.

Não foi o martírio acidente que de surpresa colhesse o santo homem de Deus. Era o fim que de longe ambicionava e, para alcançá-lo, desde muito trabalhava.

Conduzido das ilhas de Gôto para Omura, apesar da respeitosa deferência com que o tratavam a bordo, pedia instantaneamente que o amarrassem. Dias depois de prêso no cárcere Cori, escreveu aos padres da Índia a narrar a sua vida na prisão, os tormentos que nela padecia, e a falar nos maiores que esperava vir a padecer. Não se queixa, conta singelamente o que se passa. O cárcere úmido causava-lhe dôres horríveis, que o não deixavam sossegar um instante, mas agradecia a Deus a resignação, a paciência com que as suportava, até poder receber a mercê suprema de se ver numa cruz ou debaixo duma catana.

Quando, comovidos, os oficiais de justiça lhe leram a sentença, exultou e afirmou-lhes que três dias felizes tivera na vida: o da sua entrada na Companhia de Jesus, o da sua prisão nas ilhas de Gôto e aquêlê. Escreveu então uma carta ao Pe. Sebastião Vieira a dar-lhe a boa nova, agradecendo a Deus aquela alegria.

A seqüência da sua vida mostra que era êste o ideal que a norteou.

Entrou aos 15 anos para a Companhia de Jesus, isto é, abandonou todos os bens terrenos, quando, pelo seu nascimento e fortuna, podia aspirar a elevada situação social, e, logo que professou, pediu para ir para a Índia, de onde seguiu para o Japão, o pôsto mais arriscado. Podia ter acatado a ordem de expulsão dêsse país, mas desobedeceu e escondeu-se tão mal, que foi prêso pouco depois. Sabia o que lhe ia suceder, e, não só não procurou evitá-lo como até facilitou os acontecimentos. Obsatinado a buscar o martírio, nada o desvia do seu fim e não desiste de prosseguir no seu árduo caminho. A tudo se sujeita, afincadamente, teimosamente, para realizar a suprema aspiração.»

«A uns orienta-os o desejo terreno de melhor vida, ao outro a ambição sublime duma vida eterna; uns obedecem a impul-

sos do espírito humano, o outro obedeceu as tendências da sua alma mística, às solicitações da graça. Ambos, todavia, com igual fé, fé no resultado do próprio esforço, na sua boa estrêla, na divina Providência.

É isto que irmana o santo ao emigrante e faz daquele o patrono dêste.»

m) *Posturas do Conselho*. A reforma das Posturas do Conselho de Angra em 1655, que Luiz da Silva Ribeiro aprecia muito bem (291-A), é fonte para um bom estudo dos costumes e entre os mais variados aspectos, notam-se os que dizem respeito até a mudança de hábitos da cidade:

Consequência de tudo isto operou-se a mudança de hábitos da população traduzida, principalmente, nas ricas e luzidas festas que se celebram em ocasiões de público regozijo.

Para comemorar a aclamação de D. João IV, as procissões de Corpus Cristi e Santa Isabel, todos os anos realizadas com figuras profanas, folias de tambores e pandeiros e outras danças, concorrência dos ofícios com suas insígnias e castelos, tiveram excepcional brilho.

Em 1651 os jesuítas, ao mudarem-se para o nôvo edificio do seu colégio, ordenaram uma procissão, a mais solene até então vista, em que se encorporaram nove figuras alegóricas às nove ilhas do arquipélago, tão ricamente ornadas de jóias que, refere Maldonado citado por Drumond, os estrangeiros, admirados, diziam não ser prudente tamanha ostentação de riqueza «em terra que tinha os castelhanos por inimigos e tão poderosos.»

Já na canonização de Santo Inácio de Loiola e São Francisco Xavier, tinham feito ruidosas e prolongadas festas.

O casamento de D. Catarina de Bragança com Carlos II de Inglaterra foi festejado no Castelo pelo então Governador Francisco de Ornelas da Câmara com três dias de touros, cavalladas e fogos de artifício e de artilharia.

Como no continente eram elementos de tais festas, luminárias, Te-Deum, procissões e sermões, danças, jogos de canas, fogos de pólvora, embora houvessem sido proibidos por lei de 9 de janeiro de 1610, folias, touradas, cavalladas, encamizadas ou cortejos noturnos de cavalheiros cobertos de branco, com tochas e fogaréus.

n) *Posturas da Câmara em 1788*. Luiz da Silva Ribeiro também publica a «Reforma das Posturas da Câmara de Angra em 1788.» Tema repleto de interêsse (292).

«Visam principalmente matéria econômica, e assim regulam o comércio, a agricultura e o exercício das artes e ofícios, cujos produtos foram minuciosamente tabelados.

É esta, até, a parte mais importante da coleção como subsídio para a história local, pois dá perfeita idéia das nossas possibilidades industriais e econômicas, bem como do conjunto de providências tomadas na defesa dos interesses de produtores e consumidores, especial preocupação, tanto dos Capitães-Generais como do governo do país, a que obedecem várias posturas, entre as quais as relativas ao cultivo obrigatório de certas plantas alimentares com o fim de abastecer o mercado interno, designadamente a batata inglesa, cuja produção se buscava intensificar, a despeito dos prejuízos dos lavradores, que mostravam franca e invencível antipatia por ela.

Na parte relativa ao comércio, vê-se a diligência da Câmara empenhada em fazer reviver tão importante fonte de riqueza e prosperidade do Conselho em épocas anteriores, não obstante a sua decadência resultar, em verdade, dum conjunto de circunstâncias a que era estranha e em que não podia eficazmente influir.

No resto, as novas posturas reproduzem, mais ou menos modificadas ou desenvolvidas, as anteriores, predominando as normas de caráter policial.

Estas posturas dão-nos ainda subsidios de valor para ajuizar o nível de vida da população do conselho, em particular da cidade, nos fins do século XVIII. Por elas conhecem-se os preços dos gêneros, importância dos salários dos trabalhadores, preços de venda de vários objetos e custo de diferentes serviços, qual o regime alimentar, além de usos e costumes. Alguns assuntos, estão regulados com tanta minúcia que as normas reguladoras constituem preciosa informação acêrca dêles, sobretudo a quem se proponha escrever a história da cidade, até hoje tão incompleta e dispersivamente feita.

O Livro único das constituições e reforma das posturas, ora publicado, é um manuscrito existente no arquivo da Câmara Municipal de Angra, atualmente depositado no Arquivo Distrital, com 48 fôlhas, numeradas numa só face, mas escritas por ambas com excelente letra, de 0m,410 x 0,m270, sólidamente encadernado em marroquim vermelho escuro.»

o) *Sesmaria*. A influência das sesmarias no povoamento estabeleceu as bases econômicas da fundação de sociedade açoriana e, portanto, o regime de classes, a determinante de costumes etc.

Luiz da Silva Ribeiro analisa os aspectos históricos na Ilha Terceira (293).

«A propriedade constitui-se no regime de sesmaria.

Sesmaria, segundo Viterbo no Elucidário, era «o nome das datas das terras, casais ou pardieiros que estão em ruína e desa-

proveitados e que os seus direitos senhoriaes, depois de avisados, não fazem aproveitar a valer.» Regulavam-na as Ordenações Afonsinas e os encarregados de dar e repartir as terras diziam-se sesmeiros e também coureleiros.

A origem da palavra sesmo tem sido discutida. Segundo Gaspar Frutuoso deriva do fato da terra ficar livre ao sexto ano do que a não aproveitou nos cinco anos anteriores, opinião que Leite de Vasconcelos refuta, alegando o que diz o Reportório das Ordenações do Reino — sesmaria (sexmaria) *quia alim de his terris sexta pars applicatus fisco*, e as diversas acepções de palavras que, segundo Morais, também significou terreno inculto, e, em Alegrete limite entre duas freguesias.

Drumond atribui-lhe origem no italiano semo, divisão, parte; e Pereira e Sousa no Dicionário Jurídico diz sesmo a sexta parte de qualquer cousa, fora ou pensão do sexto; e também têrmo, sítio ou limite em que há sesmarias, terras abertas e inaproveitadas, baldios.

Nas Ordenações Afonsinas as leis conhecidas por êsse nome, promulgadas no tempo de D. Fernando, D. João I e D. Duarte, visavam o desenvolvimento da agricultura e chamar gente ao trabalho dos campos, abrangendo providências sobre a dada das terras, criação de gados e repressão da vadiagem. Causas, porém, não compreendidas nelas, ao tempo nem sequer possíveis de prever, inutilizaram os seus propósitos, e a agricultura continuou sofrendo várias vicissitudes.

No tempo de D. João I e D. Afonso V, as guerras, viagens e conquistas do Norte de África desfalcaram a população do reino e roubaram-lhe braços. Nos subseqüentes reinados as explorações ultramarinas produziram análogos efeitos. As Ordenações Manuelinas ocuparam-se, nesse ponto e indiretamente, em punir a vadiagem; D. João III procurou em especial desenvolver a criação de gados.

Nas Ordenações Filipinas consignaram-se medidas atinentes ao aproveitamento das terras.

A escravatura e a entrada de escravos negros não conseguiram compensar o êxodo da mão de obra agrícola, que o povoamento da Madeira e outras regiões acentuou. Daqui talvez resultassem muitas das disposições do Foral dos Almoxarifes, e outros diplomas respeitantes aos Açores, concernentes à agricultura e pecuária.

O direito de dar as terras desaproveitadas a quem as aproveitasse fundava-se no conceito do domínio, do qual, escreve Ferrão : — «Do domínio por ocupação e conquista resulta o impê-

rio mero e misto, ou o direito de distribuir as terras, que ninguém podia ocupar sem licença ou concessão do imperante, repartindo-as em courelas e dando-as, bem como os casais, os coureleiros, se estavam desertas ou bravias, aos povoadores que as iam cultivar e habitar. Do domínio privado do ocupante resulta o direito de possuir e alienar.»

«A efetiva ocupação e cultura das terras constituía e autorizava a aquisição e conservação dêsse domínio, por isso, quem não cultivava não o adquiria.»

Como as terras da ilha estivessem incultas e desaproveitadas, o capitão representante do donatário detentor do império, dava-se por suas cartas, «forras pelo foral dela», isto é, sem pensão nem encargo, a quem lhe aprouvesse, com a condição de as aproveitar dentro de cinco anos, sob pena de, não as aproveitando nesse prazo, lhe serem tiradas e dadas a outrem.

Quanto ao modo de as dar regulavam diversos diplomas.»

p) *Rimas Infantis*. Estudou Luiz da Silva Ribeiro (294) perto de 73 rimas infantis, que colecionou.

«As rimas infantis, a que os inglêses expressivamente chamam «nursery-rhymes», têm sido por tôda a parte objeto de estudo dos folcloristas.

Em Portugal, além de outros, ocuparam-se delas, Leite de Vasconcelos nos *Ensaio Etnográficos* e, mais modernamente, o Sr. Dr. J. R. dos Santos Júnior, num importante artigo — Lengalenga e jogos infantis — publicado no vol. VIII dos «Trabalhos da Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia».

A presente coleção compõe-se de rimas diretamente colhidas por mim do povo da Ilha Terceira, a que juntei algumas notas comparativas e explicativas.»

q) *O alho nas tradições populares*. É tema desenvolvido noutra monografia, por Luiz da Silva Ribeiro (295). O assunto é rico. Apenas transcrevemos dois aspectos:

«O crescente uso que nos Açores modernamente se vem fazendo na medicina caseira da tintura de alho como remédio para certas doenças, em especial do sistema circulatório, levou-me a reunir algumas notas sôbre o alho nas tradições populares açoreanas, pondo-as em confronto com as continentais.

O alho usa-se como alimento, como medicamento e como agente mágico.

Na alimentação popular há que considerá-lo como conduto e como tempêro, e na magia como amuleto, atuando diretamente,

e como ingrediente de certas práticas supersticiosas. Daqui o método seguido nesta exposição.»

«Barbas de alho emprega-se para designar barba rala, mal semeada, barbichas.

Contam, para traduzir rudeza, que os barqueiros do Pico, que fazem viagem nos barcos à vela entre a sua ilha e a do Faial, quando o vento é intermitente, se dirigem a Deus pedindo que mande vento para o barco andar, e se proventura vem alguma lufada mais forte, exclamam enfurecidos: — «Nem tanto Barbas d'Alho»!, aludindo ao fato de, na iconografia católica, o Padre Eterno, que figura sempre nos painéis das capelas das almas, ser geralmente representado com barbas.

Ligado à idéia da ingestão do alho desenvolver calor, está o ditado — «Quem se queima alhos come», que o poeta Antônio Serrão de Carvalho assim glosou:

«Se quem se queima alhos come,
Diz o nosso adágio antigo,
Nize, pois te queimas tanto,
Alguns alhos tens comido.»

Como tempêro é ainda mais geral o emprêgo do alho. Entra como base do molho de vilão, assim chamado justamente, pela idéia de rusticidade que se liga a quem o come.

A atestar a antiguidade do condimento está a referência que lhe faz Plauto no *Pseudolus*.

Sampaio diz que nos Açores há duas espécies de alho, *allium ampeloprasum*, L., que é o alho bravo ou porro, e o *allium roseum*, L., e só dêste, o alho vulgar ou manso, se faz uso na alimentação. Noutros lugares, porém, empregam igualmente o alho porro, que dá até o nome a um guisado ou manjar feito com êle, a porrêta, bem como à comida em que entra.»

f) *Benquerenças e Malquerenças*. Luiz da Silva Ribeiro coletou uma série de quadras geográficas alusivas aos Açores, deu-lhes notas elucidativas. São justamente 100 quadras que vêm precedidas duma introdução (296).

«A poesia popular, como manifestação da psicologia do povo, move-se dentro do círculo de idéias e fatos em que lhe decorre a vida. Não admira, portanto, que nela abundem referências ao meio geográfico.

Por tôda a parte há rivalidade e malquerenças, sôbre tudo entre terras próximas, e, a par delas, simpatias e afinidades. Tanto umas como outras se refletem na poesia popular. Originam-se os louvores, as mais das vezes, nos amores do poeta na

terra que por isso lhe é simpática ou nas boas recordações que lhe deixaram fatos aí ocorridos quando a visitou.

As malquerenças traduzem-se ainda em anedotas ou histórias que põem em relêvo aspectos risíveis dos habitantes, em ditados e alcunhas étnicas quase sempre àquelas ligadas.

Há também cantigas nas quais as localidades entram como acessório, independentemente ou por mera exigência da rima, sem maior ligação com a idéia ou sentimento principal que a cantiga exprime.

Êstes fatos, como é natural, são gerais. Na poesia popular há sempre rivalidades, nota do Doutor Leite de Vasconcelos, e, pelo menos entre o continente e as ilhas adjacentes, não se encontra sensível diferença no modo como o cancioneiro as exterioriza. O cantador ora aplica a mesma forma a muitas idéias, ora exprime a mesma idéia por formas diversas, e há cantigas de sentido tão vago e genérico que podem aplicar-se a qualquer localidade, substituindo apenas o nome.

As cantigas geográficas, bem como outras manifestações de simpatia ou antipatia entre lugares próximos ou afastados, têm sido reunidas e estudadas tanto no nosso país como no estrangeiro.

Em França, Paulo Sebillot e Henrique Gaidoz, organizaram uma importante coleção de fatos dessa natureza sob o título de *Le blason populaire de France*. Em Portugal o Dr. Leite de Vasconcelos reuniu bastante ditados tópicos além de haver registrado noutros lugares grande número de cantigas geográficas. Estudos semelhantes têm aparecido como *Lisboa no folclore* e *O Pôrto na poesia popular* (Boletim cultural da Câmara Municipal do Pôrto, vol. V, página 332) pelo Sr. Dr. Luiz Chaves; *O Pôrto no cancioneiro de S. Simão de Novais* (Tradições populares de Entre-Douro-e-Minho, Barcelos, 1938) pelo Sr. Dr. Fernando de Pires Lima; *O Pôrto e os seus arredores no Cancioneiro Popular* (Boletim da Beira Litoral, Fasc. III, 1941) pelo Sr. Dr. Augusto Cesar Pires de Lima.

O exemplo levou-me a reunir uma pequena colectânea de cantigas tópicas dos Açores, a que juntei algumas notas explicativas, a par de alcunhas, anedotas e ditados, pondo tudo, sempre que foi possível, em confronto com o que se passa no continente.

As cantigas foram extraídas dos *Cantos Populares do Arquipélago Açoriano* de Theophilo Braga do *Mês de Sonho* do Doutor Leite de Vasconcelos, e de outras publicações que oportunamente indico, além das que pessoalmente recolhi da boca do povo.

Os números das cantigas correspondem aos das notas.

O que digo com respeito a anedotas, ditados e alcunhas, foi-me em parte amavelmente fornecido, no que respeita a S. Miguel, pelo meu saudoso amigo, Pe. Ernesto Ferreira, e às outras ilhas pelo Sr. Manuel Dionísio da Horta, sempre disposto a acolher benévola e os meus pedidos de informações, o que mais uma vez muito lhe agradeço.»

s) *A lenda de Nossa Senhora da Ajuda em Santa Barbara.* Luiz da Silva Ribeiro (297) escreveu ótima pesquisa sobre a lenda.

Os estudos de imagens achadas, a resistência à deslocação de imagens, a aparição, as pegadas, as romarias, as festas, o caráter profano, etc., merecem atentos comentários do autor.

«Na freguesia de Santa Bárbara da Ilha Terceira, anterior a 1545, existe, pelo menos desde meados do século XVI, a ermida de Nossa Senhora da Ajuda, a qual se liga uma lenda digna por vários motivos da atenção dos etnógrafos.

À ermida se refere Gaspar Frutuoso nas Saudades da Terra: — «Nesta freguesia de Santa Bárbara, ao longo do mar, está a dita ermida de Nossa Senhora da Ajuda, onde dizem que ela apareceu.»

Na História Insulana informa o Padre Cordeiro: — «tem a dita ermida de Nossa Senhora da Ajuda, que dizem ali apareceu, & por ali vem a vista as naos da Índia & salvão a esta Senhora & lhes responde o Forte da terra, & manda logo nova a Cidade.»

O Padre Jerônimo Emiliano de Andrade, na Topografia, limita-se a dizer que «a tradição popular conta que a imagem da Senhora fôra achada naquele mesmo lugar.»

Do volume primeiro da obra do Padre Jerônimo fez o Vigário José Alves da Silva, em 1891, nova edição copiosamente anotada e, nas notas, fala da ermida e lenda do aparecimento.

Segundo êle, a ermida tem gravada numa pedra a data de 1672, mas é de construção anterior, e o ano indicado deve ser o de quaisquer obras importantes.

Em 1877 e 78 melhoraram-na muito, bem como à casa denominada dos romeiros. Puseram um teto, estuquearam-no e o da sacristia altearam as paredes cerca de um metro, abriram duas janelas, assobradaram parte do chão, construíram o campanário e uma tribuna, desaterraram as paredes, rasparam e pintaram o retábulo, alargaram o adro, reconstruíram a casa dos romeiros, demoliram as paredes da antiga casa do ermitão, que tinha ardido, e com ela ampliaram o largo fronteiro, etc. A ermida tem 10,78 de comprimento, e 5,53 de largura, fora a capela que mede 4m por 4.

A imagem é de pedra, do século XVI, ou talvez dos fins do século anterior, semelhante as de São Pedro da Ribeirinha e de

São João da antiga capela da casa dos Coelhos, ambas hoje guardadas no Museu Regional, e o nicho de madeira, onde a meteram data das últimas obras já referidas. Como tem feito a outras imagens, puseram-lhe um manto de seda.

A lenda mantém-se viva no espírito do povo da freguesia. Segundo a tradição mais vulgarizada, a imagem foi arrojada a costa pelo mar, na direção do sítio onde foi edificada a ermida, puseram-na numa lapinha na rocha e aí a veneraram até estar concluída a capela. A lapinha ainda hoje se vê abaixo do adro.

O povo fez à tradição sucessivos acrescentamentos.

Insistimos em algumas transcrições de Luiz da Silva Ribeiro, por ter sido êle um precursor nos estudos do folclore açoriano, pesquisador local com grande gosto pela história regional e tradições do arquipélago, a quem êle dedicou uma vida inteira de amor.

Um de seus últimos trabalhos é um interessante paralelo entre as *superstições comuns ao Brasil e aos Açores* (298), que êle se baseou de Guilherme Studart e Luiz da Câmara Cascudo.

Não estudamos as obras dos investigadores brasileiros que no campo do folclore tivessem sido levados às raízes e as proveniências dos temas no próprio Açores.

Ali estão citados dois mestres de grande merecimento. A obra de Cascudo é indispensável, utilíssima e de uma sistematização valiosa.

João Ribeiro e Gustavo Barroso, duas figuras ilustres da literatura brasileira, foram notáveis pioneiros na investigação folclórica.

Atualmente, a Comissão Nacional de Folclore do I.B.E. C.C., Instituto Brasileiro de Educação Ciência e Cultura, Comissão Nacional da UNESCO, realiza há 10 anos consecutivos, sem esmorecimento, com brilho e entusiasmo uma obra rara no Brasil.

Deve-se a Renato Almeida que realizou três congressos nacionais de folclore, um congresso internacional, quatro semanas nacionais de folclore, cinco exposições e publicou perto de 400 documentários. Êste é o acervo de trabalho da Comissão Brasileira de Folclore dirigida pelo eminente escritor que acaba de lançar um livro admirável que ficará na bibliografia do folclore brasileiro, pois é um tratado de alto significado (299).

A Comissão Brasileira de Folclore não esqueceu os Açores. Cecília Meireles que pertence à Comissão e é a maior poetisa brasileira, dedicou um estudo literário ao arquipélago, como já citamos.

Mantivemo-nos mais na própria bibliografia dos Açores para tratar, então, de folclore.

Muitos títulos, autores e publicações não foram mencionados e outras podem ser novamente enumeradas ou pelo menos se dar o respectivo título, como se pode fazer :

a) Colóquio em honra do Menino Deus. Contando os trabalhos que passou a Virgem Maria e S. José na ida para Belem. Espécime raro no Teatro Religioso Popular dos Açores e recolhido na Fajã Grande, Ilha das Flores, por Pedro da Silveira.

b) Descrição das Festas do Espírito Santo, feitas pelos portugueses da Califórnia em 1947 — Narrativa da Dra. Anna H. Gayton. As festas ocorreram em oito cidades californianas e explica a sobrevivência açoriana de um costume típico.

c) Memória Histórica das Festas do Divino Espírito Santo na Ilha S. Jorge, que é uma descrição de Francisco de Canto e Castro, que trata com detalhe o «culto da pomba», os terços cantados, etc.

d) Influência da Feitiçaria na linguagem do povo micalense constitui um inquérito muito sério de Luiz Bernardo Leite d'Athayde, um escritor açoriano de grandes qualidades. Afirma êle «terem as artes mágicas deixado vincados na linguagem sinais da ação que exerceram na psicologia dos micalenses, tal como na sua cultura artística» ou religiosa, etc.

e) Apontamento sobre a forja e armaria em São Miguel, também do ilustre açoriano Luiz Bernardo Leite d'Athayde, são estudos curiosos e dignos da cultura de seu autor que remonta ao período quinhentista e recompõe a história do tema que se propôs.

f) A Assunção de Nossa Senhora na tradição açoriana é um trabalho muito bem feito de autoria do Pe. Julio da Rosa, que estuda os templos, os altares, as imagens, as telas, a oratória, a poesia, as cantigas e as orações populares, as festas e romarias, com relação à Assunção de Nossa Senhora.

As seis monografias estão mencionadas no catálogo da revista *Insulana*, onde elas apareceram, catálogo que fizemos páginas atrás.

Numerosos trabalhos ainda devem ser citados como os da bibliografia de Francisco Afonso Chaves esplêndido estudioso dos Açores, principalmente nas suas investigações da festa do Divino, para mantermos aqui o capítulo dedicado ao folclore (300).

Acrescentariamos os estudos do Padre Antônio Franco sobre a Imagem da Virtude em o Noviciado de Lisboa e o Beato açoriano João Batista Machado (301) ou algumas palavras sobre janelas e rótulas nos Açores por Wilhelm Giese (302).

Infelizmente não fizemos o levantamento dos artigos de jornais nem antigos e nem atuais, também não recenseamos as revistas açorianas tôdas, as que não circulam mais, as de pequena tiragem e algumas das atuais. Excluimos ainda os albuns, publicações de documentos, edições comerciais, etc.

A pesquisa referente às *cavalladas* está mencionada de segunda mão.

Os grandes escritores, como Teófilo Braga, açoriano genial, e Leite de Vasconcelos, mestre notabilíssimo, apenas aparecem aqui e ali. Os eruditos cientistas de hoje, em Portugal, os professores Mendes Corrêa e Jorge Dias mal são lembrados quando tratam dos Açores.

O campo do folclore que em Portugal tem brilhantes especialistas, como Gastão de Betencourt, investigador ótimo, não figura na relação de autores consultados, bem ainda como Jaime Lopes Dias, que fez inquéritos de primeira ordem da etnografia da Beira.

Luiz Chaves, Armando de Lucena, Virginia Rau, Joaquim Alberto e Fernando de Castro Pires de Lima, etc., são mencionados rapidamente ou nem isso mesmo, o que é pena e injusto. Mas como tentar relacioná-los com os Açores?

A presente comunicação possui como finalidade tratar dos aspectos históricos dos Açores, ou sua geografia humana, o povoamento, o folclore, a etnografia, a antropologia cultural e alguns outros problemas.

Não satisfazem ao autor as omissões, a falta de método e a desordem desta coleta, mas a coleta precisava ser feita, e isso se tentou, mal ou não, ela está aí, num esforço de apreciação de conjunto da paisagem sociológica dos Açores.

Bibliografia

- 1 Damião Peres — «Gênese da expansão portuguesa: Antecedentes históricos. Condições que a facilitaram. Fatores políticos, militares, econômicos e espirituais que a estimularam» — (In *História da Expansão portuguesa no mundo*, Vol. I. Introdução. Cap. IV, Págs. 121 a 127).
- 2 David Lopes — *A expansão em Marrocos* (In *História da Expansão Portuguesa no Mundo* — Vol. I. I Parte (Seis capítulos). Págs. 131 a 207).
- 3 José Gonçalo de Santa Rita — *Os conhecimentos geográficos do início do século XV* (In *História da Expansão Portuguesa no Mundo* — Vol. I. II Parte : *A Expansão através do Atlântico*, Pág. 213).

- 4 Antonio Barbosa — *Arte de navegar dos Portuguezes* (In *História da Expansão Portuguesa no Mundo* — Vol. I. II Parte. III Cap.).
- 5 Franco Machado — *O conhecimento dos arquipélagos atlânticos no século XV* (In *História da Expansão Portuguesa no Mundo* — Vol. I. II Parte. IV Cap. Pág. 269).
- 6 Cartas geográficas de Valentim Fernandes. Códice Pertencente à Biblioteca do Estado. Munich. (In *História da Expansão Portuguesa no Mundo* — Vol. I. II Parte. Página 288).
- 7 Jordão de Freitas — *As ilhas atlânticas dos Açores na história da expansão portuguesa* — (In *História da Expansão Portuguesa no Mundo* — Vol. I. Cap. VI. Página 291).
- 8 A. Fontoura da Costa — *A atividade dos descobrimentos desde a morte de D. Henrique até ao advento de D. João II* — (In I Vol., Cap. IX da *História da Expansão Portuguesa no Mundo* — Diretores. Antônio Baião, Hernani Cidade e Manuel Múrias. Editorial Ática. 3 volumes. Lisboa. 1937).
- 9 «Boletim da Comissão Reguladora dos Cereais do Arquipélago dos Açores» — Ponta Delgada — Açores.
- 10 Dr. Luiz Bernardo Leite de Athayde — *Etnógrafo açoriano. Moinhos de Vento* (Boletim da C.R.C.A.A. n.º 2, 1945).
- 11 Carreiro da Costa — *O capuão de milho* — (Boletim da C. R. C. A. A. — n.º 2. 1945).
- 12 Vasconcelos Cesar — *A Ilha* — n.º 469. 1940.
- 13 R. Brandão — *Ilhas Desconhecidas*.
- 14 Pe. Ernesto Ferreira — *Alma do Povo Micaelense*.
- 15 Luiz Ribeiro — *Linguagem Popular da Ilha Terceira. Açoreana* n.º 1.
- 16 Guilherme Felgueiras — *Espadeladas e Esfolhadas*.
- 17 C. Rodrigues — *Em louvor da humildade*.
- 18 Armando Côrtes Rodrigues — *O pão no adagiário popular açoriano* — (Boletim da C.R.C.A.A. — n.º 2. 1945).
- 19 Arruda Furtado. *Estudo Antropológico do Povo Açoriano*. 1883. Ponta Delgada.
- 20 *Antigas Produções de Trigo em S. Miguel. O Agricultor Micaelense*. 1850.
- 21 Pedro Belo. Engenheiro Agrônomo. Instituto Nacional do Pão. *Diário Popular* 1945.

- 22 Luiz Bernardo Leite d'Athaide — *As Viradas* (Boletim da Comissão dos Açores) N.º 10, 1949.
- 23 Carreiro da Costa — *Nomes de Bois e Vacas* — Idem.
- 24 Luiz Ribeiro — *Notas de Etnografia Terceirense* — «Revista Lusitana», vol. 36, 1938.
- 25 Carreiro da Costa — *O Lagar Micaelense* — «Boletim», n.º citado (10).
- 26 J. Reis Gomes — *O Vinho da Madeira* — Funchal 1937.
- 27 J. W. Webster — *A Ilha de S. Miguel em 1821*. «Arquivo dos Açores», vol. 13.
- 28 Frei Diogo das Chagas. *Espelho Cristalino em jardim de várias flôres*. (Boletim cit. n.º 10).
- 29 V. da S. — *Medidas de interêsse agrícola usada na Ilha Terceira* (Boletim cit. n.º 10).
- 30 Carreiro da Costa — *Cesto de São Miguel* (Idem n.º 11).
- 31 *Agricultura Faialense na segunda metade do século XVIII*. (Idem n.º 11).
- 32 *Contrabando de Tabaco nos Recolhimentos de Santa Maria* (Bol. n.º 11).
- 33 *Os gados de S. Miguel e da Terceira no século XVI* (Idem).
- 34 *A fama do vinho generoso da Ilha do Pico* (Idem).
- 35 Carreiro da Costa — *Arvoredos dos Açores. Algumas achegas para a sua história* (Idem e outros números).
- 36 *Álbum Açoriano*. Lisboa. 1919.
«Revista Micaelense», Ponta Delgada. 1919.
- 37 Frei Agostinho de Mont'Alverne. *Crônica da Província de S. João Evangelista das Ilhas dos Açores* (Inédito).
- 38 Luiz Bernardo Leite d'Athaide. *Notas Subsidiárias para uma monografia do Pão* (Boletim cit. n.º 16).
- 39 Carreiro da Costa — *A Palha do Trigo* (Idem).
- 40 Ernesto Rebelo — *Notas Açoreanas*. 1885.
- 41 Thomas Ashe — *History of Azores*. 1831.
- 42 Carreiro da Costa. *Cozedura do Pão e As Antigas Pa-deiras* (Boletim n.º 12).
- 43 Carreiro da Costa. *O Pão no Romanceiro Popular Açoreano e O Pão no Adagiário Popular Açoreano* (Idem n.º 13).
- 44 Carreiro da Costa. *Quatro plantas úteis nas Tradições Açoreanas* (Boletim cit. n.º 15).
- 45 Carreiro da Costa. *Folclore Entomológico. O Bicho da Cidade* (Boletim n.º 15).

- 46 Carreiro da Costa. *Variedade de Pão na Ilha de S. Miguel* (Boletim cit. n.º 14).
- 47 João Afonso. *Pão, Carne e Vinho na Ilha Terceira* (Boletim cit. n.º 14).
- 48 I Friedlaender — *Os Açores*.
- 49 J. Agostino — *Clima dos Açores* («Açoreana», vol. II e III. 1938 — 1942).
- 50 Frederico Lopes Júnior. *Moinhos de Vento* (Boletim da Comissão R. dos Cereais do A. dos Açores, n.º 3, 1946).
- 51 Luiz Ribeiro. *Celeiros Subterrâneos*. (Bol. cit. n.º 3).
- 52 Linschott. Boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira. I.
- 53 Pe. Antonio Cordeiro. *História Insulana*. Lisboa Ocidental 1717.
- 54 Ribeiro da Silva. *Os fornos de Carvão da Ilha Faial* (Boletim cit. n.º 3).
- 55 José Candido da Silva Avelar. *A Ilha de S. Jorge*. Horta. 1922.
- 56 Marcelino de Lima. «Anais do Município da Horta». Falmalicão. 1940.
- 57 Gonçalo Manuel Estrêla Rêgo. *Breves notas sobre o Clima do Planalto da Achadas das Furnas* (Bol. cit. n.º 5).
- 58 Manuel Monteiro Velho Arruda. *Monte da Piedade de Vila do Pôrto* (Bol. cit. n.º 5).
- 59 Jacinto Gusmão Vasconcelos Franco. *Evolução da Cultura do Trigo em S. Miguel* (Bol. cit. n.º 5).
- 60 Carreiro da Costa. *Alfaias Agrícolas Micaelenses* (Boletim cit. números 5, 6, 7 e 8).
- 61 Luiz Ribeiro. *Criação de galinhas* (Superstições em torno da). Bol. cit. n.º 5).
- 62 Armando Narciso. *A Vida Rural na Ilha de S. Jorge*. Bol. cit. n.º 6).
- 63 Vitor Machado de Faria e Maia. *Os Laticínios no Distrito de Ponta Delgada*. (Bol. cit. n.º 6).
- 64 Silvano Augusto Pereira. *Das medidas antigas nos Açores*. (Boletim n.º 6).
- 65 Ruy Teles Padilha. *Explorações Botânicas nos Açores*. (Bol. cit. n.º 7).
- 66 Carreiro da Costa. *O Inhamé*. *Apontamentos para a história da sua cultura nos Açores* (Bol. cit. n.º 8. 1948).
- 67 John W. Webster. *A Ilha de S. Miguel em 1821*. Arquivo dos Açores, vol. 13.

- 68 Acúrcio Garcia Ramos. *Notícia sobre o Arquivo dos Açores*. Lisboa. 1871.
- 69 Antônio Borges do Canto Muniz. *A Ilha Graciosa (Açores). Descrição histórica e topográfica*. Angra. 1883.
- 70 Urbano de Mendonça Dias. *A vida de nossos avós*. Vila Franca do Campo. 1944.
- 71 Antônio Lourenço Silveira Macedo. *História das quatro Ilhas que formam o Distrito da Horta*. 1695 (?).
- 72 Bernardino José de Sena Freitas. *Uma viagem no Vale das Furnas na Ilha de S. Miguel em junho de 1840*. Lisboa. 1845.
- 73 Felix José da Costa. *Memória Estatística e Histórica da Ilha Graciosa. Angra do Heroísmo*. 1845.
- 74 J. V. de Paula Nogueira. *As Ilhas de S. Miguel e Terceira*. Lisboa, 1894.
- 75 Pe. Antônio José Lopes da Luz. *Monografia da Candelária. Arquivo dos Açores*, vol. XIII.
- 76 Carreiro da Costa. *Fechadura de Madeira nos Açores* (Bol. cit. n.º 8).
- 77 Carreiro da Costa. *O Carro de Boi micalense*. (Bol. cit. n.º 9) 1949.
- 78 Carreiro da Costa. *A Figueira nas tradições populares açoreanas*. (Bol. n.º 24. 1956).
- 79 Silvano Augusto Pereira. *A laranja nos Açores*. (Bol. cit. n.º 9) 1949.
- 80 Carreiro da Costa. *Termologia Agrícola Micaelense* (Bol. cit. números 3, 4 até n.º 9).
- 81 J. Agostinho. *Nomenclatura Geográfica das Ilhas dos Açores*. Coimbra. 1938.
- 82 Lacerda Machado. *Vocabulário Regional*. Pico (?).
- 83 Machado Serpa. *Vocabulário Regional*. — *O Telégrafo*. n.º 12164. 1940.
- 84 José de Torres. «Revista dos Açores». Vol. I.
- 85 Estrêla Rêgo. *Terminologia Agrícola*. Agrad. Lisboa. 1923.
- 86 Luiz Bernardo. *A Ilha*. N.º 602. 16. 10. 1943.
- 87 G. Felgueiras. *Terminologia Agrícola*. — *Gazeta das Aldeias*. 1219. 13. 2. 1921.
- 88 I Conferência Insular Açoreana e II Conferência Insular Açoreana. Boletim cit. n.º 21 de 1955 e n.º 24 de 1956.
- 89 Luiz Ribeiro. *Nota sobre a vida rural na Ilha Terceira*. (Boletim cit. da C. R. C. A. A. n.º 21. 1955.

- 90 Pe. Jerônimo Emiliano de Andrade. «Apontamentos póstumos publicados pelo Pe. Mariano Constantino Homem, para servirem de continuação a Tipografia da Ilha Terceira.» «Angra do Heroísmo.»
- 91 Jean Hugues de Linchot. *Hollandais, aux Indies orientales*. Amsterdam. 1616.
- 92 Jácome de Ornelas Bruges. *A Ilha Terceira* — Notas sobre a sua agricultura, gados e indústrias anexas. Angra. 1915.
- 93 Carreiro da Costa. *Os animais nalgumas superstições populares micaelenses*. (Boletim cit. da C. R. C. A. A. ns. 21, 22 e 23. 1955. 1956.
- 94 Pe. João José d'Amaral. *Prognósticos Rurais*. (Boletim da C. R. C. A. A. n.º 18) 1953.
- 95 *Cartilha da Terra Portuguesa*. Prefácio de Antônio Ferro. Edição S. N. I. Lisboa. 1950.
- 96 Augusto Soares d'Azevedo Barbosa de Pinho Leal «Portugal Antigo e Moderno». Dicionário Geográfico, Estatístico, Corográfico, Heráldico, Arqueológico, Histórico, Biográfico e Etimológico de todas as cidades, vilas e freguesias de Portugal e de grande número de aldeias se estas são notáveis por serem pátria de homens célebres, por batalhas ou outros fatos importantes que nelas tiveram lugar, por serem solares de famílias nobres, ou por monumentos de qualquer natureza, ali existentes. Notícia de muitas cidades e outras povoações da Lusitânia de que apenas restam vestígios ou somente a tradição. Lisboa. Livraria Editôra de Matos Moreira & Companhia. 68. Praça de D. Pedro. 1873. 10 volumes.
- 97 Antonio Sérgio. — *História de Portugal*. Tomo I. Introdução Geográfica. Livraria Portugália. Lisboa. 1941.
- 98 Orlando Ribeiro (e Norberto Cardigos) — *Geografia da População em Portugal*. Instituto para a alta cultura. Centro de Estudos Geográficos. Lisboa. 1946.
- 99 Vitorino Nemézio — *Portugal: A Terra e o Homem*. Antologia de textos de escritores dos séculos XIX e XX, destinada aos Cursos de Língua e Literatura Portuguesa no Estrangeiro. Edição do Instituto para a Alta Cultura. Lisboa. 1948.
- 100 Jorge Dias (e Margot Dias) — *A Encomendação das Almas*. Imprensa Portuguesa. Pôrto. 1953.
- 101 Joaquim Alberto Pires de Lima e Fernando de Castro Pires de Lima — *Romanceiro Minhoto*. Portucalense Editôra. Pôrto. 1943.

- 102 Fernando de Castro Pires de Lima — *Cantares do Minho*. Portucalense Editôra. Pôrto. 1942.
- 103 Gonçalo Sampaio — *Cancioneiro Minhoto*. Pôrto. 1940.
- 104 Joaquim Alberto Pires de Lima e Fernando de Castro Pires de Lima — *Tradições Populares de Entre-Douro-e-Minho*. Portucalense Editôra. Biblioteca Etnográfica e Histórica Portuguesa — Publicada sob a direção do Prof. Damião Peres. Pôrto. 1941.
- 105 Horacel Cordeiro Lopes. *O que vi em Portugal*. Rio de Janeiro. 1956.
- 106 Flêxa Ribeiro. — *Fialho de Almeida. Visão Estética de sua obra*. Livraria Clássica Editôra de A. M. Teixeira & Cia. Lisboa, 1911.
- 107 Damião Peres — *História de Portugal. Origens e Formação da Nacionalidade*. Portucalense Editora. Pôrto. 1951.
- 108 Augusto Pôrto Alegre — *A Fundação de Pôrto Alegre*. Livraria do Globo. 1909.
- 109 A. G. Lima. — *Cronologia da História Rio-Grandense*. Livraria do Globo. Pôrto Alegre. S/D.
- 110 Darcy Azambuja — *Velho Pôrto Alegre*. Conferência na Alliance Française. 1945.
- 111 José Augusto Corrêa — *Cidades de Portugal*. Livraria Classica Editora de A. M. Teixeira. & Cia. Lisboa. 1907.
- 112 Luiz da Silva Ribeiro — *Formação Histórica do Povo dos Açores* — Subsídios para o seu estudo. Separata de «Açoreana» — Boletim da Sociedade Afonso Chaves. Tip. Andrade, Ltda. Angra do Heroísmo.
- 113 José Leite de Vasconcelos — *Etnografia Portuguesa*. Vol. II. Lisboa.
- 114 Lecberc. — *Histoire des Provinces reunis des Pays Bas* — Amsterdam. 1728.
- 115 Júlio Mess — *História do descobrimento das Ilhas dos Açores e sua denominação de Ilha de Flandres*. Tradução portuguesa do Marquês de Jácome Correia. «Revista Micaelense.»
- 116 J. Leite de Vasconcelos. *Mês de Sonho*. Lisboa. 1926.
- 117 Antônio Ferreira de Serpa — *O misterioso e legendário Wilhelm van der Haeghen (Guilherme da Silveira), tronco dos Silveiras açorianos, com descendentes no Brasil*. Correio do Povo, Pôrto Alegre. 24-10-1934 (Coleção Walter Spalding).
- 118 João Cunha da Silveira — *Willelm van der Haeghen, Tronco dos Silveiras dos Açores*. «Insulana». Vol. 1949. Ns. 1 e 2.

- 119 Antônio Ferreira de Serpa — *O apelido Utra ou Dutra. Correio do Povo*. Pôrto Alegre. 24-11-1934. (Coleção Walter Spalding).
- 120 Antônio Ferreira de Serpa — *O Apelido Brum. Correio do Povo*. 24-12-1934. (Coleção Walter Spalding).
- 121 Antônio Ferreira de Serpa — *O Apelido Gularte, transformado em Goulart, Goulartt e Goulard. Correio do Povo*. Pôrto Alegre. 14-10-1934. (Coleção Walter Spalding).
- 122 Osório Goulart — *Problemas Gráficos de Antroponímia. Gouarte — Guvarte — Guarte — Gularte — Goulart. «Insulana»*. Órgão do Instituto Cultural de Ponta Delgada. Vol. III, ns. 3 e 4. 1947.
- 123 Antônio Ferreira de Serpa — *O nome Horta, dado à cidade assim chamada. Pôrto Alegre. Correio do Povo*. 27-8-1935. (Coleção Walter Spalding).
- 124 Albert de Burbure — *Foram as Ilhas dos Açores descobertas por Flamengos? «Insulana»*. Órgão do Instituto Cultural de Ponta Delgada. Vol. IX. 2º Semestre, 1953.
- 125 Antônio Ferreira de Serpa — *Breve Notícia sobre a colonização estrangeira nos Açores Ocidentais. «Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa.»* 1918.
- 126 Antônio Ferreira de Serpa — *Revolta de Flamengos. Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa*, 1904.
- 127 Vitorino Nemézio — *A Terceira durante a Regência. Lisboa*. 1929.
- 128 Urbano de Mendonça Dias — *História dos Açores. Vila Franca do Campo*. 1924.
- 129 Eugênio Pacheco — *A Bretanha Micaelense. Um problema etnográfico. in «Album Açoreano.»*
- 130 J. Leite de Vasconcelos. *Etnografia Portuguesa. Tentame de Sistematização*. Vol. I. (1933). Vol. II. (1936) e Volume III. (1942). Instituto Nacional de Lisboa.
- 131 *A Cronologia dos «Sonetos» de Antero de Quental*. José Bruno Carreiro. «Insulana.» Órgão do Instituto Cultural de Ponta Delgada. Vol. I. 1944. N° 1 e Vol. III. N° 2. 1947.
- 132 *O «vilão» no teatro popular de S. Miguel*. Humberto de Betencourt. Idem, idem.
- 133 *A Ermida do Paço dos Donatários desta Ilha, em Ponta Delgada, e a desaparecida igreja de S. Mateus da mesma cidade*. Rodrigo Idem, Idem.

- 134 Capitães-Generais (1766-1831). *Subsídios para a História de S. Miguel e Terceira*. Francisco d'Athayde Machado de Faria e Maia. Idem, idem.
- 135 *Uma fonte do século XVI* Luiz Bernardo Leite d'Athayde, Idem, Idem.
- 136 *A Ermida Nossa Senhora dos Remédios da Lagoa*. Carreiro da Costa. Idem, Idem.
- 137 *Adagiário Popular Açoriano*. Armando Côrtes Rodrigues. Vol. 1 N.º 2, N.º 3, N.º 4; Vol. II, N.º 1, N.º 4, Vol. III; N.º 1, N.º 2 e N.º 3 e 4. Vol. IV: N.º 1, N.º 2 e 3, Vol. V: N.º 1, 3 e 4. Vol. VI N.º 1, 2 3 e 4, Vol. VII: N.º 1, Vol. IX: 2º Semestre.
- 138 *Comenda de Santa Maria da Assunção da Ilha de Santa Maria*. Os Comendadores. Subsídios para a sua história. Vol. I. N.º 2. Vol. III. N.º 1, 3 e 4.
- 139 *Visão Panorâmica da Poesia Açoriana*. Ruy Galvão de Carvalho. Idem, Idem.
- 140 *O Padre Antônio Vieira em S. Miguel* Rodrigo Rodrigues. Idem, Idem.
- 141 *O Museu Municipal de Carlos Machado*. João H. Anglin. Idem, Idem.
- 142 *Toponímia Micaelense. Topônimos Protéticos*. Carreiro da Costa. Idem, idem.
- 143 *Uma ação de reivindicação de bens vinculares*. Do livro inédito : *Camilo jurista*. Oscar de Bettencourt. Idem, idem.
- 144 *Suave Milagre*, Tradução Francesa do Conto de Eça de Queiroz. Frazão Pacheco. Vol. I. N.º 3. 1945.
- 145 *Influências da Feitiçaria na Linguagem do Povo Micaelense*. Luiz Bernardo Leite d'Athayde. Idem, idem.
- 146 *O Sentido da Realidade em Julio Diniz*. José de Almeida Pavão Jr. Idem, Idem.
- 147 *A Morgadinha de Cracas e seu apressado casamento em 1767*. Rodrigo Rodrigues. Idem, Idem.
- 148 *Oliveira Martins e o seu crítico íntimo*. Ruy Galvão de Carvalho. Idem, idem.
- 149 *A Instrução Pública no Distrito de Ponta Delgada na 2.ª metade do século XIX*. João H. Anglin. N.º 3, 4 e Vol. V: N.º 3 e 4. 1949. Vol. VI: 1950. N.º 1 e 2, 3 e 4. Vol. VII: 1. Vols. VIII, IX e X.
- 150 *Apontamentos sobre a poesia de Vasconcelos César*. Diogo Ivens Idem, Idem.

- 151 *Os Açôres, campo estratégico para o ataque ao nosso comércio marítimo nos fins do século XVI.* Alfredo Botelho de Sousa. Idem, Idem.
- 152 *O Sismo de 1522 em S. Miguel* — Antônio Alcântara de Mendonça Dias. Idem, Idem.
- 153 *O convento de Santo Antônio dos Capuchos na Ilha do Faial.* Marcelino Lima. Idem, Idem.
- 154 *Folclore Micaelense. Versos dos Animais* — Carreiro da Costa. Idem, Idem.
- 155 *Um Processo Eclesiástico da Vila de Água de Pau (1804-1806).* José de Medeiros Tavares. Idem, idem.
- 156 *Panorama Poético da obra de Espínola de Mendonça.* J. Silva Junior. Idem, Idem.
- 157 *A Vila de Sagres. Apontamentos para uma monografia histórica.* Manuel João Paulo Rocha. Vol. II, n. 1. 1946.
- 158 *A indisciplina românica de Eça na sua evolução literária.* José de Almeida Pavão Jor. Idem, Idem.
- 159 *A Livraria de José do Canto.* João de Limas. Idem, idem.
- 160 *O lirismo trágico de Duarte de Viveiros.* Ruy Galvão de Carvalho. Idem, Idem.
- 161 *História e análise da Linha de Rumo.* Alexandre H. S. Rodrigues. Idem, idem.
- 162 *IV Centenário da Cidade de Ponta Delgada... Discursos do Governador do Distrito. «Presidente do Município e Governador Civil», ns. 2 e 3.*
- 163 *Memorial sobre as armas da cidade de Ponta Delgada.* José da Costa. Idem, idem.
- 164 *Auto da Carta Régia de 2 de abril de 1546.* Composto em verso a 2 de abril de 1946 por F. Carreiro da Costa. Idem, Idem.
- 165 *Conceito histórico da titulação da Cidade em relação a Ponta Delgada.* Humberto de Betencourt. Idem, Idem.
- 166 *Quem era Gaspar do Rego Baldaia, o remetente, para Ponta Delgada, do alvará régio que a fez cidade, em 1546.* Rodrigo Rodrigues. Idem, Idem.
- 167 *Ponta Delgada.* João Bernardo d'Oliveira Rodrigues. Idem, Idem.
- 168 *Ponta Delgada no tempo de sua elevação à cidade.* Francisco Carreiro da Costa. Idem, Idem.
- 169 *O antigo Pôrto de S. Braz de Ponta Delgada.* Carreiro da Costa. Idem, Idem.

- 170 *Domus Municipalis de Ponta Delgada. Câmara Velha e Câmara Nova.* Rodrigo Rodrigues. Idem, Idem.
- 171 *Etnografia da cidade. Ponta Delgada na Geografia Humana.* Carreiro da Costa. Idem, Idem.
- 172 *Poetas e Poetisas de Ponta Delgada* Ruy Galvão de Carvalho. Idem, Idem.
- 173 *Etnografia da Cidade. Ponta Delgada e a sua formação topográfica.* Carreiro da Costa. Idem, Idem.
- 174 *Ponta Delgada em 1838.* Tradução de *A Winter in the Azores*, de Joseph e Henry Bullar. João H. Anglin. Idem, Idem.
- 175 *Etnografia da Cidade. III. Ponta Delgada e os elementos que colaboraram no seu povoamento.* Carreiro da Costa. Idem, idem.
- 176 *Etnografia da Cidade. IV. Ponta Delgada e suas relações com o restante da Ilha.* Carreiro da Costa. Idem, Idem.
- 177 *Carlos de Mesquita.* Pedro Silveira. Idem, Idem.
- 178 *Etnografia da Cidade. V. Ponta Delgada e alguns dos seus aspectos mais característicos.* Carreiro da Costa. Idem, Idem.
- 179 *Projeção dos Açores na história do mundo.* Antônio Marques Esparteiro. Idem, Idem.
- 180 *Etnografia da Cidade. VI Ponta Delgada — Aldeia Grande.* — Carreiro da Costa. Idem, Idem.
- 180a *Etnografia da Cidade. VII. Ponta Delgada e a sua religiosidade.* — Carreiro da Costa. Idem, Idem.
- 181 *A Pesca em S. Miguel.* Manuel José Dias Júnior. Idem, Idem.
- 182 *Memória Histórica das Festas do Divino Espírito Santo na Ilha de S. Jorge.* Francisco do Canto e Castro.
- 183 *Etnografia da Cidade. VIII. Ponta Delgada na expressão popular.* Carreiro da Costa. Idem, idem.
- 184 *Jogos Florais Açoreanos de 1946.* Idem, Idem.
- 185 *Nota bibliográfica relativa ao IV Centenário da Cidade de Ponta Delgada.* Idem, Idem.
- 186 *Naturalistas Britânicos nos Açores.* H. Amorim Ferreira. Vol. II, n.º 4.
- 187 *Metodologia para os colecionadores de vocabulários regionais.* Francis Millet Rogers. Idem, Idem.
- 188 *Ernesto Rodolfo Hintze Ribeiro.* J. F. Craveiro Lopes de Oliveira. Idem, Idem.

- 189 *O Vale das Furnas e os banhos em 1839*. Trad. do *A Winter in the Azores*. Trad. de João H. Anglin. Idem, Idem. e Vol. III, n.º 1 e n.º 2, números 3 e 4. Vol. n.º 1, números 2 e 3.
- 190 *Poetas Micaelenses*. Osório Goulart. Idem, Idem.
- 191 *Crônica de Frei Agostinho de Mont'Alverne*. Idem, Idem.
- 192 *A Sombra de Bernardim Ribeiro nas «Saudades da Terra»*, de Gaspar Fructuoso, José de Almeida Pavão Júnior. Volume III. N.º 1.
- 193 *A Matriz de S. Sebastião da Ponta Delgada. Sua construção, alterações posteriores e peças artísticas*. Luiz Bernardo Leite d'Athayde. Idem, idem.
- 194 *Monumentos históricos-militares micaelenses. As Fortificações*. Rodrigo Alvares Pereira. Vol. III, n.º 2. 1947. Números 3 e 4.
- 195 *Problema gráfico de antroponímia. Govarte-Guvarte-Guarte-Gularte-Goulart*. Osório Goulart. Vol. III. números 3 e 4.
- 196 *Para que a filosofia nos liceus?* Ruy Galvão de Carvalho. Idem, Idem.
- 197 *Viola de Arame ou Viola da Terra*. Luiz Bernardo Leite d'Athaide. Idem, Idem.
- 198 *Naturalistas Estrangeiros nos Açores*. M. Adonson. Teotônio da Silveira Moniz. Vol. IV. n.º 1. 1948.
- 199 *Um antigo e pouco conhecido mapa do arquipélago açoreano de Nicolas Jansz*. Idem, Idem.
- 200 *Prof. Dr. Armando Narcizo*. Dr. Vasconcelos Arruda. Idem, Idem.
- 201 *Algumas notas sobre a igreja de S. Pedro de Ponta Delgada. Suas peças artísticas*. Luiz Bernardo Leite d'Athaide. Idem, Idem.
- 202 *Castilho e a sua ação cultural na Ilha de S. Miguel*. Agnelo Casimiro. Idem, Idem.
- 203 *O século português*. Morais de Betencourt. Idem, Idem.
- 204 *Relatório do Delegado do Instituto Cultural a Fabl River*. Idem, Idem.
- 205 *Descrição das Festas do Espírito Santo, feitas pelos portugueses da Califórnia em 1947*. Ana H. Gayton. Vol. IV. 1948. n.º 4.
- 206 *A musa romântica de Antônio Ramiro*. Ruy Galvão de Carvalho. Idem, idem.

- 207 *Lembranças sôbre azulejos existentes em S. Miguel.* Luiz Bernardo Leite d'Ataide. Idem. Idem.
- 208 *O alevante da Isca.* Conto regional micaelense. Manuel Ferreira. Idem, idem.
- 208a *Os Açores no pensamento do Infante.* Memória histórica. Costa Barreto. Idem. Idem.
- 209 *A lenda das sete cidades.* Conto. Costa Barreto. Idem, idem.
- 210 *Os prodígios da Madre Francisca do Livramento.* Manuel de Souza Menezes. Idem, idem.
- 211 *Quem fundou a ermida de Nossa Senhora do Desterro em Ponta Delgada?* Hugo Moreira. Idem, idem.
- 212 *Antero de Quental. Uma carta inédita a Maria Amália Vaz de Carvalho.* Vol. V. n.º 1. 1949.
- 213 *Joseph Bullar, artista.* Luiz Bernardo Leite d'Athaide. Idem, idem.
- 214 *Descrição dos Açores ou Ilhas Ocidentais.* Capitão Boid, da Real Armada Inglesa. Trad. de João H. Anglin. Idem, idem. e Vol. V. números 3 e 4. Vol. VI. número 1, números 3 e 4. Vol. VII. n.º 1.
- 215 *Padre Manuel Pinheiro.* D. José da Costa Nunes. Patriarca das Índias. Idem, idem.
- 216 *As mais antigas descrições das ilhas de Santa Maria e S. Miguel.* Diogo Gomes de Sintra. Idem, idem.
- 217 *Uma tradição popular e um modismo semântico privativo da Ilha de S. Miguel?* Os Contos da cidade. Humberto de Betencourt. Idem, idem.
- 218 *Tomás Hickling.* João H. Anglin. Idem, idem.
- 219 *Subsídios para o estudo do folclore micaelense.* Humberto de Betencourt (H. B.). Idem, idem.
- 220 *As antigas carapuças.* C. C. Carreiro Costa. Idem, idem.
- 221 *Rimas Infantis da Ilha das Flores.* Pedro da Silveira. Idem, idem.
- 222 *Adagiário Gaúcho Açoriano.* Walter Spalding. Idem, idem.
- 223 *Interjeições micaelenses.* Carreiro da Costa. Idem, idem.
- 224 *Inhamciros de S. Miguel.* Carreiro da Costa. Idem, idem.
- 225 *Hintze Ribeiro.* José Bruno Carreiro. Vol. V. 1949. Números 3 e 4.
- 226 *Os sonetos de Antero de Quental.* Terrence P. Waldron. Trad. de João H. Anglin. Idem, idem.
- 227 *Indumentária dos clérigos.* Cônego J. A. Pereira. Idem, idem.

- 228 *Igreja do Colégio de Ponta Delgada — Suas construções e peças artísticas.* Luiz Bernardo Leite d'Athaide. Idem, idem.
- 229 *A Etnografia e sua aplicação no Distrito de Ponta Delgada.* Armando Côrtes Rodrigues. Idem, idem.
- 230 *Aspectos Gerais da Poesia de Antônio Nobre.* Ruy Galvão de Carvalho. Vol. VI. 1 e 2. 1950.
- 231 *Ribeira Grande. Sua arquitetura antiga.* Luiz Bernardo Leite d'Athaide. Idem, idem.
- 232 *Cultura popular.* Lígia Maria da Câmara de Almeida Mattos. Idem, idem.
- 233 *A Assunção de Nossa Senhora na Tradição Açoriana.* Padre Júlio da Rosa. Idem, idem.
- 234 *Roberto Ivens.* Abel de Abreu Sotto Mayor. Vol. VI. 3 e 4. 1950.
- 235 *Os Vencidos da Vida.* Ruben A. Leitão. Idem, idem.
- 236 *Bustos do Século XVI na Matriz de S. Sebastião de Ponta Delgada.* Luiz Bernardo Leite d'Athaide. Idem, idem.
- 237 *As mais antigas descrições das Ilhas de Santa Maria e S. Miguel, feitas pelo Valentim Fernandes Alemão.* Idem, idem.
- 238 *Expressão e perfeição em poesia.* José de Almeida Pavão Júnior. Idem, idem.
- 239 *Portugal, lar comum de todos os portugueses espalhados pelo mundo.* Moraes de Betencourt. Idem, idem.
- 240 *Prefácio de Wilhelm Storck à tradução alemã dos «Sonetos» de Antero de Quental.* Trad. de Virgínia Pracana. Volume VII. Ns. 1 e 2. 1951.
- 241 *As Confrarias Erectas na Igreja do Colégio dos Jesuítas em Ponta Delgada.* José Augusto Pereira. Idem, idem.
- 242 *Apontamentos sobre a forja e armaria em S. Miguel.* Luiz Bernardo Leite d'Athaide. Idem, idem.
- 243 *Sepultura de Gonçalo Velho.* Manuel Monteiro Velho Arruda. Idem, idem.
- 244 *Colóquio em honra do Menino Deus.* Pedro da Silveira. Vol. IX. 2.º semestre. 1953.
- 245 *O historiador Joaquim Bensaúde.* João H. Anglin. Idem, idem.
- 246 *Foram as Ilhas dos Açores descobertas por flamengos?* Alberto de Burbure. Idem, idem.

- 247 *Música nos Açores. Apontamentos para um Dicionário de Músicos Açoreanos.* Manuel Maria de Melo. Idem, idem.
- 248 *Objetivismo, nacionalismo e humanismo no ensino da história.* Ângelo Raposo Marques. Idem, idem.
- 249 *Patrimônio de Arte em S. Miguel. Arquivo de lembranças sobre artes, artistas e artífices.* Luiz Bernardo Leite d'Athaide. Idem, idem.
- 250 *Cunhas da Silveira. Contributo para a história duma Família Açoreana.* João Cunha da Silveira. Vol. X. 1.º Semestre. 1954.
- 251 *Portugal e a unidade moral do seu império em todos os recantos da terra.* Morais de Betancourt. Idem, idem.
- 252 *O Dr. Botelho e o seu tempo. Do seu século e dos anteriores de sua ilha — da sua família — da sua vida.* Antônio Augusto Riley da Motta.
- 253 *Expansão da literatura médica inglesa em Portugal nos séculos XVIII e XIX.* H. Amorim Ferreira. Vol. X. 2º Semestre. 1944.
- 254 *No 1.º Centenário de Garrett.* (Título da série de artigos). Idem, idem.
- 255 *Casa onde morava Garrett em Ponta Delgada.* Pe. Ernesto Ferreira. Idem, idem.
- 256 *Garrett Clássico e Romântico.* José de Almeida Pavão Júnior. Idem, idem.
- 257 *Garrett na Ilha de S. Miguel.* Carreiro da Costa. Idem, idem.
- 258 *O eterno feminino na obra de Garrett.* Ruy Galvão de Carvalho.
- 259 *Primeira Conferência Insular Açoreana.* Aniceto dos Santos, Frederico Lopes, Júlio da Rosa e João H. Anglin. Idem, idem.
- 260 *Antero e o Cristianismo.* Ângelo Raposo Marques. Idem, idem.
- 261 *Almeida Garrett.* João H. Anglin. Idem, idem.
- 262 *Na igreja do Colégio. A comemoração do 3.º Centenário do Sermão ali pregado pelo Pe. Antônio Vieira.* Idem, idem.
- 263 *O Padre Antônio Vieira em Ponta Delgada.* Carreiro da Costa. Idem, idem.

- 264 *O culto de Nossa Senhora na Ilha de S. Miguel*. Carreiro da Costa. Idem, idem.
- 265 *Ao Ritmo do Pensamento*. Luiz da Silva Ribeiro. Vol. XI. 2.º Semestre. 1955.
- 266 *Ode a Minerva*. Homenagem à memória de Luiz da Silva Ribeiro. Armando Côrtes Rodrigues. Idem, idem.
- 267 *Documentos publicados*, pelo Eng.º Agrônomo José Maria Alvares Cabral. Idem, idem.
- 268 *O Teatro Popular em S. Miguel — Seus temas e formas*. Dra. Maria Teixeira. Idem, idem.
- 269 *S. Miguel em 1847*. Riley da Mota. Idem, idem.
- 270 *Luiz Bernardo Leite d'Athaide*. Gamboa Vasconcelos. Idem, idem.
- 271 *Luiz da Silva Ribeiro*. Armando Côrtes Rodrigues. Idem, idem.
- 272 *Um investigador científico nos Açores — Henri Haestlandt*. José Agostinho. Idem, idem.
- 273 *Cecilia Meircles*. Panorama Folclórico dos Açores. Especialmente da Ilha de S. Miguel. Vol. XI. 1.º Semestre. 1955.
- 274 «Açoreana». Revista de Estudos Açorianos. Boletim da Sociedade Afonso Chaves. Angra do Heroísmo.
- 275 Ruy Telles Palhinha. *Acêrca de uma Lysimachia Açorense*. — *Açoreana*. Fasc. 3. Vol. V.
- 276 Ruy Telles Palhinha. *A Propósito do nome Euphorbia Stygiana Watson*. Idem.
- 277 Hiroshi Ohshima. *A Trip Round The Azores Islands*. Idem.
- 278 Tradução de J. Agostinho do trabalho de Hiroshi Ohshima. Idem.
- 279 Antônio da Silveira Vicente. *Introdução de peixe de água doce nas lagoas de S. Miguel*. Idem.
- 280 Orlando Azevedo. Resenha Bibliográfica: *The Vegetation of the Azores*. By T. G. Tutin. Idem.
- 281 «Boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira». Angra do Heroísmo. 1942 a 1957. 15 volumes.
- 282 Luiz da Silva Ribeiro. *Os foliões do Espírito Santo nos Açores*. Separata da «Açoreana». Angra do Heroísmo. 1942.
- 283 Luiz da Silva Ribeiro. *Olaria Terceirense*. Separata da «Açoreana». Vol. IV. n.º 4. Angra do Heroísmo. 1949.

- 284 Luiz da Silva Ribeiro. *As touradas da Ilha Terceira* (Açores). Separata da «Açoreana». Vol. IV. nº 4. Angra do Heroísmo. 1949.
- 285 Luiz da Silva Ribeiro. *As festas e tradições populares de São João na Ilha Terceira*. Separata da «Açoreana». 1947.
- 286 Luiz da Silva Ribeiro. *O Pastoreio na Ilha Terceira*. «Boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira», nº 1.
- 287 Luiz da Silva Ribeiro. *Etnografia Terceirense: A roda de fiar, a Candeia e o Moinho de mão*. Separata da «Açoreana». Fasc. nº 2, 5.º volume. 1954.
- 288 Luiz da Silva Ribeiro. *Arcaísmo na linguagem popular da Ilha Terceira*. Separata do «Boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira», nº 1.
- 289 Luiz da Silva Ribeiro. *A oração contra o pesadêlo*. Comunicação apresentada ao Congresso Luso-Espanhol de Córdova. 1944. Separata do nº 3, volume 3 — da «Açoreana».
- 290 Luiz da Silva Ribeiro. *Adivinhas populares terceirenses*. Separata do 8.º vol. do «Boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira». 1950.
- 291 Luiz da Silva Ribeiro. *Reforma das Posturas do Conselho de Angra em 1655*. Cópia, introdução e notas de Separata do «Boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira». Volume 9. 1951.
- 291A Luiz da Silva Ribeiro — *Patrono dos Emigrantes*. 1582.
- 292 Luiz da Silva Ribeiro. *Reforma das Posturas da Câmara de Angra em 1788*. Separata do Volume 12 do «Boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira». 1954.
- 293 Luiz da Silva Ribeiro. *Influência das Sesmarias no Povoamento da Terceira*. Separata da «Açoreana». 1946.
- 294 Luiz da Silva Ribeiro. *Rimas Infantis*. Separata do nº 2 do «Boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira». 1944.
- 295 Luiz da Silva Ribeiro. *O alho nas tradições populares*. Separata do nº 3 da «Açoreana», 1944.
- 296 Luiz da Silva Ribeiro. *Benquerenças e malquerenças*. Quadras geográficas dos Açores com notas elucidativas. Sep. do nº 2, vol. 3 da «Açoreana». 1943.
- 297 Luiz da Silva Ribeiro. *A lenda de Nossa Senhora de Ajuda em Santa Bárbara*. Separata do 8.º Vol. do «Boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira».

- 298 Luiz da Silva Ribeiro. *Superstições comuns do Brasil e dos Açores*. Separata do «Boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira». 1948.
- 299 Renato Almeida. *Inteligência do Folclore*. Livros de Portugal. Rio de Janeiro. 1957.
- 300 Francisco Afonso Chaves. *Festa do Divino*.
- 301 Padre Antonio Franco. *Imagem da virtude em o Noviciado de Lisboa*. Separata do 8.º Vol. do «Boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira». 1950.
- 302 Wilhelm Giese. *Algumas palavras sobre janelas e ralos nos Açores*. Separata da «Açoreana». 1938.

(Continua no próximo número).

JOÃO ALFREDO E A LEI DO VENTRE LIVRE

PEDRO MUNIZ DE ARAGAO

Aceitando de D. Pedro II a incumbência de suceder a S. Vicente, que se demitira do poder em consequência da projetada reforma do elemento servil, dêle herdou Rio Branco os mesmos compromissos concernentes à solução do problema.

Por êsse motivo, não devem ter sido grandes as ilusões de Paranhos acêrca das dificuldades que encontraria em seu caminho.

O país não estava convenientemente preparado para receber sem abalo uma transformação social e econômica de tanto alcance para a época.

No braço escravo assentava a origem da fortuna particular e nacional e entre as correntes políticas dominantes se observavam os maiores receios em face de medida tão radical, que feria interesses pecuniários e atingia a propriedade privada.

Era convicção quase generalizada que o problema já se achava resolvido desde 1850, quando Eusébio de Queirós conseguiu pôr termo ao tráfico. Cindindo-se novamente o Partido Conservador, como aconteceu em 1870, durante o gabinete S. Vicente, a dissidência chefiada por Paulino de Sousa cerrou fileiras em torno do seu guia.

Talvez a derrota infligida ao ministério de 29 de setembro houvesse dado aos opositores da idéia a certeza de um triunfo total, de modo que a ascensão de Rio Branco determinou o reagrupamento das forças dispersas, ao mesmo tempo que fazia surgir numa Câmara unânime uma das mais aguerridas minorias de que há notícia em nossa história parlamentar. A verdade, porém, é que se contava com a luta, o ministério de 7 de março não a provocou nem a antecipou.

Provieram do campo antagônico as escaramuças iniciais, como testemunhou João Alfredo: «... ao passo que o gabinete, nos primeiros dias em que se apresentou..., dirigia-se a todos com a maior confiança, considerando-os amigos, entrava em com-

binação e convidava muitos dos dissidentes atuais para fazerem parte das comissões, a dissidência organizava-se em segrêdo, sem declaração prévia, sem uma palavra sequer de aviso, que um amigo não deve recusar a outro amigo com quem vai manifestar-se em desacôrdo; o gabinete foi um dia com perfeita surpresa atacado em uma votação de escrutínio secreto... quando o ministério tinha motivos para crer que entre êle e os membros da Câmara, com poucas exceções (1), havia a mais perfeita cordialidade.» (2).

Mas se não antecipou nem provocou a peleja, dela se não arreceou o gabinete. No dia em que Paulino de Sousa, em nome da dissidência conservadora e dos liberais, atirou o desafio, encontrou do lado oposto, arregimentadas e coêsas, as forças majoritárias, sob o pulso firme de um caboclo nordestino.

Definidas as posições, iniciou-se a refrega, qualificada por João Alfredo, como «a maior, mais difícil e mais acidentada batalha que pelejamos... a que comandou Rio Branco, sob as inspições e auspícios de D. Pedro II, o primeiro e mais constante protetor da raça escravizada e sob o patrocínio direto de Isabel, então pela primeira vez Regente do Império.»

À diplomacia sutil e envolvente de Paulino, maneiroso de atitudes, preferindo pedir a ordenar, iria contrapor-se a figura de João Alfredo, autoritário, ríspido por vêzes, guerrilheiro por índole, e cuja ascendência indígena lhe legara a astúcia e pertinácia dos aborígenes. Poucos homens no Brasil terão possuído em tão alto grau o dom gregário de João Alfredo.

Se lhe faltava a simpatia pessoal, complemento indispensável à posição de líder, compensava-a pela capacidade de persuasão, pela dedicação, pelo predomínio com que sabia impor-se, pelo destemor e pela mobilidade espantosa, «que lhe dava a quase onipresença» (3). «... Logo na primeira sessão em que dirige a Câmara, como ministro do Império, conquista, na frase de Rio Branco, o bastão de marechal.» (4).

A obstrução, recurso facilitado pela redação do projeto, composto de dez artigos e três parágrafos, erro de que se penitenciaria Rio Branco, foi a arma de que se serviram inicialmente os coligados, numa assemblêia de cento e vinte e cinco membros, em

(1) Confessaram-se desde logo em opposição ao gabinete, pelo que se excusaram de fazer parte das comissões, Andrade Figueira, Duque Estrada Teixeira e Pereira da Silva.

(2) Câmara, sessão de 17-8-1871.

(3) Tobias Monteiro, *Pesquisas e Depoimentos*, pág. 27.

(4) Joaquim Nabuco, *Um Estadista do Império*, tomo I, pág. 133.

que o governo tinha somente seguros sessenta e três votos, isto é, a metade mais um. Tudo era pretexto para longos discursos, e mesmo sem pretexto se usava da palavra. Vislumbrando o perigo das protelações, que punham em risco a passagem do projeto, o ministério resolveu anulá-las por outro golpe igualmente regimental — o do encerramento das discussões sem maiores delongas, tarefa confiada a João Alfredo, tarefa ingente e antipática, da qual lhe resultou o apelido de *taciturno líder dos encerramentos*.

Ludibriados por aquela manobra, irritaram-se os adversários.

Cada encerramento correspondia a um sério tumulto, cruzando-se os apartes mais violentos, por entre doestos, alusões ferinas e frases candentes. Pouco faltou para que não se registrassem lamentáveis cenas de pugilatos. Sem se impressionar, nem acovardar-se, João Alfredo mantinha-se imperturbável. «Era de admirar-lhe o sangue frio, a abundância de recursos, a prontidão das soluções no meio de tanta agitação.» (5).

Adotando a tática da ofensiva, partia sempre no encalço dos contendores, aos quais impunha derrotas sobre derrotas. Ao lado de Rio Branco, cuja eloquência sem par atingiu tôdas as escalas a que pode desejar um orador, defendendo quase que sozinho o projeto de lei, João Alfredo era «a audácia, a vontade, o braço forte do governo. A sua coragem passava para as almas mais tímidas, que receavam o desfêcho da luta.» (6).

Mas aquela impassibilidade de estátua, sem qualquer contração nervosa, um ritus sequer que lhe traísse os sentimentos mais íntimos, e que chegava a irritar os adversários, que a interpretavam como desdenhosa e provocante, não representava, na realidade, o seu verdadeiro estado d'alma. Quantas vêzes, ao deixar a Câmara, ardia êle em febre, tendo de recolher-se ao leito. Era um emotivo, a quem a noção do cumprimento do dever dava forças para controlar os nervos.

«Nenhum ministro, depois do marquês do Paraná, dirigiu uma maioria com tamanha sobranceira... Fazia lembrar o tom arrogante com que Casimir e Perrier, na Câmara francesa, ordenava aos seus fiéis sectários — debout, *messieurs*. Ninguém ousava recalcitrar contra o ministro francês no parlamento, como contra o conselheiro brasileiro. A maioria ministerial movia-se submissa, a oposição irritada envolvia o ministro nos mais árduos combates.» (7).

(5) Tobias Monteiro, *ob cit.* pág. 28.

(6) Timon (Eunápio Deiró), *Estadistas e Parlamentares*, pág. 44.

(7) *Idem, idem.*

No entretanto, se soube ser enérgico e mesmo autoritário, isto não importa em dizer que só buscasse a luta, a que se viu arrastado, menos por vontade própria do que por contingências que se lhe depararam.

Foram vãos, todavia, todos os seus apêlos no sentidos de uma atitude mais conciliatória por parte dos dissidentes. «Podemos divergir, dizia João Alfredo, num dêsses apêlos, mas as nossas divergências devem ser liquidadas amigavelmente. Convém que haja discussão larga e conscienciosa, que todos se manifestem livremente, que uma opinião procure vencer a outra nesse terreno, mas ninguém tem aqui o direito de recorrer a meios que não são permitidos, e de que faz uso sempre reprovado uma opposição facciosa.» (8).

Da inutilidade de seus propósitos, dá noção exata a linguagem de que se vale na sessão de 11 de julho : «...o nobre deputado pelo Ceará, a quem vou responder (José de Alencar), tirou-me tôda a esperança de que se restabeleça a calma nesta Casa, e de que entre o Govêrno e os seus amigos divergentes possa haver uma discussão conveniente e pacífica, como por todos os modos fôra por desejar, porque na raça latina, disse-o S. Exa., a calma é o indiferentismo, significa falta ou ausência de espírito público, e os nobres deputados que combatem a reforma do estado servil não podem subtrair-se ao calor originário, ao dever do sangue, para discutirem sem exaltação, nem ao menos para ouvirem com paciência os seus correligionários políticos, já não digo sôbre o assunto em que discordam, mas sôbre todos os objetos de nossas discussões, como infelizmente vai acontecendo. Eu poderia dizer ao nobre deputado que, se o espírito vivaz e entusiasta da raça latina é uma virtude que a eleva a cometimentos nobres e generosos, também é verdade que às vêzes degenera em ação precipitada e turbulência perigosa que provocam reações e na maioria dos casos impedem as soluções pacíficas, sempre melhores, e os progressos e gozos que outros povos conseguem e sabem conservar por meios diferentes, confiando no poder da razão e do direito, discutindo plácidamente, persistindo com constância, resistindo passivamente e sabendo esperar. Mas direi sômente que quando precisamos todos da maior reflexão e prudência, quando devemos pedir conselhos à razão calma, para que seja resolvida a grande questão que nos divide, não se deve justificar o procedimento contrário com os defeitos da raça, defeitos que devem ser corrigidos, e sôbre os quais pesa a mesma condenação das paixões.»

(8) Câmara, sessão de 28-6-1871.

Nem sempre foram regimentais, infelizmente, as armas de que se socorreu a oposição. Havia outras bem mais eficientes, conquanto extra-parlamentares, às quais se reporta Joaquim Nabuco: «... As paredes da oposição eram constantes e por todos os modos procurava ela impedir a votação, quando o govêrno reunia número. Todos os recursos eram empregados para desviar os deputados governistas das sessões, procurava-se o médico à hora em que tinha de ir para as sessões, detinha-se o amigo na rua com falsos pretextos até a chamada, inventavam-se reuniões, festas, convites, atrazava-se o relógio dos deputados, impedia-se que o empregado da Câmara tomasse o nome dos deputados que chegavam, de modo que o ministro do Império tinha que ser ao mesmo tempo, o chefe, o despertador e o ajuntador da maioria: tinha que correr de residência em residência dos deputados mais frouxos, dos que a oposição requestava, levá-los consigo, deixá-los de sentinela à vista. Alguns dispensavam essa vigilância, assim o protonotário Barreto, de Mato Grosso, que foi uma vez à Câmara com febre, gravemente doente de uma erisipela.» (9)

Contava João Alfredo que nos últimos tempos dos debates, já lhe era difícil encontrar um correligionário que quisesse solicitar os encerramentos. Quase todos se eximiam a essa prova de sacrifício, temerosos das objurgatórias de que se tornavam alvo, muito embora, nesses momentos, vissem sempre junto a si, partilhando da mesma sorte, o ministro do Império. Para obter o penúltimo dêles, teve de lançar mão de curioso estratagema. Aproximando-se de Teixeira Júnior, presidente da Câmara, ardoroso paladino da causa, e um dos grandes artífices da vitória de 28 de setembro, com êle combinou que mal acabasse de falar um orador da oposição, que se encontrava na tribuna, anunciasse o pedido de encerramento como da autoria de certo deputado, ao pé de quem iria sentar-se. Ao ouvir pronunciar seu nome e prevendo a borrasca, ainda tentou o condenado esquivar-se da prebenda. Olhando-o severamente, João Alfredo obrigou-o a levantar-se, o que a vítima fez como um autômato, sem articular um monossílabo, enquanto da curul presidencial, sob enorme saraivada de protestos e reclamações, Teixeira Júnior declarava com energia: «Está encerrada a discussão.»

Limitaram-se a duas, em discursos que não se relacionavam com a matéria, as manifestações de João Alfredo, da tribuna, favoravelmente à libertação dos nascituros. A primeira delas foi na sessão de 17 de julho. «... não aceitarei a discussão neste terreno, dizia êle, então, porque tem lugar e objeto especial

(9) — *Um Estadista do Império*, 2.^a edição, tomo II pág. 165, nota I.

no debate sôbre a reforma do estado servil. ... os nobres deputados não podem insistir na presunção de que estão com a opinião pública, quando o contrário do que dizem, achando-se em minoria na representação nacional, também estão em minoria no país real que lhes responde com a mais pronunciada tendência para a emancipação, e com a iniciativa particular muito anterior a qualquer ato do governo. (*Apoiados*). A opinião pública não está com SS. Exs. ; não estava antes, não pode estar hoje, e eu tenho o direito de o dizer, porque fui eleito por um distrito agrícola, represento uma província que tem interesses importantes e pertenco a uma família numerosa de lavradores : sei que a proposta como está concebida é aceita por todos. (*Apoiados*).

O *Sr. Antônio Prado*: — Ainda não houve uma representação a favor da proposta.

O *Sr. Ministro do Império*: Agora também eu interrogo aos nobres deputados, o que exprimem essas representações? (10).

O *Sr. Antônio Prado*: Exprimem a opinião.

O *Sr. Ministro do Império*: ... se eu pudesse trazer para esta tribuna o que se me tem dito em conversas particulares, poderia afirmar com as palavras de um dos mais distintos e pronunciados dissidentes que essas representações têm sido aconselhadas e são solicitadas por aquêles que se arrogam o privilégio de órgãos da opinião pública e seus diretores, e se fizeram tutores dos fazendeiros, que reconhecem a necessidade da reforma e aceitam a proposta. (*Apoiados*).

O *Sr. Antônio Prado*: É uma injúria que está fazendo à classe agrícola.

O *Sr. Ministro do Império*: Pois se é uma injúria, procede de um amigo de V. Ex. que me ouve, e que é sem dúvida um dos caracteres mais distintos do lado da dissidência. Digo-lhe isto e deixo passar sem reparo a palavra injúria.

«... eu tenho profunda convicção de que o Brasil que, em honra nossa o digo, tem escravos por assim dizer felizes, se compararmos seu estado com o de outros países que os tiveram, onde a escravidão, graças aos bons sentimentos dos proprietários, cada dia se torna menos dura e rigorosa, permitindo-lhe muitos dos direitos e favores que estão consignados na proposta de lei, daria o alto exemplo de aceitar a solução desta grande questão sem que se levantasse opposição, sem que apparecesse mesmo essas

(10) Constavam essas representações de mensagens dirigidas à Câmara pelos fazendeiros e senhores de escravos, protestando contra a proposta do Governo, à qual inquinavam de revolucionária e atentatória ao direito de propriedade.

representações dos interessados, se estes não fôsem aconselhados, como têm sido, para oporem-se à proposta do govêrno.

«... penso também... que longe de fazer-se um bem aos proprietários, o conselho que se lhes dá no intuito aparente de proteção à sua causa, para que reunam-se, formem clubes, dirijam representações ao poder legislativo, é um grande mal... Êles expõem-se assim a perigos, que de outro modo não correriam. (Apoiados).

«... longe de fazer-se um beneficio aos proprietários, se lhes está causando um grande mal, digo-o convencidamente, porque quando se trata simplesmente de uma medida que afeta as gerações futuras, todos os escravos atuais podiam deixar-se apoderar das mais falsas idéias de modo a serem induzidos a insurreições, supondo que criam-se embaraços e resistência à própria libertação, que imaginam próxima e completa. (Apoiados).»

Voltando a tratar do assunto, na sessão de 17 de agôsto, assim se externava João Alfredo:

«... fala-se constantemente no apoio que a minoria diz que tem na opinião esclarecida do Partido Conservador e fala-se até no apoio da nação. Mas como se manifesta êste apoio? Nas Câmaras? As Câmaras estão com o govêrno... Será no jornalismo o apoio que diz ter a minoria?... conta-se nas províncias do Império, no norte e no sul, um jornal da opposição para dois cu três que sustentam e defendem o Govêrno... O que é, pois, que condena o gabinete? A minoria da Câmara dos Srs. deputados e algumas representações de fazendeiros.

... Mas essas representações são porventura em tal número que indiquem que a maior parte dos proprietários e fazendeiros está com a maioria? Ninguém o dirá. (Reclamações) Todos os dias fatos novos, muito significativos, vem aumentar a convicção que o Govêrno tem de que, apesar de tantas sugestões enviadas para tôdas as localidades, a reforma do elemento servil encontra pequena opposição, limitada a alguns municipios de poucas províncias, três ou quatro. (Muitos apoiados e diferentes apartes).

O alheamento de João Alfredo da tribuna, attitude das mais compreensíveis para quem se impusera a missão de conter os exa-geros oratórios, tendo em vista a vitória do Govêrno, iria servir de motivo aos contendores para feri-lo, tentando menoscabá-lo.

«Se não a freqüentava, era por falta de predicados», argumentavam uns. «Vistas curtas», acrescentavam outros. Não o diminui a malignidade, antes o engrandece. O seu silêncio, majestoso pelo estoicismo, foi de uma eloquência sem par.

Adivinhando a intenção de forçarem-no a longos debates, deu de ombros às provocações. Calava-se e fazia calar o próprio Rio Branco. Em certa ocasião, chegou mesmo a censurá-lo: «Se V. Ex., com a sua reputação de orador, não quer fazer êsse sacrifício, pense qual será o meu, que sou moço, quase desconhecido, e quase sempre atacado nos meus dotes de orador.» (11)

Êsse desabafo é de alto valor psicológico. Podiam doer-lhe os remoques, como realmente doíam, mas a vaidade pessoal não seria capaz de afastá-lo de sua linha de conduta. Fora das discussões da lei do ventre livre, em que nunca quebrou o mutismo premeditado, salvo nas duas oportunidades que citamos, nunca deixou de ocupar a tribuna, sempre que se tornava necessária a sua palavra em assuntos pertinentes à sua pasta.

Como reminiscência escrita de João Alfredo sobre a campanha da lei do ventre livre, reminiscência incompleta e parcialmente aproveitada em outro trabalho, só existe em seu arquivo êste pequeno trecho: «Ê tão antiga e comum a injustiça feita aos homens em quem, segundo Cícero, a virtude de servir à pátria, *antiquor parens quam is qui creaverit*, triunfa dos encantos do prazer e do repouso, atirando, imperiosa, o cidadão feliz, tranqüilamente, para as tempestades públicas, que estranhar o mau pago e fugi-lo seria mêdo e egoísmo.

«Ê muito de deplorar, porém, que entre nós se desdenhem e perante a história se deprimam fatos nacionais que — não importa o guião — nos caracterizam e honram como povo idôneo para realizar em paz, com alto civismo e exemplar abnegação, progressos que a outros tem custado profundos abalos e a mais tremenda das calamidades, — a guerra civil. Quando o projeto da lei de 28 de setembro, que decretou a liberdade dos nascituros da mulher escrava, foi votado em terceira discussão, o representante diplomático dos Estados Unidos apanhou algumas flores, que das galerias do Senado, franqueadas ao público, choviam no recinto, e com palavras que por aí se sabem de cor (12), enalteceu o Império do Brasil, confrontando-o com a grande república, onde foi preciso que a liberdade do negro vogasse em rios de sangue.

«Era de razão que, terminada a peleja, ao grêmio comum voltassem apasiguados os combates do mesmo partido político, divididos nesta questão; mas, ao contrário, aos grandes aplausos

(11) Joaquim Egas Moniz Barreto de Aragão, *Conselheiro João Alfredo — O Homem Íntimo*, Seleta, Rio, 12 de abril de 1919.

(12) «Vou mandar estas flores para o meu país, para mostrar como aqui se fez uma lei que lá custou tanto sangue.» (Cit. por Hermes Vieira. *A Princesa Isabel no Cenário abolicionista do Brasil*, pág. 219)

do estrangeiro, às expansivas festas populares, à doce paz em que entrou o país real, fato registado pela imprensa no dia em que o Imperador regressou da Europa e reassumiu o cetro... correspondem os vencidos com irreconciliável dissidência e com os mais fortes ataques ao ministério Rio Branco.

«... a lei de 28 de setembro de 1871... foi o pensamento e a iniciativa do governo, sobretudo do Imperador, com o aprazimento da opinião pública, para se preparar sem perigos e prejuízos a transição a que o Brasil não podia escapar, desde que era a única nação civilizada que, em seu próprio seio, e não em colônias — tinha escravos.

...«Para a emancipação gradual da lei de 28 de setembro, os proprietários significaram o seu espírito liberal e generoso, não querendo as apólices de seiscentos mil réis que o governo dava por cada ingênuo que lhe fôsse entregue, e desmentindo o cruel vaticínio de que seriam novos Herodes, degoladores dos inocentes.»

Se o tom de mágoa dessas palavras deixa vislumbrar queixas e ressentimentos, também deixa entrever o justo orgulho de um triunfador. E podia tê-lo, realmente.

Nessa árdua batalha, Rio Branco dividiu com João Alfredo os louros da vitória. Ações diversas, porém conjugadas harmonicamente, constituíram-se um perfeito binômio de forças. E porque se completaram e se compreenderam, foi que puderam vencer.

Não se deve contestar a Rio Branco o que de fato lhe pertence, nem negar a João Alfredo o que de direito lhe cabe.

CONFERÊNCIAS

O PAN-AMERICANISMO (*)

AMÉRICO JACOBINA LACOMBE

O Pan-americanismo não é mais um ideal, uma doutrina, ou uma utopia. É um fato real, um fato histórico que se impõe a todos os estudiosos, e mais do que isso: um fato que passa, nos dias que correm, a constituir um paradigma de uma série de fenômenos continentais, cujas conseqüências ninguém poderá prever.

Temos desta tribuna considerado anualmente, através de trabalhos de alto nível, este fenômeno continental do ponto de vista histórico. E nem se justifica, desta tribuna, outro ponto de vista. Tudo que podemos fazer, portanto, neste momento, é uma rápida revisão do que tem sido dito, especialmente no que toca aos fatos, cada vez mais convincentes.

As circunstâncias em que foi colonizada a América, desde o seu início, chamaram a atenção dos estudiosos para certas peculiaridades dentro da História Universal: — antes de mais nada o seu isolamento geográfico, afastado o continente, como nenhum dos anteriormente conhecidos. Em seguida, a conquista por povos todos europeus e todos pertencentes ao mesmo tipo de civilização, dentro do mesmo estádio cultural; daí resultando o paralelismo no enfrentar e no resolver problemas análogos, e certa semelhança nos resultados finais.

Houve, assim, uma unidade histórica, paralela à unidade geográfica. Daí a conclusão fatal no espírito dos seus pro-homens, da possibilidade de, baseando-se na existência de recursos econômicos complementares, erigir-se uma política inter-continental uniforme.

As conjunturas históricas forçaram, gradualmente, a elaboração de uma política de cooperação, de interdependência e de pacifismo, tudo em contrário ao europeísmo que, por esse tempo,

(*) Conferência proferida no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro em 14 de abril de 1961.

levava às suas últimas conseqüências o princípio nefasto das nacionalidades.

É assim, mais que natural que o ideal pan-americano tenha surgido e tenha sido enunciado de vários pontos da América, no momento exato em que o continente amadurecia para a era da independência. Não é possível deixar de considerar como precursor dêsse movimento o nosso patricio Alexandre de Gusmão, como bem e irretorquivelmente demonstrou Rodrigo Otávio, em trabalho considerado hoje clássico, ao introduzir, no preâmbulo do Tratado de Madrid, o princípio da não generalização às colônias americanas das querelas metropolitanas. Até hoje não consigo atinar, em face da documentação divulgada, como transferir esta glória quer para seu colega espanhol, quer para os franceses e ingleses, que, segundo um magro, sumário e fragmentário depoimento de Racine, teriam apenas mantido boas avenças na Europa, ainda que em conflito na expansão sobre o território americano, o que significaria um pan-americanismo às avessas, isto é, a paz na Europa não obstante o conflito no Novo Mundo. Ora, o que pesquisamos são precisamente as nascentes da corrente oposta, a que vem fecundar os princípios da paz na América não obstante os conflitos inveterados no Velho Mundo. Fiquemos, pois, com o nosso Alexandre de Gusmão e reservemos a nossa veneração, pelo imenso poeta e pelas grandes nações referidas, para outras oportunidades.

As características dêsse movimento, de acôrdo com o conhecido livro de Pépin são seis :

1.º) a tendência à solidariedade nas grandes crises, tal como não se verifica em nenhum outro continente; 2.º) o caráter democrático das instituições políticas de todos os seus países; 3.º) a tendência, igualmente incoercível, de incluir a totalidade dos povos independentes no mesmo movimento; 4.º) a aceitação do princípio da igualdade das nações, como base jurídica de suas relações; 5.º) o ideal de paz como finalidade suprema da vida internacional e 6.º) finalmente a facilitação das relações entre todos os povos americanos em todos os terrenos. É o que se deduz da sua definição, elaborada após uma ampla exposição do problema.

De que tôdas essas tendências sejam decorrentes do clima espiritual criado no Nivo Mundo, temos uma demonstração flagrante nesse fenômeno realmente espantoso da rápida assimilação dos princípios americanos, pelo próprio rei português apenas começou a respirar os ares da nossa atmosfera. Apenas instalado na corte do Rio de Janeiro, D. João, então ainda regente do reino, passa a encarar os problemas americanos de maneira que devia

parecer insólita aos carcomidos estadistas europeus. A sua correspondência com Tomás Jefferson, publicada e comentada pelo nosso saudoso consócio Alcindo Sodré, respira um tom que faria tremer os inspiradores da futura Santa Aliança. Alude ao «seguros principais liberais, *tanto religiosos, como políticos*, que ambos professamos.» Refere-se à «base da mais perfeita união e amizade que espero subsistam sem interrupção entre as nações que habitam êste novo mundo.» Um representante autêntico do absolutismo europeu, num dos países que mais cedo haviam alcançado a integração no Estado de tôdas as forças nacionais, reconhecia tranqüilamente que nas relações com a grande república do norte, precursora do movimento que levaria à guilhotina seu primo Luís XVI, os seus princípios norteadores seriam a liberdade religiosa, a liberdade política, a solidariedade e a igualdade entre os povos. Note-se que tudo isso foi escrito antes do movimento constitucionalista e não pode ser atribuído a nenhuma coação.

Não se trata, tampouco, de atos isolados ou esporádicos. Nas cartas a seu amigo William Short, o glorioso fundador da Universidade de Virgínia e que, na qualidade de embaixador em França havia tido aquêles singulares entendimentos com Joaquim da Maia nas ruínas de Nîmes, revela o alto grau de compreensão a que haviam chegado seus entendimentos com o ministro português, o abade Correia da Serra, um dos expoentes da cultura do reino e um dos fundadores da Academia Real das Ciências. Tôda uma corrente de estadistas lusitanos havia aberto os olhos em relação à política americana, à frente da qual se distingue o vulto, cada vez mais admirável de Silvestre Pinheiro Ferreira, filósofo, publicista, filólogo e patriota que merece, na galeria dos precursores do pensamento americano, um lugar de primeira plana. Já conhecíamos, através das pesquisas do nosso consócio embaixador Hildebrando Accioly, a sua admirável instrução ao agente diplomático no Prata que deveria não sômente reconhecer o govêrno argentino, mas ainda anunciar a convocação de uma assemblêia em Montevideu, a qual competiria escolher «sem a menor sombra de constrangimento, nem de sugestão, a forma de govêrno e constituição que de ora em diante se persuadem ser a mais apropriada às suas circunstâncias.» Entrou logo aquêlê enviado do rei do Reino Unido, e, portanto, nosso enviado, em contacto com o enviado do Chile. Foi, assim, a Côrte Portuguesa, no Brasil, quem primeiro tomou a iniciativa de reconhecer os governos independentes dos novos estados americanos, conforme reconheceu o chanceler da Colômbia em memória apresentada ao congresso de seu país.

Mas o mais grave é que já tendo sede o govêrno em Lisboa, conseguiu Silvestre Pinheiro Ferreira despachar um agente junto a Bolívar que devia, não só reconhecer a independência de cada

um dos estados latino-americanos, mas ainda defender a constituição de «uma só família de Estados, naturalmente unidos pelo comum vínculo e interêsse de repelir a agressão de tôda e qualquer potência que se arroge o absurdo direito de prescrever-nos a forma particular de nosso regime interior, constituição e dinastia.» A Bolívar deveria tal agente propor a elaboração de um tratado «de confederação e mútua garantia de independência» por êle, Silvestre Pinheiro Ferreira elaborado e mandado submeter aos governos hispano-americanos. Tratava-se, conforme seu autor, de «assegurar a obra de regeneração da grande família hispano-lusitana» . . . «necessariamente unidos [os povos] numa confederação de independência, a respeito de tôda e qualquer potência agressora dêsse direito, o mais sagrado e inalienável de tôdas as nações.»

Na mesma data enviava o govêrno de Lisboa outro agente para Buenos Aires, em que devia propor igualmente uma aliança defensiva para manutenção do *statu-quo*, «contra tôda e qualquer agressão que os governos em comum reconheçam como ato de hostilidade.» Falava-se expressamente aí em confederação hispano-lusitana em ambos os mundos e ainda com um ponto de apoio nessa «formidável Confederação que é, e não pode deixar de ser o estado já constituído da América Septentrional», «já bastante consolidada». são expressões do chanceler português, «para servir de centro comum aos planos de ataque e de defesa contra as potências agressoras.»

Todos êsses inspirados textos foram publicados em ensaio de Planas-Suárez, Lisboa, 1918, e divulgados entre nós no primoroso ensaio sôbre as *Raízes do Pan-americanismo*, de nosso eminente consócio, o embaixador Hildebrando Accioly.

Ainda recentemente, estudando *A filosofia de Silvestre Pinheiro Ferreira*, em estudo publicado pela Faculdade de Filosofia de Braga, a doutora Maria Luísa de Sousa Coelho demonstrou que no plano filosófico o ousado chanceler pedia meças aos maiores espíritos do tempo.

Mesmo permanecendo ligados ao reino europeu, a defesa de nossa *independência*, — têrmo usado expressamente pela diplomacia adiantada dêsse insigne estadista, — nos conduziria à aproximação com os novos estados americanos. A nossa separação, provocada pela intransigência das Côrtes, liberais por certo, mas com menos visão americana que o ministro dos Estrangeiros, não podia deixar de levar-nos à aceitação dos princípios proclamados por Monroe no ano seguinte — 1823.

Interessante é que a proclamação famosa do presidente americano, que teve uma repercussão bem maior do que talvez visassem os seus próprios autores, mais preocupados com os casos do-

mésticos próximos, trouxe aos países latinos do continente uma desconfiança quanto às tendências imperialistas americanas que dificilmente serenaram. Note-se que até êsse obstáculo foi previsto pelo estadista português. Referindo-se ao predomínio fatal dos Estados Unidos sôbre os demais países, esclarecia êle que «sua própria excentricidade assegura cada um dos Estados da Confederação contra o receio de que, por ser o mais central, e por ambição — sempre de se temer nas nações e nos governos, como nos indivíduos — venha algum dia a abusar dessa espécie de supremacia que não pode deixar de ser-lhe concedida.»

Hoje em dia podemos restabelecer a ordem dos acontecimentos, dar a Canning o papel que merece nos fatos que originaram a famosa declaração e considerar a doutrina de Monroe como uma doutrina que evoluiu além das previsões dos seus próprios autores, e acabou sofrendo uma interpretação vitoriosa no sentido de tornar-se um princípio continental. Em vez de negá-la, como Alberdi, consideremo-la antes, como acontece com tantos princípios vivos, uma doutrina à qual o continente infundiu um sentido transcendente. Ainda na recente declaração da Secretaria de Estado de 14 de julho de 1960, é expressamente baseado nela que o governo americano contesta o governo russo: «The principles of the Monroe doctrine are as valid today as they were in 1823 when the doctrine was proclaimed.»

Na linha do pensamento de Silvestre Pinheiro Ferreira incluem-se ainda o de dois portugueses a serviço do Reino Unido: Rodrigo Pinto Guedes, barão do Rio da Prata que em 1819 apresentou ao ministro dos Estrangeiros o projeto de uma *Liga Americana*, composta dos Estados Unidos, do Reino ou Estado Independente do México, do Brasil, do Reino Americano Meridional e de outros estados soberanos, porém menores. Diante dessa força como poderá qualquer nação da Europa conservar uma colônia na América, «sem que a Liga permita?»

O outro português que se manifestou neste sentido, admirador de Silvestre Pinheiro foi Heliodoro Jacinto de Araújo Carneiro, depois paradoxalmente visconde de Condeixa por Dom Miguel, que em Carta a Vila Nova Portugal em 1818 chegou a declarar: «O maior paradoxo político que hoje se possa imaginar é haver quem queira supor que o vasto Continente da América do Sul se tornará ainda colônia da Europa», e concluía: «Os aliados natos do Brasil hão de ser sempre os americanos do Sul e mesmo o do Norte.» São pesquisas do nosso saudoso companheiro General Sousa Doca, aqui relatadas em comemoração análoga em 1943.

De qualquer modo o ideal americanista revelou-se prático e efetivo no plano de Bolívar, convocador da conferência de Pa-

namá em 1826, primeira realização pura e positiva no caminho da União dos povos do continente. Por iniciativa de Santander os convites foram extensivos ao Brasil e aos Estados Unidos. É lastimável que o representante do Brasil, o Cons. Biancardi não tenha chegado a tomar parte no conclave para o qual foi nomeado e chegou a partir. Provavelmente agiram sôbre o nosso govêrno as ondas de intrigas que obstavam a aproximação do grande herói libertador e o fundador do Império. Uma nuvem de interessados no desentendimento entre os povos está sempre atenta para envenenar a aproximação de grandes vultos. Também da parte dos Estados Unidos falhou, por uma fatalidade, o representante. O Congresso gastou tanto tempo precioso debatendo a conveniência de fazer-se representar numa reunião de «generais negros e senadores mulatos», como disseram alguns membros de Congresso, que o plenipotenciário partiu à última hora e, por infelicidade, faleceu no caminho. Também chegou tarde o chileno e não quis a Argentina assumir qualquer compromisso supranacional. O resultado foi, assim, aparentemente um malôgro, como tantas vêzes acontece nos empreendimentos dessa natureza. As sementes, porém, de algumas idéias que vão frutificar um século depois, foram aí lançadas. O fantasma do monarquismo brasileiro mal compreendido e o ressentimento das anexações americanas quebrou o ambiente de confiança, essencial para o debate cujo temário era o mais elevado que se poderia esperar do espírito dos convocadores: — o arbitramento obrigatório, a abolição do tráfico, as garantias de integridade territorial, a defesa comum continental, a prática dos bons officios e mediação, e a efetivação da doutrina de Monroe. A conferência deveria prosseguir no ano seguinte em Tacubaya, no México, aonde chegaram, realmente, alguns delegados. As condições politicas do país, não propiciaram, porém, uma reunião proficua. Permanecia, como se vê de impressos da época, uma grande desconfiança em relação ao nosso país, considerado um possível agente da Santa Aliança.

Em 1846 nova reunião se promove em Lima, debaixo da emoção de ameaça de reconquista espanhola. Outras circunstâncias, porém eram desfavoráveis à reunião: a guerra entre o México e os Estados Unidos e a presença de fôrças européias no Prata. Mas foi dêsse conclave, que surgiu a primeira idéia de um organismo que será mais tarde a União Pan-americana. Vários tratados foram discutidos, em face da visível aproximação das legislações nacionais, visando aos problemas da agressão, da usurpação e dos limites territoriais. Chegou-se a firmar, a 8 de fevereiro de 1848, um tratado de confederação, que não chegou a ser ratificado. Datam de 1856 dois tratados semelhantes: um firmado no Chile, por êste país, o Peru e o Equador; outro em Washington,

firmado pela Nova Granada, Costa Rica, Guatemala, México, Peru, Salvador e Venezuela.

Nova reunião em Lima foi provocada pelas investidas espanholas e a intervenção francesa no México. Dela participaram Bolívia, Chile, Colônia, Equador, Peru, Salvador, Venezuela, e um observador da Argentina, apesar das nuvens que pesavam no horizonte : a guerra de Secessão nos Estados Unidos, os primeiros conflitos no Prata, que terminariam por provocar a guerra da Triplíce Aliança. O Brasil não compareceu e fez mal. Isto mesmo disse a autoridade oracular do marquês de São Vicente. Deveríamos comparecer e até convidar os nossos vizinhos para reunirem-se em nosso país. Só assim desfariamos a prevenção a nosso respeito.

Seguem-se várias reuniões de juristas latino-americanos, ainda em Lima (1877-78), Caracas (1883) e Montevideu (1889-1890). A Montevideu, enfim, comparecemos.

Foi no final do século XIX que o govêrno dos Estados Unidos, tendo à frente o espírito realista de Blaine, percebeu que a cooperação com os governos de *senadores mulatos* não era sômente um movimento de lirismo. A América Latina representava uma ponderável freguesia e — o que era surpreendente — abastecia-se não só espiritualmente, mas também comercialmente na Europa. A balança comercial era sempre desfavorável ao poderoso vizinho do Norte, que, não obstante, apresentava uma indústria cada vez mais desejosa de expansão.

Em 1880 Blaine inicia as negociações para uma reunião que deveria dar-se em 1881. O assassinio de Garfield e a saída de Blaine retardam a reunião. Em 1888, de novo no poder, Blaine convoca a 1.^a Conferência Panamericana que tem a satisfação de abrir em Washington em 1889. Durante o transcurso dela transforma-se o Brasil em República e Salvador de Mendonça, já nosso delegado sob o Império, recebe a chefia de nossa representação das mãos de Lafayette. Temos de Salvador algumas páginas inesquecíveis a respeito do ambiente em que transcorreu essa reunião. A narrativa de como se processou a decisão acêrca do arbitramento obrigatório, a adesão de Blaine a êsse princípio, o que representou êsse gesto do estadista americano para dissipar as desconfianças dos latinos. Começa-se a erguer lenta e seguramente o edificio do pan-americanismo : a declaração da igualdade das nações em face do Direito Internacional, a proibição de alianças egoistas, o ideal da união aduaneira, a criação do Escritório Internacional das Repúblicas Americanas, para divulgação de dados relativos ao comércio.

Seguem-se as três conferências que precederam a primeira guerra mundial : — a 2.^a do México, em 1901, em que o delegado

brasileiro José Higino lançou a idéia da codificação do Direito Internacional Americano que iria ser dos mais brilhantes aspectos da construção ideológica que se erguia, em que se criou o Conselho Diretor do Escritório, gérmen da União Pan-americana, em que se aderiu aos princípios da 1.^a Conferência da Paz de Haia; — a 3.^a, do Rio de Janeiro, em 1906 em que o nosso chanceler, o barão do Rio Branco, Joaquim Nabuco e o Secretário Americano Elihu Root atenuaram as desconfianças da política do *big-stick*, ameaçadoramente exercida pelo primeiro Roosevelt, em que a intervenção na Venezuela gerou, como reação, a doutrina de Drago, afinal encaminhada à 2.^a conferência da Haia, onde se consubstanciou, em forma mitigada, no substitutivo Porter; enfim; a 4.^a — de Buenos Aires reunida em 1910, em meio a agitação entre o Peru e o Chile, o Equador e o Peru, a Bolívia e os Estados Unidos e reclamações do Uruguai, — quando Alejandro Álvarez lançou a doutrina do Direito Internacional Americano, tão discutida, e se estabeleceram os fundamentos da União Panamericana.

Aí se encerra a primeira fase do pan-americanismo. Os lineamentos doutrinários estão lançados. Sua repercussão fora da América é ainda de desconfiança. Uma prova de fogo foi a 2.^a conferência da Haia, quando as repúblicas americanas compareceram pela primeira vez na História numa assembléia de quarenta nações. As referências, e especialmente, as entrelinhas dos Anais demonstram a má vontade com que as velhas nações encararam a impertinência dos delegados das republiquetas que ousavam enfrentar os projetos trazidos para uma formal sanção dos convidados. Melhor do que as peças ostensivas é curioso ler os despachos de alguns delegados, especialmente do mais imponente d'elles, por todos os títulos, o barão Marshall von Bieberstein, o *elephas germanicus*, hoje publicados, e ver como se referia êle com desprezo aos bacharéis pedantes e discursadores, diante dos quais (é êle quem se gaba), abriu ostensivamente o jornal como demonstração de sua indiferença. Na composição do tribunal de prêsas não houve possibilidade de explicar a origem das inacreditáveis disparidades em relação aos países latino-americanos postas a nu, em discurso algo sarcástico, do mais terrível d'esses bacharéis petulantes, um certo dr. Barbosa, de quem Marshall vem a falar mais tarde, e honestamente, em tom bem diferente. Foi à face d'estes donos da política mundial, porém, que êste dr. Barbosa ousou proferir, inspirado pelo espírito americano, estas palavras proféticas de solene advertência :

«Ê o mais abominável dos erros o que se teima em cometer, insistindo-se em ensinar aos povos que a hierarquia entre os esta-

dos deve estabelecer-se de acôrdo com a situação militar de cada um, e isto exatamente numa assembléia cujo fim é evitar a guerra.

«Vêde as conseqüências, mais temíveis doravante que em qualquer outra época. Há cêrca de três anos, a Europa não avistava no seu horizonte político, fora de si própria, senão os Estados Unidos, como uma espécie de projeção européia e a única representação não desprezível do ocidente. A Ásia e a América Latina não eram senão expressões mais ou menos geográficas, com uma situação política de mera complacência. Um belo dia, no meio do espanto geral, tomou-se conhecimento de uma terrível aparição no Oriente. Era o nascimento inesperado de uma grande potência. O Japão penetrava no concêrto europeu pela porta da guerra que êle arrombou com a espada.

«Quanto a nós, Estados da América Latina, fomos convidados a entrar pela porta da paz. Nela penetramos através desta Conferência e começastes a conhecer-nos como operários da paz e do direito. Mas se saímos decepcionados, se fomos repelidos com esta desilusão, com a experiência de que a grandeza internacional não é medida senão pela fôrça das armas, então por culpa vossa, o resultado da 2.^a Conferência da Paz terá sido orientar a corrente política do mundo no sentido da guerra, impelindo-nos a procurar nos grandes exércitos e nas grandes marinhas o respeito à nossa posição em vão pleiteada pela população, pela inteligência e pela riqueza.

«Será possível que não o consigamos? Não vos deveis iludir. Estas diferenças de grandeza entre países da Europa e da América são bem accidentais. Aqui progride-se lentamente. A terra está já ocupada. O pêso da luta pela vida é esmagador. Mas para lá do Atlântico, nessas regiões de crescimento rápido, a seiva humana é como a das nossas florestas: ela improvisa povos. Nós não definhamos sob o pêso do serviço militar. Não temos castas sociais. Não aguentamos com a herança opressiva de um passado tenaz de guerras. Só conhecemos as dívidas reprodutivas da paz e do trabalho. Nessas vastas bacias de emigração, onde a família se expande livre e numerosa como aquelas grandes flôres d'América, pompeantes à superfície das nossas belas águas tropicais, bastam às vêzes uma ou duas gerações para duplicar a população a um país tranqüilo e próspero. O Brasil, por exemplo, não continha há cinqüenta anos, mais de doze ou treze milhões de almas. Hoje o habitam vinte e cinco milhões. Quantas não serão elas daqui a vinte e cinco anos, se metermos em conta que os meios de povoamento do seu território têm crescido comparavelmente, que dia a dia mais engrossa para ali a afluência das correntes estrangeiras, e que a nossa existência longínqua, mal

entrevista daqui até hoje, agora é que entra a se revelar ao mundo em plena luz?

«Ora para os sucessos que compõem a história humana, que vem a ser o espaço de uma ou duas gerações? Isso, comparado ao movimento do mundo, não vem a ser mais que o lapso de um ou outro dia. Para que, pois, falar tão confiadamente em débeis e fortes, em pequenos e grandes entre as nações? Nestes nossos tempos a madureza já se começa a pronunciar ainda na adolescência dos povos. Na carreira desta era acelerada, o porvir invade o presente. E depois, que de inversões, que de surpresas não nos reserva sempre o futuro?»

Não é para admirar que em face da intervenção de Rui Barbosa diante dos ouvidos sensíveis dos europeus o delegado americano Brown Scott tenha comentado: «Eis o Novo Mundo que se faz ouvir pelo Velho.» E poderia dizer: pela primeira vez. Porque esta conferência que hoje em dia se perde na perspectiva das «inversões e surpresas» tenebrosas a que se referia Rui Barbosa, foi a primeira vez em que duas dezenas de repúblicas da América sentavam-se lado a lado com as potências européias. Foi a entrada na cena mundial do bloco americano, bloco recebido com bastante desconfiança.

Foi ao fim da Primeira Grande Guerra que o regionalismo americano deixou de ser levado a conta de uma vaidade continental e passou, pelo contrário, a ser considerado como um elemento a ser pesado no equilíbrio mundial.

A doutrina de Monroe deixou de ser considerada uma insolência, ou um agravo, para ser reconhecida como aceitável, apon-tada até com exemplo e utilizada no tratado de Versalhes, especialmente no Pacto da Liga das Nações. Muito havia caminhado a idéia do pan-americanismo!

Foi dentro dessa nova mentalidade que se realizaram quatro conferências pan-americanas no período chamado de entre-guer-ras: — primeiro a de Santiago em 1923, em que foi discutida no meio de tão grandes obstáculos e dificuldades, a questão do desarmamento. Só o equilíbrio e a habilidade do nosso representante Melo Franco evitaram um completo malôgro nesse terreno. Resultou, porém, dessa reunião o chamado pacto Gondra, que estabeleceu a necessidade do exame dos conflitos antes do rompimento.

Na conferência de Havana em 1928, chegaram a completo amadurecimento as idéias sementeas por José Higino na 2.^a conferência do México em 1901, com a aprovação do Código de Direito Internacional Privado, obra devida à pericia do mestre

cubano H. Sanchez de Bustamante, e alguns dos projetos de Alejandro Alvarez. Registrou-se acima de tudo a vitória definitiva do princípio do arbitramento obrigatório, idéia que percorrera seu caminho desde 1889. Não podemos deixar de mencionar o acréscimo da atividade intelectual interamericana com a criação do Instituto Pan-americano de Geografia e História, no qual este Instituto tem tomado parte tão ativa.

Esta conferência aumentou extraordinariamente o ímpeto das correntes que vinham reforçando lentamente os ideais continentais.

Dificuldades maiores encontraram, porém, os delegados à 7.^a conferência reunida em 1933 em Montevidéu. Nuvens escuras acumulavam-se no horizonte americano: a questão do Chaco, o caso de Leticia, a revolução cubana. A presença do Secretário de Estado americano Cordell Hull, que lançou, em nome do presidente Roosevelt, o primeiro enunciado da política chamada — da *boa vizinhança* traçou na Conferência um traço inapagável.

A última conferência desta fase — a 8.^a, de Lima em 1938, após graves riscos de malôgro, teve como resultado a *Declaração de Lima* com a qual a segurança coletiva continental começou a passar do domínio das abstrações para o das realizações. Em caso de agressão comprometeram-se os Estados a coordenar suas decisões por meio de consultas coletivas, ressaltando cada governo sua igualdade jurídica e sua atuação independente.

Já era tempo. A borrasca ameaçadora nos céus da Europa desabou no ano seguinte encontrando a América preparada para defender sua coerência na política internacional.

No período de entre-guerra a consciência continental criara maior vigor. A Comissão de Jurisconsultos, do Rio de Janeiro em 1927, que preparara os textos de Direito Internacional Público e Privado a serem submetidos à Conferência de Havana no ano seguinte, e em que tive a honra de assistir a atuação dos dois grandes especialistas brasileiros Eptácio Pessoa e Rodrigo Otávio, revelara uma unidade de vistas e um grau de maturidade cultural que surpreendeu a opinião mundial. Os resultados práticos da Conferência da Consolidação da Paz em Buenos Aires em 1936, em que tomou parte o presidente Roosevelt, e devidos, em máxima parte, a ação pessoal de nosso ilustre presidente, haviam provado aquilo que o prof. Delgado de Carvalho chama de continentalização da Doutrina de Monroe, base da solidariedade e cooperação visadas pela *Boa Vizinhança*.

A deflagração da Segunda Guerra teve como consequência a reunião de Quatro Conferências de Consulta que vão pôr em execução um novo conceito de neutralidade. Esta doutrina da

Neutralidade ativa, ou vigilante, tivera como precursor o nosso antigo embaixador à 2.^a Conferência da Paz. Foi de fato Rui Barbosa, como Embaixador Especial em Buenos Aires em 1916, que, por meio da célebre conferência de 14 de julho, amplamente divulgada no Mundo inteiro, lançou as bases da doutrina que a América vai consubstanciar nas reuniões de Panamá em 1939 — (em que se estabeleceu uma zona de segurança); — de Havana em 1940 — (em que se previu a defesa ideológica do continente e se tomaram decisões relativamente às colônias européias ainda existentes no Novo Mundo); — a do Rio, já após o golpe de Pearl Harbour — (em que se decidiu o rompimento coletivo com o Eixo e tomaram-se providências fundamentais quanto às «chamadas minorias» raciais); e, finalmente, a do México em 1945, (em que se firmou o Ato de Chapultepec e a Carta Econômica Americana).

Foi a última antes da Conferência Internacional de São Francisco em que o Pan-americanismo não somente foi mais uma vez reconhecido e aceito, como ainda assistimos ao fato culminante para a política mundial, da fixação fora do continente europeu, da sede da nova organização mundial das nações.

1947 é o ano da Conferência Inter-Americana de Petrópolis, de que resultou o Tratado Inter-Americano destinado a elaborar o Tratado Inter-Americano de Assistência Mútua, dentro das normas estabelecidas para as Nações Unidas, assinado no Itamarati em que se venceu afinal o grande fantasma da soberania ilimitada, chegando a um sistema de exclusão do veto. São os princípios que passam ao *Pacto do Atlântico do Norte* em 1949, no qual aparecem «projetados no plano mundial», disse um dos seus grandes artífices, o então chanceler Raul Fernandes, «princípios pelos quais o Brasil se batera nas assembléias inter-americanas e nas reuniões dos chanceleres.»

Passamos então a uma fase que não podemos chamar de definitiva porque êste termo só não existirá em história no final dos tempos.

A 9.^a Conferência Pan-Americana e a 10.^a, a primeira em Bogotá, e a segunda em Caracas, já se reuniam quando o sistema pacientemente construído fôra pôsto à prova. O tratado do Rio de Janeiro funcionara duas vezes com pleno êxito. A *Carta de Bogotá* votada na 9.^a Conferência, considerada uma verdadeira Constituição Internacional das Américas, não legislava nas nuvens, mas para uma realidade reconhecida e admirada no mundo inteiro.

A Organização dos Estados Americanos dela resultante é agora a cabeça de uma complexa organização de que o modesto *Escritório* estabelecido pela Primeira Conferência foi o germen

abençoado. Além do Secretariado constituído pela União Pan-americana, são órgãos de organização as Conferências quinquenais; as reuniões de consultas dos chanceleres; um conselho Jurídico, outro Cultural e outro Econômico; as conferências especiais, além dos órgãos especiais em pleno florescimento.

Nenhuma declaração mais expressiva de que a do chefe de nossa delegação em Bogotá, o chanceler João Neves da Fontoura: «Outrora os povos pensavam por Estados ou Nações; hoje no mínimo os pensamentos obedecem à dimensão de continentes.»

As grandes realizações eram positivas; não eram mais esperanças: a paz no Chaco, em 1938, segundo o testemunho competente e superior do nosso colega o general Leitão de Carvalho, representara a vitória do espírito de moderação continental encarnado naquele momento na pessoa do nosso chanceler Macedo Soares e dos esforços convergentes do chanceler argentino Saavedra Lamas e de todos os países limítrofes.

A solução do caso de Letícia foi uma obra prima de diplomacia do chanceler Melo Franco, e é nas suas próprias palavras «edifício indiscutível, cuja beleza arquitetônica causará admiração aos juristas, homens de Estado, sociólogos e pensadores dos povos.»

Outro episódio que merece consignado nesta relação de fatos positivos da vida diplomática americana é a questão chamada de Roboré, em que a continuidade e a coerência da nossa política, através das alterações dos governos permitiu mais uma vez ao Chanceler Macedo Soares, novamente ocupando a pasta do exterior, firmar em La Paz, a 29 de março de 1958 «a maior negociação global realizada no continente americano» (na frase do embaixador Teixeira Soares).

É esta mesma continuidade que deverá manter e levar a cabo a Operação Pan-Americana, surgida de uma iniciativa de nosso governo passado na ocasião de grave crise do espírito de cordialidade continental.

Eis em traços largos uma vista da evolução do Pan-americanismo tal como se poderá extrair das mais recentes histórias diplomáticas, ambas de autoria de nossos consócios, a do prof. Delgado de Carvalho e a do prof. Hélio Viana.

Contemplada à distância é uma das mais nobres realizações da sociedade contemporânea.

Mas ainda há muitos preconceitos a vencer. A concepção do mundo pelos europeus ainda está prêsa aos princípios romanos. Isto mesmo observava ainda recentemente o professor polonês Witold Kula num agudo ensaio acerca da *História e a Coexis-*

tência. «Os romanos dividiam a humanidade em *romanos* e *bárbaros*. Ao realizar a conquista dos países de além-mar, os homens da civilização ocidental criaram a noção dos *indígenas* ou *autóctones*, que, segundo Toynbee, faziam parte, por assim dizer, da flora e da fauna locais.» São conhecidas as curiosidades dos comunicados meteorológicos ingleses que, no caso de haver neblina ou tempestade no mar do Norte, anunciam que durante certo período, o continente ficará isolado da Grã-Bretanha. Vi num guia inglês sobre a França, continua o historiador polonês, na primeira página, uma advertência aos motoristas : — «Atenção ! Não esquecer que no continente guia-se do lado errado.» Ainda poderíamos acrescentar outros exemplos. Num compêndio de história, a revolta religiosa de Henrique VIII é consignada da seguinte maneira: — Por êsse tempo deu-se um triste acontecimento: a Igreja Romana desligou-se da unidade católica.

A atitude dos pensadores europeus em relação ao *resto do mundo* foi durante muito tempo mais ou menos esta. Durante milênios, diz o autor acima referido, a humanidade viveu na convicção de que a civilização tinha um ponto de partida e que o avanço que umas nações mantinham sobre outras resultava de uma superioridade essencial.

A atitude européia em face da civilização americana, que surgia, era assim perfeitamente compreensível. Diante do fenómeno do nascimento dos países latino-americanos, já que os Estados Unidos podiam ser considerados como projeção da cultura européia, quase sem mescla, a atitude, por parte dos europeus foi de desprezo pela mescla racial e cultural. O tema quase único dos escritos sobre a América Latina nas melhores publicações européas é o cotejo entre as duas civilizações. Abro, por exemplo, a *Quarterly Review* de Londres, número de março de 1825, contendo uma longa recensão dos Livros de Spix e Martius e de Maria Graham a respeito do Brasil. É um simples pretexto para a infalível comparação entre os dois tipos de civilização: — Os anglo-saxões, em pleno intercâmbio com a metrópole, estavam rigorosamente a par do progresso científico e literário europeu; a justiça nos tribunais da Nova Inglaterra seguia as normas das côrtes metropolitanas; havia colonos aptos a ocupar os pontos mais altos do parlamento e conhecedores das normas legislativas; havia regularidade e ordem na administração; a conquista da independência não consistiu senão na escolha direta do chefe do Executivo; tudo mais permaneceu como dantes; a constância e a adesão às instituições antigas restringiu ou mitigou males da longa campanha encerrada com a independência; não houve guerra civil nem comoção popular nem proscrição de classes de cidadãos.

Depois dêste retrato tão favorecido abre-se um quadro terrífico da América espanhola — (o Brasil quase sempre confundido com seus vizinhos): — o fanatismo inquisitorial como traço dominante da mentalidade ibérica; — o orgulho racial e a apatia como inerentes à cultura latino-americana; os exércitos de sacerdotes semeando a crença de uma obediência cega no papismo; para manter as colônias submissas, a metrópole as deixara desarmadas, sem instrução, com total desconhecimento das leis, visto como eram somente europeus que presidiam aos tribunais.

A conclusão dêste quadro desolador não é difícil de obter-se. Tôda a América está destinada a um malôgro e a uma volta ao regime colonial ostensivo ou disfarçado. Para o Brasil há, porém, algumas possibilidades por ter sido o único entre êles que conservou a forma e a estrutura monárquica.

Se êsse falso e anônimo autor pudesse conferir o quadro de suas mal fundadas observações seria obrigado a ver não o malôgro da América Latina, mas de sua vocação profética. Em vez da ausência de comoções em terras anglo-saxônicas teria de consignar não só uma grande guerra civil, mas a maior de tôda a História Universal, que por um triz corta a evolução da maior potência mundial. Em vez da impossibilidade de civilização costeira pelo clima insalubre da América do Sul, teria visto que é nestas regiões malsinadas que se trava a competição pelo título de cidade que mais cresce no mundo. Em vez de fanatismo cego e perseguidor teria visto em tôda América Latina, inclusive no Império Brasileiro, a proclamação do princípio da tolerância religiosa, sem exclusão de crenças estranhas, sem fogueiras de hereges, que perduraram precisamente mais tempo na América anglo-saxônica.

Os despreparados para as assembléias políticas vão debater nas côrtes espanholas e portuguesas lado a lado com os rethóis, fenômeno inconcebível na América saxônica, e colaborar na administração da metrópole. De nossa parte, no fim da era colonial, já tínhamos tido governadores aqui nascidos, bispos, magistrados, dêramos governadores à África Portuguesa, professores à Universidade, Reitor, Secretários do rei e principalmente o próprio Procurador da Coroa.

As comunidades que na visão pessimista do jornalista britânico deveriam regredir à situação das missões do Paraguai ou dos «negros de S. Domingos» e após a exaustão, levadas pelo desespero arrojarem-se aos pés da Espanha, «they may be induced in despair to throw themselves again at the feet of Spain» — e sem que o articulista pudesse ver de onde viria a consolação — «we see nothing to console humanity for the tremendous evils to which the conflict has given birth», defenderam um mínimo de liberdade

que se eclipsou em boa parte dos países da Europa, que ostentavam há bem pouco tempo uma respeitável tradição democrática.

O govêrno democrático impossível — os «*crude schemes of government — capable of producing nothing but impracticability*», traçaram na História contemporânea essa história luminosa que acabamos de esquematizar.

As divergências que pareciam tão flagrantes ao pessimista britânico da *Quarterly Review* atenuam-se a um estudo mais profundo, como o que fêz a um dos historiadores hoje mais capazes para êste gênero de pesquisa. Refiro-me ao prof. Charles Griffin, incumbido — e muito acertadamente — do relatório geral do Instituto Pan-americano de Geografia e História acêrca da era nacional.

Em magnífico estudo prévio constante dos *Ensaio sôbre a História del Nuevo Mundo* publicados por aquela instituição há 10 anos, conclui êste notável conhecedor da história continental que êsses traços diferenciais não resistem a uma análise mais atenta. Os «*pilgrims fathers*», diz o mestre anglo-saxão, «os peregrinos de Plymouth, que tanto encheram de seu ruído a história nacional dos Estados Unidos, como santos varões imbuidos sômente da Liberdade de cultos, foram também buscadores de lucro. Formaram uma sociedade em combinação com alguns comerciantes inglêses para a exportação da pesca e exportação de peles. É verdade que os esforços materiais não deram grande resultado. Os sócios inglêses perderam o capital, mas havia seguramente interêsse comercial.» — «Um século mais tarde, quando foi dirigido aos habitantes de Marblehead um apêlo para que apoiassem a resistência ao govêrno inglêz porque êste punha em perigo os principios religiosos, os habitantes não titubearam em responder — Pode ser que os vossos pais tenham vindo para cá por causa de religião — os nossos vieram para pescar.»

A escravidão índia na América do Norte durou menos tempo que a do Sul «porque os nossos índios» — é sempre o mestre do Vassar College quem fala — «os nossos índios eram ainda caçadores nômade s com escassos conhecimentos agrícolas e não se ajustavam no trabalho rude e constante que lhes era exigido. Fugiam continuamente para os bosques onde fâcilmente defendiam a liberdade.»

Há um verdadeiro mito a respeito das instituições políticas das duas amêricas. Segundo êste mito, descreve Griffin, os americanos do Norte estavam acostumados à vida política autônoma enquanto os latinos viviam sob um govêrno despótico e absoluto e não tinham qualquer participação na vida pública. Não é possível, porém, negar, que o domínio onipotente da coroa espanhola

exercia-se por meio de instituições jurídicas e políticas a que os próprios reis se submetiam. «Igualmente», continua Griffin, «os cabildos americanos, ainda que imperfeita e oligarquicamente não deixaram de praticar de um modo limitado o govêrno autônomo.» Quanto ao nosso país, tudo faz crer que foi demasiadamente pessimista Capistrano de Abreu quando negava a importância da vida municipal na colônia. Ainda recentemente o Prof. Afonso Rui de Sousa punha em relêvo, em documentada pesquisa, a valiosa contribuição das manifestações corporativas na Bahia no século XVII. A vida municipal e a luta dos juizes do povo são um capítulo indestrutível na nossa formação democrática.

Por outro lado, voltamos agora ao mestre norte-americano, «não é verdade que as assembléias da América inglêsa tivessem recebido jamais o predicamento de assembléias legislativas. Para o direito inglêz essas assembléias locais tinham caráter semelhante aos conselhos municipais inglêses e de nenhum modo podem ter pretensões a parlamentos. A coroa que gradualmente exerceu o poder executivo em quase tôdas as colônias, manteve mão firme sôbre as pretensões das assembléias coloniais.» «O mesmo pode dizer-se com relação à liberdade de cultos», conclui afinal Griffin: se no México e em Lima houve inquisição, na Nova Inglaterra não se reconhecia senão a religião do Estado. Os dissidentes foram processados nessas colônias com um critério não muito diferente do que perseguiu luteranos e judaizantes nas colônias ibéricas. A igreja protestante oficial de Massachusetts só se separou do Estado em 1833. Nesta data, lembra Griffin, já vigorava a liberdade religiosa na maior parte das repúblicas espanholas.

«Os contrastes, tão do gôsto de nossos avós, entre as duas Américas, não quadram com a verdade e o choque hispano-saxão não teve o grau de intensidade que alguns lhe atribuíram.»

Eis como as conclusões serenas e lúcidas de um contemporâneo vêm confirmar integralmente as conclusões do estudo clássico de Oliveira Lima, tão atacado no tempo como excessivamente otimista; quando falou aos norte-americanos; «a fonte do govêrno é, na vossa evolução, idêntica à do nosso. Mesmo no Brasil monárquico, o imperador nasceu de um movimento de convergência de juntas provinciais eleitas por aclamação, e sua aclamação e a constituição dependeram da ratificação das municipalidades, o que envolvia o mais significativo preito à soberania popular.»

Não foi em vão que nos entendimentos entre Jefferson e Correia da Serra, a quem referimos há pouco, o grande presidente americano previu a transformação do Brasil num «país mais populoso, mais rico, mais forte e tão instruído como a mãe pá-

tria» e dizia do ministro português: «Ele deseja promover as vantagens de uma sincera confraternidade entre tôdas as nações da América e sabe apreciar quanto lhes importa unirem-se em um sistema de política americana totalmente independente, desligada da política européia.»

Agora que a política da América não é mais uma anomalia no conjunto universal, mas em todos os continentes se manifestam movimentos análogos, não é de crer que a alma dos Correia de Serra e dos Silvestre Pinheiro Ferreira não tenha sucessores.

É de crer que o espírito europeu que se tem renovado tantas vezes no correr dos séculos, sinta através da *mestra da vida* que uma nova era se abre talvez na história da civilização e que esta história de um continente que constrói pela unânime vontade de seus povos um sistema eficaz de garantias (volto à minha idéia inicial), não é mais uma utopia, nem um projeto, nem mesmo uma simples realização — é uma experiência de que o mundo inteiro precisa valer-se.

COMEMORAÇÕES DO BISPO DOM ANTONIO JOAQUIM DE MELO

AS VISITAS PASTORAIS DE D. ANTÔNIO J. DE MELO *

J. P. LEITE CORDEIRO

Na justa homenagem que o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro presta a D. Antônio Joaquim de Melo, o primeiro paulista a ocupar o sôlio episcopal de S. Paulo, tocou-me dizer-vos sôbre a ação missionária do antístete que, sobretudo, neste aspecto, honrou as tradições gloriosas dos seus ascendentes: — os famosos bandeirantes abridores de caminhos, norteadores de novos rumos e dominadores de distâncias, repetindo-lhes no século XIX, embora circunscrito aos limites da diocese, o trabalho ciclópico de penetração, conhecimento e conquista que, se com os bandeirantes foi territorial, com D. Antônio foi espiritual, contribuindo para a diocese, pouco a pouco, se transformar em todo homogêneo e unido a frutificar em benefícios para as almas elevadas na fé e corações dignificados pelos ensinamentos de Cristo.

A característica bandeirante de D. Antônio expressou Monsenhor Ezequias ao lhe descrever a sagração: «Era um filho do sertão que ia transfigurar-se em novo Tabor para daí trazer luz àqueles que estavam sentados nas trevas e nas sombras.»

Destinado, inicialmente, à carreira das armas, abandonou-a chamado e inspirado pelo Altíssimo. Preparou-se e aperfeiçoou-se como simples sacerdote, e, conhecedor do meio em que nascera e dos homens com os quais convivia, quando investido na dignidade episcopal, agiu como bandeirante e soldado de Cristo, e, ainda mais, devoto que era de Santo Inácio de Loyola.

Ao receber a notícia da investidura, já entrado em anos, pensou recusá-la. Não o fez, porém, aceitando, piedosa e humil-

(*) Conferência proferida no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, em 3-4-1961.

demente, a missão difícil e espinhosa a que fôra destinado, o que redundou não sòmente a favor da Fé, mas também da Pátria.

A respeito do padre cujas virtudes seriam confirmadas e exaltadas pelo antistete, nos dá notícia o jornal *O Ipiranga*: — «O eleito não tem uma vida ruidosa, não tem precedentes que o tornem amplamente conhecido; por ora, só sabemos da sua vida humildemente religiosa, de sua dedicação ao trabalho, ao estudo das letras sagradas e da severidade a que se impôs no quase isolamento em que vivia das coisas mundanas.»

O Santo Papa Pio IX depositava nêle grandes esperanças e como que lhe profetizou a ação episcopal: — «Não duvidamos, venerável irmão, que, pela vossa religião e piedade, ajudado do Divino auxílio, nada deixareis de fazer, para que, vigilante em tudo que vos compete e trabalhando como um bom soldado de Jesus Cristo, possais, diligente e corajosamente, preencher o vosso ministério. Em primeiro lugar voltai todos os vossos pensamentos para o Clero de vossa diocese, porque é certamente pelo exemplo de um Clero santamente instruído que o povo é facilmente excitado e chamado para os officios da religião e piedade.»

Quando D. Lacerda foi sagrado pelo mesmo Papa Pio IX, o Sumo Pontífice apontou-lhe as virtudes de D. Antônio Joaquim de Melo, considerado pelo sucessor de S. Pedro um dos maiores bispos do Brasil.

Joaquim Manuel de Macedo ao fazer, desta mesma tribuna, o elogio de D. Antônio, integrante do nosso Instituto Histórico que honrou com as luzes da inteligência e da cultura, dizia do homenageado: «Desempenhados os primeiros deveres... deu principio às suas salutareis visitas, correndo grande parte do bispado, levando seu amor à última aldeia da diocese, administrando o crisma, pregando sôbre os mandamentos e sôbre o Evangelho, e pedindo e recolhendo as esmolos dos fiéis para as duas obras pias, monumentos do seu apostolado, o seminário diocesano que êle teve a satisfação de inaugurar a 9 de novembro de 1856, e o Seminário das Irmãs de S. José.» «Nem a inclemência do tempo, nem a fadiga de longuíssimas viagens, nem as enfermidades do corpo, abatiam-lhe o ânimo; no quarto período das suas visitas, porém, impossível foi ao venerando bispo resistir ao mal que devia levá-lo à morte. Aos 24 de dezembro de 1859, conseguindo apenas alcançar a cidade de Itu, aí deu ainda o exemplo da constância, da paciência e da resignação, esperando em um leito de dores, durante 14 meses, a hora do eterno descanso.»

Passados cem anos, Sras. e Srs., da mesma histórica e tradicional tribuna alteiam-se vozes reverenciando a memória do

justo e agradecendo a Deus ter permitido que D. Antônio vivesse em nossa terra e atuasse entre a nossa gente.

* * *

Suas visitas pastorais tiveram como objetivo não apenas os fins piedosos de tôdas as visitas pastorais mas ainda a obtenção de meios para a efetivação de um dos seus ideais de sacerdote culto, esclarecido e, sobretudo, atuante — a criação do Seminário, e da Casa das Irmãs de S. José, destinada à educação feminina. Daí êle mesmo afirmar: «No espaço de três anos, coadjuvado pelos povos visitados fora da capital, coadjuvado pelas economias da Caixa Pia, pudemos pôr o edifício no estado de servir», frases que encerravam a satisfação e a alegria de ver cumprido um dos seus desígnios, pois, nas vésperas da sagração, nesta mesma cidade do Rio de Janeiro, declarou: «O primeiro trabalho que empreenderei será a criação de um seminário episcopal... se não fôr coadjuvado pelo povo nessa empresa e não puder conseguir o capital preciso para isso, renunciarei à mitra... e voltarei para o meu retiro de Itu bem contrariado por não conseguir o que julgo indispensável para a felicidade de minha diocese.»

Esclarece Antônio Augusto da Fonseca: «Logo que tomou posse do bispado, tratou sèriamente de realizar êste seu pensamento, empregou o maior esforço, fêz os maiores sacrifícios, percorrendo tôda a diocese..., viajando a cavalo e vencendo tôdas as dificuldades. Seu pensamento foi acolhido pelo povo com entusiasmo e lá está em S. Paulo êsse monumento de sua glória: — o Seminário.»

Monsenhor Paulo Florêncio da Silveira Camargo cuja voz talentosa e culta ouviremos dentro de poucos instantes, assim se manifestou no volume sétimo da obra *A Igreja na História de S. Paulo*: «Cinco visitas gerais em cento e oito meses de governo, dos quais oitenta e quatro exclusivamente consagrados a per-lustrar a diocese e pregar a palavra de Deus aos diocesanos disseminados, então, em vastíssimo território que abrangia Santa Catarina, Paraná, S. Paulo e a parte meridional de Minas, numa área aproximada de oitocentos mil quilômetros quadrados.» «Farei em cinco meses, o que se não fêz em cinqüenta anos», dissera ao pôr ombros à empresa. Houve quem tachasse de temerária e afrontosa a afirmativa. Não obstante era apenas o eco da grande voz do Apóstolo dos Gentios que arrostando as dificuldades e se sobrepunha ao desalento.

Da documentação conhecida e amplamente estudada por Monsenhor Silveira Camargo, entre outros objetivos das visitas

pastorais, salientavam-se providências sobre festividades noturnas, enterros à noite, sepultamentos no interior das igrejas, missas cantadas com o Santíssimo exposto, procissões, dobre de sinos, passagem ou residência em território da diocese de sacerdotes a ela estranhos, provisões para que os mesmos pudessem celebrar, organização dos livros paroquiais, prática do jejum e da abstinência, compromissos de irmandades, transcrições das pastorais e regulamentos nos respectivos livros.

Várias vezes D. Antônio chamou a atenção para as Folias do Divino, as Rezas de S. Gonçalo que, mal orientadas, poderiam levar a fins ímpios e perigosos. Fomentou a fundação de novas irmandades, aprovou compromissos das existentes, acertou divisas paroquiais, inspecionou o cumprimento dos regulamentos pelo clero, fixou emolumentos e os seus verdadeiros destinos, aconselhou o povo a edificar casas nos arraiais, vilas e cidades pois, assim, mais facilmente os paroquianos freqüentariam o templo.

Quando necessário, D. Antônio recriminava não apenas integrantes do clero, mas também os maus católicos, os descuidados dos deveres religiosos. Em certo lugar, deixou anotado: — «Não podemos ocultar nossa dor vendo tanta pobreza no teruplo, não sendo os paroquianos tão pobres... Deus permita que à indiferença religiosa suceda o fervor e que a concorrência para a igreja seja na proporção do esquecimento que até aqui nos parece ter havido.»

Em determinada paróquia, estranhou o «Abastamento e luzimento do povo» em contradição franca face às inadequadas instalações do templo; em outra, autorizou o pároco a «Pedir à autoridade competente a força precisa para lançar fora (da igreja) homens ousados. O respeitar a moral pública e o culto religioso é objeto que cai debaixo das leis da Sociedade.» A um sacristão, proibiu que usasse «De modas em cabelo nem lhe apareçam as calças por baixo da garnacha.»

Recebia esmolos e também as dava, abria e fazia abrir subscrições para a aquisição de paramentos e objetos litúrgicos necessários no exercício do culto, orientava os sacerdotes, aconselhava-os sobre edições da História Sagrada e do Catecismo, elogiava-os e repreendia-os conforme o merecessem, indicava a escolha das músicas para os ofícios divinos.

O Cônego José Bento de Andrade descreve parte das atividades de D. Antônio naquelas santas peregrinações pelo interior do bispado: «Abria a visita imediatamente, anunciava o crisma e administrava-o em seguida. À noite, pregava sobre os mandamentos ou qualquer texto do Evangelho segundo julgava

conveniente. A todo êsse trabalho excessivo mesmo para um homem de outra idade e robustez, acrescia a correspondência com o vigário geral, o Governo Imperial e todos os mais negócios que deviam ter sua decisão imediata e direta.»

O tempo era tomado com todos os encargos que acabam de ser enumerados e mais com as preocupações e trabalhosas decisões e resoluções advindas da incompreensão e da oposição que assoberbaram e amarguraram o seu apostolado, tornando-o, porém, assim, através de trabalhos e sofrimentos, de muito maior valor, o que mais o aproximou de Cristo e da bem-aventurança. Aceitava as dificuldades, os entraves, venciz-os e limitava-se ao comentário: «Quando nos sujeitamos a tomar sôbre nossos ombros o pêso da diocese, não nos eram desconhecidas as lutas que teríamos para, ao de longe, fazermos algum bem espiritual à mesma diocese.»

Na primeira visita pastoral, percorreu o vale do Paraíba, desceu a Serra do Mar, galgou a Mantiqueira e, ainda pelo vale do Paraíba, retornou a São Paulo. Na segunda, adentrou território paulista e penetrou o mineiro, fazendo em parte o traçado atual da Fernão Dias. Teceu comentários a esta segunda visita e recomendou aos párocos: «Não se esforcem a nos hospedar com tanta grandeza; uma mesa esplêndida não é tão própria para um bispo, ainda mais um bispo já familiarizado com a pobreza. Muito agradecemos a boa-vontade mas queremos a simplicidade. Não sejamos carga aos que nos hospedam, párocos ou seculares.»

Solicitava cuidarem dos caminhos e das estradas «Para que não nos vejamos obrigados a andar muito a pé, o que tanto nos fêz sofrer na primeira visita.»

Dos resultados dessa primeira visita ressalta: «Encontramos no povo em geral boas disposições a nos ouvir; dóceis, muitos dentre êles reformaram sua vida; ocasiões próximas se afastaram; ódios se extinguiram; centenas de pessoas que, esquecidas de si, jaziam em largo sono nas sombras da morte eterna, acordaram com o som de nossa fraca voz.»

A terceira peregrinação dedicou ainda às paróquias de S. Paulo e de Minas, tendo se dado, em São Gonçalo de Campanha, o memorável encontro de D. Antônio Joaquim de Melo com o bispo de Mariana, D. Antônio Ferreira Viçosa.

A quarta visita dedicou às cidades, vilas e paróquias em derredor e mais próximas de São Paulo: Sto. Amaro, Itapecerica, Cotia, São Roque, Una, Piedade, Sorocaba, Cabreúva, Araçaguama e Parnaíba.

A quinta aos longínquos interiores da província paulista, tendo atingido pontos quase extremos como Jaboticabal e Ribeirão Preto. Seria a derradeira. Várias ocasiões já adoecera e gravemente nas suas longas caminhadas. Tencionava percorrer tôda a diocese até 1862, como afirmou: «Nossa saúde se altera de dia a dia e quem nos dera, em 1862, ver acabadas (as visitas) e percorrida tôda a diocese. Ainda seremos importuno a pedir aos povos que visitamos os socorros para concluir o Seminário... Três partes da diocese muito voluntariamente tem concorrido... Rogamos aos párocos que nos ajudem: primeiro no espiritual, segundo nesta coleta sem a qual ficará uma obra incompleta que talvez nunca se acabe.»

Realmente, D. Antonio não se esquecia, por onde passava, de cuidar do seminário, nomeando zeladores e procuradores para o mesmo e coletando as esmolos para aquêlê fim. Idealizou e realizou ao mesmo tempo em que, caritativa e piedosamente, cumpria missão divina de pastor espiritual.

Os contemporâneos choraram-lhe a morte. Nós, os pósteros, rememoramos a sua vida de trabalhos, de amor e de lutas, e nela temos o exemplo para nos exaltarmos, nos dignificarmos e, sobretudo, para nos santificarmos.

D. ANTÔNIO J. DE MELO, EDUCADOR DA JUVENTUDE E FORMADOR DO CLERO PAULISTA (*)

(Antecedentes históricos do Seminário de S. Paulo)

D. VICENTE ZIONI

INTRODUÇÃO

O verdadeiro valor do Homem mede-se pela perfeita correspondência entre as suas convicções e os seus empreendimentos.

Assim Dom Antônio Joaquim de Melo.

Natural de Itu, onde nasceu em 1791, era de boa estirpe. Sempre viveu na pobreza. Porisso assentou praça em Minas e estudou primeiras letras na caserna. Sentindo os atrativos do Altar, enveredou, com impetuosa sinceridade e destemor, pela carreira do Sacerdócio. Celebrou sua Missa Nova em 1814, na mesma cidade de Itu, em ambiente de máxima simplicidade, numa capelinha lateral da igreja do Patrocínio, então ainda em obras. Tinha 23 anos de idade.

A seguir, orientou toda a sua vida sacerdotal para o Magistério, no que foi enérgico e esclarecido, competente, dedicado e exímio.

Aliás, não seria de má Filosofia vislumbrar, nos fatos que celebrizaram os primeiros anos do Sacerdócio de Dom Antônio, aquela convicção profunda que mais tarde se haveria — de concretizar — designios de Deus — na sua obra-prima, o Seminário Episcopal.

1. *Intuitiva visão da sua época.*

Tão logo se iniciou no exercício das sagradas Ordens, o Padre Antônio, numa extensa e realística intuição do seu tempo e dos seus contemporâneos, deu-se conta do escasso número de estabelecimentos de ensino e, mais ainda, das inquietantes deficiências educacionais da Província de São Paulo, impressionando-se sumamente com isso.

Conferência proferida no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, a 3-4-1961.

Na ocasião, a população do Planalto não ultrapassava, de muito, os 20 000 habitantes.

Além dos conventos do *Carmo*, de *São Bento*, de *São Francisco* e dos mosteiros das *Carmelitas* e das *Concepcionistas*, santuários de tradições piedosas, de cultura e disciplina, funcionava, na capital da Província, a atual *Santa Casa de Misericórdia* onde, com a assistência médica ministrada aos enfermos, a Ciência encontrava campo aberto para as suas conquistas e crescente progresso.

Havia, outrossim, um Estabelecimento de formação moral, a *Casa de Educação*, da qual só restam lembranças; outro de reabilitação, a *Casa de Correção*, hoje remodelada e tecnicamente aparelhada para as suas finalidades.

Para as pesquisas de ordem científica e passeios públicos, existia o *Horto Botânico*.

Os meninos pobres e os filhos de militares necessitados e em serviço recebiam instrução e boas maneiras no *Seminário dos Educandos*, hoje desaparecido, obra do visconde de Congonhas do Campo, em 1825, então localizado na Fazenda de Santana.

A cultura possuía também o seu pequenino e humilde santuário, numa instituição de cunho literário, espécie de Biblioteca pública, organizada com os livros do acervo particular de Dom Mateus de Abreu Pereira, 5.º bispo de São Paulo. Dois anos mais tarde, quando o decreto governamental de 11 de agosto de 1827 criou a Faculdade de Direito, a Biblioteca passou a fazer parte integrante do novo centro cultural, tendo sido seu primeiro bibliotecário o Dr. José Antônio dos Reis, posteriormente, Bispo de Cuiabá. 5.º

Para a formação humanística, filosófica e dogmática dos jovens, o Governo Provincial possuía, no próprio palácio governamental, uma espécie de Colégio, funcionando em algumas poucas salas postas à disposição dos Professores públicos de Filosofia, Teologia, Sagrada Escritura, Moral, História Eclesiástica, Geografia, Retórica, Arte poética e Gramática Latina.

2. *Causas dessa deficiência educacional.*

Também os depoimentos da época são unânicos em reconhecer deficiências de monta, no regime educacional dos primórdios do século 19.

Diogo de Mendonça em relatório apresentado no mês de dezembro de 1868 fazia as seguintes referências a um dos estabelecimentos supra-mencionados:

«Meu humilde parecer é que o Seminário (dos Educandos) deverá ser reorganizado. O maior dos males

foi não ter sido sempre feliz a escolha de Diretores. Nas casas de educação pelo sistema de internato, o chefe que governa é tudo. Dêle, exclusivamente, procede o seu progresso ; porque de per si, êle equivale ao mais aperfeiçoado regimento. Com a melhor organização regulamentar ficando à mercê de pessoas destituídas de vocação e conhecimento sôbre o modo de fazer prosperar instituições desta ordem, elas hão-de se esterilizar.» (*Crônica Paulista*, II, pág. 117).

Por brevidade dispenso outros testemunhos.

Comprovada a existência destas grandes falhas, o Padre Antônio Joaquim de Melo se empenhou, como pôde, por atingir as causas do mal, para destruir-lhe a fonte e, ao mesmo tempo, por descobrir as boas qualidades do sistema em vigor, e aprimorá-las sempre mais. Para êle, com efeito, a escassa formação intelectual, religiosa e moral do Corpo docente dos Estabelecimentos de ensino, em geral, era o grande responsável por todo êsse imenso descalabro. Urgia, pois, voltar a atenção para a Juventude, sem deixar de cuidar zelosamente pela formação dos Sacerdotes.

3. *Primeira solução de base.*

Arrastado pela convicção de que é impossível desempenhar-se da função de bom educador e professor sem uma dose compacta de sólida formação intelectual e moral, Antônio Joaquim de Melo começou por recolher-se a um pequeno sítio, nos arredores de Itu, onde pudesse aprimorar a sua inteligência no estudo das Ciências eclesiásticas; revigorar o organismo, nos trabalhos agrícolas e retemperar o seu espirito, na aquisição das mais acrisoladas virtudes morais, patrióticas e sobrenaturais.

Bendita convicção que deu à Pátria e à Igreja um tão incomparável campeão da ação pastoral e cívica.

4. *Internato para meninos.*

Encerrado êste período de auto-formação espiritual e intelectual, Padre Antonio voltou para Itu, onde se celebrizou pela assiduidade às Conferências do Patrocínio, verdadeiras academias de alta cultura eclesiástica, de sincera espiritualidade e de admirável exercitação apostólica.

Quando a atitude preconcebida do Ouvidor João de Me-deiros Gomes fêz abortar a constituição da Congregação dos Padres do Patrocínio, Antônio Joaquim de Melo retirou-se à pequena fazenda de *Roque Teixeira*, a umas 12 léguas da cidade, no

ponto de conjunção entre Piracicaba, Capivari e Tieté, onde abriu um *Internato para Meninos de Curso Propedêutico*, nêle concentrando durante sete anos — 1823 a 1830 tôda a sua dedicação; nêle entrelaçando harmoniosamente a piedade e o estudo, o ministério e o ensino.

Todavia, a exiguidade de recursos e a conseqüente repercussão negativa foram por vêzes heróicas. Decidiu-se então o Padre Antonio a dissolver o Internato e voltar a Itu, para se entregar mais pròpriamente, ao ministério da pregação e do confessorário.

5. O Seminário do Padre Lara.

José de Campos Lara era um velho e bondoso sacerdote, filho da então extinta Companhia de Jesus, relegado ao exílio, pela maldade dos tempos. De volta à Pátria, fixou moradia em Itu, em uma chácara de sua propriedade particular, situada na banda oriental da cidade.

Seu espírito de apostólico desprendimento, e a instituição de um pequeno Seminário para meninos pobres, onde, além das disciplinas comuns, lhes seriam ministradas aulas de música e artes mecânicas, valeram-lhe o título de um dos maiores benfeitores de Itu.

Êste Seminário foi efetivamente aberto ao público pelo Irmão Joaquim do Livramento, em 1822-23.

Tais foram os seus préstimos, que a Câmara municipal se decidiu ampará-lo mais concretamente, estabelecendo, por lei municipal de janeiro de 1939, providências especiais no sentido de lhe aperfeiçoar o funcionamento, sugerindo, ademais, os nomes dos Padres Antonio Joaquim de Melo e João Paulo Xavier, para a sua direção interna.

Embora razões outras tenham impedido a realização dêsse desejo comum, todavia, a posição tomada pela Câmara ituana sagrou, com êsse certificado oficial, o talento e o valor do grande Mestre.

6. Escola de Primeiras Letras.

No ano seguinte, a 14 de março de 1839, Padre Antonio comprava de sua prima, Ana Brandina de Barros, pelo preço de 250\$ uma chácara para sua residência, onde abriu, depois, uma ótima e bem freqüentada *Escola de Primeiras Letras*.

Nesse período de sua vida, o Padre Antônio empregava todos os momentos livres para instruir-se mais e mais nas disciplinas teológicas chegando ao ponto de adquirir uma instrução e cultura superiores à do Clero do seu tempo, em geral.

Não satisfeito com isto, e levado pelo ideal de melhor se dedicar à carreira de Professor, fechou sua escolinha e tentou ingresso na Congregação dos Padres Lazaristas, tendo sob mira, lecionar no Seminário do Caraça. Após muito estudo e longa expectativa, viu-se obrigado a desistir do grande sonho.

Então, voltando à sua chácara de Itu, mas não mais podendo reorganizar a Escola, por falta de recursos, limitou-se a uma simples *aula de primeiras letras* onde durante 11 anos os moços das melhores famílias ituanas foram beber, com a ciência, a virtude.

Tão logo amanhecia, Padre Antônio se dirigia à igreja do Patrocínio. Celebrava a Missa e ouvia de confissão a quantos o procuravam. Depois, voltava à chácara para entregar-se ao magistério o resto do dia. Os domingos consagrava-os êle à pregação da palavra divina na Igreja Matriz, pôsto que o vigário o não podia fazer, tolhido por um defeito gutural.

NOVOS RUMOS

7. *Eleição episcopal.*

A 5 de maio de 1851, surpreso e desconcertado, Padre Antônio recebeu o primeiro aviso da sua escolha para a Sé Episcopal de São Paulo, vaga pela morte de Dom Manoel Joaquim Gonçalves de Andrade. Tinha, então, 60 anos de idade e 37 de Sacerdócio.

Se a notícia veio imprimir *Novos Rumos* à sua vida de educador e formador do coração dos jovens, as novas responsabilidades lhe ensejaram ampliar sobremaneira, em extensão e qualidade, o seu plano apostólico de reforma. Sua nova e suprema autoridade pastoral permitir-lhe-ia agir diretamente na restauração e reestruturação da ordem clerical, da qual, bem o sabia, haveria de depender a felicidade dos fiéis e a prosperidade social da Igreja e do Estado.

Em novembro do mesmo ano seguiu para a Capital do Império. E durante sete meses aguardou sua confirmação e sagração, sem perder uma ocasião sequer, de cuidar dos sumos interesses da sua futura Diocese.

8. *Urgente necessidade de um bom Seminário.*

Clero bem formado, eis o único meio de obviar os males de ordem religiosa e moral, aterradoramente avolumados em São Paulo. Atingir êsse objetivo, de modo eficiente e em tempo re-

cord, eis a torturante angústia do grande Bispo, eis o anseio geral de todos os homens de bem.

Vicente Pires da Mota, presidente da Província o atesta :

«A educação moral e religiosa permanece em atraso. O Clero carece de conhecimentos indispensáveis ao desempenho dos seus elevados deveres. É necessário criar-se um estabelecimento para estudo e preparo da mocidade que se destina ao Sacerdócio.» (Relatório de 15-4-1850).

José Tomaz Nabuco de Araújo, seu sucessor é ainda mais incisivo:

«Para que o nosso Clero se eleve à altura da sua missão sagrada e preste os benefícios que pode prestar à Sociedade, pela palavra e pelo exemplo, é essencial que a vocação ao Sacerdócio seja preparada e acrisolada por uma educação própria; fiscalizada com rigor e favorecida com vantagens e prerrogativas, que a não tornem esquecida na competência com outras vocações.

E prossegue :

«A necessidade de um Seminário é altamente sentida por todos que sabem que cada vida ou profissão tem suas especialidades, seu tirocínio próprio.

Espero que a fundação dêse estabelecimento será o primeiro cuidado do nosso digno Prelado, o qual nessas visitas piedosas será ajudado pelos Poderes supremos do Estado, e por esta Presidência, quanto cabe em sua autoridade.

Confio que êsse virtuoso Varão, penetrado de sua sagrada missão há-de, com denodo, cortar por tôdas as considerações, para regenerar o Clero da sua Diocese, estabelecendo com inflexibilidade a disciplina e os costumes que convêm ao prestígio do Sacerdócio.»

9. *O pensamento de Dom Antônio.*

Da sua parte, Dom Antônio Joaquim de Melo, com palavras e atos, preparava o terreno e formava ambiente favorável à idéia do Seminário, tomando outrossim as primeiras medidas concretas no sentido da sua imediata realização.

Nas suas íntimas confidências externou mais de uma vez quais tinham sido suas intenções quando abria escolas e ensinava primeiras letras às crianças: «a fim de inculcar — dizia — sentimentos nobres e elevados nos jovens do seu tempo, para que pudessem, caso um dia fôsse chamados ao sacerdócio, compreender melhor o sublime ideal e apresentarem-se a êle com espírito mais alevantado.»

Além disso, dominava-o a convicção de que, na multiplicação das Escolas, na difusão da cultura e no ensino da religião estavam assentadas as bases indispensáveis para, num futuro próximo, conseguir-se um Clero piedoso, de bons costumes, de alta cultura e de indomável zêlo apostólico.

É de interesse registrar a propósito, um detalhe conservado pelo Sr. Antônio Augusto da Fonseca, fotografando uma conversa íntima havida com Dom Antônio, sôbre o primeiro trabalho do grande Bispo em São Paulo :

«O primeiro trabalho que empreenderei será a criação de um Seminário episcopal, onde se eduquem os ordenandos. Quero criar um Clero como entendo que deve ser: instruído e moralizado. Se assim não quiserem, voltarei para meu retiro de Itu, bem contrariado por não poder conseguir o que julgo indispensável para a felicidade da minha diocese.»

Este pensamento de Dom Antônio tornou-se expressão oficial do seu programa apostólico de ministério e de administração diocesana, quando, na sua primeira carta pastoral de 6 de julho de 1852, após ter enumerado com linguagem candente, os males da sua Sociedade, focalizou destemerosamente, e com apostólica liberdade as suas causas próximas: Clero mau, e má educação católica.

Eis suas palavras:

«É porque o Sal que devia preservar o povo da podridão moral tornou-se insulso, tornou-se inútil. A Luz que devia estar no alto para guiar os passos dos que jazem nas trevas e sombras da morte, jaz escondida debaixo do alqueire.»

Para sanear o primeiro mal não via Dom Antônio outro remédio senão a criação de um bom Seminário Diocesano :

«Não nos recusamos a êsse trabalho, embora planemos para outros colherem. Daremos tôda a nossa

fôrça, todo o bem de raiz que possuímos, mesmo a Livraria que hoje formamos, contando sobretudo com a vossa coadjuvação, com o vosso zêlo, com os vossos socorros materiais. Tudo isso esperamos de vós, se vos compenetrardes do alcance moral de tão sublime obra.»

A acentua, firme e cheio do espírito de Deus :

«Julgamos, porém, dever asseverar-vos que se a educação do Seminário não fôr sustentada por Padres que, por dedicação religiosa, se dão ao ensino da mocidade, não moveremos uma só pedra para tal fim.

É incomparavelmente melhor não ter seminário algum, do que tê-lo mal constituído. Jamais empregados que só têm em mira o ganho, se compenetrarão dos dens da Fé, nem fazem por êles grandes sacrifícios.»

10. *Concretização do grande ideal.*

Dom Antônio falava convictamente. Era o homem que ajustava suas convicções às suas ações. Por isso o Seminário surgiu quase por encanto.

Por intermédio de um amigo, mandou arrematar na praça de São Paulo uma grande chácara, apropriada não só à sua residência e à dos seus sucessores, como à construção do Seminário.

Qual novo Anchieta, antevia, numa visão de futuro, a incoercível expansão da capital paulista. Ao comprar essa chácara, cujo marco inicial se encontrava no local do antigo chafariz de Miguel Carlos e se estendia até os terrenos onde foi edificado o Seminário Episcopal, Dom Antônio sabia estar legando à sua obra por excelência, um avultadíssimo patrimônio. A gleba de terra foi adquirida, então, por 12 500 cruzeiros.

Aqui no Rio de Janeiro arrematou, igualmente em praça pública, a sua grande e importantíssima Biblioteca de 969 raros e preciosíssimos volumes, posteriormente deixados em testamento, ao seu Seminário episcopal, segundo os termos da sua Pastoral.

11. *O Seminário, obra providencial.*

Em que pesem as duras expressões de Dom Antônio, a respeito da educação católica e da cultura deficitária do Clero do seu tempo, a verdadeira História dos fatos que justificaram a criação do Seminário em nada e por nada foi por êle falseada.

Com efeito.

No Brasil, desde os mais remotos tempos, a inexistência de Seminários forçou os candidatos ao Sacerdócio a se iniciarem nas

Ciências eclesiásticas, graças ao amparo de Vigários zelosos, ou de Professôres particulares que, nos presbitérios, ou em suas residências, mantinham pequenos cursos de Latinidade e de Ciências, para jovens de boas famílias e de boa-vontade, os quais, não raro, provinham de localidades mui distanciadas dêsses pequenos centros de cultura.

Esta, aliás, uma das razões por que, uma vez matriculados, deviam êles cuidar, por si sós, da própria manutenção e subsistência, quer em casas particulares, quer em pensões familiares e mal improvisadas.

Isto explica, outrossim, por que o Clero brasileiro dos quatro primeiros séculos da nossa História Pátria, aliás tão valoroso nas Ciências e nas Letras, bem como tão edificante na Virtude, era constituído por um apreciável número de «autodidatas», não raro, da «undécima hora».

Se tal afirmativa enaltece a figura de muitos venerandos Sacerdotes brasileiros, não é bastante para desfazer a má influência exercida pela defeituosa educação e formação com a qual êle teve que lutar.

No presbitério da Antiga Sé de São Paulo existia, por exemplo, desde 1838, uma dessas escolas, a *Escola da Sé Catedral*, célebre em todo o País, mau grado suas deficiências, cujo funcionamento chegou a ser regulamentado por lei provincial, exarada de comum acôrdo com o Bispo Diocesano.

Com o andar dos tempos, o crescer da cidade e o número ascendente dos candidatos ao Sacerdócio, surgiram, aqui-ali, por tôda a parte, sérios inconvenientes em quase tôdas essas Escolas primitivas. Ademais, os estudos então, eram incompletos e insuficiente a formação integral dos futuros padres.

Foi nessas alturas que apareceu no cenário religioso de São Paulo a figura de Dom Antônio Joaquim de Melo, primeiro bispo paulista que, em obediência às sugestões do tempo e ao expresso desejo de S. S. o Papa Pio IX, resolveu fundar um Seminário, onde a formação eclesiástica pudesse realmente ser ministrada com tôda a eficácia a quantos desejassem galgar os degraus do altar e ao mesmo tempo estivesse à altura das Ciências e das necessidades do tempo.

Compreende-se por que tanto empenho na instituição imediata de um tal estabelecimento.

Embora lutando terrivelmente contra a incompreensão dos que o cercavam e com êle trabalhavam; embora debatendo-se estertôricamente contra a penúria de meios materiais para a concretização de uma obra que ultrapassava, de muito, a sua época

e os seus homens, Dom Antônio tratou de organizar o Seminário. E o fez sem regatear uma parcela de tempo, aliás escasso e precioso, dada a sua enfraquecida saúde, avançada idade e ingente mole de trabalhos a executar.

Em 1852 começou as obras da construção; em 1854 deu início aos cursos regulares de ciências eclesiásticas em seu palácio episcopal da Luz, chamando para junto de si um grupo de jovens adultos, que seguia as Aulas da Sé Catedral, e confiando-o ao zelo e ao carinho dos Capuchinhos da Sabóia, chefiados por Frei Eugênio de Rumilly.

A 9 de novembro de 1856 inaugurou com cêrca de duas dezenas de clérigos, o curso superior e com apreciável número de jovens paulistanos o preparatório e o curso de humanidades, no inacabado edificio do Seminário Episcopal.

* * *

Hoje, Senhores, colhemos nós os frutos da obra grandiosa que imortalizou Dom Antônio Joaquim de Melo.

Sem focalizar as poucas manchas existentes, condição humana do terreno viver — que manchas encerra a luz pura do sol, — o nosso Clero não desmerece os sacrifícios de Dom Antônio; tão pouco neutraliza o seu trabalho, nem colabora para rotular de inútil o seu heroísmo.

Seja o futuro uma confirmação constante do presente. Que os sacerdotes de amanhã e de sempre, oriundos do Seminário de Dom Antônio, sejam tesouros autênticos de cultura e de virtudes cristãs; sejam patrimônio estável de civismo e grandeza patriótica; sejam sempre o orgulho e a credencial de glória de Dom Antônio Joaquim de Melo no seu crédito aberto à gratidão da Pátria e da Igreja de Deus.

OS PADRES DO PATROCÍNIO

MONS. PAULO FLORÊNCIO DA SILVEIRA CAMARGO

Quando Padre Antônio Joaquim de Melo chegou a Itu para a sua Missa Nova e lá residir (outubro de 1814), encontrou um Clero numerosíssimo. Basta lembrar que a estatística recenseara 33 clérigos seculares e 5 regulares. Não havia povoação com Clero tão numeroso como na Roma brasileira.

Hoje, talvez alguma diocese, não chegue a contar nem sequer a metade numérica de sacerdotes.

Centralizava o grupo clerical, pela sua ascendência e notória piedade, o *Padre Jesuino do Monte Carmelo*. Sabemos que Francisco de Paula Gusmão viera de Santos, contratado por Frei Tomé, para pintar a Igreja de Nossa Senhora do Carmo. Casou-se com Dona Maria Francisca de Godói. Impregnado da devoção carmelita, foi pondo em seus filhos os nomes oriundos daquela Ordem: Elias, falecido na infância, Maria Teresa, Elias (2º) Eliseu e Simão Stock. Viúvo, em 1797, Gusmão ordenou-se, depois, sacerdote, juntamente com dois dos seus filhos. Tomou o nome de *Jesuino do Monte Carmelo*. Não era frade, mas do Clero Secular. Residia na rua da Palma, hoje dos Andradas, em frente ao atual largo do Patrocínio.

Padre João Paulo Xavier fôra educado na família; Padre Manuel Joaquim da Silveira, agregado, Pe. Elias do Monte Carmelo, Pe. Simão Stock, ali residentes, Pe. Antônio Joaquim de Melo e, depois, Pe. Diogo Antônio Feijó, encontravam-se, diariamente, com outros muitos Padres de Itu no cenóbio do Padre Jesuino. Ele estava construindo a Igreja de Nossa Senhora do Patrocínio, porém, no ano de 1819, morreu. Padre Simão Stock terminou a construção da Igreja, em 1820. Os sacerdotes foram fazer suas reuniões na referida Igreja, com mais fervor. O nome «Padres do Patrocínio» veio mesmo do lugar, onde se concentravam. Era coisa comum esta reunião clerical. Pela determinação do Vigário Capitular, Cônego Dr. Manuel de Jesus Pereira (1761), os párocos deviam reunir, semanalmente, os clérigos de

sua paróquia para conferência de Moral, durante duas horas. Um Padre defenderia a tese escolhida e todos a discutiriam.

Dizia ser na forma proposta pelas pastorais antigas e recomendada pela Congregação Romana do Concílio. Em Itu levaram muito a sério a imposição supra.

Foram os Patrocinistas ampliando as conferências, com a recitação diária do *Breviário* em comum, e principalmente, as flagelações, em dias marcados, foram adquirindo mais padecentes. As Irmãs de São José, que tomaram conta do prédio e da igreja (1859), descreveram o *modus vivendi* dos anteriores e rigorosos Padres: «A austeridade de vida nada ficava devendo ao ardor da sua oração. Elles praticavam grandes macerações, o uso do cilício lhes era habitual, e, durante suas sangrentas flagelações os muros dos corredores laterais recebiam os sinais de suas penitências.

Quando as Irmãs de São José fizeram sua entrada na casa do Patrocínio, mastraram-lhes as manchas que formara o sangue ressequido.» (1) Quer dizer, as flagelações iam até sangrar os corpos dos aderentes, e manchavam as paredes. Vida de ascetas, de penitentes e de cenobitas por devoção rigorosíssima. Padre João Paulo Xavier refere-se à adesão decidida do Padre Antônio Joaquim de Melo ao grupo patrocinista: «Vós o vistes agregar-se a sacerdotes veteranos, exemplares e piedosos, a fim de melhor promover a reforma da moral pública, instruindo, exortando, instando pela conversão dos pecadores por meio da freqüência dos sacramentos e a prática dos atos piedosos a quem deve a tão gabada moralidade que caracteriza os seus habitantes.» (2) Eis a verdadeira missão dos Padres Patrocinistas.

Padre Elias do Monte Carmelo havia requerido licença para legalizar a sua *Colegiada*, imaginada. Experimentaram-na e a desejaram os clérigos de Itu, especialmente, Padre Diogo Antônio Feijó e também Padre Antônio Joaquim de Melo.

O Presidente da Província recebeu: — «El Rei Nosso Senhor manda remeter a V. S. o Requerimento incluso do Padre Elias do Monte Carmelo, que pretende fundar uma *Congregação de Padres*. E é servido que V. S. informe, interpondo o seu parecer sobre esta pretensão. Deus guarde a V. S. Palácio do Rio de Janeiro, aos 4 de outubro de 1820. Tomás Antônio de Vilanova Portugal. Sr. João Carlos Augusto Oeynhausen.» (3)

(1) Croniques de la Congregation de Soeurs de Saint Joseph, XII, 77.

(2) *Correio Paulistano*, 1466.

(3) Jacinto Ribeiro — *Cronologia Paulista*, 2.º, 234.

Este enviou o despacho ao Ouvidor de Itu, João de Medeiros Gomes, que foi contra, em sua informação maligna :

«Parecendo à primeira vista atendível pelos pios e honestos fins que parecem dirigir as intenções, não merece aprovação de S. Majestade pelas ruinosas conseqüências que delas se podem seguir. Estes sacerdotes têm conseguido grande preponderância sobre o ensino daquele povo e têm se constituído diretores de consciência de muitas pessoas, principalmente do sexo feminino, e longe de dirigirem os seus confessados e devotos ao serviço de Deus e aos deveres de bons cidadãos, pelo contrário, têm fomentado desordem no seio das famílias e desunião entre várias pessoas daquela vila. Por educação e caráter são anti-católicos e vingativos, qualidades estas que vão nutrindo os ditos eclesiásticos por seu interesse particular, sendo que eles, principalmente o Padre Elias, nenhum conhecimento tem além de uma casuística moral; e o mais hábil entre eles, o Padre Diogo Antônio Feijó, é um intrigante,» processado em Campinas (4). Exagerou demais o Ouvidor, inimigo daqueles clérigos. Confessou, porém, que ensinavam as primeiras letras; logo, trabalhavam pelo menos neste mister interessante e com supremacia notável.

O perverso autor do «Arcipreste» procurando denegrir o 6º Bispo de São Paulo, referiu-se aos seus companheiros ituanos, de modo injustíssimo:

«Os padres de Itu, apenas apanham-se ordenados, entregam-se ao beatério e às intrigas de sacristia, que tanto abundam naquela cidade, e não prestam serviço algum à Igreja. Comodistas por natureza ou por sistema, como são todos os beatos, nenhum se distingue pelo saber, nem pelo estudo; mas todos presumem-se oráculos! É um gôsto vê-los falar sobre tudo. Não há ponto, por mais intrincado de moral ou de teologia, em que não se julguem fortíssimos! Houve tempo em que inventaram umas célebres conferências na igreja do Patrocínio, centro formidável de seus movimentos, as quais iam já produzindo gravíssimas perturbações, quando o Sr. D. Mateus as mandou dar por concluídas.» Esta é a mais ridícula acusação caluniosa. Prova, todavia, que estudavam Teologia Dogmática e Moral. Oxalá todos estudassem as matérias do seu ofício. Vimos a realidade das aspirações muitíssimo justificadas. Havia tantos padres dispersos; fariam uma *Congregação*, para maior proveito espiritual e científico de todos reunidos. Esplêndido empreendimento cultural, digno de aplausos.

(4) O. C., 234.

Naquele tempo não se falava em jansenismo algum. Frei Inácio de Santa Justina, franciscano, Pe. Melchior do Amaral, Pe. Antônio Pacheco da Silva e mais alguns outros formaram um *grupo de oposição*, não ao jansenismo inexistente, mas à *direção espiritual*, que julgavam perigosíssima, especialmente ao sexo feminino.

Aqui foi o pomo de discórdia. Fizeram muitas reuniões violentas contra o sistema direcional. Jansenistas seriam os opositores e não os mantenedores de um método aprovado pela Igreja, com as devidas santas cautelas moralizadoras. Em Roma e em Comillas há institutos nesse gênero espiritual para formação de diretores especializados em nossos dias.

É preciso acabar de uma vez para sempre com a aleivosia de que eram os padres do Patrocínio hereges, inclusive Pe. Antonio Joaquim de Melo! Formou-se a lenda e todos vão repetindo no mesmo teor.

Os Padres do Patrocínio nunca ensinaram a doutrina jansenista: depois da queda de Adão, a liberdade do homem consiste simplesmente na ausência de todo o constrangimento externo; internamente a sua vontade nunca é livre, porque está submetida umas vezes à concupiscência, outras vezes à graça. Se Deus nos concedesse sempre a graça, não pecaríamos nunca; mas por vezes, é-nos recusada, e deixa atuar a concupiscência, o que nos arrasta ao mal. A graça da salvação é concedida somente aos eleitos, porque só para esses é que Jesus Cristo morreu. Segundo a Igreja Católica, pelo contrário, mesmo depois da queda de Adão a vontade humana é livre. Nem a graça, nem a concupiscência dominam absolutamente as suas determinações. Se pecamos não é porque a graça nos falte, é porque preferimos o mal ao bem.

Jesus Cristo morreu por todos os homens, sem exceção alguma.

No conciliábulo jansenista de Bourg-Fontaine, foi preparado o plano geral do Jansenismo, principalmente, quanto à parte moral, imaginada não por Jansênio, mas por seus sucessores.

O Padre Cross, no seu livro *O Confessor da Infância e da Mocidade*, traz toda a história das maquinações contraditórias dos hereges jansenistas. Em suma, havia os seguintes pontos básicos para completa destruição do Catolicismo reinante, dizendo fazê-lo retornar à primitiva simplicidade: 1.º — Deísmo puro a ser implantado no povo, passo insensível ao ateísmo. 2.º — Abolição dos sacramentos da confissão e comunhão, exigindo disposições tais que os tornem inacessíveis. 3.º — Do desespero

das almas piedosas, passar a inculcar presunção à gente mal intencionada e libertina. 4º — Combater o zelo dos confessores, ganhando para o Grupo as Ordens Religiosas que combatem os Jesuítas. 5º — Os Bispos e o Papa irão contra o plano; dividir os Bispos entre si e diminuir a autoridade papal, colocando a autoridade suprema no povo cristão. 6º — Lançar o Clero Secular contra o Regular por todos os modos, inclusive o exagerado culto da paróquia. O espírito paroquial conturbado no sentido de impor desunião.

Além desse sistema genérico, os jansenistas aproveitariam tôdas as circunstâncias locais existentes. Foram os mais terríveis inimigos internos da Igreja: «inimici ejus domestici».

Apesar de fazer Itu, erradamente, o «Port Royal» brasileiro, por julgá-lo o maior centro jansênico, o Cônego Fernandes Pinheiro lembrou um benefício prestado a Feijó, fator da sua retratação: «nenhum motivo humano, nenhuma razão inconfessável atuou em seu nobre espírito. Mas como ação alguma deixa de ter causa mais ou menos recôndita, entendemos, e é para nós quase a convicção, que as reminiscências do *Patrocínio* determinaram esse importante resultado de que justamente se regozijaram os admiradores do exímio cidadão, do virtuoso sacerdote, cuja morte, epílogo sublime de tão prestimosa vida, foi o comêço da bemaventurança, aurora da imortalidade.» (5). Eis a influência patrocínista benéfica.

Referiu-se o Cônego Fernandes Pinheiro, também, a outro sacerdote ituano: «O Padre Antônio Joaquim de Melo, ardente neófito do *Patrocínio*, depois de sua dispersão, perseverou na exata observância das virtudes que aí vira praticar e cujo espírito fortemente temperado de catolicismo, preservou-o de qualquer aberração dos bons princípios.» (6) O *Patrocínio* era, portanto, centro de virtudes heróicas.

Dissemos em nosso sétimo volume de *A Igreja na História de São Paulo*, que não havia jansenismo total e exclusivo nos Padres do *Patrocínio*. Os itens característicos dessa heresia não eram conhecidos pelos sacerdotes referidos, por isso muito menos praticados. Ricardo Gumbleton, Antônio A. Fonseca, Cônego Fernandes Pinheiro, Monsenhor Ezequias Galvão da Fontoura, Francisco Nardy Júnior, Vitor Azevedo, Tarquinio de Souza, Heliodoro Pires e outros, em vez de dizerem *padres rigorosos, austeros e penitentes*, chamaram-nos de jansenistas. Todos foram repetindo a mesma nomenclatura.

(5) Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. 33. 248.

(6) O. C., 245.

O ascetismo, os rigores da penitência não constituem, por si sós, o jansenismo herético condenável.

Desafiamos que apontem, nos escritos e na vida dos Padres do Patrocínio de Itu, as idéias do «Augustinus» de Jansênio e de seus malévolos divulgadores.

Afirmamos categoricamente que nenhum patrocínista pensava, ensinava ou vivia à moda Jansênica, especialmente o grande e benemérito Padre Antônio Joaquim de Melo, cujo centenário de falecimento estamos ainda comemorando.

Se apesar de tôdas as explicações, considerarem jansenistas os Padres do Patrocínio de Itu, então louvado seja o fertilíssimo e formidável jansenismo que produziu; Padre Jesuino do Monte Carmelo que, com Pe. Simão Stock, foram santos e exímios artistas; Padre Elias do Monte Carmelo, de pureza angélica, fundador de uma «Casa de Educandas»; Pe. Manuel da Silveira, o Simão Estelita Brasileiro, penitente de pé, e silencioso durante trinta anos; Pe. João Paulo Xavier, ilustre e piedosíssimo professor de português, latim e música, de vida ilibada; Pe. Diogo Antonio Feijó, Deputado, Senador e Regente do Império Brasileiro, o maior e supremo cargo politico-administrativo do País; e Padre Antônio Joaquim de Melo, 6.^o Bispo de São Paulo que, segundo o Santo Padre Pio IX: *«se não foi um dos maiores bispos do mundo, foi, certamente, um dos primeiros do Brasil»*. (7).

(7) Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, XIV, 314.

DOM ANTÔNIO JOAQUIM DE MELO E AS CONGREGAÇÕES RELIGIOSAS

JOSÉ CARLOS DE ATALIBA NOGUEIRA

Não foi em vão que o primeiro bispo brasileiro de São Paulo formou o seu caráter e enrijeceu a sua vontade nas tropas de linha.

Filho de militar, obteve seu pai do general Dom Bernardo José de Lorena, a quem servia no posto de capitão, que mandasse sentar praça o filho de oito anos de idade. Na caserna, passou a trabalhar dos doze aos dezenove anos.

Não foi, aliás, o primeiro caso de bispo e militar, em nossa história. O quinto bispo do Brasil, Dom Marcos Teixeira, na sua qualidade de capitão-mor, comandou tropas contra os holandeses. E o maior cultor do episcopado colonial, Dom Sebastião Monteiro da Vide, pertenceu às fileiras do exército, em Coimbra, havendo atingido o posto de capitão. Abandonou a carreira das armas e foi depois o quinto arcebispo da Bahia, com jurisdição em Angola e São Tomé, que pertenciam ao arcebispado do Brasil. Reuniu o sínodo provincial, de que resultaram as famosas *Constituições do arcebispado da Bahia* (1719).

Ao futuro bispo de São Paulo incumbia a urgente tarefa de reformar o clero e reformar os fiéis. Importava agir com desassombro, extrema energia e decisão férrea. Sem dúvida, as virtudes militares completaram as virtudes sacerdotais e episcopais e a todas elas serviu grandemente a experiência de sessenta anos de vida, pois com esta idade é que foi eleito bispo. Da graça divina não é preciso falar, pois Deus é que o fez percorrer aqueles caminhos até o dia em que o foi buscar, contra toda expectativa humana, para reger a diocese de São Paulo.

Embora ainda o não tenham reconhecido, Dom Antônio Joaquim de Melo ocupa posição saliente na história das idéias políticas e religiosas, bem como na história da cultura no Brasil.

Ele e outros sacerdotes residentes na sua cidade natal, sentiam a deficiência de sua formação intelectual e eclesiástica e

sob a presidência do mais idoso, embora ainda moço, o Padre Diogo Antonio Feijó, fundaram a Congregação dos Padres do Patrocínio, de vida efêmera, mas marcante.

É a primeira congregação religiosa a que se prende o nome do futuro bispo de São Paulo. Sem existência oficial, sem formalismos, reunia-se diariamente na igreja matriz de Patrocínio de Nossa Senhora da Candelária, para a recitação em comum do ofício divino; e, em prédio fronteiro à igreja, para os estudos e demais atos comunitários.

Até a ida de Feijó como deputado às câortes constituintes de Lisboa, em 1820, tudo correra bem, ressentindo-se os padres da sua ausência, a ponto de datar daí a decadência da associação.

Não é exato que fôsse ela nôvo Port Royal. Quer pela doutrina que os seus membros procuraram cultivar, quer pela vida que levavam, não é possível buscar-se símile no estrangeiro para movimento oriundo da necessidade sentida por aquêlê pugilo de sacerdotes brasileiros. Nada que recorde nem mesmo os padres do Oratório e os de São Sulpício. Cada qual dos grupos se apresenta com feição própria.

Monsenhor Paulo Florêncio da Silveira Camargo, em *A Igreja na História de São Paulo*, sétimo volume, nega que fôssem regalistas e jansenistas os padres do Patrocínio. Demais, pregaram o uso freqüente dos sacramentos e eram solícitos em ministrá-los. Rigorosos consigo mesmos, austeros e mortificados, chegando alguns a macerarem a carne com cilícios.

Todos êles de costumes irrepreensíveis, como do Padre Feijó, atestam o mesmo Dom Antônio Joaquim de Melo (*op. cit.*, pág. 245) e Dom João Nery, bispo de Campinas, que, nesta última cidade, investigou os costumes do regente do Império, ao tempo em que ali viveu (*Oração fúnebre*. Campinas. Tip. Genoud, 1919).

Em carta ao Dr. Ricardo G. Daunt, escreve Dom Antônio, ao referir-se a Feijó: «Amo as suas cinzas e tinha tão excelentes qualidades morais como não vejo quase em ninguém.» (Mons. Paulo Florence, *loc. cit.*).

São bem posteriores às reuniões do Patrocínio os erros de Feijó; erros tão só doutrinários. Afastou-se, assim, mais tarde, da formação intelectual recebida na congregação de que fôra presidente e voltou de novo para a doutrina pestilenta dos compêndios por que todos prestaram exames na Sé de São Paulo, pois ainda não havia o seminário, que precisamente um dêles, Dom Antônio Joaquim de Melo, iria fundar, muito depois da morte de Feijó.

Como vimos, a vida rígida de caseira na adolescência, a reta formação de piedade e intelectual na juventude e a larga experiência da vida e do sacerdócio, modelaram o feitio do grande bispo. É ele a cabeça; dêle, a direção; com ele a execução.

Basta ler as suas pastorais e demais atos.

Bispo aos sessenta anos, sabia bem o que devia fazer. Dada do dia de sua sagração, a primeira carta pastoral inicia a série de documentos doutrinários, em número superior a dez, em que expõe os meios de combate à relaxação geral dos costumes do povo e à incompreensível vida dos sacerdotes, sem nenhuma forma espiritual e fora da disciplina eclesiástica. Essas as duas maiores chagas do Brasil religioso àquele tempo. E alude também à ausência completa de educação da juventude, juventude ignorante do catecismo.

Criticável por certo o estilo e as imagens literárias do bispo. Mas, a doutrina é de doutor e juiz da verdade.

Basta dizer que lançaram o terror no ambiente as idéias capitais da primeira pastoral: — a fundação do seminário e o dever da pregação, do catecismo e da confissão anual: «O pároco, o cura d'almas que por si ou por outrem não instruir, ou será exonerado ou, constrangido, terá quem o supra.»

Quanto à formação do clero: «É melhor não ter seminário algum, do que tê-lo mal constituído.»

Vinte dias depois de entronizado, baixou o regulamento de vida canônica para o clero. Logo depois, o dos ordenandos.

Os seus dispositivos geraram revolta. Sentiram necessidade até de fundar um jornal, *O Amigo da Religião*, para atacar o bispo.

Convenhamos em que o bispo não era inovador, mas restaurador da igreja de Nosso Senhor Jesus Cristo. Não bastava que o clero fôsse patriota; era preciso que fôsse realmente da igreja. Referindo-se aos padres, escreveu Dom Antônio: «É melhor ter poucos bons, que muitos e maus.»

Ainda antes de sagrado, no Rio de Janeiro, pediu ao Santo Padre Pio IX que lhe enviasse padres de boa doutrina para lhes confiar o seminário que ia fundar e em cuja direção os manteria até o dia em que os próprios filhos do seminário pudessem prosseguir na obra de formação do clero diocesano.

Enviou-lhe o Papa os padres capuchinhos. Antes e depois de inaugurado o seminário, foram pregadores e confessores nas visitas pastorais e, no seminário, ocuparam os postos de direção e quase todas as cátedras docentes. Os principais foram sem dúvida frei Eugênio de Rumilly, superior e diretor, frei Firmino

de Centelhas e os que chegaram depois: frei Francisco de Vibonati, frei Germano de Annecy, aquêlê, professor de filosofia; êste, matemático e astrônomo. Em pouco tempo, atendendo ao apêlo do bispo, já o seu número ultrapassou a dúzia, inclusive os irmãos leigos.

Quando chegaram os primeiros dêles, já havia escrito duas cartas pastorais e se encontrava em plena visita às paróquias do chamado norte da provincia. Vieram os frades secundar a ação do bispo, auxiliando-o eficientemente pela cultura intelectual, vastos conhecimentos científicos bem atualizados, além das ciências eclesiásticas também em dia. Passando a conviver com os brasileiros e não falando entre si a língua pátria, não custou muito a terem até boa pronúncia.

Os que condenaram o bispo pela vinda de padres estrangeiros, «atitude de achincalhe aos cônegos do cabido, atitude anti-nacional» — como diziam — eram, em sua maioria, padres apenas políticos, sem espírito eclesiástico. Só teòricamente sabiam o que era seminário, pois nem o bispo nem os sacerdotes passaram por êle. Respondeu-lhes o prelado, ao computar-lhe os argumentos, que aos capuchinhos incumbia melhor que a êles a orientação do seminário, pois não era o mesmo que dirigir conventos em universidades.

Era quase geral a decadência dos costumes e ultradeficiente a formação eclesiástica, sendo patente a ignorância supina do clero e os seus membros regozijavam-se de ser apenas funcionários públicos.

Quinze anos antes da célebre questão maçônico-episcopal, já o mencionado jornal *O Amigo da Religião*, escrevia que o «bispo é empregado público» e se Dom Antônio «aceitou o emprêgo de bispo tem que obedecer ao govêrno.» Foram os primeiros ensaios para vingar, entre nós, a doutrina que triunfou mais tarde, na condenação de Dom Vital e Dom Antônio de Macedo Costa.

«Densas nuvens toldavam o céu da igreja, em São Paulo» — diz o biógrafo do bispo paulista.

«Ameaça medonha tempestade» — recita-o êle mesmo, na oração fúnebre, pronunciada anos depois.

Nas pastorais e outros atos, o próprio Dom Antônio deixa escapar algumas palavras, se bem que cuidadosamente evitasse alusões aos fatos que o atormentavam e o faziam chorar de amargura.

Até quando aparenta otimismo, o seu estilo trái a reserva que se supunha. Ao cabo da primeira visita pastoral, ao dar balanço a tudo quanto vira de perto, e antes de anunciar a se-

gunda, diz: «Não se desconhece que há sacerdotes exemplares; não se desconhece que há famílias bem cristãs e bem educadas...» Ora, até pela forma negativa empregada para afirmar, se vê que a maioria do clero e povo necessitava de doutrina, de apostolado e de sacramentos.

Homem de Deus, voltado exclusivamente ao seu dever de conduzir as almas a Nosso Senhor Jesus Cristo, o bispo cala o nome e o número dos seus adversários e opositores de São Paulo e algures para sòmente declinar o do chefe de tôda a conspiração. E o faz em carta pastoral: «O demônio ira-se contra nós... Suscita-nos guerra de morte; seu fim é inutilizar-nos, tirando tôda fôrça moral para que os nossos diocesanos nos olhem com desprezo, com antipatia, com indiferença.»

Por duas vêzes o Papa enviou-lhe emissário a fim de consolá-lo, escrevendo-lhe cartas, confortou o coração do bispo.

Os capuchinhos, por serem o seu braço forte, figuravam entre os principais motivos de ataque às suas realizações. Entre os pessoais, altamente ofensivos da sua hierarquia, alinhavam-se os dirigidos diretamente aos barbadinhos, como passaram a tratá-los.

Não podendo combatê-los intelectualmente, cuidavam de feri-los pelo ridículo. Descreviam um capuchinho por esta forma: «Homem quase descalço, sem chapéu, com a cabeça transformada em queijo flamengo, tendo em compensação as barbas tão crescidas, que lhe varriam o abdome, envolto em uma espécie de saco do mais áspero burel, que se lhe ajustava ao corpo pela grosseira corda que lhe cingia a cintura.» (pág. 68).

E o articulista diz que, em Roma, os capuchinhos são apenas carregadores de malas e nem para outra coisa servem!

* * *

Os insultos aos barbadinhos estendem-se à outra congregação religiosa trazida pelo bispo para a sua diocese, as Irmãs de São José. Eram êles franceses, italianos e espanhóis. Elas, francesas. Por cúmulo, frei Eugênio de Rumilly era primo da assistente-geral destas freiras e foi quem facilitou a execução do seu chamado pelo bispo. Já agora se invoca tôda a legislação brasileira anti-clerical e regalista, que vedava a vida das ordens religiosas entre nós, principalmente o aviso de 9 de dezembro de 1831 e o de 30 de julho de 1828, que proibiam no Império ordens religiosas sujeitas a superiores estrangeiros. Só lhes esqueceu recordar que as ordens religiosas nacionais também deviam desaparecer, pelo disposto em várias leis.

Preocupava o bispo, desde o princípio, a formação religiosa e intelectual da mocidade de ambos os sexos. Não fôsse êle, em boa parte de sua vida, educador em Itu!

Realizando tal intento, abriu no próprio seminário a secção para os colegiais e de cinquenta no primeiro ano, logo nos anos seguintes duzentos meninos se inscreveram.

Quanto às meninas, julgou de melhor alvitre fundar colégio na sua cidade natal, onde passou o último ano de vida, como exilado voluntário, em virtude das hostilidades do cabido.

Seus conterrâneos o ajudaram nos aludidos empreendimentos, dentre elles o Dr. José Manuel da Fonseca, quanto ao colégio diocesano, e Joaquim Galvão Pacheco, quanto ao das meninas, bem como Antônio Fonseca, quanto ao funcionamento da Santa Casa de Itu.

Denominou-se Colégio de Nossa Senhora do Patrocínio, nome que se tornou famoso em tôda a provincia, pois passaram pelos seus bancos escolares as filhas das mais distintas familias paulistas. Instalou-se a 13 de novembro de 1859.

Com mão de mestre, recordou os trabalhos das irmãs de São José e o seu enorme desenvolvimento após a morte do bispo, o nosso preclaro presidente perpétuo, Embaixador José Carlos de Macedo Soares, em discurso recente, pronunciado no centenário da chegada das freiras no Brasil. Salienta, com justiça, a figura da primeira diretora, depois superiora e, por largos anos, provincial madre Teodora.

Irmãs enfermeiras e educadoras receberam vocações providas de várias cidades paulistas e assim estenderam o seu espirito de caridade por diversas santas casas de misericórdia e hospitais de lázaros e numerosos educandários. Ruas na Capital e no interior celebram os seus feitos, impossiveis de se conservarem no anonimato, tais como os de madre Teodora e outras em São Paulo e irmã Serafina, em Campinas.

Desde a sua chegada, entretanto, os inimigos de Dom Antônio Joaquim de Melo passaram a distratar e insultar as irmãs da congregação de São José.

Eis a amostra de quanto escreviam:

«... querem também levar suas devastações às nossas futuras mães de familia, desvairando-lhes o espirito com idéias errôneas e supersticiosas, que lhes inspiram as irmãs do colégio de São José, fundado em Itu, pelo bispo Dom Antônio, sob a direcção immediata dos sobreditos capuchinhos, os quais exercem sobre as tais irmãs autoridade despótica e já conseguiram installá-las no seminário das educandas de São Paulo, sustentado pelos cofres daquela provincial!»

«Praza a Deus que a nossa terra se transforme em ponto único de atracção para onde afluam todos os europeus que inten-

tem trazer a regiões do novo mundo o concurso de seus braços, de sua indústria, de suas luzes ou de seus cabedais; mas, não esqueçamos que debaixo de lisonjeiras aparências, pode vir, como tem vindo, muito ouro falso, muita chita, cujas belas côres desaparecem com a primeira lavagem! Nada é mais difícil do que achar-se uma senhora, que desempenhe bem as delicadas funções do magistério da mulher. A França vai muita vez procurar essa preciosidade na Alemanha, em Londres e algures: como, pois, pode a França mandar aos centos e centos, para tôdas as partes do mundo, um objeto de que ela se confessa tão deficiente?»

«Demais, quem dentre nós brasileiros, consentiria que sua filha ou irmã se alistasse em uma associação que, da noite para o dia, a manda de um polo a outro, para assistir aos enfêrmos, para pensar as feridas do soldado baleado, para morrer com os pestiferados?! Os sentimentos da natureza falam mais alto no Brasil que na Europa? Concedamos que semelhantes sacrifícios sejam sòmente inspirados pela religião: pois na França haverá tanta religião que torna as exceções regra geral? Não serão antes, as tais irmãs de caridade e outras forçadas a êste gênero de vida por motivos inconfessáveis?! É antiquíssimo êste axioma: «O hábito não faz o monge». Entretanto, desde que se apresenta no Brasil uma pessoa vestida de irmã de S. João, como as de Itu, ou de caridade, como as desta côrte, é logo considerada como enciclopédia viva, mandada por quem tanto nos escasseia os seus mestres ou os seus artistas, ainda os mais mediocres!»

«Inexplicável contradição! Por que torturas não passa entre nós a brasileira, que quer dedicar-se ao magistério?! Que provas não exhibe de inteligência, de comportamento moral, civil e religioso?! Quem já perguntou à irmã de caridade ou à de São José ou a qualquer outra, quantos anos tem, qual a sua procedência, que ela sabe, que tem sido?! E é a mãos inteiramente desconhecidas, que nós, brasileiros, entregamos as nossas filhas?!!!!...»

E no fim dos quatro, dos cinco e mais anos, que lá ficam no colégio das «santas»; depois de gastarem os pobres pais somas enormíssimas em vestidos e mais vestidos, em chapelinhos e mais chapelinhos, em fitas e mais fitas, em laços e mais laços, somas que muitas vêzes excedem ao que se paga de mensalidade, que já não é pouca, como voltam essas inocentes criaturas para o seio de suas famílias?! Sabendo balbuciar algumas frases do inglês, do alemão ou do francês, que elas próprias não entendem! Arranhando algumas cavatinas no piano! Matizando em talagarsa uma ou outra flor, êste ou aquêl passarinho! E tudo

isto, que em três ou quatro meses se varre da memória, custou contos e contos de réis!!!

«Perguntai a uma discipula das irmãs de S. José (falemos só destas) quais são os officios da mãe de familia; que relações há entre pais e os filhos, quais os deveres dêstes para com os autores de seus dias; quem imprime êsses deveres no coração dos sêres racionais?» *O arcipreste da Sé de São Paulo* Joaquim Anselmo de Oliveira e o clero do Brasil. Rio, 1873. Obra anônima, mas que logo se soube ser da autoria do cônego Joaquim do Monte Carmelo.

Já se fêz o justo histórico a respeito desta e das demais iniciativas vitoriosas do bispo. As calúnias, injúrias e fingidas profecias foram delidas pelo tempo, largo tempo de cem anos, que são quantos medeiam de sua morte a êste momento. E o testemunho do seu grande episcopado e da mesquinhez dos seus adversários, os inimigos da Igreja de Jesus Cristo, multiplica-se por milhares de familias e por centenas de milhares de beneficiados diretores do seu zelo e do seu descortino, nos hospitais, nos lazaretos, nas santas casas e nos colégios.

Faça-se justiça: o govêrno imperial e o govêrno da provincia, longe de dar ouvidos aos detratores do bispo, pelo contrário, em todos os inúmeros papéis que temos em mão, sempre lhe deram intenso e incondicional apoio.

Os inimigos da igreja sômente dez anos depois conseguem galgar os postos de govêrno e praticar as prepotências e perseguições, que afinal vieram glorificar mais tarde Dom Antônio de Macedo Costa e, ironia dos tempos, o barbadinho Dom Frei Vital Maria Gonçalves de Oliveira, professor durante dois anos do Seminário de São Paulo.

Como foram firmes os alicerces das obras episcopais de Dom Antônio Joaquim de Melo! Por isto, duradouras e de fructo.

As comemorações do centenário de sua morte vieram proclamá-lo, o modesto filho de Itu, um dos maiores bispos do Brasil e, pela sua ação nos dominios da cultura, um dos baluartes das ciências e as lutas em nossa Pátria.

EVOLUÇÃO GEOGRÁFICA DA CIDADE (*)

VIRGILIO CORRÊA FILHO

Acostumado a utilizar-se a primor de suas mãos inspiradas, dizem que Paderesky, ao observar a singular topografia carioca, sintetizou-a no confronto com a parte do organismo que mais presava, por lhe propiciar a glória na interpretação maravilhosa das composições musicais para piano.

A Geografia do Rio de Janeiro retrata imensa mão espalhada, teria conceituado o artista genial, ao resumir as impressões causadas pelos aspectos dos vales convergentes para a baía de Guanabara, entre os quais se empolam as elevações, que adornam a paisagem.

Na realidade, não lhe será uniforme a aparência, que os maciços da Tijuca, de Pedra Branca, do Gericinó, e os morros isolados tumultuam, diversificando-lhe as feições locais.

De modo geral, todavia, não incorrerá em impugnação total o conceito simbólico, excluída a faixa litorânea de Copacabana.

De princípio, seria mais aparente a separação entre a montanha, amantada por denso arvoredo, e a planura, sulcada pelos rios e ribeirões, de vários calibres.

Torrentosos no alto curso, espraíavam-se, preguiçosos, aqui e ali, em lagoas, ao atingirem o nível de base.

O contraste exibia-se, acentuado, entre as escarpas gnáissicas, submetidas à degradação intensa das enxurradas, e a planície de sedimentação, em que se lhes amortecia a força viva de transporte hidráulico, permitindo o depósito do imenso volume carregado.

Nos primeiros tempos, processava-se o fenómeno à sombra da mata vigorosa, à qual Martius, embebido de recordações clássicas, propôs, em sua ampla ordenação, o rótulo de «Driades»,

(*) Conferência proferida, por solicitação do Instituto Histórico e Geográfico da Cidade do Rio de Janeiro, a 26-11-1959.

substituído, no sistema de Engler, por «mata megatérmica hidrófila», que indica apropriadas condições climáticas estimuladoras do seu viço.

O naturalista bávaro, que se ufanava de incontida amizade à gente brasileira, em cuja cultura exerceu duradoura influência, sabia harmonizar a sisudez de sábio com os enternecedores influídos do romantismo, que lhe exaltara a mocidade.

Ao Brasil, deveu, em parte, a sua glória, criadora da *Flora Brasiliensis*, em 40 volumes, cuja publicação, iniciada em 1840, só terminou em 1906, mercê do auxílio que não teve dúvida em declarar: «sublevatum populi brasiliensis liberalitate» — a saber, «publicada graças à liberalidade do povo brasileiro».

Assim corresponderam os seus admiradores ao amor por êle consagrado ao Império nascente, cujas peculiaridades vegetais investigou devotadamente.

Principalmente, as palmeiras, a que dedicou a *História Naturalis Palmarum*, cujo primeiro volume se honrou com o seu retrato e legenda expressiva.

«In palmis semperparens juvenus; in palmis resurgo», ou «Nas palmeiras existe uma juventude sempre fecunda, no meio delas ressuscito».

E para evidenciar que a botânica, embora absorvente com os seus segredos, ainda virgens de olhos doutos, não lhe impedia a análise de outros problemas, participou do concurso promovido pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, com a monografia *Como se deve escrever a História do Brasil*, premiada com medalha de ouro.

Não lhe mingüaram louvores dos contemporâneos, como por igual dos pósteros, que a reeditaram, em 1953, por lhe considerarem ainda fecundos os ensinamentos redigidos um século antes, em janeiro de 1843.

Se o botânico se afeiçoava com tamanho devotamento à terra brasileira e à sua gente, não admira que os ensinamentos humanísticos lhe inspirassem a denominação que preferiu, para caracterizar a «floresta da encosta atlântica», acorde com a terminologia de Gonzaga de Campos.

Deu-lhe o título de «Driades», por imaginá-la propícia ao convívio de ninfas, que a povoassem, como outrora, com os seus encantos, entre as quais se tornou afamada Eurídice, mulher de Orfeu, que a poesia moderna ressuscitou para lhe confiar papel de realce em aplaudida composição cinematográfica.

Diferentemente do humanismo de Martius, que associava, em proporções harmoniosas, o saber e a fantasia, e mais apresi-

lhado às sugestões científicas, Engler preferiu sintetizar em expressiva fórmula a incidência dos fatores que mais concorrem para a formação e viço da vegetação exuberante na orla atlântica, de elevada temperatura e umidade.

Em verdade, os dois elementos preponderantes, calor e água, ocorrem onde floresce a mata, que emoldura a paisagem carioca, aformoseando-a.

A terminologia, porém, não abrange os outros elementos, como o relêvo e solo, que também contribuem sobremaneira para a composição do panorama, que maravilhou os primeiros observadores.

Por ventura recordar-lhe-ia Américo Vespucci as características, lobrigadas em peregrinação pelo litoral atlântico, por volta de 1502, quando escreveu a Lorenzo de Pier Francesco de Medici:

«Esta terra é muito amena e cheia de inúmeras árvores muito grandes que nunca perdem a folhagem, tôdas tem odores suavíssimos e aromáticos, produzem muitíssimas frutas e muitas delas de bom paladar e salutares ao corpo. **Os campos produzem muitas ervas, flôres e raiz muito macia e benéfica.** Algumas vêzes me extasiei com os odores dos arbustos e das flôres e dos sabores dessas frutas e raiz, tanto que pensava comigo estar perto do Paraíso Terrestre, achando-me entre estes alimentos podia estar próximo dêle.»

Não localizou o florentino o quadro que o deslumbrara, mas sem lhe alterar os conceitos, poder-se-á admitir que se aplicassem às circunjacências de Guanabara, pois que a «terra era habitada por gente nua.»

«Os habitantes não dão valor a coisa alguma, nem ao ouro, nem à prata ou a outra jóia, a não ser às coisas de plumagem ou de osso.» (Souza, I. O. Marcondes de — Américo Vespucci e suas viagens — 1954).

Aí viviam, de caça, e mais de pesca, os indígenas que os navegantes lusos surpreenderam em plena fase neolítica.

Por isso, diante da dificuldade de abater, com o seu-gi-machado de pedra, o denso arvoredor, escolhiam gleba de vegetação mais rala, onde fôsse menos penosa a derrubada, para as roças exíguas.

Mais fácil seria o arranchamento próximo à praia, que palmilhavam em suas pescarias.

A chegada imprevista do forasteiro europeu, depois da expedição de Cabral, iniciou nova era que em breve começaria a manifestar-se pelo emprêgo de ferramenta mais cortante.

Um dos pioneiros, Gonçalo Coelho, na expedição de 1503, não se contentou em explorar a baía, sôbre ondas, mas saltou, para lhe devassar os arredores, e permaneceu por trabalhoso biênio, abrigado no arraial que assentou próximo à barra do Rio Carioca.

Aí também se estabeleceram, mais tarde, por volta de 1511, os egressos de cabo Frio, João Braga, e o piloto João Lopes de Carvalho, de influência assinalada pelos cronistas.

Se aquêlê, acostumado às atividades de feitor, preferiu mudar-se para uma das ilhas, onde se estabeleceu com entreposto, para vantajoso escambo com os nativos, o segundo agradou-se do local de boa aguada, que os embarcações procuravam, em frente à barra.

Aliou-se a uma jovem nativa, mãe do primeiro mamaluco aventureiro, que não titubeou em acompanhar o pai, convidado por Fernão de Magalhães, em 1519, para a circunavegação por mares desconhecidos.

O célebre nauta português, a serviço da Espanha, antes de partir, a 28 de dezembro, conseguiu abastecer-se de «fruta, madeira, caça, água fresca e boa», consoante assinalou Eugênio de Castro, nos eruditos comentários ao «Diário de Navegação de Pero Lopes de Sousa.»

Assim se registou a utilização da terra, onde, volvida mais uma década, por abril de 1531, Martim Afonso, montou «uma casa forte, com cêrca por derredor», uma ferraria «para fazer cousas de que tínhamos necessidade» e também improvisado estaleiro, para construção de «dois bergantins de 15 bancos cada um.»

Ao clarear agôsto, a sua armada continuou para o sul a exploração do litoral de que se incumbira, depois de abastecida de «mantimentos para 400 homens e doze meses de viagem.»

Ainda afagavam os ribeirinhos sentimentos de paz e harmonia com os portugueses, que não souberam conservar a sua amizade, substituída pela dos franceses, a quem se referiu Tomé de Sousa, em carta a D. João III, de 1 de junho de 1553, ao regressar de longa peregrinação de cabotagem.

«Parece-me que V. A. deve mandar fazer ali uma povoação honrada e boa porque já nesta costa não há rio em que entrem franceses senão neste e tiram dêle muita pimenta e fui sabedor que um ano tiraram 50 pipas... e

se eu não fiz fortaleza êste ano no dito Rio como me V. A. escrevia foi por que o não pude fazer por ter pouca gente e não me parecer sizo desarmar-me por tantas partês...»

Guanabara atraía, sem dúvida, a atenção dos adventícios, desde Gonçalo Coelho a Tomé de Souza, que apontou a conveniência de se povoarem as circunjacências, quando nada para impedir a aproximação de concorrentes indesejáveis.

Com as responsabilidades de Governador Geral do Brasil, não lhe faltou sagaz descortino para compreender a urgência de tomar posse efetiva da região freqüentada pelos flibusteiros.

Motivos ponderosos lhe inspirariam a indicação, que, todavia, não teve imediato acolhimento na metrópole.

Não lhe competiu, de princípio, fixar-se nessa paragem, à vista das ordens terminantes de D. João III, que o incumbiu, em regimento de 17 de dezembro de 1548, de «fazer uma fortaleza e povoação grande e forte em um lugar conveniente para daí se dar favor e ajuda às outras povoações.»

Não lhe concedeu, todavia, autorização de escolha, pois que

«Informado que a Baía de Todos-os-Santos é o lugar mais conveniente da costa do Brasil para se poder fazer a dita povoação e assento, assim pela disposição do pôrto e rios que nela entram como pela bondade, abastança e saúde da terra, e por outros respeitos, hei por meu serviço que na dita Baía se faça a dita povoação e assento.»

Sobejas razões teria El-Rei para assim proceder, ao determinar a fundação da cidade do Salvador, iniciada por Tomé de Souza, com o vigor que lhe garantiu o florescimento.

Ser-lhe-ia relativamente fácil atender da nascente Capital, mais próxima da região nordestina, em que se adensavam as atividades, pedidos de auxílios que recebesse dos donatários em apuros.

Guanabara, porém, ficava desamparada, pela distância, e só apropriado baluarte poderia garantir-lhe a defesa.

Que ajuizava com acêrto, ao sugerir as providências, que não dispunha de recursos para empreender, provou a iniciativa de outra procedência.

Acompanhado de elementos, que lhe deveriam garantir a permanência definitiva em Guanabara, aguerrido cavaleiro de Malta, Nicolas Durand de Villegaignon, aventurou-se a infringir

as proibições lusitanas, para fundar a «France Antartique», nas paragens cuja fama os navegantes, seus conterrâneos, espalhavam.

Sem nenhuma oposição, amistosamente acolhido pelos aborígenes, assenhoreou-se da baía, onde se apressou em construir o forte Coligny, em homenagem ao almirante francês, de quem recebera eficaz auxílio e proteção.

E como se lhe avantajasse o domínio, irradiante da ilha, crismada com o seu nome, sobressaltou-se o govêrno lusitano, que decidiu, então, desalojá-lo das posições conquistadas.

Seria descabido, nesta ligeira referência, pormenorizar os dramáticos episódios da luta empreendida pelo Governador Geral, que afinal triunfou irrestritamente. E quando, na refrega final, conseguiu Mem de Sá arrasar a fortificação perigosa, não a ocupou para início de núcleo nascente, nem manteve a escolha de Estácio de Sá, que plantou os fundamentos da cidade de S. Sebastião do Rio de Janeiro à entrada da barra, de que não lhe permitiram se afastasse as hostilidades dos inimigos, concentrados na ilha ainda atualmente denominada de Villegaignon.

A maior vítima dos combates contra o invasor preferira estacionar na limitada várzea, entre o morro Cara de Cão e o Pão de Açúcar, que assinala a baía de maneira inconfundível.

Dera início às efêmeras construções, que, sem tardança, o tio resolveu, após a vitória, transferir em caráter definitivo, para o morro, sucessivamente denominado do Descanso, Alto da Sé, Alto São Sebastião, S. Januário e, por fim, do Castelo, até desaparecer, levado pelo desmonte hidráulico, para avolumar o atêrro do Calabouço.

Preferiu alcandorar-se no pico, adotando os exemplos de afamadas cidades, que sobranceavam os arredores para mais eficaz segurança contra possíveis assaltantes.

Razões geopolíticas teceram a trama dos conflitos entre os dois imperialismos, até que vencesse o que se julgava mais habilitado.

Afastado o pretendente menos amparado legalmente,urgia tornar inexequível qualquer tentativa de represália, mercê da ocupação duradoura.

A Geografia começou, então, a atuar, com os seus ensinamentos indefectíveis.

Da mão espalmada, pelo conceito de Padereski, os observadores apenas lobrigavam, de bordo, a morraria, arqueada em majestoso anfiteatro, que iriam desbravar.

Os rios, que se apaulavam em lagoas, só mais tarde se desvendariam, à medida que se fôsse ampliando a área habitada.

De princípio, bastaria, para a escassa população, o germe plantado no morro mais próximo às ondas, do qual desceram os moradores que se alinharam, de um lado, pela praia de S. Luzia e do outro, pela rua da Misericórdia.

O seu prolongamento, pela de S. José e rua Direita, atualmente Primeiro de Março, patentearia, nas suas curvaturas, o traçado sinuoso pela praia, em contraste com a nomenclatura.

Significava, todavia, a intenção de ligar, por traço mais próximo do retilíneo, o morro do Castelo, célula mater da cidade, com o de São Bento, também destinado a servir de baluarte, como, ulteriormente, o da Conceição e de Santo Antônio.

Balisaram o centro urbano até a época de D. João VI, quando se intensificou a ocupação dos arredores, onde, outrora, labutavam os lavradores do Engenho Velho, do Engenho Novo, de topônimos indicativos de atividades rurais.

Os esboços de ruas, ainda na parte mais povoada, flanqueavam as aguadas, que se dilatavam pela planície.

As principais tiveram denominação própria, como a lagoa do Boqueirão, alongada entre os morros do Castelo e de Santo Antônio.

Conhecido quadro do pintor José Leandro assinala, no fundo, os Arcos construídos por Gomes Freire, e no primeiro plano, a parte remanescente da lagoa, que o vice-rei D. Luís de Vasconcelos mandou aterrar e substituir pelo Passeio Público, ideado por Mestre Valentim, ao findar o século XVIII.

Entre os morros da Conceição e do Castelo, dilatava-se um dos ramos da lagoa da Sentinela, cujas alagações se estendiam ao Campo de Santana.

Além, alargava-se o Saco de S. Diogo, onde se aprofundou o Canal do Mangue.

Mais próximo à praia, o «Boqueirão da Ajuda, cujo seio compreende o espaço desde a ponta da Misericórdia até o morro de N. S. da Glória», pela informação de Pizarro, ligava-se à lagoa de S. Antônio, que se transformaria em largo da Carioca.

Outras denominações locais ainda aumentariam a toponímia lacustre, que poderia ser simplificada, para designar a amplitude do lençol d'água que, aparente as mais das vezes, ou dissimulado por delgada cobertura superficial, encharcava o solo, especialmente entre as linhas do quadrilátero, cujos vértices os referidos morros assinalavam.

Dai se causaria a sinuosidade das ruas, à procura de monchões mais enxutos, embora se alongasse a caminhada.

Ainda que outros indícios desapareçam, com as reformas urbanísticas exigidas pelo progresso, a rua do Riachuelo, outrora denominada de Mata Cavalos, para não iludir os incautos, serpenteou, em poligonal, pela aba do morro, que lhe proporcionou terreno firme, à orla dos paúis.

O cenário empolgava, sem dúvida, quando lóbrigado de bordo pelos adventícios, que não perceberiam à primeira visada, as dificuldades resultantes da singular geografia, cujos encantos dissimulam obstáculos de vária espécie.

Apenas notariam ser a baía sobremaneira acolhedora, para quaisquer embarcações, em cuja margem encontrariam fartura de águas excelentes e abundância de víveres, fornecidos pelos nativos.

Em tórno, a morraria aformoseava o panorama, com a peculiaridade da sua silhueta, em que a nomenclatura não tardou em apontar, à entrada, o Pão de Açúcar à esquerda, e ao longe, o pico do Corcovado, acompanhado dos que figurariam o Gigante Deitado.

Alguns mergulhavam o sopé nas praias, como o da Urca, do Pasmado, da Viúva, mas outros se afastavam, como o Sumaré e os demais, assim evidenciando que haveria área plana para a ocupação humana.

Aos povoadores competiria verificar a ocorrência dos embaços naturais e forcejar por superá-los.

De comêço, os mais agressivos derivavam das inabitáveis depressões pantanosas, que, de mais a mais, obstavam as articulações entre os pontos imediatamente utilizáveis.

A falta de drenagem, fez-se mister aterrâ-los, com o material proveniente dos morrotes próximos, a exemplo do das Mangueiras, transportado para o Passeio Público.

No primeiro quartel do século atual desapareceu o do Senado, conduzido ao mangue, onde se traçou a Avenida Rodrigues Alves, depois da terminação das Obras do Pôrto.

Mais modernamente, por ocasião do Centenário da Independência, o Castelo serviu para ampliar o chão vizinho ao Calabouço, e o de S. Antônio apenas recentemente foi rasgado ao meio, ficando ainda dois blocos separados pela Avenida Chile.

Destarte, a pouco e pouco se vai transfigurando a geografia da cidade, na zona correspondente à palma da mão, antevista por Paderesky.

A paisagem primitiva sobremaneira se alterou com o aplainamento do terreno, cujos empolamentos mais acessíveis se apli-

cam, escavados, em elevar o fundo pantanoso, aumentando assim, por dois modos, a área propícia às edificações.

Com o decorrer dos tempos, enxugaram-se os brejos e lagoas. Canalizaram-se os rios, que os alimentavam, muitos dos quais desapareceram da superfície, como o da Carioca, depois de coberto.

Abateram-se várias colinas, para que não mais estorvassem as comunicações entre vizinhos, nem a circulação das correntes aéreas.

Maior transfiguração, porém, resultou do seu aproveitamento pelo homem, que sôbre a lamacenta base antiga, alteada por aterros, ergueu os edifícios modernos dos arranha-céus.

Concretizam, pela magnitude do seu volume e significação das atividades a que atendem, a vida intensa, que prova a aclimação dos agentes de progresso à região tropical, contrariando os postulados de mais de um determinista, que a reservara à ocupação de povos de escasso nível cultural.

O surto, à beira da baía de Guanabara, da metrópole brasileira, com os esplendores, que a tornaram afamada entre os visitantes de mais apuradas exigências, contestou as previsões sombrias dos que só admitiam o florescimento de parcelas da humanidade nas regiões afastadas dos trópicos.

Para engrandecê-la, não se pouparam os seus povoadores a empreendimento algum, exigido pelas circunstâncias.

Além da terraplanagem em vastas proporções, que transportou outeiros para os brejos e orla do mar, urgia facilitar a intercomunicação de vários núcleos que os contrafortes separavam.

Varados por meio de túneis, permitiram a ligação de contravertentes, sem que houvesse mister de transpor penosamente a linha de cumiada, nem de contornar, em rodeio alongado, a sua ponta acessível.

Correspondem aos dedos do símbolo paderesquiano, que outrora impediam a passagem direta de um vale ao vizinho, e aos poucos se vão adaptando às exigências do trânsito, depois de trabalhos por vêzes custosos de perfuração. Destarte, o esforço humano gradativamente se aplica em afeiçoar a geografia carioca às solicitações da vida civilizada.

Da era de Mem de Sá em diante, e especialmente depois de D. João VI, a paisagem modificou-se grandemente, pela desmatação dos morros, que se tornaram escalvados, em maioria, apressando a erosão, pela execução de cortes e aterros, que reuniram diversas ilhas em uma só, a exemplo do que sucedeu em tórno

de Fundão, onde se formou terreno para a construção da Universidade do Brasil, ao tempo em que outras se ligavam ao continente por meio de pontes, na ilha do Governador, das Cobras, de Villegaignon, pelas edificações concentradas nas faixas adequadas.

A praia debruou-se de extensas avenidas, mercê dos alargamentos derivados de aterros, do Calabouço a Botafogo, ou de escavações nas rochas dos esporões gnaissicos, onde se tornasse necessário, como pela aba do Morro da Viúva, Urca e além do Leblon.

O aclave, por mais íngreme, que se deparasse, não impediu a ocupação de Santa Tereza, em uma de cujas extremidades Gomes Freire ergueu o viaduto dos Arcos, prova concreta da sua atuação empreendedora e na outra, a primeira estrada elétrica no Brasil ajeitou-se à escarpa do Corcovado, até lhe alcançar o tôpo, onde se ergueu o monumento do Redentor, que se incorporou magnificamente à paisagem, realçando-lhe os encantos.

Nem evitou o povoamento da Tijuca, facilitado pelas estradas, que articularam a planície com o «Alto da Boa Vista», e ainda se ramificaram por mais de um lado e desceram à praia, pela vertente oposta.

A expansão demográfica beneficiou-se com a transferência da sede do Governo, que deixou Salvador, em 1763, para atender melhormente aos imperativos geográficos e políticos.

Equivaliam-se, por certos aspectos, a baía de Todos os Santos e a de Guanabara, ambas acolhedoras e dotadas de requisitos apropriados ao desenvolvimento da região circunjacente.

Mas a missão política, inspiradora da escolha de D. João III, esmorecera gradativamente, em contraste com as solicitações crescentes dos problemas, gerados pelo desenvolvimento social e econômico, da região meridional, onde romperam atritos contínuos, que atentaram contra a unidade do Brasil.

Urgia refreá-los, mais rapidamente possível, e para tanto seria aconselhável a mudança da Capital, como se efetuou há dois séculos.

Não se limitou o Príncipe Regente em homologar, com a sua presença, a trasladação do centro político, mas ainda contribuiu, com empreendimentos, materiais e culturais, para imprimir maior realce à cidade de S. Sebastião do Rio de Janeiro.

Entenderam-se às maravilhas o Príncipe Regente, impellido a contragosto a combater o até a época invicto Napoleão, e a Capital brasileira, desataviada ainda, que lhe proporcionou refúgio seguro e aprazível.

Entre a Quinta da Boa Vista com que o presenteou Elias Lopes, e o palacete de Paquetá, seus recantos prediletos, com espaçadas excursões a Santa Cruz e a outras paragens, decorreu-lhe a fase mais ditosa da existência, que por vontade própria não interromperia.

Aqui herdou a coroa sem restrições, tornando-se rei, de verdade, que não se apressou em regressar à antiga Metrópole embora a visse queixosa da preterição ocorrida.

E quando o fez, mal a seu grado, constrangido pelas circunstâncias, poderia ufanar-se de ter promovido melhoramentos na Capital, que o hospedara afetuosamente, e contribuído para engrandecê-la, de tal maneira que a transfigurara. Dilatada pela Cidade Nova e Botafogo, dotou-a demais a mais, de instituições comprovadoras de seu adiantamento cultural, que não mais esmoreceu, e lhe imprime na atualidade feição peculiarmente sedutora, mercê da aliança da geografia com o trabalho de gerações sucessivas, empenhadas em realçar-lhe os maravilhosos encantos naturais.

GUERRA DO PARAGUAI

Nota — Aqui divulgamos interessantes documentos sôbre a Batalha Naval do Riachuelo, o feito estratégico, que complementado pela batalha de Tuiuti, realizada em 24 de maio do ano seguinte, marcou o início da derrota decisiva de Lopes.

A divulgação desses documentos fazêmo-la em homenagem aos heróis que ali marcaram mais um ponto alto do sentimento patriótico brasileiro. São testemunhas os assinados, um, por Diogo Jorge de Brito o heróico comandante do vapor *Amazonas*, dirigido ao seu chefe, o inolvidável *luso* que se fez, sem hesitações, *brasileiro heróico*; outro, por J. Guilherme Bruce, comandante da *força do exército*, embarcada na esquadra para auxiliá-la e complementar suas operações. Fato que merece ser avivado; pois demonstra que Exército e Marinha (e hoje a Aeronáutica) nada mais são do que *forças nacionais*, organizadas e preparadas para labutas em bem da Pátria, no âmbito do processo evolutivo da civilização humana.

O mapa dos *feridos* e mortos que enfeixa a divulgação aqui feita é homenagem que não podemos olvidar em gratidão aos que então tudo dedicaram aos interesses nacionais.

C. D. R.

«Bordo do Vapor Amazonas no Riachuelo 11 de junho de 1865.

Ilmo. Sr.

Cumpre-me levar ao conhecimento de V. Ex. que, hoje, as 9 h mais ou menos avistavão-se descendo de Corrientes oito vapores rebocando seis chatas, as quaes si conheceraõ serem inimigos, logo que estiveraõ ao alcance de nossa artilharia rompemos

o fogo sobre elles que nos responderão imdiatamente. O navio suspendeo imdiatamente e seguimos rio abaixo, segundo o que V. Exa. me havia ordenado, afim de bater o inimigo, fomos recebidos quando passamos o rioachuelo, por um fogo horrivel de baterias colocadas em terra, das chatas, dos vapôres e de mais de mil homens colocados sobre o barranco armados de fuzil. Obedecendo à ordem de V. E. subi rio acima e fomos abalroando os vapores inimigos, conseguindo inutilizar trez e metter a pique uma das chatas. Esta manobra, penso, fez com que todos os outros vapôres inimigos abandonassem o combate bem assim as gentes que guarnecia as chatas.

V. Ex. foi testemunha ocular do comportamento dos officiaes e mais praças sob meo commando e de tudo quanto se passou a bordo durante o combate. Cumpro tambem o agradavel dever de informar a V. E. que os officiaes e mais praças do exercito destacados a meo bordo nos coadjuvarão grandemente com fusilaria e trabalhando no rodizio devido.

É do meo rigoroso dever informar a V. E. que o 1º Ten. José Hypolito de Menezes que se achava com parte de doente se apresentou na occasião do combate e que igual procedimento teve o imperial marinheiro Leonidas dos Santos.

Junto achará V. E. a relação das praças mortas e feridas, assim como das avarias que soffreo o navio.

Deos Guarde a VE

Ilmo. Exmo. Snr. Chefe de Divisão. Francisco Manoel Be (?)...

Commandante da 2ª Dm. do Rio da Prata.

*Raymundo de Brito
Theotônio*

Mapa dos feridos mortos em combate, por deazastre no combate e abordagem com os Vapores Paraguayos e tiros das baterias de terra no dia 11 de junho de 1865.
Imps. Mars. — Cabo — Ant.º Jardim do Nascimento — 1 — Ferido por balla d'Artilharia na coxa, foi amputada e faleceo 12 horas depois.

— 1.ª Classe — Mel. José dos Santos — 1 — Por balla de fusil na perna

Grumete — João Franc.o — 1 — Idem na mão direita

C.º d'Armada — Grumete — Manoel da Silva — 1 — Leve na cabeça e por estilhaço

FERIDOS	9.º Batalhão de Infantaria	— 1.º Cadete — Braziliano Brandr.ª de Mello Cezar Loureiro	— 1 —	Na barriga, faleceo 24 h depois
		— Fusiveis — Anton.º Gomes Moreira	— 2 —	Leve
		— Joaq.m Candido Olivra. Marques	— 2 —	Idem
		Aspeçada — José Domingues Ribeiro	— 1 —	Grave
		— Mel. João Rodrigues	—	Leve
		— Ant.º da Silva		Idem
		— Mel. Zé do Nascim.º		Idem
		— José Ant.º da Costa		Idem
		— Mel. Atanazio Bispo	14	Grave
		— Luiz Ant.º Rocha		Idem
		— José Ant.º Faria		Idem
		— João Vicente dos Santos		Leve
		— Franc.º Xavier de Mello		Idem
		— Sabino José dos Anjos		Grave
		— João Chrisostomo Frnc.º Resende		Idem
		— Anacleto Zé dos Santos		Leve
		Soma.....	22	
		— Virgulino Zé Antônio de Souza		Leve
		— Manoel Ignacio de Lima		Grave

Mortos em combate	Apito	Guardião	Liandro Gonçalves Govêa	1	
	Imp.al Mar.º	Grumete	João Ferreira da Matta	1	
	C.º d'Armada	Grumete	Joaq.m Antonio	1	
	9.º Bata- lhão	{ Soldados	José Roberto	{	5
			Thomaz José de Sta. Anna		
Mal. Estevão do Nascim.º					
Vicente Ant.º da Costa					
Ant.º José Francisco					
		Soma.....	8		
Mortos em deazstre	Artista	Serralheiro	James Crazier	1	
	Maquina	Camocim	João Criolo	1	
	Ca.º d'Ar- mada	2.º Mar.º	Mel. Bento	1	
		Tn.te	Luiz Neto de Vasconcellos	1	
			Soma.....	4	
TOTAL.....				34	

Bordo do Vapor Amazonas surto abaixo do Rio Achuello 14 de Junho 1865.

Antonio Raymundo de Brito
Com.

2ª Via

Viva Sua Magestade O Imperador

Viva a Nação Brasileira

Exercito em operações ao Paraguay. 9º Brigada.

Parte.

Ao enderessar as partes e relações á que ellas se referem, dos differentes commandantes de Corpos e de contingentes em que se acha dividida a brigada do meu commando destinada a guar-

necer os vasos de guerra em operações e que entrarão na batalha naval dada no «Riachuelo» no domingo da S. S. Trindade 11 do corrente mez de Junho, entre a Esquadra Brasileira composta dos vapôres «Belmonte», «Jequitinhonha», «Amazonas», «Parnahyba», «Araguary», «Beberibe», «Iguatemy», «Mearim», «Ipiranga» e as Fôrças de Paraguay, formadas dos vapôres «Jejuí», «Marquez de Olinda», «Salto», «Paraguary», «Taquary», «Iporá», «Pirabebê» outrora «Ranger», e «Iguerey» ao todo oito vapôres que trazião a reboque seis chatas cada uma com seu rodizio de calibre 80, e cujas balas tinhão 8 3/4 pollegadas de diametro, e uma bateria, prolongada de vinte e tantos canhões de grosso calibre, habilmente collocados na barranca do «Riachuelo», e protegida por atiradores em numero de dous mil, pouco mais ou menos: compre-me em primeiro lugar, felicitar ao Governo pela gloria que alcançarão as armas Imperiaes nessa jornada para sempre memoravel, gloria que projectou o Exmo. Chefe de Divisão, Senr. Francisco Manoel Barrozo, Commandante das Forças nas agoas de Corrientes, quando as 9 horas pela manhã me disse: «o dia d'hoje pode ser de grande gloria para nós, e para a Nação», e com effeito, pouco depois das cinco horas da tarde do dia 11, poderia ella ter sido considerada completa, se o inimigo não tivesse podido contar como de facto contou e sempre conta com a vantagem que offerece a seus navios de 4 a 6 pez de calado, a escassez de agoa para os nossos, e os muitos bancos nessas agoas, que difficultão aos navios da nossa Esquadra, alguns de 11 a 14 pez de caládo, de manobrem conforme exigem as circumstancias, mórmente em occasião de combate, e de que resultou encalhar a corveta Jequitinhonha logo no principio da acção: é do meu dever participar as occurrencias que se derão durante esse renhido combate, afim de inteirar convenientemente as respectivas autoridades, o que passo a fazer pelo modo seguinte: No referido dia 11 de junho, achando-se a Esquadra fundeada em frente da Columna junto de Corrientes, pouco faltava, para nove horas da manhã, quando devíamos almoçar, para uma hora depois ouvirmos missa a bordo, participa de subito o vigia do tope da prôa a bordo da Fragata a vapôr Amazonas onde me acho embarcado com o estado maior da Brigada e quatro companhias incompletas do 9º Batalhão de Infantaria ao qual estão encostadas quatro praças de pret do 7º Batalhão da mesma arma: q̃ vinha descendo de Corrientes um navio a vapôr; pouco cuidado dava essa noticia no momento, por que era todos os dias esperado que descesse o vapôr de guerra Inglez «Doterell» que passara para cima havido muitos dias, com destino a «Asunción»; mas o vigia annunciou a descida de um segundo vapôr, e prosegue declarando que vinhão um 3º um 4º, 5º, 6º, 7º e 8º, todos a vapôr: não podia pois

ser outra senão a esquadra paraguaya que descia, e em lugar de irmos a meza almoçar, toca-se chamada ligeira e todos de bordo occupão seus postos de honra. O dia era lindo. — e vinha descendo pelo canal os oito vapôres com as respectivas bandeiras, guardando entre nossos navios a distancia para menos de tiro de de fusil, trazendo a reboque seis delles, cada um, a sua chata de rodizio e bandeiras, as nossas peças de artilheria postas em bateria, fizerão sem demora sentir ao inimigo, a justa indignação da Nação Brasileira, pelos gratuitos ultrajes que o governo dos paraguayos, para com ella tem praticado; a resposta do inimigo não tardou, apressando elle comtudo a marcha de seus navios que também ião levados pela correnteza do rio que regula mais ou menos quatro milhas, e assim seguião em direcção a barranca do «*Riachuelo*»: tendo os nossos navios logo com a noticia de terem bajado mais de dous vapôres, a signal dado pelo navio Chefe, principiado a suspender seus ferros, e á aquecerem suas respectivas caldeiras que não se achavão até então quentes, para não se desperdiçar a carvão por ser mui pequena a porção que desse genero havia a bordo, visto não terem podido subir de Buenos Ayres, por ventos contrarios, os navios fretados para tal conducção: promptos, porem, em pouco tempo; os navios da Esquadra, fez incontinente o navio chefe signal a Esquadra para seguir e bater do inimigo; ia nessa occasião galhardamente na frente a canhoneira Belmonte que soffreu um fogo terrivel de navios, chatas e bateria do inimigo, ouvindo-se também fogo de fusilaria, e tendo a corveta Beberibe que seguia nas aguas de Belmonte por equivoco, virado para cima a sustentar fogo contra a bateria de terra e os mais navios do prestito brasileiro seguido esse exemplo de Beberibe: A Fragata Amazonas que nessa occasião cobria á retarguarda da Esquadra Brasileira, talvez com o intuito de evitar alguma imprevisita fuga rio acima por detraz das Ilhas, de algum navio inimigo, desceo de prompto em protecção do Belmonte, e então ficamos convencidos de que a Esquadra Paraguaya se animara a deixar Humaitá, e descêra á provocar nossos brios, confiados não só nas seis referidas chatas com suas pontarias, já feitas nos rodizios, mas também na sua bateria de vinte e tantos canhões de grosso calibre, bateria cuja existencia alli era até então por nós ignorada, nem tão pouco tinhamos ideia de que o inimigo tivesse na barranca do «*Riachuelo*» estativas de foguetes á congrêve, e dous mil atiradores que protegião áquellas baterias; e parecia ao descermos e passarmos com o Amazonas a frente dos navios, chatas e baterias do inimigo, pelos projectis que de todos os pontos despejava sobre nós, que toda a sua attenção convergia para metter a pique esse vapor de quem o inimigo mais se temia, porquanto desenvolveo contra nos um fogo horrivel, e tal effeito produzião os tiros que

nos fizerão ao passarmos a barranca do «*Riachuelo*» que podia-se supôr que lhes fôra conferido por algum tempo o poder de Marte para conjurarem todos os elementos de guerra contra nos, ao ponto de experimentar-se alem do mortifero effeito que suas bombas e balas ôcas produzião, uma eletricidade em todo o corpo dos que escapavão, igual a que se sente quando uma pessoa segura no fio de uma maquina electrica, mas ainda mesmo debaixo de tão estranha impressão, tive differentes occasiões de com a espada na mão, alçada, dar vivas à S. M. o Imperador, à Família Imperial, e à Nação Brasileira, que forão sempre com enthusiasmo correspondidos por toda a guarnição, e pelo digno chefe de Divisão que commanda a esquadra, que tambem os entoava. Descendo depois os outros navios da Esquadra Brasileira, e com elles a corvêta Jequitinhonha, teve esta a infelicidade de encalhar sobre um banco acima do «*Riachuelo*», ao alcance da artilharia inimiga, e ficando uns navios da Esquadra lutando com differentes vapôres inimigos, tratarão outros de safar a corvêta encalhada, e o Exmo. Senr. Chefe de Divisão Commandante Barrozo tomou a resolução de tentar metter a pique os vapôres do inimigo, e ordenando-me de dispôr a tropa para defender a bordagem, investe a prôa do Amazonas no costado do primeiro, que a nós se vem dirigindo, de nome «Jejuí» o qual foi com effeito a pique; ordena-me pouco depois de ter a tropa prompta para defender a bordagem de outro vapôr que era o «Marquez de Olinda» com o qual teve o Exmo. Senr. Chefe de Divisão igual proceder, de que resultou avaria tal no vapôr e maquina; que virando quasi, foi-se enchendo d'agua, cahindo na occasião o ferro, ficou em miseravel estado fundeado; atira nos depois uma das châtas um tiro de rodizio, a qual depois de se lhe atirar dous tiros de bala rasa de calibre 68, foi tambem mettida a pique; mandei disparar um tiro de bom bordo sobre o vapôr inimigo «Paraguay» que por fim encalhou na nossa vista perto da Ilha do Châco, para onde então saltarão uns sessenta paraguayos que desse vapôr se puderão salvar, sendo elles entretanto metralhados mesmo em terra por um tiro de peça de um outro dos vapôres da Esquadra; recebi nova ordem do Exmo. Senr. Chefe da Divisão Commandante, para ter a gente prompta para defender outra bordagem, por dirigir-se nessa occasião o «Amazonas» á outro vapôr que depois se reconheceo ser «o Salto» no costado do qual metteo o Amazonas a prôa, de que resultou ficar tambem esse vapor inimigo destruido a ponto tal. que, embora ficasse fluctuando sobre as aguas logo depois do conflicto, ia se enchendo de agoa de sorte que mais hora menos hora, devia ir a pique. Em seguida fez o Amazonas tiros de balas razas e do rodizio da raiada da pôpa sobre outras châtas, o que obrigou as guarnições dessas châtas

de encostarem-as, perto da terra e procurarem salvar-se deitando-se ao mar, para a nado ganharem a terra o que alguns lograrão. Depois mandou o Exmo. Senr. Chefe Barrozo que fossem arreadas as bandeiras das châtas, e que estas fossem encostadas cada uma á um navio da Esquadra, como na mesma noite o forão; os quatro restantes vapôres do inimigo, vendo a sorte que lhes aguardava, se, se demorassem depois de tentarem bordagem nos outros vapôres brasileiros que todavia os repellirão deixando os com muitas avarias: tomarão o expediente de fugirem rio acima para Humaitá; por outros navios da Esquadra forão recolhidos por estarem feridos gravemente o commandante do vapôr «Marquez de Olinda» de nome Robles irmão de outro que se acha a testa do exercito em Corrientes, e o commandante do vapôr «Salto», o qual se acha com o seu Filho em tratamento na canhoneira Parnahyba, são essas as occurrencias mais salientes que se derão conforme as differentes partes recebidas embora com alguma demora, accredito na mais boa-fé, que os officiaes e praças de pret da Brigada a meu mando, em guarnição nos navios da Esquadra se portarão com o valôr e bravura com que soe combater o Soldado Brasileiro, os que estiverão a bordo do Amazonas se portarão bem, de que fui testemunha ocular por ter eu durante todo o combate assistido em cima da tolda, dirigindo-me dos logares onde o serviço Nacional e Imperial podia exigir minha presença, ora a pôpa ou convez, e óra a prôa, afim de segundar a acção do distincto Commandante das Divisões o Exmo. Sr. Chefe de Divisão Barrozo que durante o combate em companhia do brioso commandante do Amazonas o Senr. Capitão de Fragata Theotônio Raimundo de Britto sempre se conservarão sobre o passadiço do vapor em linha com o bravo pratico Bernardino; e se algum official ou outra praça da Brigada, por acaso não satisfez a tudo, como fosse para desejar, foi naturalmente porque, pouco acostumados ao serviço de bordo em tempos ordinarios, estavam durante o combate em peores circumstancias, por estarem como praças do exercito, fora do seu elemento; tivemos entretanto de lamentar a morte de 38 trinta e oito praças, em cujo numero entrão o distincto Capitão do 9º Batalhão de infantaria Pedro Affonso Ferreira, e o corajoso Tenente desse mesmo Batalhão Feliciano Ignacio d'Andrade Maia, que a bordo do vapôr Parnahyba tiverão de lutar a ferro frio com os Paraguayos que já tinham abordado áquella canhoneira e arreado a bandeira depois de terem morto o Guarda Marinha Greenholts que com energia a defenda, e tiverão aquelles officiaes de succumbirem heroicamente como verdadeiros defensores da patria, em companhia de outros seus camaradas; mas nem por isso deixarão os paraguayos de pagarem caro a ousadia que tiverão de pizar sobre a pôpa da Parnahyba porque é constante que outros

officiaes, cadetes e officiaes inferiores e praças de pret do mesmo 9º Batalhão, com a marinagem de bordo, portarão-se dignamente e deixarão estendidos sobre o convez da canhoneira, trinta e tantos desses inimigos ; setenta e seis forão os feridos, dos quaes alguns já tem fallecido, e outros bem como os de ferimentos leves, se achão em tratamento nas cobertas a bordo dos vapôres, alem de dez extraviados porque dous dos doze que faltavão, forão recolhidos a bordo do Amazonas, durante o combate mesmo poderão salvar-se, vindo elles boiando rio abaixo, agarrados á um pao : ficando assim fóra do combate da brigada que commando, cento e vinte quatro praças, alem de numero talvez ainda maior da Armada. Para melhor poder-se avaliar o serviço feito, remetto os originaes de seis partes dos commandantes dos corpos e Contingentes acompanhadas de doze relações nominaes dos officiaes e mais praças que assistirão ao combate do «*Riachuelo*» no dia 11 do corrente mez de junho; e alem de relações parciaes, vai em resumo uma relação dos mortos e feridos, outra dos extraviados, bem como uma relação que contem resumidamente os postos e nomes dos officiaes dos corpos da Brigada que assistirão ao combate, com declaração dos navios em que se achavão durante a acção, e outra igualmente resumida dos Cadetes e Officiaes Inferiores que tambem a elle assistirão, visto como officiaes e praças de pret houverão, que deixarão de assistir, uns por estarem enfermos nas cobertas dos navios, outros por terem sido remettidos ao Hospital de Buenos Ayres por precisarem um tratamento e clima que não se offerecem a bordo, e outros finalmente por se acharem embarcados nas Canhoneiras Itajahy e Ivahy que forão em commissão para coadjuvar ao Exmo. Senr. General Painero na descida da força Argentina até a Esquina.

Comando da 9ª Brigada do Exercito a bordo da Fragata a vapôr Amazonas fundeada no chimbolar no rio Paraná aos 26 de junho de 1865.

João Guilherme de Bruce
Coronel Comm.te da Brigada.

GUERRA DO PARAGUAI

Nota — Os documentos aqui divulgados registram fatos concernentes ao período da luta contra Lopes que antecede, de cerca de um ano, a tomada de Humaitá, pelas forças aliadas sob o comando de Caxias. Informam-nos, além dos métodos usados na busca de informações sobre o inimigo e ocorrências interessantes nos embates desse período, sobre o que então estava se passando no interior do Paraguai. Informam-nos, ainda, sobre a *maneira de Comandar de Lopes*. É mais um testemunho, em suma, aqui divulgado, referente à fase histórica da bacia do Prata, a qual tem sido judiciosamente classificada por historiadores, como Tasso Fragoso, de «o término da era colonial.»

C. D. R.

Comando da 2.^a Grande Divisão da Esquadra em Operações Contra o Governo do Paraguay a Bordo do Vapor Princeza no Curuzú. 28 de Setembro de 1867.

(Oito horas da manhã)

Ilmo. e Exmo. Senr.

Na noite de 26 ordenei ao Senr. Commandante da 2.^a Divisão, que fosse na Canhoneira Iguatemy até a ponta de Curupaity, afim de surpreender o piquete que se acha no matto e costuma fazer fogo para o escaler da ronda, e às 9 horas e 50 minutos subio ella até alli, descarregando a artilharia carregada com metralha, e dando uma descarga de fusilaria, para o lugar do piquete, descendo com a água, em quanto se carregavão as peças então com bombas, e subindo novamente, procedeo de igual modo d'esta vez e mais uma terceira, descobrindo a bateria inimiga, que não dêo um só tiro. As 11 h e 20 cessou o fogo, voltando ella a sua amarração.

Pouco antes de uma hora da madrugada, uma chalana atravessava do Chaco para Curupaity, porem sendo vista pelo escaler da ronda, atirou sobre ella que recuou.

Durante a noite não se percebeo movimento algum extraordinario do inimigo.

Aprezentou-se o Capitão do 20.^o Corpo Provisorio de Cavallaria José Pedrozo de Moraes Netto, com 20 praças do mesmo Corpo, enviadas por S. Ex.^a, o Senr. Marechal Marquez de Caxias, para serem empregadas no Chaco, no serviço de transporte para essa grande Divisão.

Illmo. Exmo. Sr. Conselheiro Joaquim Jose Ignacio

Vice Almir.e Com.te em Chefe da Esquadra.

Não houve novidade alguma durante a noite.

Aproveito a occasião para annexar a este o depoimento aqui feito ao paraguayado passado no Chaco Mariano Gonçalves, no dia 26 do corrente, que V. Ex.^a para cá remetteo.

Deos Guarde a V. Ex.^a.

Elizario Antonio dos Santos

Chefe do Estado M.or da 2.^a g.^a Divi.ão

Aos vinte e seis dias do mez de Setembro do Anno do Nascimento de Nosso Senhor Jesus Christo de mil oitocentos e sessenta e sete, a bordo do Vapor Princeza de Joinville surto em frente ao Curuzú, no Rio Paraguay, perante o Senr. Capitão Tenente Francisco Freire de Borja Salema Garção, Commandante do referido Vapor, e eu Escrivão que escrevi o presente interrogatorio, compareceo o Paraguayado passado a quem lhe forão feitas as seguintes perguntas. Perguntado como se chama; d'onde era natural; idade e a que Força pertencia, respondeo; chamar-se Mariano Gonsales; natural de Itaguá na Republica do Paraguay; ter vinte seis annos de idade e ã pertencia à guarnição do Vapor «Taguary» ha um mez e vinte e dous dias; ã antes de ir para bordo do Taguary esteve em Humaytá de guarnição, um anno e tanto, traballhando nas trinxeras, zangas contra zangas e poços, e na condução de galhos, para serem estagnadas entre a trinxeira principal e contra zanga; perguntado que rasões teve para desertar, respondeo que pelas grandes desgraças que soffria; pela falta de vestuário e comida, e por ter ferido, em uma orelha, ao Sargento Venancio Bôa: com um facão, de cortar matto, que elle tirára do cinturão do referido sargento, que o queria castigar; Que o Sargento Venancio andava de richa com elle, por causa do trabalho e, ultimamente, por que elle comprou, primeiro que o Sargento, um pouco a Chipa (pão fabricado de polvilho) a uma *Senhorita*; que nesse dia, tendo o Sargento lhe dado uma *bofetada*, foi então que o feriu na orelha; que depois que elle ferira o Sargento, fôra prêzo para o Cêpo, na prôa do referido

Vapor «Taguary» e que d'ali fugio, às tres horas da Madrugada, na occasião em que dormia a sentinella «*que estava dormindo*, digo, que estava na prôa; Que com o «poncho» e um pau, *fingiu* um «vulto» para deixar no cêpo em seu lugar, e deitou-se ao rio; que veio rio abaixo, «*de boca para cima*, passando em frente das Battarias, e das *trinta e quatro* canoas que sustentão as tres correntes, que atravessão o rio, desde Humaytá ao Chaco; que um pouco abaixo do lugar das cadeias, quaze que se afogou, em uns grandes remansos, que faz o Rio, e já quazi sem forças chegou ao Chaco; que ahi, morto de fome e frio, como poude, procurou metter-se no matto, e foi então em direcção aos navios; que chegou ali, ao mesmo tempo, que também chegavaõ às praças da Esquadra, que vaõ cortar lenha; que se encontrando com um Cabo de Esquadra, e este lhe perguntando se era Paraguayo lhe deu a mão e o conduziu para o Escaler: perguntava o que sabe das fortificações de Humaytá, respondeu: que todo o Acampamento está feichado por uma trincheira, de tres varas de largura; que depois da trincheira ha grandes cercas de *troncos & galhos* de arvores, entrelaçados, e na extensão de tôda a trincheira; que depois destas cêrcas, segue-se uma outra grande zanga, ou valla, de duas varas de largura, e uma e meia vara de fundo, e que esta valla está com água que dá até aos peitos de um homem; que depois desta valla, ou zanga, seguem-se pôços de tres palmos de largura, de fôrma circular, tendo o seo diametro um pé; que estes pôços estão distantes, um de outros, também um pé, ficando uns com outros cruzados do modo que a trincheira prin-



cipal tem uma abertura na direcção de Tuyuty; outra na direcção da Vila do Pilar, e outra feita, depois que os Alliados vieraõ para Tuyucué, e que sendo na Costa do Rio, serve para dar entrada ao Gado, para dentro de Humaytá; que na abertura, ou portaõ, que está na direcção de Tuyuty, tem duas peças de calibre 68, uma à direita e outra à esquerda, e que pelo resto da trincheira tem espalhada artilharia volante, de doze, e algumas peças de 24 e 32 fixas; que esta artilharia tem diferentes distancias, entre si; desde meia quadra (75 varas) até uma e meia quadra; que a parte da trincheira, comprehendida entre o rio e abertura, em direcção ao Pilar, não tem artilharia. Perguntado, que forças tem em Humaytá respondeo: que tem tres batalhões, tendo cada Batalhaõ quatrocentas praças, pouco mais; que o Coronel Além é o Commandante Geral, e o de artilharia o Com-

mandante Leguisamon, não sabendo elle, que numero de artilheiros, que ali estão de guarnição; que fóra das trincheiras ha dous regimentos de cavallaria; que essa cavallaria entra e sahe para fora das trincheiras, pelo unico caminho que ha na Costa do Rio Paraguay.

Perguntado, que serviço faz o Vapôr Taquary; se está armado, e onde estava elle declarante, quando chegarão os Encouraçados a Humaytá, respondeo: que o Taquary está armado com 4 peças, de calibre 16 e 24; que anda navegando entre Humaytá e a Assumpção para trazer munições de boca e de guerra; que elle estava na Capital, a bordo do dito Vapôr, quando chegarão em frente a Humaytá os Encouraçados. Perguntado, se a Esquadra tem feito grandes estragos nas fortificações, quartéis e depositos de Humaytá, respondeo: que tem feito estragos nas officinas de ferreiro, carpinteiro, Serralheiro etc; no commissariado, onde havia, milho, feijão, assucar, tabaco, sal, herva matte também fêz avarias, e tiverão que mudar os viveres, para *detráz da Igreja de Humaytá*; que todos os quartéis e cazas estão abandonadas; que a caza-matta, ou «Battaria de Londres» tem pequenos estragos; que em frente à «Battaria de Londres» há 13 torpedos, e que ali ouviu dizer, que tinhaõ desaparecido nove; que elle não sabe, se os torpedos teem fios para terra, ou não. Perguntado, que artilharia existe em Humaytá, respondeo: que só existem 4 peças de 68, e uma de 120; que na battaria «Londres» não ha peça nenhuma; que as cinco de que trata, estão à esquerda da casa-matta — 2 de 68; na direcção da Ponta da ilha 2 de 68, e proximo da corrente, ou cadeia, a de 120; que do lado do Chaco, ha oitenta homens guardando o lugar onde estão prezas as correntes, que elle não sabe, como estão seguras ali, só sabe, que em Humaytá ha um molinete e cada corrente tem tres estacas, onde estão fixas. Perguntado, se tem feito, poços, ou lugares, para se livrarem dos bombardeios da Esquadra, respondeo: que sim; que fazem com a «dôbes» grandes paredões, onde se occultão, e que quazi tudo se tem abrigado nas mattas, que ficaõ por detráz da Igreja; que ali estão abrigadas todas as mulheres; que as munições de guerra, estão à rectaguarda das battarias, e em subterraneos. Perguntado, onde está Lopes, Resquien e Barrios, respondeo: que em «Passo Pucú», e que ha muito tempo não veem a Humaytá. Perguntado, se sabia haver algum ataque preparado, para às forcas nossas que estão no Chaco; respondeo que agora já não se fallava nisso, porque, quando Lopes tinha dous batalhões de infantaria promptos, para vir atacar tive denuncia, por um soldado jovem, que todos se passariaõ para os Brasileiros; que entãõ Lopes mandou fusilar ao Commandante da expedição, que era o

1º Tenente Mendes, e prendeo ao 2º Commandante, Tenente Valentin Rolon; perguntado se havia muitas doenças em toda a Republica; respondeu: que nos Acampamentos é que havia uma «*Peste*», que elle não sabe o nome, que dá com caimbras, e em 24 horas morre-se; que por toda a parte, ha doentes e hospitaes; que ha tratamento dos enfermos; que ha dous cirurgiões, que *fallaõ em inglez*. Perguntado, se havia algum Prisioneiro, ou Brasileiro em Humaytá, e que tratamento se lhe dava; respondeo: — que em Humaytá não ha prêzos brasileiros; que os sete prisioneiros, de Curupayty, que ali estão, fazem o serviço do *Estado Maior*; que os outros prisioneiros tambem de Curupaity, e de outros ataques, estão todos em Assumpção, *ganhando a sua vida*, e trabalhando, por sua conta; que ali não ha trabalhadores, senão brasileiros, que não eraõ obrigados a serviço militar; que em Humaytá, os unicos prezos que há, são os Argentinos e Orientaes, que estavaõ Comerciando na Assumpção, o que depois de declarada a guerra, vieraõ para ali, escoltados, e não podem sahir mas que não estão em cadeia; perguntado, o que sabia do movimento dos Alliados; — respondeo —: que na Assumpção soube que os Brasileiros tinhaõ estado no Pilar, e tinhaõ derrotado uma força que ali estava, e que tres *chalanas* (Canôas) que vinhaõ com gente, tambem foraõ todos derrotados. Perguntado que numero de soldados contava o Exercito; qual a idéia que faziaõ da solução da guerra, e se haviaõ muitos recursos, de gado, munições de boca e de guerra, respondeu: que tem ouvido dizer, que o Exercito poderá ter dezoito mil homens; que a idéia que todos formaõ, é que a guerra não se acaba, por Lopes; que ha alguns, que estaraõ até ao fim; porém, que parte do Exercito está desanimado; que Lopes não deixa de fazer crêr às tropas «*que os aliados os querem escravisar*, e que elle é que nada lhes dara no fim da guerra, ha de destinar metade dos rendimentos da Alfandega, para pagamento ao Exercito, que o está ajudando; que ha muito pouco gado e que pouco podem mandar buscar, porque os aliados já vaõ *obstando* os movimentos, porque estreitaõ a linha de fortificações; que agora só podem receber gado, do «*potrero*» que Lopes formou, abaixo da Villa do Pilar; que há feijaõ, milho, pó de mandioca, ou bollos de mandiôcas (tipiraty), e que destes viveres, Lopes não dá a ninguem, por ser deposito que fáz; que carne dá todos os dias, uma vez, para 150 homens; erva de quinze em quinze dias; e fumo de mez em mez; que ha grande rigôr nos castigos, e estes se fazem por qualquer delicto, sendo feitos com varas; que todos são obrigados a falar aos Cabos e Sargentos com muito respeito e disendo-lhe «*Mi Señor Sargento*»; perguntado, onde estava Maga-me Linck — respondeu, que na Capital, e o Bispo no Passo

«Pucú», perguntado, quantos vapores tem Lopes, fazendo a carreira entre o Humaytá e a Capital — respondeo — : que tem quatro vapôres; que são: «Taquary», «Paraná», «Olimpio» e «25 de Maio»; que os outros vapores são: o «Pirapebê» e «Iguerey», que estão de guarda no Rio, acima do Tibicuary; que em Corubá estão o «Salto de Guiráz» e «Anhambahy»; que os outros vapôres. Lopes os metteo á pique, em Curupaity, quando se apresentou a Esquadra no Rio Paraguay; que só o «Taquary», «Iguruy» e «25 de Maio» é que tem peças. Perguntado se sabia, onde se faziaõ os torpedos, e quantos haviaõ respondeo que si faziaõ na Capital, no Arsenal; — que em Humaytá, no deposito de carvão que existe, por detráz da Igreja, ha como 20 a 30 torpedos promptos; que Lopes, tem grande confiança nos torpedos e nas cadeias de Humaytá.

E nada mais disse e nem lhe foi perguntado, e achando conforme assignou commigo Escrivão, o referido Paraguay e o Snr. Commandante.

Bordo do Vapor Princeza de Joinville surto em frente ão Curuzú no Rio Paraguay, era supra.

Fran.co Freire de Borja Salema Garção

O Exmo. Cap.

Fran.co M.el Bittencourt

Mariano Gonsalez.

ASPECTOS PECULIARES ÀS ATIVIDADES DA MARINHA NA GUERRA DO PARAGUAI

Nota — Os documentos aqui divulgados registram aspectos da ação naval na guerra contra Lopes, na fase que corresponde à tomada de Humaitá, que ocorreu em 5 de agosto de 1868.

Mostram pormenores interessantes das ocorrências da luta, desde então decisivamente levada a seu termo, nos quais se vêem, de um lado, a tenacidade do adversário; de outro, a arrojada bravura e capacidade de ação nesse período da luta, que demarcou o surto de *uma nova era* de nossas forças militares, na vida da *bacia do Prata*.

C. D. R.

N. 27. Commando da Divisão Avançada da Esquadra. Bordo do encouraçado Bahia no Taji 26 de Julho de 1868.

Ilmo. e Exmo. Snr.

Tenho a honra de apresentar á V. Exa. o victorioso resultado da árdua commissão que venho de cumprir pelo rio Paraguay acima, á quem e além da fôz do Tibiquary, conforme as circumstancias difficeis m'o permittirão e em harmonia com as instrucções que de S. Exa. o Señr Marquez de Caxias recebi.

Com uma Divisão forte dos trez encouraçados «Bahia», Silvado e Barrozo e os monitores Piauihy, Alagoas e Rio Grande, illuminado pela Providencia Divina e confiando no alto valôr da nossa intrepida officialidade e aguerridas guarnições, preparei-me para ir sobre a mais formidavel fortaleza em que actualmente se abriga o despotico e sanguinario inimigo, depois de abandonar os seus famosos baluartes soffrendo derrotas successivas.

No dia 21 do corrente, às 3 horas da tarde, deixando em frente ao nosso acampamento do Chaco os encouraçados Cabral e Tamandaré e monitor Pará com ordens de bombardear a bateria

Ilmo. e Exmo. Senr. Vice Almirante Visconde de Inhaúma — Comandante em Chefe da Esquadra em operações.

Documentos Navais.

A Guerra do Paraguai, 1868 — L. 24 — I H G B.

e acampamento do inimigo existentes abaixo do Guaycurú e também repellir qualquer aggressão que intentasse o inimigo sobre nossas forças do Chaco, segui rio acima no Bahia com Silvado e os Monitores Piahy e Alagoas metralhando sempre os pontos fortificados do inimigo que fez alguns tiros de artilharia sobre os navios. As 4 horas da tarde fundeámos em frente á bateria do Timbó, e sobre ella immediatamente fiz romper um forte e activo bombardeamento até as 7 e meia horas da noite, momento em que suspendi levando atracados por E B os monitores Piahy e Alagôas este com o Bahia e aquelle com o Silvado, e assim forçou-se a bateria de Timbó, que não causou-nos avaria alguma, com quanto fizesse fogo um pouco activo sobre os navios, empregando o conhecido estratagemas de immensas fogueiras do lado opposto á bateria, com o fim de clarear os navios logo que se approximaão.

Persuado-me que o inimigo vai enfraquecendo pelo lado do rio essa posição, e talvez tornar-se forte em frente ao nosso acampamento do Chaco, ponto esse de honra para as forças alliadas e de vida ou morte para Humaitá.

Em consequencia da escuridão da noite, dei fundo com a Divisão às 9 horas à vista do Taji, e às 6 horas da manhã, do dia seguinte suspendemos e ancorámos em frente ao nosso reducto do Taji, onde demorei-me algumas horas em quanto os navios se abasteciaão sufficientemente de lenha.

As 2 horas da tarde suspendi com toda a Divisão inclusive o Barroso e Rio Grande e tornando-se a noite tenebrosa e ameaçando mão tempo abriguei-me no Pilár onde passou-se a noite, e ao amanhecer do dia 23 prosseguimos em nossa jornada sem embaraço e nem mesmo hostilidade alguma do inimigo, e às 3 horas da tarde fundeamos ao alcance dos canhões que defendem afós do Tibiquary e o passo do rio Paraguay em frente à S. Fernando, cujos acampamentos e intrincheiramentos foraão bombardeados pelos navios, tendo o inimigo respondido ao nosso feço com morteiro e grossa artilharia da primeira bateria estabelecida na península formada pelos rios Paraguay e Tibiquary. Essa bateria monta onze bocas de fogo de grosso calibre inclusive uma de 32 rayada. A segunda bateria que é separada da primeira por uma esplanada desarmada distante da primeira duas amarras pouco mais ou menos, em frente á ponta do Chaco apresentando a configuração de um reducto monta quatro peças sendo a de maior calibre de 68. Essas duas baterias fazendo fogos convergentes e á queima-buxa, a noticia da existência de uma grossa corrente passada transversalmente de uma margem á outra, o canal estreito e tortuoso e cheio de torpedos conforme asseguraão os pasados e prisioneiros inclusive o Sargento Assencio Pereira que

fez parte da abordagem do «Barrozo», eraõ os obstaculos que me informaraõ existir, e que talvez não tenhaõ produzido os seos terriveis effeitos por causa da enchente do rio. Convindo á todo o transe desmoralisar e destruir o novo baluarte em que ardilosamente se mettêo o dictador do Paraguay e parte de seos soldados, entendi fazer essa operaçaõ em pleno dia, e, graças à Divina Providencia, conseguiu-se um bello triumpho que não nos foi incruento, porém de alta importancia e effeitos reaes para as novas operações.

Convencido das grandes difficuldades e perigo imensos na passagem dos navios determinei attendendo ás qualidades nauticas e de guerra, que o Barroso, Rio Grande e Piahy ficassem abaixo do Tibiquary, bombardeando as baterias inimigas, em quanto o Bahia com o monitor Alagõas atracado por B B e o Silvado tentassem transpôr o passo; devendo o Silvado navegar em distancia regular de modo que não embaraçasse o Bahia se por ventura tivesse de retroceder encontrando obstaculos insuperaveis e bem assim dar auxilio à qualquer dos dous em algum momento critico.

Às 9 horas da manhã do dia 24 suspenderaõ todos os navios, e cada um tomando as posições determinadas, avançou o Bahia com o monitor atracado e em seguida o Silvado.

Ao investir o canal o Bahia á toda força, rompêo o inimigo sobre elle com todos os seos canhões fogos crusados e convergentes, e não encontrou-se resistencia alguma submarina opposta por correntes ou torpedos, verificando-se apenas a existencia de duas formidaveis estacas plantadas em um parcel do lado do Chaco.

O Bahia, apesar de martelado pelas horriveis e certeiras descargas que furiosamente despejava o inimigo, jogando projectis que supponho alguns de aço, transpôz o passo com a mesma felicidade com que fizera em Curupaity e Humaitá, acontecendo igualmente ao imponente Silvado que galhardamente com suas torres metralhava as guarnições das peças inimigas. Transposto o passo ás 10 horas, continuou-se a navegar e immediatamente descortinou-se todo o acampamento de S. Fernando que foi bombardeado energicamente.

Constando-me pelo Sargento Paraguay, prisioneiro, Assencio Pereira, que os vapores Paraguayos costumavaõ abrigar-se no Arroyo «Recôdo»; dirigi-me para ali, e com effeito avistei em grande distancia através da matta espessa as chaminés de dous vapores que pareceraõ-me ser dos menores que ainda restaõ ao Paraguay.

Immediatamente este encouraçado seguio a collocar-se na embocadura de cima da referida lagõa ou arroyo, e o Silvado na de

baixo e protegendo o monitor Alagôas que pretendia faser entrar na lagoa com quanto nenhum dos trez praticos a conhecesse e todas as informações que me dava o Sargento Pereira eraõ de nenhuma probabilidade do monitor penetrar na lagôa porquanto tinha de atravessar um estreito, sinuoso e extenso canal, além de tudo desconhecido : essa circumstancia poderosa fêz-me desistir da ideia do monitor e desapareceo-me completamente com as avarias que se deraõ na machina do mesmo monitor que mandei fundear sob a protecção do Silvado enquanto as reparava, o que conseguiu-se, graças á pericia do habil 1º Machinista do Silvado.

Envolvido em uma série de difficuldades naturaes pela falta absoluta de conhecimento da topographia do terreno e de que bastante se tem prevalecido nesta guerra o nosso inimigo limitei-me a hostilisar com artilharia os dous vapores que se achavaõ à grande distancia, e à sombra da matta ainda procuravaõ inter-nar-se pelas lagôas e escapar-se dos nossos tiros que bastante mal lhes devem provavelmente ter causado apesar de garantidos pela vantajosa e inaccessible posição a qual não permitio dar o mesmo destino que tiveraõ o Iguray e o Taquary, que depois da passagem de Humaitá, metterãõ-se em lagoas e finalmente foraõ sorprendidos e postos á pique pelos navios Barroso e Bahia.

O Alagôas e Silvado prosseguiraõ com actividade no bombar-deio sobre o grande acampamento e extenço intrincheiramento que o inimigo vai desde já preparando para unir com os de Tibiquary.

Continuei no Bahia a navegação até acima de Herradura fazendo as observações e explorações convenientes em ambas as margens do rio, onde taõ somente vio-se muito gado disperso, palhoças e piquetes. As 3 e meia desci e reunidos os tres navios, determinei que o Alagôas atracasse á este navio pelo lado opposto ás baterias e resolvi novamente forçal-as agoas abaixo, com as mesmas disposições e ordens que havia prescripto para a subida. As 4 horas da tarde assignalei ao Silvado suspender fasendo o mesmo o Bahia. O vento estava bastante fresco, as agoas bem agitadas, e navegando-se á todo o vapor, investio o Bahia com o monitor atracado, sob a direcção do bravo e prestimoso pratico 2º Tenente Luiz Rappeto que em seõ posto de honra em frente ás baterias inimigas, foi arrebatado por uma bala e não lhe foi dado sobreviver á gloriosa jornada que em menos de vinte minutos acabavamos de concluir,

Essa desastrosa contrariedade entorpecêo a acção do leme que não pode mais funcionar em consequencia da acanhada casa mata do leme ter ficado incapaz de nella rapidamente trabalhar-se sem remover-se os feridos, cadaveres do pratico e um homem do leme que de envolta com uma alluviaõ de estilhaços de páo e ferro, a entulhavaõ.

Immediatamente determinei ao pratico do Alagôas, o valente velho Picardo, que dirigisse a praticagem com o auxilio das duas machinas, visto como me participava o bravo e calmo Commandante Hoonholtz que o leme não podia promptamente funcionar.

Entretanto o Bahia com o Alagoas affrontando a furia do inimigo apesar do máo governo, por meio das duas hélices transpuserão as baterias que incessantemente arremessavaõ á queima buxa balas certeiras que produziraõ depressões e mossas profundas que inspiraõ sérios cuidados. O Silvado navegando pela pôpa do Bahia zombando dos projectis do inimigo que se deflagravaõ em suas couraças transpôs tambem facil e rapidamente o passo, e ás 4 horas e 45 minutos fundearaõ o Bahia, Silvado e Alagôas nas posições primitivas em que havia deixado o Barroso e os outros monitores. Determinei que se proseguisse toda a noite activamente no bombardeio sobre o inimigo, que já humilhado e abatido, vendo que a marinha Imperial tem vencido seos maiores obstaculos e acabava de transpôr sêo ultimo baluarte.

A perda nimiamente sensivel do insigne e valente Pratico 2º Tenente Luiz Rappeto que com admirável dedicação e grandes esforços servio sempre nesta guerra, jamais poderá ser esquecida pela Marinha Imperial e deixa nesta Divisaõ um vácuo bem difficil de ser preenchido.

Além da morte do pratico teve este navio um marinheiro morto e outro gravemente ferido, victimas todos da mesma bala que se despedaçou na aresta da casamata do leme.

No Silvado foraõ feridos levemente o Commandante Capitão de Mar e Guerra Garcindo, o 1º Tenente Alves de Barros, o Mestre, um Guardião e dous Imperiais Marinheiros e mais um morto todos por estilhaços de bala.

As avarias no material mais importantes tanto do Silvado como do Bahia deraõ-se nas couraças acima do lume d'agôa sendo algumas chapas deste navio perfuradas.

O Alagôas teve tambem algumas avarias assim como o Piahy na torre e couraças.

Com minuciosidade vaõ explicadas as occurrencias que se deraõ nos navios pelas partes dos respectivos Commandantes que transmitto á V. Exa. bem como os mappas das munições despendidas nesta commissão.

Se na exposiçaõ que acabo de faser á V. Exa. da gloriosa jornada, referi os momentos emminantemente criticos em que se achavaõ os navios especialmente este, cumpre-me tambem patentear os nomes d'aquelles que pela sua dedicação e valôr saõ dignos dos maiores encomios.

O Commandante deste encouraçado, o bravo e illustrado Capitão Tenente Antonio Luiz von Hoonholtz, que apesar do sêo

constante mão estado de saúde, tem continuado a commandar este navio em suas successivas commissões arriscadas, com a maior abnegação, pericia, dedicação e valôr de que ainda uma vêz revelou debaixo de vivo fogo do inimigo nas situações criticas em que se achou este navio, forçando as baterias do Tibiquary, é por tanto digno da concideração do Governo Imperial e dos mais elevados elogios.

Faço tambem justiça recommendando á V. Exa. com muita especialidade o mêm Secretario e Ajudante d'Ordens 1º Tenente Pedro Pinto da Veiga, pelo bello procedimento que teve na occasião mais critica porque passou este navio perdendo o pratico e governo debaixo de muito vivo fogo das baterias inimigas, conservando-se em cima da tolda exposto e transmittindo as minhas ordens com toda a calma e actividade.

Ao Capitaõ de Mar e Guerra Aurelio Garcindo Fernandes de Sá, Commandante do Silvado, cabe as mais bellas homenagens pela bravura e pericia com que cumprio a commisaõ de que foi incumbido tornando-se merecedor dos mais distintos elogios, bem como o Capitaõ Tenente Joaquim Antonio Cordovil Maurity, Commandante do Alagõas, pela sua constante dedicação e valôr em seos assignalados serviços na passagem das baterias.

Os relevantes serviços que com calma e valôr prestaraõ coadjuvando efficazmente a passagem dos navios os bravos Commandantes Capitaõ Tenente Eduardo Wandenkolk, do monitor Piauhy, 1os. Tenentes Luiz Barbalho Muniz Fiuza e Francisco Felix da Fonseca Pereira Pinto, este do monitor Rio Grande e aquelle do Barroso saõ tambem muito recommendaveis.

Fazendo justiça ao valente Pratico Picard, cumpre-me sollicitar a concideração do Governo Imperial e de V. Exa. pelos relevantes serviços que prestou na passagem das baterias dirigindo a praticagem do Bahia com valôr e calma debaixo de vivo fogo.

A distincta e esperançosa officialidade dos navios que tomaraõ parte nesta operação, é digna de louvor assim como as guarnições em geral que se mostrarão enthusiasmas.

No dia 25 ao meio dia suspendi do Tibiquary com todos os navios navegando agoas abaixo, as 5 horas da tarde dei fundo na embocadura da lagõa Timbó onde passou-se a noite e hoje ao amanhecer mandei explorar a referida lagõa pelo monitor Rio Grande, levando a sêo bordo o Engenheiro Roberto A. Chadasiesilz e o Sargento Pereira; duas horas depois regressaraõ tendo penetrado o monitor na lagõa percorrendo uma extensaõ de duas legoas e meias e segundo me participaraõ o Commandante do Rio

Grande, o Pratico e o Engenheiro nada observaraõ de importante.

As 11 e meia horas suspendi com todos os navios e agoas abaixo navegando sem novidade alguma ancorei com a Divisaõ em frente a Tayi às 5 e meia horas da tarde.

A esplendida victoria que a marinha Imperial acaba de conquistar na operaçaõ effectuada no dia 24 do corrente sobre o Tibiquary, é um preludio convincente da proxima e gloriosa conclusão da guerra pelo estado de abatimento moral e material á que tem sido reduzido o inimigo por esta Divisaõ, que cheia de entusiasmo ardentemente envia á V. Exa. as mais respeitosas congratulações.

*Deos Guarde á V. Exa.
Barão da Passagem.
C.e da Divisaõ*

MANUSCRITOS DE D. LEOPOLDINA

MANOEL XAVIER DE VASCONCELOS PEDROSA

Existem no Arquivo do I.H.G.B. fotocópias de manuscritos atribuídos a Dona Leopoldina, obtidos graças ao Presidente, Embaixador Macedo Soares, de originais pertencentes ao Museu Imperial, de Petrópolis.

Formam êstes manuscritos 32 peças escritas em caligrafia gótica. O estado de conservação dos mesmos deixa muito a desejar. Nem todos os manuscritos são do punho da Princesa Leopoldina, nem de sua autoria. A caligrafia não é uniforme; há vários tipos de letras. Em muitos a diferença da letra é flagrante, em outros muito menos. A letra da primeira espôsa de D. Pedro I tem um traço próprio que permite fácil identificação. É um prolongamento da última letra de cada palavra formando como que um laço. A letra é quase vertical. Não é bela. Tem um traço varonil. Uma análise grafológica talvez viesse assinalar caracteres concordantes com seu modo de atuar na vida.

No arrolamento que vamos fazer distinguimos o que nos parece ser ou não de Dna. Leopoldina.

Os manuscritos não são datados, salvo um ou outro, dentre os quais, uma carta de 1812, um diário de 1814, a descrição de uma excursão, de 1814, e uma viagem em 1816. Todos os demais manuscritos não são datados. Eles são variáveis. Dividimo-los em dois grandes grupos: os de letra

atribuível à Infanta e outros certamente de outra pessoa. São trabalhos escolares, resumo de livros, fragmentos de autores, talvez composição feita para a aluna, de algum mestre.

A História motivou muitos desses manuscritos. A Geografia, sobretudo a de Portugal e do Brasil, motivou outros tantos. A Literatura não figura entre as espécies dos manuscritos. O Teatro aparece uma vez em uma adaptação para o palco, da «Família dos Gracos» por Plutarco. Há cópia de uma poesia apoteótica a Francisco I, de Habsburgo. Genealogia da casa de Saxe.

Registramos a presença de uma carta de Maria Luisa, espôsa de Napoleão à sua irmã Leopoldina, descrevendo a viagem que ela e o marido fizeram, seguindo a costa marítima desde a Bélgica até a França.

Arrolamento, classificação e resumo dos manuscritos. Documentos datados e na letra de Dna. Leopoldina.

ARM. 1 — PRAT. 2
ESC. 9 — PAST, 173/1

Iª Carta assinada pela Princesa data-da de Praga, 27 de junho de 1812, escrita a seu irmão Ferdinando, em Vienna. Trata-se de carta íntima em que ela dá notícias de todos da família, e alude à saúde um tanto delicada da mana Louise, e faz a descrição de um trecho da viagem através da região banhada pelo rio Moldava, com pormenores dos pontos onde tocaram, e fala de Praga. Infelizmente a carta tem parte ilegível. É o único documento que guarda a assinatura da Infanta então com a idade de quinze anos.

ARM. 1 — PRAT. 2
ESC. 9 — PAST. 173/2
(2.ª parte sòmente).

II — Datado de 12 de junho de 1814, é o manuscrito descrevendo a viagem partin-

do de Schönbrunn, que ela fez até o Castelo de Weinzel, na companhia da Imperatriz e das suas irmãs, Princesas Maria e Carolina, e outros durante a qual ela fez um rápido registro do dia 14 ao dia 15. Tinha um pé machucado que lhe deu muito cuidado durante a viagem e não a permitiu descer da carruagem para apreciar melhor certos panoramas locais.

ARM. 1 — PRAT. 2
ESC. 9 — PASTA 173/2

III — Com o cabeçalho, 1814, mês de Setembro, dia 7, segue-se um longo diário que a Princesa Leopoldina escreveu durante todo o tempo em que a Corte de Viena reuniu os potentados da Europa para a confabulação do Tratado dêste nome. Foi ela uma testemunha de tôdas as circunstâncias sociais que cercaram a grande reunião. Vivia, parece, de lápis em punho para descrever as personalidades régias que vieram das diversas nações para contratarem entre si, a sorte da Europa, depois do insucesso das armas napoleônicas. A corte de Schönbrunn resplandeceu e a Princesa Dna. Leopoldina vibrou de curiosidade a respeito, não dos fatos em si, mas das personalidades ilustres com quem conviveu durante mais de 30 dias. A sua descrição torna-se monótona, porque descreve minuciosamente os uniformes, as condecorações, os traços fisionômicos de imperadores, reis, e príncipes, repetindo, como chavão, as mesmas palavras, a propósito de cada um, salientando, no que fez muito bem, a atitude de todos para com os seus queridos Pais.

ARM. 1 — PRAT. 2
ESC. 9 — PASTA 173/8

IV — O quarto manuscrito datado é a descrição da viagem que Dona Leopoldina fez até Guttenstein, perto de Baden, em

1816, sem indicar o mês; por isto, não podemos relacioná-la com a data da chegada do Marquês de Marialva, chegado a Viena, em Outubro dêste ano, com a missão de entabolar o casamento da princesa austríaca com o príncipe do Brasil.

Manuscritos sem data porém na letra de Dna. Leopoldina.

A maioria dêles são notas de estudo de história e geografia.

De História

ARM. 1 — PRAT. 2

ESC. 9 — PASTA 174/1

V — Causas do domínio de Roma no mundo. Pequeno trabalho resumido em quatro itens.

ARM. 1 — PRAT. 2

ESC. 9 — PASTA 174/1

VI — Dois esboços biográficos, de Júlia, filha de Augusto, e de Tibério, filho da imperatriz Livia e de Tiberius Claudius Nero.

ARM. 1 — PRAT. 2

ESC. 9 — PASTA 174/2

VII — Longo manuscrito dividido em duas partes, estando a primeira dividida em 8 itens, versando a história da Rússia desde a antiguidade até a fundação do Império pelo Grão Duque Henrique, no ano 862.

ARM. 1 — PRAT. 2

ESC. 9 — PASTA 174/2

VIII — Fragmento de manuscrito sobre Babilônia, geografia e história.

ARM. 1 — PRAT. 2

ESC. 9 — PASTA 174/3

IX — Esboço biográfico do Cardeal Francisco Cisneros Ximenes.

ARM. 1 — PRAT. 2
ESC. 9 — PASTA 174/3

X — Causas políticas que concorreram para a guerra entre Carlos V e Francisco I (fragmentos).

ARM. 1 — PRAT. 2
ESC. 9 — PASTA 174/3

XI — O tratado de Madrid.

Idem Pasta 174/3

XII — A paz de Chambray, ou a paz das Damas.

Idem Pasta 174/3

XIII — A cidade de Genebra (fragmentos).

Idem Pasta 174/4

XIV — Excursão por quatro dias fora de Vienna. Quatro dias fora de Vienna com visita à fábrica de tecidos de Petten-dorf; a uma Refinaria de açúcar, cuja matéria-prima, o açúcar mascavo, procedia do Rio de Janeiro e de Pernambuco; e uma Fábrica de tecidos de algodão, fornecido pelos Estados Unidos e pelo Brasil, Pernambuco.

Idem Pasta 174/5

XV — Cópia de uma poesia épica, dedicada ao Imperador Francisco I, de Habsburgo, e de uma inscrição mural que rezava: Forte no infortúnio, Grande na felicidade, Exemplo para todos e Inimigo de si mesmo, tudo em referência àquele Imperador.

Idem Pasta 174/6

XVI — Longo manuscrito, ilegível, parecendo um diário.

Idem Pasta 174/7

XVII — Genéalogie de la maison de Saxe, escrita em forma de «chave.»

De Geografia

Idem Pasta 174/7

XVIII — Portugal, seus limites. Três fragmentos tratando de mineralogia e botânica de Portugal. Extrato do Geógrafo, Camerá.

ARM. 1 — PRAT. 2
ESC. 9 — Pta. 174/8

XIX — Algumas provas de que a Terra é redonda.

Idem Pasta 175/1

XX — Viagens do Príncipe Von Newwied ao Brasil. Resumo do livro, tendo em vista especialmente a fauna brasileira, observada através da baixada fluminense, do Rio de Janeiro a Campos.

Não localizado

XXI — Dois curtos fragmentos com o título: Mercadorias que a Europa recebe da América e mercadorias que a América recebe da Europa.

ARM. 1 — Prat. 2
ESC. 9 — Pasta 175/1

XXII — Mangaba. Cópia do que a respeito desta fruta diz o dicionário de Bengt Bergus, a sua pág. 202, I°. Interessante: Dna. Leopoldina comeu mangaba no dia 8 de Fevereiro do ano em que escreve, levada do Brasil, por um navio austríaco, chegado ao pôrto de Trieste, confirmou ela as virtudes refrigerantes da fruta brasileira mencionada no léxico.

Idem pasta 175/2

XXIII — Extrato do livro de Langsdorf (que foi Cônsul da Rússia no Brasil em 1813). Viagem pelo mundo — Cópia do trecho em que êle descreve a sua ascensão ao Pico de Orotava, nas faldas de las

Canadas. (Canarias). Não parece ser letra de Dna. Leopoldina.

Idem pasta 175/2

XXIV — Notícia sôbre o aparecimento de dois livros — «Letters from Mediterranean» por Blaquieur; e «Sicilia e seus habitantes» por Thompson. Não parece ser letra de Dna. Leopoldina.

ARM. 1 — PRAT. 2
ESC. 9 — Pasta 175/3-5

XXV — Esboço sôbre o Brasil, de Lôbo da Silveira. Longo manuscrito cuja letra não parece ser de Dna. Leopoldina.

Não deve estar completo conforme escreveu Dom Joaquim, José, Antônio, Lôbo da Silveira, ministro Plenipotenciário, no Congresso de Vienna, em 1815. A obra de Lôbo da Silveira era dividida em 3 partes, segundo o Investigador Português n.º 19, Janeiro 1813, pág. 366 (Dicionário de Inocência).

Manuscritos que não são de Dna. Leopoldina.

Idem, pasta 175/6

XXVI — Composição sôbre os carneiros Merinos Transhumantes.

Idem, pasta 175/6-7

XXVII — Dissertação sôbre — Cunhagem de Moedas.

Idem, pasta 175/8 e
pasta 176/1

XXVIII — Dissertação sôbre a Arábia e seu Profeta.

Idem pasta 176/2-3

XXIX — Dissertação sôbre Augustus.

Idem pasta 176/4-5

XXX — Arranjo para teatro da obra «A família dos Gracchos por Plutarco, na

qual Dna. Leopoldina faz o papel de Tiberius.

Idem pasta 176/6

XXXI — Manuscrito com uma lista de 125 nomes, sendo o primeiro Albertus I, Imperador romano, e o último João Baptista de Taxis.

Idem pasta 176/7-8

XXXII — Carta de Marie Louise a Dna. Leopoldina. Carta incompleta, faltando a primeira fôlha, sem data, com assinatura feita em francês e com o itinerário da viagem escrito na mesma lingua, referente ao «postscriptum» e sob forma de «chave», muito minucioso. É um belo documento.

* * *

Cada um desses manuscritos está acompanhado de uma transposição de seu conteúdo em letra gótica para a caligrafia atual e dactilografado. Trabalho realizado com muita dedicação pela Srta. Úrsula Pickart, sob meu contrôle, de modo a facilitar a versão para o vernáculo, descontando-se, porém, o que nos próprios manuscritos se acha ilegível. São muitas as linhas que assim estão. Com esta transposição, de uma caligrafia para outra, os manuscritos formam um total de 102 páginas datilografadas, papel ofício, espaço dois. Esse trabalho não foi revisto para melhor segurança do conteúdo transposto. Há erros de nomes tupis, de topônimos, de denominação científica de animais e plantas.

APRECIACÃO DE LIVROS

Teoria e Filosofia da Arquitetura — por Adolfo Morales de los Ríos Filho.

Esta mui interessante obra de Morales de los Ríos Filho constitui-se de dois tomos, num total de cêrca de 800 páginas. O 1.º Tomo foi publicado em 1955 e o 2.º, êste ano.

Ê uma exposição de tudo que diz respeito à *arquitetura* desde suas origens até os nossos dias. Focaliza seus aspectos *artísticos* e seus objetivos *práticos*, sem olvidar a raízes *científicas*, e seus destinos de instrumento de progresso no complexo da vida social da humanidade.

Considera que «*como arte, constitui a expressão de uma forma ideal que empolga o pensamento*», mas cuja finalidade «*visa a conservação da espécie humana, a felicidade do lar e o progresso da civilização*». Ela, porém, para satisfazer seus *destinos*, se transforma no decorrer das eras da vida da humanidade, «*com o progresso da técnica que lhe fornece meios e materiais*.» E sofre as influências das condicionantes *econômicas* da vida social, bem como as do ambiente *geográfico*, que atuam sobre a maneira de viver do *homo sapiens*, do *gregário humano*.

Sem olvidar os aspectos e influências de *ordem moral* as que exerce na *psicologia humana*, o autor considera as diversas modalidades que a arquitetura apresenta conforme as finalidades práticas que tem de satisfazer: militares, industriais, civis, funerárias, etc. Apresenta como sua principal característica, o conjugado *utilidade prática e beleza*.

Nos dois volumes desta mui interessante obra encontram-se minuciosamente registados todos os informes concernentes à evolução da arquitetura de conformidade com as fisionomias do viver humano, desde a época *pré-histórica* até os nossos dias. Vê-se o que foi, e porque foi, no período da civilização anterior a era greco-romana, e o que ocorreu em seguida até os nossos dias, *através da idade média e do antigo regime*. Vê-se-a na Itália, França, Espanha, Portugal, em tôda a Europa; vê-se-a na América, Ásia e África. Vê-se-a em suas *finalidades, côres, processos de execução*, etc., tudo sem desprezo das razões determinantes.

No 2.º tomo, é minuciosamente registrado o que se refere à época em que vivemos, a do desenvolvimento industrial advindo com o surto da *máquina a vapor*, ou melhor, com a utilização em larga escala do *carvão de pedra*. Vê-se nitidamente o que é a *arquitetura* de nossos dias, o que a caracteriza e quais são as *artes e profissões* com ela conjugadas tanto no ponto de vista *teórico, prático* e, podemos dizer, *jurídico*.

Esta interessante obra se fecha com uma exposição do que se deve considerar primordial e necessário ao *ensino da arquitetura*, desde a *matemática* à *urbanologia*, para a formação dos *artistas e profissionais* dêsse ramo das atividades humanas, de hoje, já no início da *era da energia atômica*.

J. B. Magalhães

Púrpura Verde — Olga Obry — Grüner Purpur

Erzherzogin Leopoldina Brasiliens, erspe Kaizerin Rohrer-Verlag (casa editôra).

Wien — Insbrucker — Wierbaden, 1958.

A biblioteca do Instituto acha-se enriquecida com o volume da escritora austríaca, Olga Obry, intitulado *Púrpura Verde*, contendo a biografia da Imperatriz dona Leopoldina, primeira esposa de Dom Pedro I.

O volume foi adquirido diretamente do editor por intermédio da Livraria Kosmos.

A biógrafa de Dona Leopoldina deu ao livro o título — *Púrpura Verde* — expressão paradoxal, justificada pela cor verde do manto real utilizado por Dom Pedro I e assim denominado por sua esposa, conforme se vê na estampa à página 240 do volume.

O livro contém 310 páginas de texto dividido em dezessete capítulos, não numerados, porém, com títulos especiais correspondentes ao assunto, os quais vamos mencionar porque dão idéia do conteúdo informativo de cada um. — A dama de branco — A prima mamãe — Idílio familiar em Praga — O coração é trunfo — O filho de Louise — Saxão ou brasileiro? Metrópole e Colônia em papel trocado — Epidemia de Casamento — O Rio espera a noiva — Viagem de núpcias sòzinha — Oitenta e quatro dias entre os dois mundos — O príncipe precisa de distração — O Barão de Neveus morreu de amor — Alegrias de mãe — Finalmente sós — O fruto está maduro — Aparece a rival — As dúvidas da Imperatriz — A nossa mãe se foi.

O volume é muito bem ilustrado com a reprodução de retratos, quadros e estampas, a começar pelo magnífico retrato em oval, estampado na capa, de Leopoldina, arquiduquesa da Áustria. São cêrca de 34 estampas, das quais 13 aquarelas de Thomas Ender, de quem o livro se ocupa, em anexo, por ter sido um dos biógrafos de Dona Leopoldina. Os retratos que se estampou nas páginas do livro, além do já mencionado, são: da Impe-

ratriz Maria Tereza, do Imperador Francisco I da Áustria, da Imperatriz Maria Ludovica, terceira espôsa de Francisco I; outro de Dona Leopoldina, princesa do Reino Unido do Brasil, Portugal e Algarve, pintado por Natal Schiavoni; da princesa Carolina, pintado por sua irmã, Leopoldina; do infantil Duque de Reichstadt, filho de Maria Luiza; da princesa Maria da Glória, filha primogênita de Dona Leopoldina; de Dom João VI e Dona Carlota Joaquina; da Imperatriz Leopoldina, de Dom Pedro I, de pé, ornamentado de coroa e manto (púrpura verde), pintado por D. Leopoldina.

Além dêsses retratos, vêem-se ainda, o retrato de Metternick; um quadro de Napoleão, posando para Maria Luisa pintar, do Palácio Malmaison. Quadro de Joseph Henkel, os sete filhos do Imperador Francisco I. A chegada da Princesa Leopoldina ao Rio, de Debret. Aquarela da Condessa de Nani Kuemberg, no seu álbum. De Moritz Rugendas, quadro — Costumes de São Paulo em 1820. Quadro: Salão de São Cristóvão (dez anos após o falecimento de Dona Leopoldina) ao piano, a Princesa de Joinville, da Coleção do Conde de Paris.

A bibliografia citada por Olga Obry é composta de documentos colhidos em arquivos europeus e brasileiros, e de livros publicados em alemão, francês, português, especialmente livros brasileiros.

Entre os arquivos citam-se o Arquivo da Cidade de Viena, contendo cartas de Dona Leopoldina a seu pai, sua madrasa, seu irmão Francisco Carlos; também cartas de Maria Luisa ao Imperador Francisco I; correspondência diplomática e o Arquivo Camareiro. Do Ministério do Exterior da França são a correspondência diplomática com Portugal (1814 e 1820) e a correspondência política com o Brasil (1821-1826). Do Arquivo do Museu Imperial de Petrópolis são diversos os documentos. Do Arquivo familiar do Conde Knefstein (Castelo de Greifenstein) o Livro de Bólso, da Condessa Nani Kuemberg. Arquivo diplomático da Independência, Palácio do Itamarati, 1922.

No tocante às obras citadas, enumeraremos os livros em alemão : — da Biblioteca Victor — Francisco II. Tradução francesa, 1936; da Biblioteca Victor — Metternick, Wien, 1936; Jean Bourgoing — O Congresso de Viena — 1943; Conte Conti — Metternick e Senhora, Wien, 1949; Dr. Ritter von Schäffer, Major da guarda de honra brasileira, Brasil como império independente.

Widung, Sua Majestade, Maria Leopoldina, Imperatriz do Brasil, 1824.

Eugenio Guglia, Imperatriz Maria Ludovica, da Áustria, Viena, 1894.

Hans Janeik, Michael Haydon, Wien, 1952.

Florian Kienzl, Imperador do Brasil, Berlim.

E. M. Kronfield, Parque e Jardim de Schönbruneir, W. 1923.

J. Emanuel Pohl — Viagem ao interior do Brasil, W. 1932.

Henrich Ritter v. Srbik — Metternick, W. 1925.

E. Wertheimer — As três espôsas do Imperador Francisco I.

Dentre os escritores brasileiros estão citados — Pedro Calmon, Me. Crysantheme, Sérgio Corrêa da Costa, Luiz Edmundo, Oliveira Lima, Carlos Maul, Afrânio Peixoto, Alberto Rangel (2 livros), Amilcar Salgado dos Santos, Tarquínio de Sousa, Maria Junqueira Schmidt, Lígia Lemos Tôrres.

Dos livros ingleses são mencionados — Mary Graham, 1924; Betila Herrdrig., Indianópolis, 1941; Sérgio Corrêa da Costa — Every Inch a King, N. York, 1953. Os livros franceses são relativos todos a Maria Luisa e seu filho e seu marido, Napoleão Bonaparte.

O livro conta ainda com uma cronologia dos principais acontecimentos mencionados no livro Genealogia das Casas Reais dos Habsburgo — Lorena, Genealogia dos Borgunhas, Genealogia da Casa de Bragança. A autora escreveu este livro animada de grande simpatia, pela figura da jovem imperatriz, que nasceu em 1797 e faleceu em 1826, no Rio de Janeiro.

Manoel Xavier de Vasconcelos Pedrosa.

SÓCIOS FALECIDOS

J. M. BRANDÃO CASTELO BRANCO

O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro perdeu a 28 de junho do corrente ano o sócio honorário José Moreira Brandão Castelo Branco Sobrinho, que se credenciara como a maior autoridade brasileira nos assuntos referentes ao Território do Acre, sendo, ademais, um sabedor dos mais autorizados da história nordestina, em particular a do Rio Grande do Norte. Magistrado de uma correção admirável, homem de govêrno austero, sua característica mais visível era, porém, a extrema modéstia. Quem não tivesse com êle um contato mais demorado, ficaria na impressão imediatista de que estava frente a uma expressão comum de intelectual. No entanto, o seu saber, na especialidade que abraçara, era verdadeiramente admirável, e resultava de suas atividades incessantes de pesquisador na seção de manuscrito do Instituto, na Biblioteca Nacional, no Arquivo Nacional, na Sociedade Brasileira.

Castelo Branco nasceu a 13 de novembro de 1888, na povoação de Utinga, município de São Gonçalo, atualmente, pertencente ao município de Macaíba, no Estado do Rio Grande do Norte.

Filho legítimo de Joaquim Manoel Teixeira de Moura e Ana Corina Teixeira de Moura, sendo esta filha de José Moreira Brandão Castello Branco, de quem herdou o nome.

Fêz os estudos primários e secundários no Estado natal, de onde saiu em 1904 para a cidade do Rio de Janeiro, em cuja Faculdade Livre de Direito, formou-se, recebendo o diploma de bacharel em ciências jurídicas e sociais, em dezembro de 1908.

No período acadêmico, serviu como diarista na Diretoria de Estatística Federal (Rio, 1907) e como colaborador na Secretaria do Govêrno no Estado do Rio Grande do Norte (Natal, 1908).

Em janeiro de 1909, já era nomeado juiz preparador do primeiro têrmo da Comarca do Alto Juruá, no Território do Acre, denominação esta que, pela reforma de 1912, passou a juiz municipal do segundo têrmo da Comarca de Cruzeiro do Sul, no

mesmo Território, cargo em que permaneceu até março de 1921, quando foi transferido para o termo da sede, na cidade de Cruzeiro do Sul. Em março de 1931, foi nomeado juiz de direito da Comarca de Sena Madureira, no referido Território, exercendo essa função até dezembro de 1933, quando se aposentou nesse cargo. De maio a novembro de 1932, teve assento no Tribunal de Apelação e no Tribunal Eleitoral Regional, do Território referido, substituindo um dos desembargadores, membro dêsses tribunais, que se achava em gôzo de férias.

No dia 15 de agosto de 1934, foi nomeado Interventor Federal no Território aludido, para cujo exercício prestou compromisso perante o Ministro da Justiça, no dia imediato, tomando posse do cargo a 21 de setembro seguinte, do qual foi exonerado a pedido, em fevereiro de 1935. Durante êsses seis meses de interventoria, presidiu uma eleição para deputados federais, mantendo a ordem em tôdas as sessões; procurou fomentar o progresso do Território, solicitando do Govêrno Federal, entre outras coisas, o estabelecimento da navegação aérea entre as cidades de Manaus e Rio Branco, bem como entre os municípios do Território; a fundação de uma escola de aprendizes artífices; a construção de um edificio que comportasse o funcionamento dos Tribunais de Apelação e Eleitoral, inclusive os demais serviços pertinentes à Justiça, como os Juizes de Direito e municipal, e cartórios; verbas para o serviço de água e esgotos da Capital; criação de um aprendizado agrícola; e a construção da estrada Rio Branco — Abunã.

Em abril de 1936, foi aceito membro da Ordem dos Advogados do Brasil, seção do Distrito Federal; e, em maio de 1937, foi admitido como sócio da Associação Potiguar, de cuja diretoria foi presidente nos anos de 1940 a 1943, e membro da comissão fiscal, em 1939, 1944 e, posteriormente, até quando a sociedade passou a denominar-se Centro Norte Riograndense (1949), sendo depois seu segundo vice-presidente; em junho de 1940, foi um dos fundadores do Centro Acreano, do Rio de Janeiro; em outubro de 1941, tomou parte na mesa que presidiu o Primeiro Congresso de Brasilidade; em agosto de 1945, foi recebido como sócio titular da Sociedade Brasileira de Geografia, da qual, em setembro de 1947, passou à classe de efetivos, tendo feito parte de várias comissões, inclusive diretor do Boletim da mesma sociedade, de 1950 a 1951, e segundo secretário da Diretoria, em 1954/56; em 1949, foi eleito sócio correspondente do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte, tomando posse do cargo, a 22 de outubro do mesmo ano; em outubro de 1950, foi escolhido pela Sociedade de Geografia, para seu

representante junto à assemblêia das Sociedades não Governamentais, e, em fevereiro de 1952, foi designado delegado da referida sociedade ao Conselho das Entidades Não Governamentais; em novembro de 1953, foi empossado na função de membro da Comissão de Difusão Cultural do Conselho Nacional de Geografia, pelo presidente do I. B. G. E., desembargador Florêncio de Abreu.

José Moreira Brandão Castelo Branco deixa um testemunho de sua incomum capacidade de ação e do seu poder intelectual em seus numerosos trabalhos publicados em nossa revista, concernentes à geografia, à história, cartografia, economia e aspectos do viver no território acreano. Além disto, é também notável o que publicou relativamente ao Rio Grande do Norte, inclusive a genealogia dos Moreira Brandão e aspectos concernentes à proclamação da República, na nossa revista e outras fontes de divulgação.

Ao falecer, estava a imprimir-se o n.º 250 na Revista do I. H. G. B., que contém seu notável trabalho intitulado *Povoamento da Acreanea*.

C. D. R.

JOSÉ BARNABÉ DE MESQUITA

Em Cuiabá, onde nasceu a 10 de março de 1892, faleceu a 23 de junho último o desembargador José Barnabé de Mesquita.

Bacharel em Ciências e Letras, pelo Liceu Salesiano de São Gonçalo, da Capital matogrossense, continuou os estudos na Paulicéia, onde se diplomou na Faculdade de Direito. Regressando à sua terra natal, ingressou na magistratura, em que não demorou a conquistar os mais altos postos, até a Presidência do Tribunal de Apelação.

Desde estudante, evidenciou a sua vocação de escritor, tanto em prosa como em verso. Os seus trabalhos de ficção alternavam-se com as pacientes pesquisas históricas, especialmente sobre genealogia.

Ao primeiro livro de Poesias, editado em 1919, seguiram-se *Terra do Berço*, *Da Epopéia Matogrossense*, *Poemas do Guaporé*, onde estêve como Secretário-Geral, e *Cavallhada, contos matogrossenses*, *Espêlho de Almas*, *No Tempo da Cadeirinha*, *Piedade*, romance, *De Livia a Dona Carmo*, ensaio sobre «as mulheres na obra de Machado de Assis.»

Êsses trabalhos de ficção, que lhe evidenciavam os recursos de escritor exímio, de linguagem escorreita, harmonizavam-se com

as investigações acêrca do passado matogrossense, a cujo estudo dedicou a sua esclarecida inteligência.

Iniciando estudos da «genealogia cuiabana», publicou *André Gaudie Ley — Nobiliário matogrossense*, *Corrêa da Costa*, *Pra-dos e Figueiredos*, *Alves Corrêa e Moreira Serra*, *Mesquita Muniz e Pinho e Azevedo*, títulos em que se desdobravam suas perseverantes pesquisas pelos arquivos públicos e eclesiásticos. Biografou, ainda, *Um homem e uma época*, *Monsenhor Bento Severiano da Luz*, *João Pompino Caldas*, *Manuel Alves Ribeiro*, *O Taumaturgo do Sertão* (J. M. Macerata).

Versando assuntos gerais, tratou da *Grandeza e Decadência da Serra Acima*, *Os Jesuítas em Mato Grosso*, *A Chapada Cuiabana*, ensaio de geografia humana e econômica oferecido ao IX Congresso Brasileiro de Geografia, *Gente e Coisas de Antanho*.

Admitido, a 12-5-1937, como sócio correspondente do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, proferiu, ao tomar posse, expressiva alocução acêrca de «O Sentimento de Brasilidade na História de Mato Grosso.» Inúmeras outras conferências lhe atestaram a aprimorada eloquência, tanto nesta Capital, como em Cuiabá, onde lhe coube, orador oficial, proferir o panegírico de douts sócios, da classe do arcebispo D. Carlos Luís d'Amour, General Caetano de Albuquerque, Dr. Antonio Correia da Costa, magistrados, militares e quantos iam gradativamente diminuindo o número dos sobreviventes às primeiras sessões da Instituição.

Fundador do Instituto Histórico de Mato Grosso e do Centro Matogrossense de Letras, transformado em Academia Matogrossense de Letras, a contribuição de José B. de Mesquita em ambas as instituições comprova-lhe o esforço desenvolvido em prol da cultura intelectual em Mato Grosso, que perdeu, com o seu falecimento, uma das suas mais lídimas expressões.

Virgilio Corrêa Filho.

PUBLICAÇÕES RECEBIDAS

PUBLICAÇÕES RECEBIDAS NO MÊS DE ABRIL DE 1961

- Catalogue des Livres Anciens et Modernes. Librairie Française Chamonal.* n° 1. 1961. Paris.
- Boletim Informativo do Japão* — 1° de fevereiro de 1961 — n° 3 — ano 7. Embaixada do Japão. Rio de Janeiro.
- Art and Auctions. International Art Dealers and Collectors Guide* — vol. V — n° 96 — 15 de february, 1961. Rotterdam. Holland.
- Anuário Estatístico do Brasil* — 1960. IBGE. Ano XXI. Rio de Janeiro. 425 págs.
- Fôlha Democrática* — 28 de fevereiro de 1961 — ns. 184/185 — ano XIII. Bangu. Rio.
- Boletim* — órgão informativo da Biblioteca do Exército — abril de 1960 — n° 37 — ano XXI. Ministério da Guerra. Rio de Janeiro.
- Notícia* — ano II — n° 60 — 4 de fevereiro de 1961. Luanda. Angola.
- Engenharia* — novembro e dezembro de 1960 — ns. 216 e 217 — ano XIX — vol. XIX — Instituto de Engenharia. Rio de Janeiro.
- Übersee Post* — órgão oficial da feira Industrial alemã de Hannover — n° 5 — janeiro, 1961. Edição Técnica Hannover.
- Boletim Informativo* — vol. II — n° 2 — dezembro de 1960. Universidade de São Paulo.
- Catalogue* n° 415 in English Literature of all Periods including Translations, Illustrated Books and Publications of the Private Presses, part I. A K Francis Edwards Limited. Antiquarian Booksellers. London, 1961.
- Correio do Sanac* — ano XII — n° 215 — janeiro de 1961. Rio de Janeiro.
- Revista Interamericana de Bibliografia* — vol. X — 2ª época n° 2 — abril/junio de 1960. Washington, D.C. 117/216 págs.
- Estatuto da Organização para um Brasil mais Cristão*, publicado no Diário Oficial de 6 de novembro de 1958. Rio de Janeiro.

- Bibliografia Cartográfica* — janeiro-fevereiro de 1961. Rio de Janeiro.
- Ocidente — Revista Portuguesa Mensal* — nº 274 — fevereiro de 1961 — vol. LX. Lisboa.
- Brasil Em Marcha* — 17 de março de 1961 — nº 7 — ano I. Rio de Janeiro.
- Catálogo Asia publishing House*, 1961 London.
- The Catholic Historical Review* — number 4 — vol. XLVI — January, 1961. The Catholic University of America. Washington, D.C.
- Journal of Inter American Studies* — January, 1961 — nº 1 — vol. 3. University of Florida Gainesville. Florida. (Duplicatas).
- Illinois State Geological Survey* — circulares de 304 a 309. Urbana, Illinois.
- Report of Investigations* nº 214. 1960. Urbana. Illinois.
- Catálogo Das Buch der Jugend* 1960/61. Frankfurt.
- The New Leader* — march 6, 1961 — vol. XLIV — number 10. New York.
- O Eco* (jornal) — 18 de março de 1961 — ano XXXIII. Guaratinguetá. São Paulo.
- The American Historical Review A Quarterly* — vol LXV — nº 4 — july, 1960. Washington, D.C.
- Américas* — vol. XII — nº 12 — dezembro de 1960. Rio de Janeiro. 44 págs.
- The New Leader* — february, 13 — 1961 — vol. XLIV — number 7. New York.
- Livros de Portugal* — Boletim mensal do Grêmio Nacional dos Editores e Livreiros — janeiro de 1961 — nº 25. Lisboa. Portugal.
- Catálogo* nº 2 — 1961. Livr. Castro e Silva. Lisboa.
- Bulletin* nº 88. Illinois State Geological Survey. Urbana. Illinois. 127 págs., 1 pl., 5 figs., 17 tables. 1960.
- Illinois State Geological Survey* — circulares : 302, 303. Urbana. Illinois.
- Boletim da Superintendência da Moeda e do Crédito* — janeiro de 1961 — vol. VII — nº 1. Rio de Janeiro, 128 págs.
- Catálogo Jonathan Cape Spring and Summer*. Books — 1961. London.
- Boletim do Clube Naval* — ano LXXII — 4º trimestre de 1960 — nº 164. Rio de Janeiro. 205 págs.
- Revista de História* — nº 5 — diciembre de 1960 — año I. Caracas. Venezuela.
- Art and Auctions. International Arte Dealers and Collectors Guide* — vols. 4 e 5 — january e february de 1961. Holland.

- Geologia e Metalurgia* — ns. 21 e 22 — (Boletim) — 1960. Centro Moraes Rego. São Paulo.
- Correio do Senac* — fevereiro de 1961 — n° 216 — ano XII. Rio de Janeiro.
- Brasil em Marcha* — 24 de março de 1961 — n° 9 — ano I. Rio de Janeiro.
- Boletín del Archivo General de la Nación* — segunda serie — n° 2 — tomo I — abril-mayo-junio de 1960. México, D.F.
- Boletim do Instituto Oceanográfico* — tomo XI — fasc. I. Universidade de São Paulo. 1960. S.P.
- The New Leader* — 20 e 27 February, 1961 — ns. 8 e 9 — volume XLIV. New York.
- Rodovia* — ano XXIII — n° 245 — vol. LXXXIV — janeiro 1961. Rio de Janeiro.
- A Catalogue of Books on Transport Railways, Roads, Aviation, Shipping, etc.* n° 816. Francisco Edwards Limited, London.
- O Éco* (jornal) — 25 de março de 1961 — n° 1179 — ano XXXIII. Guaratinguetá. S.P.
- Boletim Informativo do Japão* — 15 de fevereiro de 1961 — n° 4 — ano 7. Embaixada do Japão. Rio de Janeiro.
- Livros de Portugal* — Boletim mensal do Grêmio Nacional dos Editores e Livreiros — n° 26 — fevereiro de 1961. Lisboa.
- Noticia (semanario ilustrado)* — ns. 61 e 62 — 11 e 18 de fevereiro de 1961 — ano II. Luanda. Angola.
- Boletim do Museu Paraense «Emilio Goeldi»* — ns. de 6 a 9 — e de 28 a 31. 1960. Belém — Pará (8 exs.).
- Brasil Em Marcha* — 31 de março de 1961 — n° 9 — ano I. Rio de Janeiro.
- Revista de História de América* — junio de 1960 — n° 49. Cíndice. Instituto Panamericano de Geografia e História. México, D F
- Informação Agrícola* — nov° e dez° de 1960 — ns. 179 e 180 — ano XIV. Rio de Janeiro.
- Ronda em Revista* — ano 2 — n° 4 — março de 1961. São Paulo.
- Museu Maçonico Brasileiro do Gr. : Or. do Brasil.* Boletim ns. 5 e 6 — outubro de 1960 e janeiro de 1961. Rio de Janeiro.
- Anais da Academia Brasileira de Ciências* — vol. 32 — ns. 3 e 4 — 31 de dezembro de 1960. Rio de Janeiro.
- Oriente Ocidente* — vol. III — n° 5 — outubro de 1960. Paris. Francia.
- Bulletin of The New York Public Library* — february, 1961 — number 2 — vol. 65. New York.

- Revista da Academia Paulista de Letras* — outubro de 1960 — n° 65 — ano XX. São Paulo.
- Japan Automotive News* — october-november, 1960 — ns. 26/27 — vol. III. Tokio.
- Libros del Mês* — febrero, 1961 — Instituto Nacional del Libro Español. Madrid.
- Catalogo New Books*, 1960/61 — English Universities Press. London.
- The New Leader* — march, 20 — 1961 — vol. XLIX — number 12. New York.
- Brasil Em Marcha* — 6 de abril de 1961 — n° 10 — ano I. Rio de Janeiro.
- Trabajo* — año I — n° 8 — diciembre de 1960 — (Edicion extraordinaria). Cuba.
- O Eco (jornal)* — 8 de abril de 1961 — n° 1.180 — ano XXXIII. Guaratinguetá. S.P.
- Bolamense* — dezembro de 1960 — ano V — n° 4. Bolama.
- Boletim Informativo do Japão* — 1° de março de 1961 — n° 5 — ano 7. Embaixada do Japão. Rio de Janeiro.
- The Milbank Memorial Fund Quarterly* — January, 1961 — volume XXXIX, n° 1. New York.
- Ariel* — Christmas, 1960. Rio de Janeiro. 81 págs.
- Boletim do Instituto Brasil-Estados Unidos* — n° 214 — ano XVIII — abril de 1961 — Rio de Janeiro.
- Boletin de la Academia Nacional de Historia* — julio-diciembre de 1960 — n° 96 — vol. XLI. La Prensa Católica. Quito. Equador.
- Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro* — 4 de abril de 1961 — n° 8.886 — ano XXIX — Niterói. Estado do Rio.
- Manchette* — n° 470 de 22 de abril de 1961 (n° comemorativo do Primeiro Aniversário de Brasília. Rio de Janeiro.
- The New Leader* — March, 13 — 1961 — Number 11 — volume XLIV. New York.
- Catalogue of Publications on Botany* — Spring, 1961. Germany.
- Art and Auctions. International Art Dealers and Collectors Guide* — vol. V — n° 98 — 15 de march, 1961. Holland.
- Boletim da Academia das Ciencias de Lisboa* — outubro a dezembro de 1960 — nova série — vol. XXXII — Academia das Ciencias. Lisboa.
- Boletim de Historia y Antigüedades* — octubre-noviembre-diciembre de 1960 — ns. 552, 553, 554 — vol. XLVII. Bogotá, D.E.
- Endeavour* — n° 77 — vol. XX — enero, 1961. Londres. 56 págs.

Trends — german engineering — 31 de dezembro de 1960 — n° 18. Darmstadt.

Fach Katalog Verlag C. H. Beck. Munchen.

Buch Hansa — nr. 2 marz/april, 1961 — 5 jahrgang. Berlim.

Catalogo Sonder Angebot 35. (Philosophie) Scientia Antiquariat AAlen. Allemane.

PUBLICAÇÕES RECEBIDAS NO MÊS DE MAIO DE 1961

B. B. B. - Boletim Bibliográfico Brasileiro — Revista dos Editores — vol VIII — n° 18 — setembro de 1960. Rio de Janeiro.

Fôlha Democrática (jornal) — 31 de março de 1961 — ano XIV — ns. 186/187 — Bangu. E. do Rio.

Jornal de Campo Grande — 31 de março de 1961 — ano I — n° 3. Campo Grande.

Museo Histórico — Organo del Museo de Historia de la Ciudad de Quito — n° 37/38 — año XII — diciembre, 6 — Imprenta Municipal. Quito. Ecuador. 298 págs.

Boletim do Instituto do Ceará — nova fase — ano I — maio de 1950 — n° 1 — 36 págs. Fortaleza. Ceará.

Brasil em Marcha — 21 de abril de 1961 — n° 12 — ano I. Rio de Janeiro.

Diário Oficial do Estado de Sergipe — 24 de março de 1961 — n° 14.193 — ano XLII. Aracaju. Sergipe.

Boletim de Informações — março de 1961. Biblioteca e Arquivo Público do Pará. Belém. Pará.

El Avance — 10 de febrero e 24 de marzo de 1961 — año I — ns. 34 e 40. Miami. Florida.

Estudios Americanos — Revista de Sintesis e Interpretación — n° 101 — vol. XIX — marzo/abril de 1960. Sevilla. España.

Lista Diplomática — março de 1961. Rio de Janeiro. M.R.E.

Anales de la Sociedad de Geografía e Historia de Guatemala — enero a diciembre de 1959 — ns. del 1 a 4 — tomo XXXII. Guatemala.

Abisde — revista de cultura mejicana — vol. XXV — n° 1 — enero — marzo de 1961. Méjico.

Noticia — 25 de fevereiro e 4 de março de 1961 — ns. 63 e 64 — ano II. Luanda. Angola.

Revista do Professor — Centro do Professorado Paulista — janeiro/fevereiro de 1961 — n° 61 — ano XIX. São Paulo.

The New Leader — March, 27 e April, 10 de 1961 — Numbers 13 e 15 — vol XLIV. New York.

- Noticias da Indonésia* — 17 de março/abril de 1961 — ns. 11 e 12 — vol. VIII. Embaixada da Indonésia. Rio de Janeiro.
- Oriente/Ocidente* — vol. III — 6 de diciembre de 1960. Paris.
- Acción Indigenista* — n.º 89 — boletim mensual del Instituto Nacional Indigenista — noviembre de 1960. México.
- Bulletin of The New York Public Library* — march, 1961 — number 3 — vol. 65. New York.
- Pesquisas-órgão do Instituto Anchietano de Pesquisas* — n.º 3 — ano de 1959. Porto Alegre.
- O Éco (jornal)* — ns. 1181 a 1184 — 15, 22 e 29 de abril e 6 de maio de 1961 — ano XXXIII. Guaratinguetá. São Paulo.
- Art and Auctions International Art Dealers and Collectors Guide* — 31 de march 1961 — vol. V — n.º 99. Rotterdam. Holland.
- Saude* — julho, agosto e setembro de 1960 — ano XIII — ns. 151, 152 e 153. Rio de Janeiro.
- Revista D. A. E. Departamento de águas e Esgotos de São Paulo* — n.º 40 — março de 1961 — ano 22. São Paulo.
- Catalogo Praeger*. 1961. Geneve.
- Boletim de Informaciones Científicas Nacionales* — n.º 92 — abril-agosto de 1960 — vol. XI. Quito — Ecuador.
- Boletim Paulista de Geografia* — outubro de 1960 — n.º 36. São Paulo.
- The Geographical Review* — April, 1961 — number 2 — vol. LI. New York. The American Geographical Society. New York.
- Carta mensal (problemas nacionais)* — fevereiro de 1961 — ano VI — n.º 71. Rio de Janeiro.
- Boletim da Superintendência da Moeda e do Crédito* — vol. VII — fevereiro de 1961 — n.º 2. Rio de Janeiro.
- Boletim mensal das observações meteorológicas, organizado pelo serviço meteorológico* — abril, maio e junho de 1960 — ns. 4, 5 e 6 — ano XXVII. Imprensa Nacional de Moçambique. Lourenço Marques.
- Rodovia* — março de 1961 — n.º 247 — ano XXIII. Revista Brasileira de Técnica e Divulgação Rodoviária. Rio de Janeiro.
- Ocidente* — Revista portuguesa mensal — n.º 276 — abril, 1961 — vol. LX. Lisboa.
- Noticia* — 8 de março e 1.º de abril de 1961 — ns. 68 e 69 — ano II. Luanda. Angola.
- Boletim Informativo do Japão* — 1.º de abril de 1961 — n.º 7 — ano 7. Embaixada do Japão. Rio de Janeiro.

- Revista do Instituto Genealógico da Bahia* — n° 11 — ano II. Bahia.
- Américas* — janeiro de 1961 — n° 1 — vol. XIII. Rio de Janeiro.
- Engenharia* — órgão oficial do Instituto de Engenharia — ano XX — vol. XX — janeiro de 1961 — n° 218. São Paulo.
- Rodovia* — fevereiro de 1961 — n° 246 — ano XXIII. Rio de Janeiro.
- Bibliografia Cartográfica* — março/abril de 1961 — n° 2 — ano II — série A (mapoteca). M. R. E. Rio de Janeiro.
- Boletín del Archivo General de la Nación* — enero-febrero-marzo de 1960 — tomo XIX — n° 198. Caracas. Venezuela.
- Catalogue* n° 817 — The World Survey of famous voyages, travels & histories. Francis Edwards Ltd. London.
- Tempo Presente* — revista portuguesa de cultura n° 20 — II ano — dezembro de 1960. Lisboa.
- Estudos Italianos em Portugal* — n° 19. Instituto Italiano de Cultura Portugal. Lisboa, 1960.
- The Geographical Journal* — march, 1961 — vol. CXXVII — part I. The Royal Geographical Society. London.
- The Americas — Quarterly Review of Inter-American Cultural History* — Number 3 — January, 1960 — vol. XVII. Academy of American Franciscan History. Washington, D. C.
- The Indo-Asian Culture* — October, 1960 — n° 2 — vol. IX. Indian Council for Cultural Relations. New Delhi.
- Art and Auctions International Art Dealers and Collectors Guide* — vol. n° 100 — 15 de abril, 1961. Rotterdam. Holland.
- Catalogo Books Thames Hudson*. Spring, 1960. London.
- Revista da Universidade del Zulia* — año sesquicentenario de la Independencia Nacional segunda época — octubre, noviembre y diciembre de 1960 — n° 12 — año 3. Maracaibo — Venezuela.
- Korean Report* — april, 1961 — vol. 1 — n° 1. Washington, D. C.
- Madjalah untuk Ilmu Bahasa Ilmu Bumidan Kebudayaan Indonesia* — djilid LXXXVI — tahun 1958. Djakarta. Indonésia.
- Bulletin of The New York Public Library* — april, 1961 — vol. 65 — number 4. New York.
- Bolamense* — órgão de propaganda regional de cultura e de turismo — janeiro de 1961 — ano V. Bolama.
- A Lâmpada* — julho a dezembro de 1960 — ano XXX — ns. 108/109. Paraná.
- Catalogue* n° 56 — octobre de 1960. L'Orient. Paris.
- Ocidente* — revista portuguesa mensal — n° 2770 — maio de 1961 — vol. LX. Lisboa.

- Brasil Açucareiro* — agosto de 1960 — n° 2 — vol. LVI — ano XXVIII e setembro/dezembro de 1960 — ns. 3 a 6 — volume LVI — ano XXVIII. Instituto do Açúcar e do Alcool. Rio de Janeiro.
- Catálogo da Exposição Cartográfica e Iconográfica comemorativa do V Centenário da morte do Infante D. Henrique* — 1960. Lisboa. Arquivo Histórico Ultramarino.
- Revista do Clube de Engenharia* — n° 295 — março de 1961. Engenharia Editôra S. A. Rio de Janeiro.
- B. B. B. Bolletim Bibliográfico Brasileiro — Revista dos Editores.* ns. 2 e 3 de março e abril de 1961 — vol. IX. Rio de Janeiro.
- Boletim do Instituto Vasco da Gama* — n° 79 — 1960. Tipografia Rangel. Bastora. Goa.

PUBLICAÇÕES RECEBIDAS NO MÊS DE JUNHO DE 1961

- Revista de Educação* — n° 46 — outubro, novembro e dezembro de 1960 — ano XVIII. Goiânia. Goiás.
- Revista de Aeronautica* — janeiro/fevereiro de 1961 — ano 3 — n° 14. Rio de Janeiro.
- Revista del Archivo Nacional del Peru* — enero — diciembre de 1960 — tomo XXIV — entrega I y II. Lima. Peru.
- Diário Oficial do Estado de Sergipe* — 16 e 23 de abril de 1961 — ns. 14.208 e 14.214 — ano XLII. Aracajú. Sergipe.
- Revista Brasileira de Estatística* — janeiro/junho de 1960 — ns. 81/82 — ano XXI. Conselho Nacional de Estatística. Rio de Janeiro.
- Catálogo — Deutsche Bibliographie das Deutsche Buch-heft.* 6. 1960. Frankfurt/M.
- Boletim Informativo do Japão* — 15 de março de 1961 — n° 6 — ano 7. Embaixada do Japão. Rio de Janeiro.
- Brasil em Marcha* — 5 e 12 de maio de 1961 — ns. 14/15 — ano I. Rio de Janeiro.
- Correio do Senac* — março de 1961 — n° 217 — ano XII. Rio de Janeiro.
- El Avance* — ns. 34, 39, 41, 42, 43, 44 — febrero, marzo, abril, 1961 — ano I. Miami. Fla.
- The New Leader* — abril, 17 — may, 1 e 8, 1961 — ns. 16, 18 e 19 — vol. XLIV. New York.
- Revista Interamericana de Ciencias Sociales* — segunda epoca — vol. I — n° 1 — 1961. União Panamericana. Washington, D.C.
- Livros de Portugal* — março e abril de 1961 — ns 27 e 28. Boletim mensal do Grêmio Nacional dos Editores e Livreiros. Lisboa.

- Correio do IBECC* — Boletim trimestral do Instituto Brasileiro de Educação Ciencia e Cultura — 11 de janeiro — março de 1961. Rio de Janeiro.
- Noticias de Yugoslavia* — nº 11/12 — febrero/marzo de 1961 — año II. Belgrad.
- Carta mensal (problemas nacionais)* — fevereiro de 1961 — nº 11 — ano VI. Rio de Janeiro.
- Biblioteca Central* — ns. 2 e 3 — vol. III — 15 de julio e 15 de octubre de 1960. Santa Fé.
- Map Bulletin* nº 14. *Edward Stanford Limited* — march 1961. London.
- Rodovia* — ano XXII — vol. LXXXII — nº 243. Rio de Janeiro.
- Boletin de la Academia Nacional de la Historia* — julio/setiembre de 1960 — nº 171 — tomo XLIII. Caracas. Venezuela.
- Cuba*, 1961. *Suplemento de Cuadernos* nº 47 — marzo/abril de 1961. Cuba.
- I. B. A.* — Boletim mensal do Instituto Brasileiro de Acustica — nº 32/33 — vol. II — dezembro de 1960 — janeiro 1961. Rio de Janeiro.
- Catalogo George Allen & Unwin Ltd.* — Spring 1961. London.
- Boletim do Instituto Brasil* — Estados Unidos — maio de 1961 — nº 215 — ano XVIII. Rio de Janeiro.
- R. I. G. G. Revista do Instituto Geotécnico e Geológico* — nº 3 — julho a dezembro de 1954 — vol. XII. São Paulo.
- Folha Democratica* — 30 de abril de 1961 — ns. 188/189 — ano XIV. Bangú.
- Jornal de Campo Grande* — 30 de abril de 1961 — nº 4 — ano I. Campo Grande.
- Espelho* — março de 1961 — ns. 14/15 — ano II. Rio de Janeiro.
- Pen Clube de São Paulo* — XXXI Congresso Internacional. Oração de Encerramento, julho de 1960 — vol. IV. São Paulo.
- O Eco (jornal)* — 13 e 20 de maio de 1961 ns. 1185/1186 — ano XXXIII. Guaratinguetá.
- Guia de Campo del Investigador Social* — Manuales Tecnicos V. Union Panamericana Washington, D. C. 1960.
- Annales Universitatis Mariae Curie* — Sklodowska — sectio B. Geographia, Geologia, Mineralogia et Petrographia — vols. XIII e XIV — 1958/59. Lublin. 1960. Polônia.
- Antropologia e Historia de Guatemala* — nº 2 — julio de 1960 — vol. XII. — I D E H. Guatemala, C.A.
- Americas* — vol. XIII — nº 13 — fevereiro de 1961. Rio de Janeiro.
- Brazila Esperantista* — nº 558 — 561 — setembro/dezembro 1960. A Jaro.

- Catalogue n° 56* — octobre 1960. Livres Anciens et Modernes. L'Orient. Librairie d'Amerique e d'Orient. Paris.
- Catalogo Ibrass* — Instituição Brasileira de Difusão Cultural, 1961. São Paulo/Rio de Janeiro.
- Boletin de la Sociedad Mexicana de Geografia y Estadistica (La Obra de Alexander Von Humboldt en Mexico). Fundamento de la Geografia moderna por Rayfred Lionel Stevens. Middleton* — marzo/abril de 1956 — tomo LXXXI — n° 2. — México.
- Américas* — junho de 1959 — n° 6 — vol. XI. Rio de Janeiro.
- Boletin Indigenista* — marzo, 1961 — n° 1 — vol. XXI. Instituto Indigenista Inter-americano. México.
- Boletim Informativo do Japão* — 15 de abril de 1961 — n° 8 — ano 7. Embaixada do Japão — Rio de Janeiro.
- The New Leader* — May, 15-1961 — vol. XLIV — Number 20. New York.
- Catalog Editrice Antenore Padova. Via Baldissera.*
- Libros del mês* — marzo, 1961. Instituto Nacional del Libro Espanhol. Madrid.
- Brasil Açucareiro* — ano XXIX — vol. LVII — janeiro, 1961 — n° 1. — Instituto do Açúcar e do Alcool. Rio de Janeiro.
- I. N. R. A. Revista mensual ilustrada* — marzo, 1961 — año II — n° 3. Habana. Cuba.
- Boletin Bibliográfico de la Secretaria de Hacienda y Crédito Público* — ns. de 189 a 215 — noviembre y diciembre de 1960. México D. F.
- Notícia* — *semanário ilustrado* — ano II — n° 71 — 22 de abril de 1961. Luanda.
- Boletin del Archivo General de la Nacion* — segunda serie — tomo I — n° 3. 1960. México.
- Catalogo Odhams Books*, 1961. London.
- Catalogo Vista Books*, 1961. London.
- Revista do Livro* — n° 20 — dezembro de 1960 — ano V. Instituto Nacional do Livro. Rio de Janeiro.
- Trabajos y Comunicaciones* — n° 9 de homenaje al sesquicentenario de la revolucion de mayo Universidad Nacional de La Plata.
- Boletim Informativo do Japão* — 1° de maio de 1961 — n° 9 — ano I. Embaixada do Japão — Rio de Janeiro.
- Livros de Portugal* — *Boletim mensal do Grêmio Nacional dos Editôres e Livreiros*, n° 29 — maio de 1961. Lisboa.
- Catalogue n° 818. English Literature. Part II. Francis Edwards Limited. London.*

- The New Leader* — 22 e 29 de may de 1961 — nos. 21 e 22 — vol. XLIV. New York.
- Fôlha Democrática* — 31 de maio de 1961 — ns. 190/191 — ano XIV. Rio de Janeiro.
- Correio do Senac* — abril de 1961 — nº 218 — ano XII. Rio de Janeiro.
- O Éco (jornal)* — ns. 1188 e 1190 — 3 e 17 de junho de 1961 — ano XXXIII. Guaratinguetá. São Paulo.
- Estudios Americanos* — nº 102 — mayo/junio de 1960 — vol. XIX. Sevilla.
- The Milbank Memorial Fund Quarterly* — January, 1961 — volume XXXIX — nº 1. New York.
- Bulletin of The Geological Institutions of The University of Uppsala.* — vol. XXXIX — ns. 6 e 7 — 1961. Uppsala.
- Carta mensal (problemas nacionais)* — março de 1961 — ano VI — nº 72. Rio de Janeiro.
- Anais da Academia Brasileira de Ciencias* — 31 de março de 1961 — nº 1 — vol. 33. c/índice do vol. 32 de 1960. Rio de Janeiro.
- Bulletin Société Suisse des Américanistes* — mars, 1961 — nº 21 — XXIème année. Génève. Suisse.
- Revista do Clube de Engenharia* — abril de 1961 — nº 296 — Rio de Janeiro.
- Economia Brasileira* — julho-setembro de 1956 — vol. 2 — nº 3 de outubro-dezembro de 1956 — nº 4 — vol. 2. Rio de Janeiro.
- Boletim da Sociedade Brasileira de Cartografia* — janeiro a março de 1961 — nº 7 — Vol. I. Rio de Janeiro.
- Orquidea* — nº 1 — vol. 22 — Janeiro/fevereiro de 1960. Rio de Janeiro.
- Alma Mater* — órgão oficial de la Federación Estudiantil Universitaria — abril/marzo de 1961 — nº 1. La Habana.
- Vida Universitaria* — enero/febrero-marzo de 1961 — ano XII — ns. 125,126 e 127. La Habana.
- Mundo Agrário* — abril de 1961 — nº 115 — ano IX. Paraná.
- Boletín Cultural* — enero/febrero de 1961 — año 2 — nº 1, com um suplemento especial. Republica de Cuba.
- Bolletino de la Società Geografica Italiana*, vol. I — serie IX — novembre/diciembre de 1960 — fascicolo nº 11/12. Roma — Italia.
- Diário Oficial do Estado de Sergipe* — maio de 1961. Aracaju. Sergipe.
- Bulletin of Institute (The) of Historical Research* — vol. XXXIV — nº 89 — may, 1961 com Theses Supplement — nº 22 — May, 1961. London.

- The Milbank Memorial Fund Quarterly* — january 1961 — nº 1
— vol. XXXIX — New York.
- Bulletin of The New worl Public Library* — may, 1961 — vol.
65 — number 5. New York.
- Anuario Academico* — 1961. Academia das Ciencias de Lisboa.
Lisbõa.
- Boletim de Informações e de Bibliografia* — ano VII — ns. 23/24
— Real Gabinete Português de Leitura. Rio de Janeiro.
- Noticia* — ano II — ns. 73/74 — 6 e 13 de maio de 1961. Luanda
— Angola.
- Libros del mês* — abril, 1961. Instituto Nacional del Libro Español.
Madrid.
- Art and Auctions* — 31 — May, 1961 — vol. 5 — nº 103. Ho-
landa.
- Tempo Presente* — nº 21 — III ano — 1961. Lisboa.
- Bolamense* — órgão de propaganda regional de cultura e de tu-
rismo — fevereiro de 1961 — nº 55 — ano V. Bolama.
- Brazila Esperantisto* — januaro — marto, 1961 — nº 562-564.
A Jaro.
- O Comércio Carioca* — 16 a 30 de junho de 1961 — nº 55 —
ano VII. Rio de Janeiro.
- Catalogo nº 3*. Livraria Castro e Silva. 1961. Lisboa.
- Trends German engineering* — nº 19 — 10 de abril de 1961.
Darmstadt.
- Arquivos do Serviço Florestal* — vol. II — 1957. Rio de Janeiro.
- Boletin del Archivo General de la Nacion* — abril — mayo — junio
de 1960 — nº 189 — tomo L. Venezuela.
- Revista de Historia* — nº 6 — año II — febrero de 1961. Caracas.
Venezuela.
- Boletim Técnico do Instituto Agronomico do Norte* — ns. 35, 36,
38, 39 e 40 — 1959/60. Belem — Pará.
- Deutsche Bibliographie das Deutsche Buch* — heft 1, 1961. Frank-
furt/M.
- Boletin nº XXVIII* — junio de 1961. Libros de Historia Argentina
y Americana. B. Aires.
- O Éco (jornal)* — 10 e 24 de junho de 1961 — nº 1189/1191 —
ano XXXIII. Guaratinguetá. São Paulo.
- El Avance* — 12, 19 e 26 de mayo de 1961 — ns. 47, 48 e 49 —
año I. Miami. Florida.
- Catalogo Veb Verlag Technik* — 1961. Berlim.
- Catalogo da Livraria Pioneira* — São Paulo.
- Boletim da Superintendencia da Moeda e do Credito* — abril de
1961 — vol. VII — nº 4 — Rio de Janeiro.

Noticia — ano II — nº 75 — 20 de maio de 1961. Luanda — Angola.

Endeavour — nº 78 — vol. XX — abril de 1961. Londres.

Boletim de Informações da Biblioteca e Arquivo Público do Pará — maio de 1961. Belem — Pará.

Accion Indigenista — ns. 91 e 92 — enero/febrero de 1961 — boletim mensual del Instituto Nacional Indigenista. México.

Journal of Inter-American Studies — April, 1961. Scholl of Inter-American Studies. University of Florida. Gainesville.

Boletim Informativo do Japão — 1.º de junho de 1961 — nº 11 — ano 7. Embaixada do Japão. Rio de Janeiro.

O Comerciario — 1 a 15 de julho de 1961 — nº 56 — ano VII. Rio de Janeiro.

The New Leader — June, 12-1961 — nº 24 — vol. XLIV. New York.

OBRAS RECEBIDAS NO MÊS DE ABRIL DE 1961

Rheingantz (Carlos G.) — Titulares do Império — vol. 44 — 1960. Arquivo Nacional. Rio de Janeiro.

Bastide (Roger) — O Candomblé da Bahia (Rito Nagô). Brasileira — vol. 313 — Tradução de Maria Isaura Pereira de Queiroz. Companhia Editôra Nacional. São Paulo. Adquirido por compra. 370 páginas.

França (Mário Ferreira) — Notícia Histórica do Sanatório Naval em Nova Friburgo. 1961. Imprensa Naval. Oferta do autor.

Pueyrredon (Carlos A.) — La Revolucion de Mayo segun amplia documentacion de la epoca 1810. Ediciones Peuser. Buenos Aires. Rep. Argentina. 1953.

Vieira (Adalberto Boanerges) — Do Bêrço ao Túmulo. Editorial Bibliográfica do Brasil Ltda. Livraria Freitas Bastos S. A. 1960. Rio de Janeiro. 120 páginas.

Caillet-Bois (Ricardo R.) — Archivo del Brigadier General Juan Facundo Quiroga — Tomo II — (1821-1822) — Advertência de... Universidad de Buenos Aires. Rep. Argentina. 280 páginas.

Cardoso (Armando Levy) — Toponimia Brasileira — Biblioteca do Exército Editôra. 1961. Rio de Janeiro. 467 páginas. Oferta do autor.

Cardoso (Armando Levy) — Americanismos — Tomo I. Biblioteca do Exército Editôra. 1961. Rio de Janeiro. 396 páginas. Oferta do autor.

Oferta do Embaixador Macedo Soares:

- Bibliografia Cartográfica* — série A — n.º 1 — 1960-1961 — (Mapoteca). Serviço de Documentação. M. R. E. Rio de Janeiro.
- Bibliografia Brasileira*, 1941 — Instituto Nacional do Livro. Rio de Janeiro. 1952.
- Documentos Históricos do Arquivo Municipal*. 5.º vol. (Anais da Câmara 1669-1684) — Prefeitura do Município do Salvador. Bahia.
- Catálogo da Magnífica e Valiosa Livraria, Antiga e Moderna*, que pertenceu ao muito ilustrado diretor da Imprensa Nacional de Lisboa. Conselheiro Venancio Augusto Deslandes, organizado por José dos Santos. Typ. da Sociedade de Papelaria Ltda. Pôrto.
- Catálogo de quatro importantes livrarias*, organizado por José dos Santos. Imprensa da Universidade. 1925. Coimbra.
- Catálogo da Livraria do Conde do Ameal*, redigido por José dos Santos. Tip. da Soc. de Papelaria Ltda. 1924. Pôrto.
- Catálogo de duas importantes bibliotecas*, organizado por Augusto Sá da Costa. Livraria Sá da Costa. 1924. Lisboa.
- Catálogo da Livraria Dr. Luiz Monteverde da Cunha Lôbo*, redigido por José dos Santos & Irmão. Typ. da Emp. Literária e Typográfica. 1912. Pôrto.
- Inventário do Cartório do Cabido da Sé do Pôrto e dos Cartórios*, anexos por José Gaspar de Almeida. Imprensa Portuguesa. 1935. Pôrto.
- Catálogo da Biblioteca dos Marqueses de Pombal*. Typ. Franco-Portuguêsa. 1888. Lisboa.
- Índices e Catálogos da Biblioteca*, por A. C. Borges de Figueiredo. 1890. Imprensa Nacional. Lisboa.
- Catálogo da Magnífica e Curiosa Livraria*, organizado por José dos Santos. Tip. da Soc. de Papelaria Ltda. 1939. Pôrto.
- Catálogo da Biblioteca do Conselheiro Dr. Jaime Moniz*, organizado por Augusto Sá da Costa. Tip. de Silva, Constantino & Cia. 1922. Lisboa.
- Bibliografia da Literatura Clássica Luso-Brasilica*, por José dos Santos. Livraria Lusitana. 1916. Lisboa.
- Revista de História de América* — junio de 1960 — n.º 49 c/ índice dos números 47 y 48 — junio y diciembre de 1959. Instituto Panamericano de Geografía e História. México. 313 páginas.
- Catálogo da Importante Biblioteca do Rev. Dr. F. A. Carlos das Neves*. Escola Tip. da Ofic. de São José. 1919. Pôrto. 154 páginas.

- Morales de los Rios Filho (Adolfo)* — *Teoria e Filosofia da Arquitetura*. Segundo tomo ilustrado. Editor Borsoi. 1960. Rio de Janeiro. 448 páginas. Oferta do autor.
- Anuário de Publicaciones Periódicas Chilenas*. 1958. Chile.
- Medina (José Toribio)* — *Colección de Documentos Inéditos para la Historia de Chile* — Segunda série (1577-1589) — Tomo III. 1959. Chile.
- Coleccion de Historiadores de la Independencia de Chile* — Tomos: 35, 36, 37 y 38. 1950-55. Biblioteca Nacional de Chile.
- Cruz (Feliu)* — *Escritos y Documentos del Ministro Doctor José Antonio Rodríguez Aldeia*. Tomos: II e III. 1820-1830. 1830 e 1841. Santiago de Chile. 1952-53.
- Freyre (Gilberto)* — *O Luso e o Trópico*. Impresso na Neogravura. Lisboa, 1961. 312 páginas.
- O Plano de Classificação de Cargos em Resumo*. Serviço de Documentação. D. A. S. P. Rio de Janeiro. 1955.
- Magalhães (J. B.)* — *A Compreensão da Unidade do Brasil*. Biblioteca do Exército Editôra. 1956. Rio de Janeiro. 185 págs.
- Araújo (Alceu Maynard)* — *Medicina Rústica — Prêmio Brasileira* — 1959. Companhia Editôra Nacional. Vol. 300. São Paulo. 395 páginas. Adquirido por compra.
- Campos (Fausto Vieira de)* — *Retrato de Mato Grosso* — Segunda edição. Brasil-Oeste Editôra Ltda. 1960. São Paulo. 286 páginas. Oferta do Dr. Virgílio Corrêa Filho.

OBRAS RECEBIDAS NO MÊS DE MAIO DE 1961

- Anales Diplomáticos de Venezuela*. Establecimiento de Relaciones (Dinamarca, Hollanda, Suécia y Noruêga.) — Intervencion Anglo-Francesa. Tomo IV. Prólogo de Enrique Bernardo Nuñez. Tip. Vargas S. A. 1960. Caracas, 409 páginas.
- Pessoa (Epitácio)* — *Obras Completas de... Côrte Permanente de Justiça Internacional* — (1923-1930) — vol. XXIII. Edição revista e organizada pelo Instituto Nacional do Livro. Rio de Janeiro, 1960. 276 páginas. Oferta do Instituto Nacional do Livro.
- Horch (Hans Jurger W.)* — *Bibliografia de Castro Alves* — vol. XII. Revista dos Tribunais. Rio de Janeiro, 1960. 258 páginas. Oferta do Instituto Nacional do Livro.
- Val (Waldir Ribeiro do)* — *Vida e Obra de Raimundo Corrêa*. Revista dos Tribunais S. A. Rio de Janeiro, 1960. 317 páginas. Oferta do Instituto Nacional do Livro.

- Houaiss (Antonio)* — *Sugestões para uma política da lingua.* Revista dos Tribunais S. A. Rio de Janeiro, 1960. 224 páginas. Oferta do Instituto Nacional do Livro.
- Pontes (Joel)* — *O Aprendiz de Crítica* — (1955-1959) — Revista dos Tribunais. 1960. Rio de Janeiro. 329 páginas. Oferta do Instituto Nacional do Livro.
- Aragão (Pedro Moniz de)* — *João Alfredo e Dom Vital.* Separata da Revista Verbum — Tomo XVII — fasc. 4 dezembro de 1960. Universidad Católica. Rio de Janeiro, 1960. 437 páginas. Oferta do autor.
- Leite (Duarte)* — *História dos Descobrimentos* — Colectânea de esparsos. Organização, notas e estudo final de V. Godinho — fasc. 18. Edições Cosmos. 1959. Com 12 mapas. 1959. Lisboa.
- Juristas Brasileiros* — Edição do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo. 1960. 122 páginas.
- O Pôrto de Lisboa.* Estudo de História Econômica, seguido de um catálogo bibliográfico e iconográfico. Edição da Administração Geral do Pôrto de Lisboa. 1960. 406 páginas. Lisboa.
- Actas* — vol. I — *Congresso Internacional dos Descobrimentos.* 1961. 164 páginas. Lisboa.
- Araújo (Dr. Carlos da Silva)* — *As fundações técnico-científicas do Império Joanino.* Separata da Imprensa Médica — outubro de 1960 — ano XXIV. Lisboa.
- Araújo (Dr. Carlos da Silva)* — *Comunicações. Síntese Histórica da Farmácia Brasileira.* Separata de A Medicina Contemporânea — ano XXVIII — dezembro de 1960. Rio de Janeiro.
- Araujo (Dr. Carlos da Silva)* — *Cirurgião-mor José Corrêa Picanço e o sepultamento nas igrejas.* Separata da Revista «Laboratório Clínico» — 3º trimestre de 1958. Rio de Janeiro.
- Araujo (Dr. Carlos da Silva)* — *Reflexos da Escola Mompilher no Brasil.* Separata da Imprensa Médica — ano XXIV — novembro de 1960. Lisboa.
- Forbush (Dr. Scott E.)* — *Seis conferências sobre el Campo Geomagnético de la Tierra y los Raios Cósmicos.* Departamento de Magnetismo Terrestre. Institution Carnegie Washington, 1959.
- Bartels (Dr. Julius)* — *Terrestrial Magnetism and Atmospheric Electricity* — march, 1932 — n.º 1 — vol. 37 — Institution Carnegie de Washington, 1959.

- Cotrim (Alvaro)* — *Alvarus. Daum e Pedro I. Serviço de Documentação.* Ministério da Educação e Cultura. Imprensa Nacional. Rio de Janeiro. Oferta do autor.
- Selvagem (Carlos)* — *Portugal Militar. Compêndio de História Militar e Naval de Portugal.* Imprensa Nacional. 1931. Lisboa. Oferta do Coronel João Baptista Magalhães.
- Goulart (José Alípio)* — *Tropas e Tropeiros na Formação do Brasil.* Conquista. 1961. Rio de Janeiro. Oferta do autor.
- Registro de Estrangeiros* — 1808-1822. Publicações do Arquivo Nacional. Vol. 46. 1960. Rio de Janeiro.
- Manual de Arranjo e Descrição de Arquivos,* preparado pela Associação dos Arquivistas Holandeses. Arquivo Nacional. Tradução de Manoel Adolfo Wajanderley. 1960. Rio de Janeiro.
- O Arquivista Inglês. Uma nova profissão,* por Hilary Jenkinson. 1960. Arquivo Nacional. Rio de Janeiro.
- Reis (P. Pereira dos)* — *Algumas considerações sobre a Imigração no Brasil.* Separata da Revista Sociológica — n.º 1 — março de 1961 — vol. XXIII. Rio de Janeiro.
- Affonso Celso (Tradução em verso por...)* *Da Imitação de Cristo.* Livraria Laemmert. 1898. Rio de Janeiro. Oferta do Coronel J. Baptista Magalhães.
- Ott (Carlos)* — *A Santa Casa da Misericórdia da Cidade do Salvador.* Publicações do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional — nº 21 — 1960. Rio de Janeiro.
- Araujo (J. S. A. Pizarro)* e outros. *Tricentenário de Parati (Notícias Históricas)* — Publicações da Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional — nº 22 — 1960. Rio de Janeiro.
- A Agricultura e o Governo Kubitschek.* Exposição do Ministro Barros Carvalho, na «Voz do Brasil» em 28-12-1960. Ministério da Agricultura, 1961. Rio de Janeiro.
- O Ministério da Agricultura a Serviço do Desenvolvimento.* Síntese das atividades em 1957-1958. Gestão do Ministro Dr. Mário Meneghetti. 1959. Ministério da Agricultura. Rio de Janeiro.
- Atividades do Ministério da Agricultura em 1960.* Ministério da Agricultura. 1961. Rio de Janeiro.
- Dagatti (Josefa C. Pistone de)* — *Santafesinos en los Susesos de Maya.* Santa Fé. 1960. Rep. Argentina.
- Aux Peuples du Monde Entier* — *À Propos des atrocités commises par les troupes américaines en Corée du sud* (Traduction du texte coreen). — Coréa.

OBRAS RECEBIDAS NO MÊS DE JUNHO DE 1961

- Guimarães (Ary Machado) — *Conheçamos o Brasil, Primeiro*. Editor Sávio Antunes .1961. Rio de Janeiro. Oferta do autor.
- Morais (Bello de) — *O Valor da Angiopneumographia na Cirurgia Pleuro-Pulmonar*. (Lição proferida em 6 de abril de 1960). Biblioteca de Altos Estudos — IV — Academia das Ciências de Lisboa. 1961. Lisboa.
- Registro de Estrangeiros — 1808-1822. Arquivo Nacional. 1960. Rio de Janeiro.
- Jenkinson (Hilary) — *O Arquivista Inglês — Uma nova profissão*. Arquivo Nacional. 1961. Rio de Janeiro.
- Debes (Célio S.) — *Evocação da turma acadêmica de 1950*. São Paulo, 1960. Oferta do autor.
- Draper (Theodore) — *Las Teorias del Castrismo*. (Cuadernos). Sobretiro del n.º 49 — junio de 1961. Paris.
- José Antonio Miralla y Sus Trabajos, compilados y ordenados por el Dr. Francisco J. Pontes Dominguez, 1960. La Habana.
- Canedo (Lino Gomez) — *Los Archivos de la Historia de América*. Periodo Colonial Español. México. D. F. 1961.
- Adonias (Isa) — *Texto-Mapas e planos manuscritos relativos ao Brasil Colonial conservados no Ministério das Relações Exteriores e descritos por...* para as comemorações do quinto centenário da morte do Infante D. Henrique. Brasília. 1960. Anno Domini — vol. I. Rio de Janeiro.
- Leite (Serafim) — *A Grande Expedição Missionária dos Mártires do Brasil*. Centro de Estudos Históricos Ultramarinos. (Separata de Studia, revista trimestral, n.º 7 — janeiro, 1961). Lisboa.
- Anais do Senado e Índice dos Anais do Senado — Separata — junho de 1957 — Diretoria de Publicações. Congresso Nacional. 1957. Rio de Janeiro.
- Almeida (Gen. Eduardo Peres Campello de) — *Bandeiras Históricas do Brasil*. Gabinete fotocartográfico, 1961. S. M. G. Rio de Janeiro. Oferta do Coronel J. B. Magalhães.
- Werneck (Francisco Klors) — *Jesus dos 13 aos 30 anos*. Editora Fluminense. 1961. Volta Redonda.
- Soares (José Carlos de Macedo) — *Três biografias: José Joaquim Machado d'Oliveira, Brasílio Augusto Machado d'Oliveira e José Alcantara Machado d'Oliveira*. Discurso do Embaixador... na sessão solene de 19 de novembro de 1955 em que a Academia Paulista de Letras inaugurou oficialmen-

te sua nova sede social. Edições da Academia Paulista de Letras, 1955. São Paulo.

Boxer (C. R.) — Os Holandeses no Brasil — 1624-1654. Tradução do Dr. Olivério de Oliveira Pinto. Vol. 312. Brasileira. Companhia Editôra Nacional. São Paulo.

Potra (George) — Documente Privitoare la Historia Orasului Bucuresti (1954-1821) — Editura Academiei Republicii Populare Romine.

Moreira (General Francisco de Mello) — Os Engenheiros Militares e Navais e suas realizações no Brasil. Separata da Revista Militar Brasileira — 1.º semestre de 1961. Imprensa do Exército. Rio de Janeiro.

Souza Júnior (General Antonio de) — O Brasil e a Terceira Guerra Mundial. Biblioteca do Exército Editôra, 1959. Rio de Janeiro. Oferta da Biblioteca do Exército.

Cidade (General F. de Paula) — Cadetes e Alunos Militares Através dos Tempos. Biblioteca do Exército Editôra. Oferta do autor. Rio de Janeiro.

Carte Romineasca de Invatatura — 1646. Editura Academiei Republicii Populare Romine — Bucuresti.

Din Istoria Transilvaniei I e II. Editura Academiei Republicii Populare Romine — Bucuresti.

Brito (Luiz Tenório de) — Outras Memórias. Gráfica Biblos Limitada Editôra. 1960. São Paulo. Oferta do autor.

ESTATÍSTICA

ESTATÍSTICA DO INSTITUTO HISTÓRICO 1961

Segundo Semestre	Abril	Maiο	Junho	Total
<i>Biblioteca</i>				
Obras recebidas	34	30	22	86
Jornais nacionais e estrangeiros recebidos	19	13	22	54
Revistas nacionais e estrangeiras recebidas	66	58	95	219
Catálogos	10	5	13	28
<i>Arquivo</i>				
Documentos consultados	2.938	3.126	3.054	9.118
Documentos recebidos	—	—	—	—
<i>Mapoteca</i>				
Mapas consultados	974	1.205	792	2.971
Mapas recebidos	—	—	—	—
<i>Museu</i>				
Visitantes	14	22	16	52
<i>Sala Pública de Leitura</i>				
Obras consultadas	3.205	2.982	4.186	10.373
Jornais consultados	909	596	724	2.229
Revistas consultadas	3.788	3.024	2.392	9.204
<i>Secretaria</i>				
Ofícios, cartas, telegramas recebidos	138	166	184	488
Ofícios, cartas e telegramas expedidos	374	389	352	1.115

ÍNDICE

VOLUME 251
Abril a Junho de 1961

Págs.

I — TRABALHOS ORIGINAIS

1. *O Caminho de Mato Grosso e as Fortificações Pombalina da Amazônia* — Marcos Carneiro de Mendonça 3
2. *A Data da instalação da Freguesia da Candelária* — Enéas Martins Filho 33
3. *Acrêscimos à Biografia de Matias de Albuquerque* — Professor Hélio Viana 39
4. *Arquipélago dos Açores — Fontes Bibliográficas* — Dr. Dante de Laytano 55
5. *João Alfredo e a lei do Ventre Livre* — Dr. Pedro Moniz de Aragão 184

II — CONFERÊNCIAS

6. *O Panamericanismo* — Professor Américo Jacobina Lacombe 193
Comemorações do Bispo D. Antônio Joaquim de Melo:
7. *As Visitas Pastorais de D. Antonio J. de Mello* — Dr. J. P. Leite Cordeiro 211
8. *D. Antonio J. de Mello, educador da juventude e formador do Clero Paulista* — (Antecedentes históricos do Seminário de São Paulo) — D. Vicente Zioni 217
9. *Os Padres do Patrocínio* — Monsenhor Paulo Florêncio da Silveira Camargo 227
10. *D. Antonio J. de Mello e as Congregações Religiosas* — Dr. José Carlos de Ataliba Nogueira 233
11. *Evolução Geográfica da Cidade* — Engenheiro Virgílio Corrêa Filho 241

III — DOCUMENTOS

12. *Guerra do Paraguai (Batalha Naval do Riachuelo)* 252
13. *Guerra do Paraguai (Antes da Tomada do Humaitá)* 261
14. *Aspectos peculiares às atividades da Marinha de Guerra do Paraguai* 267
15. *Manuscritos de D. Leopoldina* — Dr. Manoel Xavier de Vasconcelos Pedrosa 274

IV —	APRECIÇÃO DE LIVROS	Pág.
16.	<i>Teoria e Filosofia da Arquitetura</i> — (Professor Adolfo Morales de los Rios Filho) — por J. B.. Magalhães ..	282
17.	<i>Púrpura Verde</i> — <i>Olga Obry</i> — Por Manoel Xavier de Vasconcelos Pedrosa	284
V —	SÓCIOS FALECIDOS	
18.	<i>José Moreira Brandão Castelo Branco</i> — C.D.R.	287
19.	<i>José Barnabé de Mesquita</i> — Virgilio Corrêa Filho	289
VI —	PUBLICAÇÕES	291
VII —	ESTATÍSTICA	310